



AS DIMENSÕES DAS CIÊNCIAS HUMANAS

COMPORTAMENTO, CULTURA
E SOCIEDADE

GABRIELA CRISTINA BORBOREMA BOZZO
(ORGANIZADORA)



AS DIMENSÕES DAS CIÊNCIAS HUMANAS

COMPORTAMENTO, CULTURA
E SOCIEDADE

GABRIELA CRISTINA BORBOREMA BOZZO
(ORGANIZADORA)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 O autor

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à

Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do

Paraná

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

As dimensões das ciências humanas: comportamento, cultura e sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Gabriela Cristina Borborema Bozzo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
D582	<p>As dimensões das ciências humanas: comportamento, cultura e sociedade / Organizadora Gabriela Cristina Borborema Bozzo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-3001-8 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.018242712</p> <p>1. Comportamento social. 2. Cultura. I. Bozzo, Gabriela Cristina Borborema (Organizadora). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 302.14</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Para fins desta declaração, o termo 'autor' será utilizado de forma neutra, sem distinção de gênero ou número, salvo indicação em contrário. Da mesma forma, o termo 'obra' refere-se a qualquer versão ou formato da criação literária, incluindo, mas não se limitando a artigos, e-books, conteúdos on-line, acesso aberto, impressos e/ou comercializados, independentemente do número de títulos ou volumes. O autor desta obra:

1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação à obra publicada;
2. Declara que participou ativamente da elaboração da obra, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final da obra para submissão;
3. Certifica que a obra publicada está completamente isenta de dados e/ou resultados fraudulentos;
4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas;
5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa;
6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação da obra publicada, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. A editora pode disponibilizar a obra em seu site ou aplicativo, e o autor também pode fazê-lo por seus próprios meios. Este direito se aplica apenas nos casos em que a obra não estiver sendo comercializada por meio de livrarias, distribuidores ou plataformas parceiras. Quando a obra for comercializada, o repasse dos direitos autorais ao autor será de 30% do valor da capa de cada exemplar vendido; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a editora não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como quaisquer outros dados dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A coletânea *As dimensões das Ciências Humanas: comportamento, cultura e sociedade* apresenta vinte e dois estudos cujo escopo se enquadra no título, isto é, a referência direta ao nome de uma área de estudo. As especificidades do subtítulo da obra – o aspecto social, cultural e comportamental – também são contemplados pelos capítulos, cujos eixos temáticos elencaremos neste momento.

Nesse sentido, os vinte e dois artigos subdividem-se em cinco eixos temáticos. Todos os eixos se relacionam com os três aspectos do subtítulo do e-book, contudo, aquele que está mais presente no eixo temático será elencado.

O primeiro eixo temático é o cidadão, que está mais ligado ao aspecto social. Ele abrange os quatro primeiros capítulos da obra. O segundo eixo, por sua vez, é o político-ideológico, também associado ao âmbito sociedade. Ele corresponde aos capítulos cinco, seis e sete da coletânea. Os capítulos oito, nove, dez e doze fazem parte do terceiro eixo, que é o da questão do gênero, relacionado ao aspecto cultural. Já o quarto eixo é o educacional e abriga os seis capítulos subsequentes (do treze ao dezoito), cuja relação com o subtítulo da coletânea é evidenciada, novamente, ao âmbito cultural. Por fim, os quatro últimos capítulos constituem o eixo sistêmico-organizacional, que cotejam o aspecto comportamental deste e-book.

Os cinco eixos apresentam estudos não só interessantes para a área em pauta – as Ciências Humanas –, como também inovadores. Assim, sua leitura se faz importante para pesquisadores de todos os níveis acadêmicos. Ainda, destaca-se a importância da leitura de *As dimensões das Ciências Humanas: comportamento, cultura e sociedade* por jovens pesquisadores de fôlego. Assim, partindo dos estudos aqui propostos, poder-se-á criar ideias que deem continuidade à pesquisa científica nesta área de extrema importância, mas que recebe profundo descaso no Brasil hodierno.

Gabriela Cristina Borborema Bozzo

CAPÍTULO 1 1

AS CIDADES ROMANAS: ROMANIZAÇÃO, CIDADANIA E ESCRAVIDÃO

Rafael de Carvalho Boscarino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0182427121>**CAPÍTULO 2 11**

JACQUES LE GOFF (1924-2014) E A ECONOMIA MEDIEVAL: REFLEXÃO SOBRE AS CIDADES, OS MERCADORES E O COMÉRCIO

Jaime Estevão dos Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0182427122>**CAPÍTULO 322**

AS IRMÃS FELICIANAS E A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS CEBS EM SERRA PRETA ENTRE OS ANOS DE (1975 E 1985)

Rodrigo Santana Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0182427123>**CAPÍTULO 433**

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE EM SANTA CATARINA: ANÁLISE DE UM MUNICÍPIO

Graziela Liebel

Bruno Alves Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0182427124>**CAPÍTULO 548**

A INTERVENÇÃO ESTATAL NA CRISE E O SUBCONSUMO DAS MASSAS: TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS E A ECONOMIA BRASILEIRA E MARANHENSE ENTRE 2011- 2016

Suzane Rodrigues da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0182427125>**CAPÍTULO 664**

IDEOLOGIAS POLÍTICAS PRESENTES EM ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA DO CLUBE DA AERONÁUTICA NO CONTEXTO DA DESTITUIÇÃO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEF EM 2016

Humberto José Lourenção

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0182427126>**CAPÍTULO 783**

ASSIMETRIA DE PODER E RESISTÊNCIA: A PERSPECTIVA DE ERIC WOLF SOBRE O CAMPESINATO

Andre Luiz de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0182427127>

CAPÍTULO 897


DEBATES ACERCA DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS ENTRE TRABALHADORES E FUTUROS TRABALHADORES DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Evelly David Gonçalves

Juliane de Sousa Brito

Juliana Mendes da Silva


Daniela Soares Leite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0182427128>

CAPÍTULO 9113

A DISTRIBUIÇÃO POR SEXO EM CARREIRAS UNIVERSITÁRIAS: UM BALANÇO DAS MUDANÇAS

Dayse de Paula Marques da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0182427129>

CAPÍTULO 10..... 124

PROCURADORIA DA MULHER NO LEGISLATIVO: HISTÓRIA DOS DIREITOS FEMININOS NO BRASIL

Fátima Patrícia Moreira da Silva

Graziela Liebel


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01824271210>

CAPÍTULO 11 133

PERCEÇÕES DE ESTUDANTES DO SEXO FEMININO NAS AULAS DE MATEMÁTICA

Karen Alejandra Serna Tello

Alejandro Miguel Rosas Mendoza


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01824271211>

CAPÍTULO 12..... 139

“RESPEITA AS MINA”: UMA DÉCADA DE CAMPANHAS EDUCATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Vanessa Oliveira Cordeiro Silva


Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01824271212>

CAPÍTULO 13..... 159

CULTURA LETRADA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX: EM FOCO A LITERATURA PEDAGÓGICA


Aline de Jesus Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01824271213>

CAPÍTULO 14..... 164

CAROLINA MARIA DE JESUS E JOSUÉ DE CASTRO: UMA REFLEXÃO
SOBRE GEOGRAFIA E LITERATURA

Bruna Ferreira Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01824271214>

CAPÍTULO 15..... 175

TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO:
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA VISÃO DOS DOCENTES DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO -
IFPE

Clarice Maria dos Santos Soares

José Henrique Duarte Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01824271215>

CAPÍTULO 16..... 192

CAUSAS QUE INCIDEN EN EL ABANDONO ESCOLAR DE LOS ESTUDIANTES
DEL INSTITUTO TECNOLÓGICO DE VILLAHERMOSA, APLICANDO LOS
MODELOS LIKERT Y SERVQUAL


Catalina Arias Rodríguez

Laura Elena Suárez Vidal

Elsy Leticia Thompson Hernández

María Patricia Torres Magaña

Manuel Vergel Escamilla

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01824271216>

CAPÍTULO 17.....202

O ACOLHIMENTO DE UMA CRIANÇA COM ALTAS HABILIDADES/
SUPERDOTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTUDO DE CASO A PARTIR
DA PERSPECTIVA DOCENTE

Tatiane de Fátima Kovalski Martins

Denaira Borba Rodrigues

Bárbara Brito Sponga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01824271217>

CAPÍTULO 18..... 218

INFLUÊNCIA DO USO DE TELAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Fernanda Carla Ajonas Rocha

Geovanna de Lima Pereira

Jacir Alfonso Zanatta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01824271218>


CAPÍTULO 19.....229

A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO EXERCÍCIO DA
LIDERANÇA ORGANIZACIONAL

Monik Rangel Carvalho

Dalila Alves Corrêa

Jose Iuiz Garcia Hermosila
Silvia Helena Carvalho Ramos Valladao de Camargo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01824271219>

CAPÍTULO 20247

TOTALITARISMO SEM EXCEÇÃO: A IRRACIONALIDADE CAPITAL DA HUMANIDADE

Antonio Carlos da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01824271220>

CAPÍTULO 21.....267

(AUTO)REIFICAÇÃO E ALIENAÇÃO IDEOLÓGICA DOS “FUNCIONÁRIOS” DE DULCE MARIA CARDOSO

Gabriela Cristina Borborema Bozzo

Monalisa Silva Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01824271221>


CAPÍTULO 22279

FASHION FILM: UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Danilo José Garcia Turnes

Cláudia Regina Garcia Vicentini

Suzana Avelar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01824271222>

SOBRE A ORGANIZADORA293

ÍNDICE REMISSIVO294

AS CIDADES ROMANAS: ROMANIZAÇÃO, CIDADANIA E ESCRAVIDÃO

Data de submissão: 13/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Rafael de Carvalho Boscarino

Graduando em História
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro (UNIRIO)

RESUMO: Este artigo se propõe a abordar a expansão do Império Romano, bem como as formas de organização e construção das cidades, articulando-as ao desenvolvimento das sociedades dominadas sob a influência desse processo expansionista. Assim, o Império Romano se expande, percebendo a cidade como a essência de uma forma de vida comum, tornando-se um ambiente propício para a concepção de uma comunidade. O objetivo deste trabalho é analisar os conceitos de urbe e de cidadania, considerando-se a influência romana nas cidades emergentes e sobretudo as questões que envolvem a prática da escravidão. Por isso, destaca-se a função política das cidades na formação desse grande Império e, dessa forma, faz-se necessário refletir sobre a construção das cidades, sobre a cidadania e sobre a escravidão de acordo com uma perspectiva social e econômica na Roma Antiga. Para tanto, como suporte teórico, são utilizados os historiadores Pierre Grimal (1988), Fábio Duarte Joly (2017), Norberto Luiz Guarinello (2020), entre outros autores.

PALAVRAS-CHAVE: Romanização; cidade; escravidão.

ROMAN CITIES: ROMANIZATION, CITIZENSHIP AND SLAVERY

ABSTRACT: This article aims to address the expansion of the Roman Empire, as well as the forms of organization and construction of cities, linking them to the development of societies dominated under the influence of this expansionist process. Thus, the Roman Empire expanded, perceiving the city as the essence of a common form of life, becoming an environment conducive to the conception of a community. The objective of this work is to analyze the concepts of the city and citizenship, considering the Roman influence in emerging cities and especially the issues surrounding the practice of slavery. Therefore, the political role of cities in the formation of this great Empire stands out and, due to it, it is necessary to reflect on the construction of cities, citizenship and slavery according to a social and economic perspective in Ancient Rome. To this end, historians Pierre Grimal (1988), Fábio Duarte Joly (2017), Norberto Luiz Guarinello (2020), among other authors, are used as theoretical support.

KEYWORDS: Romanization; city; slavery.

Este artigo se propõe a abordar a expansão do Império Romano e as formas de organização e construção das cidades, articulando-as ao desenvolvimento das sociedades dominadas sob a influência desse processo expansionista. O objetivo é analisar os conceitos de urbe e de cidadania, considerando-se a influência romana nas cidades emergentes e as questões que envolvem cidadania e escravidão.

Conforme amplamente divulgado pela historiografia, o Império Romano vigorou durante séculos, constituído por meio de estruturas que o precederam, como a econômica, cultural e religiosa, dessa forma, consolidando a integração desse Império pelo poder, a qual é obtida sobretudo com o domínio das cidades. Portanto, destaca-se a função política das cidades na formação desse grande Império, como afirma Norberto Luiz Guarinello:

A principal base política de sustentação do Império sempre foram as cidades. Onde eram mais raras, como nas Gálias, os imperadores atuaram decisivamente na sua promoção, incentivando as elites locais a adotarem modos urbanos. Era através das cidades que o poder se exercia, que a paz se mantinha e que os impostos eram cobrados, através de uma aliança entre suas elites e o Imperador. [...] O Império suprimiu, como os antigos reinos helenísticos não haviam conseguido, qualquer possibilidade de revolta local, que era rapidamente anulada. (GUARINELLO, 2020, pp. 142-143).

Neste sentido, há de se observar que a noção de urbanidade, para os romanos, pode ser caracterizada como uma espécie de condicionamento no qual a população das províncias devia se adequar aos modelos de organização romanos, criando estruturas necessárias para uma vida coletiva, isto é, os habitantes da cidade ocupada militarmente deviam associar-se diretamente às formas de dominação e de interação entre culturas, conforme afirma Beltrão:

[...] o Império Romano caracterizou-se pelo encontro de inúmeras culturas disseminadas na bacia mediterrânea e para além dela. Essas culturas, e Momigliano discute especialmente a judaica, a egípcia e a grega, admitiram interagir culturalmente. No momento em que elas interagiam, caracterizavam-se por sistemas abertos, estabelecendo negociações, admitindo trocas até um certo limite. Isso implica dizer que não há espaço para noções de influências de uma cultura sobre a outra numa via de mão única. Portanto, deve-se priorizar a ideia de 'negociação cultural'. (BELTRÃO, 2010 apud Momigliano (1990) p. 340).

Por conseguinte, compreende-se que, embora o Império tenha sido alargado por meio da hegemonia de Roma, e o processo de romanização das cidades tenha sido opressivo, expandido por imposição da força, a influência romana não se constituiu apenas como uma supremacia cultural frente às províncias sob seu domínio, uma vez que houve também uma abertura a negociações entre diversas culturas.

Logo, ressalta-se que o próprio Império Romano pode ser caracterizado como uma civilização resultante da mistura de influências culturais diversas como a dos povos etruscos, gregos e orientais. Há de se considerar que a civilização romana se constituiu por intermédio do fortalecimento do poder de Roma, da sua expansão sobre a Península

Itálica e sobre os territórios circunjacentes. Assim, trata-se de uma civilização plural, que foi capaz de organizar uma complexa infraestrutura em todo o seu território, composta de sistemas de água, esgoto, transporte e comunicação. Além disso, as leis vigentes no Império Romano foram também disseminadas em diversos espaços conquistados.

Portanto, a romanização se consolidou, de um lado, por instituir um processo civilizatório em que Roma passara a introduzir e a difundir a sua cultura, como a língua, a arte, a arquitetura e a religião aos povos provincianos, de outro lado, por apreender diversas características dos povos dominados. Conforme Pierre Grimal:

Muito provavelmente foi assim que Roma começou: colônia etrusca, simples mercado dominado e vigiado pela guarnição acantonada nas alturas do Capitolineo. Aí se encontraram pela primeira vez, em torno dos comerciantes vindos da Itália central e meridional, os habitantes das aldeias espalhadas pelas colinas vizinhas. O sal constituía, sem dúvida, um dos principais objectos do comércio, tal como os produtos fabricados importados do Sul e da Etrúria. Depois, cerca dos finais do século VI a.C., quando o poderio etrusco, fragilizado, se confinou ao norte do Tibre, o povo romano adquiriu a independência e Roma tornou-se uma cidade autônoma. (GRIMAL, 2003, p. 39).

Ao longo da história da civilização, as cidades forneceram paradigmas, pois surgiram como capitais de impérios, promoveram formas de organização social e se transformaram em centros de construção de identidade nacional, cultural e religiosa, além de terem se tornado sedes de desenvolvimento econômico e político. É desse modo que o Império Romano se expandiu, percebendo a cidade como a essência de uma forma de vida comum, tornando-se um ambiente propício para a concepção de uma comunidade. Grimal discorre sobre o urbanismo, sendo compreendido como um importante instrumento político:

Se, de facto, o poder militar dos povos subjugados por Roma foi quebrantado pelas legiões, foi a cidade romana que – pelo menos nas províncias ocidentais – assegurou a ‘romanização’ do território conquistado. Os Romanos não se deixaram induzir em erro e serviram-se do seu urbanismo como de um poderoso instrumento político (GRIMAL, 2003, p. 10).

De acordo com essa perspectiva, considerando-se o domínio romano sobre outros territórios, o poder de Roma pôde ser fortalecido pela construção de monumentos, templos e instituições. Como consequência, a cidade romana que se instaurava em territórios conquistados nasceu revestida de um caráter revolucionário, pois transformara o modo de vida e a organização político-social da região dominada ou submetida. Conforme Grimal, “o que desde já podemos perceber das cidades romanas, seja qual for o sítio onde se encontrem, é suficiente para mostrar o cunho poderoso deixado por Roma nos territórios que constituíram o seu Império e a actualidade sempre activa da ‘romanidade’.” (GRIMAL, 2003, p.15).

Roma é a capital mais importante do Império Romano do Ocidente e a principal cidade reconhecida, antes da Cisma do Oriente. Como se sabe, o processo expansionista

romano é iniciado alguns séculos anteriores à inauguração do Império (a partir do século IV a.C.). Ainda no período republicano, Roma investiu suas tropas militares na anexação da província de Veios, a primeira a ser conquistada fora da região do Lácio, no ano de 396 a.C. Ao final da conquista de Veios e dos conflitos com os samnitas, Roma manteve sob controle não somente o Lácio, mas toda a Península Itálica.

Após esse período, novas invasões foram realizadas pelas expedições militares do Império, como as guerras púnicas (264 -146 a.C.), a dominação de Cartago, no Norte da África, das principais ilhas mediterrâneas (Sicília, Córsega e Sardenha) e, posteriormente, de outras regiões circundantes ao Mediterrâneo, tais como: Península Ibérica, Sul da Gália, Macedônia, Grécia, Palestina, Síria, Egito, dentre outros reinos e províncias menores.

Ao analisar a configuração dessas regiões, no decorrer de anexações e consequentes romanizações, pode-se perceber o surgimento de uma nova concepção de cidadania, a qual propunha tratados de aliança com a aristocracia e com os habitantes da cidade. Neste sentido, as cidades tomaram novas formas em virtude de alguns fatores, tais como: a negociação dos direitos políticos em troca de manutenção da superestrutura militar romana; a concessão da cidadania para escravos libertos; a plena cidadania para seus filhos com o objetivo de expandir e integrar territórios pacificamente. De acordo com Beltrão:

Na península, as populações sob o domínio romano adquiriram situações jurídicas diferentes perante a *urbs*, que firmou múltiplos tratados de aliança com as cidades itálicas. Teoricamente autônomas, as cidades se comprometiam a prestar auxílio militar em caso de conflito externo, fornecendo soldados. Eram os chamados aliados (*socii*, termo do qual derivou a nossa palavra 'sócio'). Existiam as *ciuitates sine suffragio*, nas quais os habitantes eram considerados cidadãos de segunda classe, que gozavam de cidadania romana incompleta, sem direito de votar nas assembleias. Algumas cidades recebiam a condição de *municipium*, comunidades cuja população local tinha a cidadania romana e total autonomia em relação aos assuntos internos. (BELTRÃO, 2010, p. 241).

É evidente que Roma, a capital da República, manteve uma certa hegemonia no que se refere ao poder jurídico e as diretrizes impostas sobre as outras cidades da Península Itálica, embora tenha adotado uma postura flexível em relação à autonomia das colônias ali estabelecidas, no caso de elas contribuírem para o fornecimento de homens (proprietários de terras) ao exército, além de cooperarem com os pactos de aliança entre as aristocracias romanas e coloniais. Assim, quando Roma começou a colonizar outras regiões fora da Itália, elas passaram a ser chamadas de “províncias”.

Esse processo de urbanização teve um impacto muito significativo na organização das sociedades provincianas, com destaque para a forma de relacionamento e de edificação de novos padrões sociais dentro de um espaço recém-constituído, e através de um elemento já onipresente em suas práticas sociais: a romanidade. Segundo Mendes, essa organização citadina contribuiu para a expressão do sentimento de pertença e de cidadania:

A organização municipal viabilizou a integração, desenvolvendo um sentimento de pertença, expressado pelo conceito de cidadania, algo que foi socialmente institucionalizado e moralmente construído, apesar das diversidades regionais, sociais e culturais. [...] Tornar-se cidadão romano era um aprendizado, demarcado por expectativas de comportamentos singulares (MENDES, 2006, p. 42).

Vale destacar que, para os romanos, uma cidade só era considerada como um núcleo urbano quando os habitantes de uma determinada região conseguiam fazer edificações e manter as condições necessárias para a obtenção da vida pública, tais como construir fontes de água e edifícios públicos. As assembleias populares e os santuários eram de vital importância, pois se constituíam como locais de reunião e, no caso dos santuários, havia a preservação de um lugar sagrado para adoração aos deuses. Portanto, essas características denotam a grande coexistência entre a vida política e a religiosa no âmbito familiar e social.

Por oportuno, remonta-se a Pompéia, a fim de evidenciar o funcionamento político e religioso inerente a essa cidade. De acordo com o conceito de urbe, o Capitólio era considerado o templo de maior importância para a vida política romana porque representava o poder central do governo local. A configuração espacial do Capitólio se estruturava de modo a propiciar a fixação de uma basílica, o recinto votivo e os templos públicos para fins religiosos. Havia ainda a existência de um *Macellum* (Macelo), um mercado de alimentos restrito aos plebeus, os quais eram considerados cidadãos de menor relevância social. Ademais, a cidade de Pompéia era externamente murada com a finalidade de proteger seus habitantes, pois contava com a existência de diversos portões, tais como a Porta de Herculano, do Vesúvio e de Nola, os quais faziam uma ligação com as estradas imperiais.

Assim, quando os romanos chegaram a Pompéia, após travadas as Guerras Samnitas (343-341 a.C.), encontraram uma cidade, um centro urbano com uma infraestrutura montada e, a partir desse período, tiveram o trabalho de ampliá-la por meio da construção de fortalezas, estradas, teatros, anfiteatros, fóruns etc. Como uma dessas edificações romanas, pode-se citar o “Anfiteatro de Pompeios” erigido em aproximadamente 70 a.C., que é considerado por alguns historiadores como o anfiteatro mais antigo do mundo. Segundo Grimal:

O anfiteatro de Pompeios permite supor que os anfiteatros primitivos eram constituídos por um simples aterro, uma espécie de funil em terra, suportado no interior e no exterior por uma paliçada ou um muro. Arquitectonicamente, o anfiteatro não seria então mais que uma forma mais curta do circo que, esse sim, está sempre instalado no fundo de um vale. Quase com certeza, os anfiteatros foram inventados na Campânia, respondendo à predilecção das populações samnitas por espectáculos sangrentos, combates opondo gladiadores ou feras. (GRIMAL, 2003, p. 75-76).

Dessa forma, deduz-se que a estrutura política, social e cultural de Roma influenciou a organização social pré-existente em Pompeios (Pompéia), a qual teve de se incorporar

ao *modus-vivendi* romano, e, em diálogo com esse modelo, Pompéia conseguiu elaborar os meios necessários para o alcance de um novo estilo de vida coletiva. Portanto, esse é um exemplo de urbe, pois demonstra como os romanos pensaram o conceito de cidade, além de evidenciar que os habitantes das cidades românicas deveriam absorver as características urbanas, tornando-se capazes de reproduzir espaços como fontes, fóruns, basílicas, templos, passadiços, portas, tudo conforme os moldes romanos. De acordo com Guarinello:

O Século II d.C. parece ter sido o auge, igualmente, do acordo entre Império, elites urbanas e populações citadinas. As estátuas e inscrições honoríficas, agradecendo às benfeitorias feitas pelos mais ricos, atingiram um nível sem precedentes. As cidades foram embelezadas com grandes avenidas colonadas. Muitas das comodidades 'romanas', como aquedutos e fontes, grandes termas públicas, teatros e anfiteatros se difundiram pelo Império. (GUARINELLO, 2020, p. 154-155).

Embora as cidades se revestissem da beleza e das comodidades romanas, percebe-se que a distribuição de acesso ao espaço público não se apresentava igualmente a todos os cidadãos, como por exemplo o espaço da casa. Observa-se que um plebeu dificilmente teria condições de viver em uma *domi* (casa grande na qual a elite romana residia), pois eles viviam em residências muito mais simples, como o *cenaculum* (apartamento), que ficava dentro de um conjunto compartimentado de apartamentos, chamado *insula* (conjunto residencial pago regularmente por aluguel). Além disso, por vezes, essas *insulae* não eram providas de um bom arejamento, e havia ainda carência de água corrente, saneamento básico, salubridade e infraestrutura consistente. Portanto, para os plebeus, não havia espaços adequados para a formação de uma família, dentre outros fatores que denotam uma extrema precariedade no que se refere às populações menos favorecidas à época. Porém, isso não exclui a possibilidade da existência de *insulae* luxuosas, como a notável edificação encontrada pelos arqueólogos na cidade de Óstia (litoral da Itália), a qual era constituída por grandes blocos compartimentados.

Para além da segregação socioespacial, de acesso a locais públicos, existiam outras contradições em relação à questão da cidadania romana nas áreas dominadas, como a restrição feminina ao ingresso na carreira política, pois, ainda que as mulheres tivessem origem em famílias aristocráticas, o “papel da mulher” se voltava principalmente aos afazeres domésticos e aos cuidados da família. No entanto, ressalta-se que, tanto em Roma quanto nas províncias, as mulheres possuíam algumas escolhas, tais como: estudar, circular pelas ruas, construir e gerir seus próprios empreendimentos comerciais, ou até mesmo endossar apoio a um determinado político durante as campanhas eleitorais.

Essas mulheres exerciam algumas funções sociais, embora tivessem de enfrentar diversas restrições, bem como os homens pobres (plebeus), cuja maioria dedicava-se aos ofícios de contabilidade e de escrita para, futuramente, se tornarem respeitáveis comerciantes. Os homens de origem pobre, raramente, alcançavam o ensino superior,

pois, para nele ingressarem, necessitavam de qualificação, como o estudo de composição literária, de idiomas (como o grego), de retórica, além de ser requisitada, desde muito cedo, a prática de um treinamento físico especializado, cujo objetivo era o de se tornarem bons combatentes do corpo militar. Era certo que todo homem, que se predispunha a atuar junto ao poder central romano, devia possuir uma boa bagagem de conhecimento, tanto no âmbito militar, quanto no das Letras.

Nesse contexto, é preciso ressaltar a escravidão como uma prática social na qual um ser humano passa a possuir direitos de propriedade sobre outro, que passa a ser escravizado e submetido por meio de violência física ou moral. E, nesse tipo de sistema, pessoas perdem a liberdade, são forçadas a trabalhar sem qualquer remuneração e podem ser vendidas ou trocadas, semelhantes a mercadorias. Portanto, infere-se que a população dessas cidades submetidas ao domínio romano foi moldada com a prática da escravidão, uma vez que a relação entre senhor e escravo causava impactos na organização sociopolítica da cidade. Em Roma Antiga, as consequências desse tipo de relacionamento podia ocasionar a libertação do escravo que, por sua vez, tinha a possibilidade de vir a se tornar até mesmo um cidadão romano, fato considerado uma especificidade diante de outras sociedades escravagistas. Sobre a condição dos escravos libertos, afirma Guarinello:

Sabemos que o estatuto do escravo variou muito ao longo do Mediterrâneo antigo. Na Judéia, por exemplo, como em outras regiões, o estatuto de escravo não era vitalício. Na maioria das cidades gregas, um escravo libertado tornava-se um estrangeiro domiciliado – um meteco. Na Roma Republicana, pelo contrário, podia tornar-se livre e cidadão. O Império impôs certos limites à libertação de escravos e estabeleceu categorias entre eles. Mas tornar-se liberto permaneceu uma das principais formas de ascensão social. (GUARINELLO, 2020, p. 155).

No processo de dominação exercido pelo Império, a relação entre escravidão e cidadania tornou-se um dos aspectos de sua estrutura sociopolítica, bem como a utilização de forças militares, de modo que tudo isso se traduzia no exercício de poder romano. Fábio Duarte Joly discorre sobre o poder na Roma Antiga:

Desde o século IV a.C., quando Roma estabeleceu seu poder inicialmente sobre parte do Lácio, a Etrúria Meridional e a Campânia setentrional, as relações jurídicas com as comunidades sob sua égide foram reconfiguradas. No topo da escala situava-se a cidadania romana, que incluía o direito a voto (*suffragium*) nas várias assembleias em Roma e a elegibilidade para magistraturas, além de deveres militares. A partir dessa cidadania plena (*optimo iure*), definiam-se outras modalidades de participação no sistema romano de poder, conferidas a título de recompensa ou punição. Esse caráter ambivalente de uma cidadania parcial encontra-se, por exemplo, na cidadania sem direito de voto (*civitas sine suffragio*), que significava a manutenção de uma autonomia política, com o dever de fornecer homens ao exército romano e pagar tributo. Além disso, a fundação de colônias 'latinas' mostrou-se o principal instrumento de controle das comunidades itálicas ao permitir-lhes uma autonomia regulada. (JOLY, 2017, p. 28).

Essas diferentes concepções de cidadania romana, identificada em outras regiões do Mediterrâneo, puderam ser solidificadas através de negociações. É certo que, para Roma, as províncias dominadas significavam garantia de poder, manutenção da hegemonia e fornecimento militar para o Império, pois, enquanto essas províncias absorviam a influência romana, ao mesmo tempo, procuravam preservar a própria cultura, a ampliação e o fortalecimento da superestrutura (econômica, política e social).

Desse modo, faz-se necessário compreender o processo de escravidão exercido em Roma e nas cidades conquistadas. Como se sabe, o trabalho escravo é uma prática que perpassa a história do mundo, sendo sua origem relacionada a guerras e conquistas de territórios, onde geralmente os povos vencidos tornavam-se cativos e submetidos ao trabalho forçado pelos conquistadores. É fato que essa prática escravagista foi exercida por diversas culturas, sendo necessário compreendê-la à luz da História. Ao discorrer sobre a expansão da escravidão praticada em Roma, relacionada às cidades conquistadas, Guarinello explicita:

A expansão da escravidão foi outro processo ligado à criação das pólis. As razões foram políticas e econômicas e derivaram do aumento de fluxos no Mediterrâneo. Também derivaram, em grande parte, da nova posição atribuída aos estrangeiros nas pólis. A liberdade dos cidadãos estimulou a introdução de escravos estrangeiros. Foi ao mesmo tempo um processo de inclusão, dos habitantes do local, e de exclusão dos de fora. Naquelas pólis em que o compromisso político entre cidadãos impedia a submissão de um cidadão por outro, a escravização de estrangeiros tornara-se essencial para a produção primária. Nos grandes polos de interconexão do Mediterrâneo, sobretudo nas cidades portuárias, desenvolveu-se, aos poucos, um intenso tráfico de seres humanos. As fontes de escravos eram muitas: prisioneiros de guerra, pessoas traficadas de regiões periféricas, filhos vendidos por pais sem condições de mantê-los ou mesmo a auto escravização. Os escravos tornaram-se uma parte crescente da população mediterrânea. (GUARINELLO, 2020, pp. 90-91).

Essa expansão do processo escravista na população mediterrânea conduz a reflexões sobre a construção das cidades, a cidadania e a escravidão de acordo com uma perspectiva socioeconômica no mundo romano. Em sua obra, Joly aborda a questão do estado atual da historiografia acerca da escravidão na Roma Antiga, e identifica a existência de correntes que tendem à uniformização do tema da escravidão em análises que consideram o contexto escravista no Mediterrâneo. O autor faz ponderações acerca do conceito de “sociedade escravista” e suas limitações. Assim, remonta aos estudos de Moses Finley, o qual assegura que Atenas (Séc. VI a.C.) e Roma (desde o Séc. III a.C.) foram sociedades escravistas, referindo-se ao fato de que essas cidades utilizaram a prática da escravidão como instituição essencial para a sua economia, uma vez que o sustento da elite era proveniente sobretudo do trabalho escravo. Joly afirma que, para a constituição desse tipo de sociedade, seria necessário um ajuste entre três fatores:

[...] a propriedade privada da terra e sua concentração em poucas mãos;
o desenvolvimento dos bens de produção e a existência de um mercado

para venda; e a ausência de mão de obra interna disponível, obrigando os agenciadores de trabalho a recorrerem a estrangeiros. Nesse quadro, o escravo surgia como a mão de obra ideal, devido à íntima relação entre cidadania e propriedade privada da terra, que se reforçou em Atenas e Roma com o fim da escravidão de cidadãos por dívidas, colocando então a necessidade de mão de obra estrangeira. (JOLY, 2015, pp. 69-70).

A mão de obra ideal, referida por Joly, é promovida pelo escravo, que se torna um ser oposto ao cidadão, por não participar diretamente da vida política. Ademais, o autor, ao analisar o sistema escravista mediterrâneo e a função do Império Romano, em relação à disseminação da “escravidão-mercadoria”, identifica novas propostas de leitura acerca da escravidão antiga:

[...] sugiro pensar um sistema escravista mediterrâneo, no qual o Império Romano tem um papel chave com a disseminação da escravidão-mercadoria, também marcado por fases, que podem se sobrepor, mas que têm características particulares. Isso, de certa maneira contrabalançaria o viés essencialista dos estudos sobre escravidão antiga e sua respectiva tendência à uniformização da escravidão no Mediterrâneo. Uma proposta nesse sentido, que pode se mostrar proveitosa, é inserir esse estudo da escravidão no contexto de abordagens, como aquela avançada por Norberto Guarinello (2013), que entende o Mediterrâneo como palco de uma progressiva integração histórica que articulou as comunidades, produzindo sistemas sociais cada vez mais complexos, e definindo suas fronteiras sociais e identitárias. (JOLY, 2015, p. 77).

Guarinello, por sua vez, considera que o impacto da prática escravista ocorreu de diversas maneiras no entorno do Mediterrâneo, considerando-se as fronteiras internas, a propriedade privada e o caráter de estrangeiro. O autor analisa a questão da escravidão, a relação senhor-escravo e o controle da comunidade românica:

Dependeu do fortalecimento das fronteiras internas, da implantação da propriedade privada, da criação do estrangeiro, e foi estimulada pela necessidade de intensificar a produção nos centros mais ligados à rede de trocas mediterrânicas. A escravidão, quando associada à produção, permitia um grande aumento na produtividade do trabalho. Embora a relação senhor-escravo fosse privada, era a comunidade como um todo que possibilitava o controle sobre a massa de escravos. Nesse sentido, mais uma vez, a escravidão mediterrânica, privada, baseou-se na força comunitária da pólis. (GUARINELLO, 2020, p. 91).

Por fim, compreende-se que a romanização, a cidadania e a escravidão devem ser objeto de estudo de historiadores, a exemplo de Grimal, Joly e Guarinello, os quais possibilitam a revisão do passado e os modos de abordagem histórica. Dessa forma, em tempos de modernidade, ou pós-modernidade, o estudo da História Antiga se mostra relevante, pois, embora não se saiba como aconteceu exatamente a prática da escravidão e a sua extensão na Roma Antiga, pode-se inferir que, com a romanização, a continuidade dessa prática veio demonstrar a existência das fronteiras sociais impostas pelo Império nas cidades românicas.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Claudia. **História antiga**. V.2 / Claudia Beltrão, Jorge Davidson. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

BENJAMIN, Walter. “Teses sobre o conceito de História”. In: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo, Brasiliense, 1994. p. 222-232.

GRIMAL, Pierre. **As cidades romanas**. Lisboa: Edições 70, 2003.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. 1ª. ed., 5ª. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

JOLY, Fábio Duarte. **A escravidão na Roma antiga**. 2ª. Edição. São Paulo: Alameda, 2017.

_____. “Escravidão e fronteiras sociais e identitárias no mundo romano”. In: **Fronteiras e identidades no Império Romano: aspectos sociopolíticos e religiosos** / Gilvan Ventura da Silva, Érica Cristhyane Moraes da Silva, organizadores. – Vitória: GM Editora, 2015. p. 69-78.

MENDES, N. M. O sistema político do principado. In: MENDES, N.M.; SILVA, G.V. **Repensando o Império Romano**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

MOMIGLIANO, A. **Os limites da helenização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

JACQUES LE GOFF (1924-2014) E A ECONOMIA MEDIEVAL: REFLEXÃO SOBRE AS CIDADES, OS MERCADORES E O COMÉRCIO

Data de submissão: 26/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Jaime Estevão dos Reis

Doutor em História
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Programa de Pós-Graduação em História
– PPH/UEM
Mestrado Profissional em Ensino de
História – ProfHistória/UEM
Laboratório de Estudos Medievais – LEM/
UEM

RESUMO: Neste texto, refletimos acerca da contribuição historiográfica do eminente historiador francês Jacques Le Goff (1924-2014), falecido aos noventa anos em 2014. Trata-se de um dos maiores historiadores do nosso tempo, especialista em Idade Média. Suas reflexões, no entanto, se estendem para além do período que se convencionou chamar de Idade Média. Abordam, igualmente, questões de teoria e metodologia da história. Aliás, tema de seu último livro: *A história deve ser dividida em pedaços? O livro foi escrito em 2013 e publicado no Brasil em 2015. Destacaremos as contribuições do autor ao estudo das cidades, da economia medieval e seus agentes, notadamente, mercadores e banqueiros.*

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média; Jacques le Goff; Economia; Mercadores.

ABSTRACT: In this text, we reflect on the

historiographic contribution of the eminent French historian Jacques Le Goff (1924-2014), who died at the age of ninety in 2014. He is one of the greatest historians of our time, a specialist in the Middle Ages. His reflections, however, extend beyond the period conventionally called the Middle Ages. They also address issues of theory and methodology of history. In fact, it is his latest book's subject: *Should history be divided into pieces?* The book was written in 2013 and published in Brazil in 2015. We will highlight the author's contributions to the study of cities, the medieval economy and its agents, notably merchants and bankers.

KEYWORDS: Middle Ages; Jacques Le Goff; Economy; Merchants.

1 | INTRODUÇÃO

Jacques Le Goff (1924-2014) foi um dos maiores historiadores da Idade Média. Escrevemos este texto não como especialista em sua obra, mas como profissional que no exercício da docência universitária, ensina e orienta pesquisas acadêmicas, tomando como referência sua vasta produção historiográfica, dialogando com suas ideias. Abstenho-me, aqui, de

esboçar uma discussão eminentemente biográfica de Jacques Le Goff, o que seria muito interessante, pois foi um profissional e historiador bastante engajado nas questões políticas de seu tempo. Sua história pessoal se mescla, se assim posso dizer, com a história da Europa da segunda metade do século XX e primeira década deste século.

Todavia, os interessados na trajetória acadêmica e profissional deste eminente medievalista poderão recorrer diretamente às obras: *Em busca da Idade Média* (2003), publicada no Brasil em 2006, na qual conversa com o jornalista e escritor francês Jean-Maurice de Montremy, e, especialmente, aos depoimentos concedidos na forma de entrevista ao historiador Marc Heurgon (1927-2001), reunidos no livro *Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon*, disponível numa segunda edição de 2007, pela Editora da Unesp. Nesta obra, o leitor poderá acompanhar Jacques Le Goff em suas distintas fases: 1) As lembranças da juventude; 2) Os anos de formação acadêmica; 3) Os anos do pós-guerra; 4) Seus mestres e inspiradores; 5) Sua participação na École des Hautes Études en Sciences Sociales (1960-1972); 6) A presidência da École (1972-1977); 7) Os desafios da “Nova História” e a coleção *Faire de l’histoire* (Fazer História), em parceria com Pierre Nora, conhecida no Brasil como *História: novos problemas; novas abordagens; novos objetos* (1976).

Neste texto, buscamos refletir sobre a produção historiográfica de Jacques Le Goff e sua importância para os estudos da Idade Média, especialmente no Brasil. Concentraremos nossa atenção em três obras, em particular, que abordam o espaço urbano, sua organização econômica e seus agentes, o mercado e o dinheiro: *Mercadores e banqueiros da Idade Média*; *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média* e *A Idade Média e o dinheiro: ensaio de antropologia histórica*.

2 | A INSPIRAÇÃO DE JACQUES LE GOFF PARA O ESTUDO DA IDADE MÉDIA

Iniciaremos a discussão por dizer algo acerca da inspiração de Jacques Le Goff ao estudo da Idade Média: o escritor escocês Walter Scott (1771-1832), especialmente, sua obra *Ivanhoé* (1819). Foi aos 13 ou 14 anos quando ainda estava no Liceu, diz Jacques Le Goff:

[...] enquanto muito dos escritores ditos clássicos, cuja leitura nos era imposta, me pareceriam enfadonhos, eu era apaixonado por Walter Scott com seu talento romanesco [...]. Cheguei a tirar da leitura de Walter Scott algumas ideias sobre a história. Por exemplo: em *Ivanhoé*, a luta entre saxões e os normandos ou a luta de classes entre a aristocracia e as revoltas de Robin Hood, ou ainda a posição dos judeus na sociedade da Inglaterra medieval. Tudo isso vai ser confirmado pela minha leitura de Augustin Thierry, certamente preocupado demais com o tema étnico que domina *L’histoire de la conquête de l’Angleterre par les normands*. Todavia, Walter Scott nunca me pareceu um historiador, mas um romancista cujas narrativas suscitavam uma imagem muito sedutora dessa Idade Média que seria objeto de meus estudos (LE GOFF, 2007, p. 101).

Outra grande inspiração a Jacques Le Goff foi o historiador Jules Michelet, especialmente sua obra maior, *História da França*:

A Histoire de France de Michelet é incontestavelmente uma grande obra literária, mas tem uma fundamentação científica, ela se nutre de um conhecimento e de uma utilização de arquivos e de documentos, e não apenas de crônicas, o que distingue Michelet de Walter Scott ou Victor Hugo [...] Michelet devorou os arquivos e se lançou sobre eles como um verdadeiro trabalho (LE GOFF, 2007, p.102-102).

Trata-se de um belo exemplo do quão interessante pode ser o diálogo entre história e literatura e, esta, como fonte de pesquisa para o historiador, sobretudo para os medievalistas. No seu ofício de historiador e de historiador da Idade Média, Jacques Le Goff foi extremamente produtivo. Seus trabalhos incluem, além de obras próprias, a organização de dicionários¹, livros coletivos², apresentações³ e prefácios⁴.

Se pudermos estabelecer balizas geográficas e temporais, diríamos que universo temático predominante em suas obras é a Europa Ocidental Cristã. Apesar de menções, não há profundas reflexões sobre regiões da Europa ocupadas pelos muçulmanos, por exemplo. O período definido é o que compreende dos séculos V ao XV, especialmente o período central, séculos XI ao XIII, conhecido na historiografia como o de auge da cristandade⁵.

Os objetos de análise são os mais variados. Seus estudos abordam, desde temas amplos, como a formação da Europa⁶; as cidades⁷, sua organização espacial e econômica, seus habitantes e sua produção cultural⁸, assim como abordagens bem específicas: a economia⁹, a realeza, biografias como a de São Luís¹⁰ e São Francisco de Assis¹¹; o corpo e as concepções medievais sobre sua relação com a alma¹², à sexualidade e o riso; a geografia do Além¹³ e as crenças em Deus e na Trindade¹⁴; os conflitos religiosos

1 LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, 2v.

2 LE GOFF, Jacques. **Homens e mulheres da Idade Média**. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

3 LE GOFF, Jacques. Apresentação. In: **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1991.

4 LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: FRANCO JUNIOR, Hilário. **Cocanha: a história de um país imaginário**. 1998.

5 Adotamos a periodização clássica: Alta Idade Média (séculos V-X), Idade Média Central (séculos XI – XV) e Baixa Idade Média (séculos XIV –XV). Não podemos esquecer da denominação de “Longa Idade Média”, sugerida pelo autor, que estende o período até o final do século XVIII

6 LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

7 LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes: 1992; _____. **Por amor às cidades**. São Paulo: UNESP. 1988.

8 LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

9 LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1989; _____. **Mercadores e banqueiros da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1991; _____. **A Idade Média e o dinheiro: ensaio de antropologia econômica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

10 LE GOFF, Jacques. **São Luís**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

11 LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

12 LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

13 LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Lisboa: Estampa, 1993.

14 LE GOFF, Jacques. **O Deus da Idade Média**. Conversas com Jean-Luc Pouthier. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. _____. **Em busca do tempo sagrado: Tiago de Varaze e a lenda dourada**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

e a intolerância; as percepções medievais sobre o tempo¹⁵ e o imaginário¹⁶; os elementos simbólicos e o maravilhoso, fenômenos raros entre o milagroso e o mágico¹⁷ (SILVA; SILVA, 2010, p. 148).

Acrescentam-se a essas temáticas e obras indicadas, outras de caráter geral sobre a História da Idade Média no Ocidente¹⁸, algumas entrevistas¹⁹ e obras teórico-metodológicas²⁰. Nesta última categoria, por assim dizer, se inclui, também, a clássica edição organizada em parceria com Pierre Nora²¹. Quase todas, felizmente, traduzidas para o português, o que facilita a leitura por estudantes de graduação, não apenas de História, mas de outras áreas das Ciências Humanas.

A abrangência e a tipologia de fontes utilizadas por Jacques Le Goff são igualmente variadas, seguindo, obviamente, a tradição dos *Annales*. Incluem: sermões, epístolas, atas de concílios e sínodos, ordenações reais, regras religiosas, hagiografias, crônicas, manuais de confessores, tratados teológicos, filosóficos, matemáticos e médicos, *exempla*, poemas, canções, romances, contos, estatutos urbanos, contratos, documentos comerciais, textos jurídicos, relatos de viagem, manuais de comércio, textos apócrifos do Antigo e Novo Testamento, iluminuras, monumentos arquitetônicos, etc. (SILVA; SILVA, 2010, p. 148).

Há, entretanto, no nosso entendimento, um eixo torno do qual gravita o pensamento de Jacques Le Goff: o espaço urbano. O autor se declara “um caminhante enamorado da cidade medieval”. Não por acaso, declara sua paixão em *Por amor às cidades* (1998). Para Le Goff:

A cidade contemporânea, apesar de grandes transformações, está mais próxima da cidade medieval do que esta última da cidade antiga. A cidade da Idade Média é uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço, um lugar de produção e de trocas em que se mesclam o artesanato e o comércio alimentados por uma economia monetária. É também o cadinho de um novo sistema de valores nascido da prática laboriosa e criadora do trabalho, do gosto pelo negócio e pelo dinheiro (LE GOFF, 1998, p. 25).

E é este espaço urbano e seus agentes econômicos que o inspirou a escrever sua primeira obra: *Mercadores e banqueiros da Idade Média* (1956). Nesta sua primeira investigação econômica, Le Goff toma a direção contrária à de dois outros medievalistas franceses consagrados: Marc Bloch (1886-1944) e Georges Duby (1919-1996). O primeiro, havia publicado em 1931, sob patrocínio do Instituto para o Estudo Comparativo das

15 LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**: tempo, trabalho e cultura no Ocidente medieval. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

16 LE GOFF, Jacques. **O imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

17 LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1990.

18 LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, 2v. _____. **La baja Edad Media**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1992.

19 LE GOFF, Jacques. Reflexões sobre a História: entrevista de Francesco Maiello. Lisboa: Edições 70, 1986. _____. Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon. São Paulo: UNESP, 2007.

20 LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996. _____. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. _____. **A história deve ser dividida em pedaços?** São Paulo: Unesp, 2015.

21 LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. _____. **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. _____. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

Civilizações, de Oslo, portanto, sete anos após a escrita de *Os reis taumaturgos* (1924), o livro: *As características originais da história rural francesa*, no qual busca analisar os elementos fundamentais de uma história agrária baseada nas técnicas agrícolas, na realidade econômica e no modo de vida no campo francês medieval. Marc Bloch nunca considerou a obra acabada, pois pretendia refazê-lo. Fuzilado pelos nazistas em 16 de junho de 1944, o autor não realizou seu desejo de reeditar o texto ampliado²².

Georges Duby, em seus estudos iniciais de História Econômica medieval, publicou *Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval* (1962), no qual amplia o horizonte de análise para além da França, para traçar um panorama da economia rural na Europa medieval entre os séculos IX a XIII, influenciado, certamente, pela obra de Marc Bloch, não apenas na *História rural*, mas, sobretudo, na *Sociedade Feudal*, escrita em 1939. Aliás, o espaço agrário já havia sido objeto de estudo do historiador em sua tese de doutorado *La société au XIe. Et XIIe. Siècle dans la région Mâconnaise* (1953), num estreito diálogo entre história, geografia e economia. Em 1973, Duby retoma a discussão desenvolvida em *Economia rural e vida no Campo no Ocidente medieval*, retrocedendo na cronologia até o século VII, para investigar o que chamou de “primórdios do crescimento econômico europeu”, na obra *Guerreiros e camponeses*.

Jacques Le Goff, ao contrário, interessa-se mais pelo espaço urbano, as cidades e seus agentes econômicos, ou seja, mercadores e banqueiros:

[...] a cidade suscita aqueles que, a partir do século XIV, serão chamados de banqueiros, isto é, pessoas que faziam então operações muito simples, em lugares muito simples, com frequência em espaços exteriores, sobre bancas (“banqueiro” vem daí). Sua atividade essencial é o câmbio: estamos numa sociedade em que a grande multiplicidade de moedas dificulta a economia. É aí que vemos aparecer o papel dos judeus. Porque se tornaram os especialistas não do câmbio (são cambistas bastantes modestos), mas do empréstimo. Empréstimo a juros e empréstimo para consumo. Eles são quase os únicos que podem dispor de somas sobre as quais cobram um juro, e pelas quais tomam garantias que beneficiam fortemente o credor – louças, vestuário, tecidos, coisas da vida cotidiana aquele que toma emprestado dos judeus se despoja e alimenta um ódio terrível em relação a isso. Contudo, esse ressentimento é consequência da organização da economia e da sociedade (LE GOFF, 1998, p. 36).

É este espaço urbano e seus agentes econômicos que inspirou Jacques Le Goff a escrever três de suas obras sobre a economia medieval, sempre com um olhar multidisciplinar: *Mercadores e Banqueiros da Idade Média* (1956), *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média* (1986) e a mais recente, *A Idade Média e o dinheiro: ensaio de antropologia histórica* (2010)²³.

²² FEBVRE, Lucien. Advertencia al lector. In: BLOCH, Marc. **La historia rural francesa**: caracteres originales. Barcelona: Editorial Crítica, 1978.

²³ Evidentemente, as questões econômicas perpassam outras obras do autor. Aqui me refiro especificamente às obras nas quais a economia e seus agentes estão no cerne da discussão e nas quais o próprio autor dialoga com especialistas em História Econômica. Veja, por exemplo, o diálogo com a obra de Peter Spufford, “O dinheiro e seu uso na Europa medieval”, no capítulo IV de “A idade Média e o dinheiro”.

3 | OS ESTUDOS ECONÔMICOS: MERCADORES, BANQUEIROS E O DINHEIRO NA IDADE MÉDIA

Atento aos debates e à realidade econômica Pós-Segunda Guerra, *Mercadores e banqueiros da Idade Média*, insere-se no âmbito das polêmicas geradas nos anos 1920, com a reedição da obra *O capitalismo moderno* (1902) de Werner Sombart (1863-1941), economista e sociólogo alemão. O livro havia provocado uma discussão iniciada por Henri Pirenne (1862-1935) em 1929, e continuada pelo historiador econômico italiano, Armando Saporì (1892-1976) em 1946.

O cerne da questão pode ser resumido da seguinte forma: Werner Sombart defendeu que o capitalismo só poderia ter surgido no período moderno (século XVI), porque a economia medieval era fundamentalmente uma “economia de gastos”, cujo objetivo era o da satisfação das necessidades, economia, esta, permeada pela “ideia de subsistência”. Em consequência, os agentes econômicos medievais – ou seja, os mercadores - eram desprovidos de um “espírito capitalista”, isto é, do desejo de ganho, de ambição, de lucro e de amor ao dinheiro que caracteriza a época moderna, fundamental, portanto, para o estabelecimento do capitalismo.

Esta ideia havia sido reafirmada por Sombart, em outra de suas obras dedicadas ao capitalismo: *El burgués*, publicada originalmente em 1913. O que havia enfurecido Henri Pirenne e, sobretudo, Armando Saporì, era a afirmação de que o mercador medieval, além de desprovido do “espírito capitalista”, era inculto, beirando a ignorância. Apresentava uma inaptidão quase nata ao cálculo, à medição exata e ao controle correto das cifras, dos ganhos, das perdas, etc:

[...] na esfera da economia nos mostra aptidão escassamente desenvolvida para tudo que se refere ao cálculo, para a medição exata de magnitudes, para o manejo correto dos números. Isto é verdade até para as atividades do comerciante. Na realidade, não se buscava a exatidão. É uma ideia especificamente moderna a de que as contas devem necessariamente “equilibrar-se”. Toda a época anterior, confrontada com a novidade de valorizar e expressar as coisas em números, se contentava com uma transcrição meramente aproximada de ordens de grandeza. Qualquer pessoa que tenha estado envolvida na investigação de relatos da Idade Média, sabe que a revisão das somas revela frequentemente números muito discrepantes. Erros por descuido e ignorância estão na ordem do dia (SOMBART, 1982, p. 25-26)²⁴.

A resposta à afirmação de Werner Sombart, veio na forma de dois artigos que consideramos clássicos: *A instrução dos mercadores na Idade Média* (1929) de Henri

24 No original: [...] en la esfera de la economía nos lo ofrece la aptitud escassamente desrollada para todo lo referente al cálculo, para la medición exacta de magnitudes, para el manejo correcto de cifras. Esto es cierto incluso en la actividad del comerciante. En realidad no se pretendía ser “exacto”. Es una idea específicamente moderna la de que las cuentas hayan de “cuadrar” necesariamente. Toda la época anterior, ante la novedad de la valoración y expresión de las cosas en cifras, se contentaba con una transcripción meramente aproximada de los órdenes de magnitud. Todo aquel que se ha ocupado en la investigación de las cuentas de la Edad Media sabe que la revisión de las sumas revela a menudo cifras muy discrepantes. Los errores por descuido o ignorancia están a la orden del día (SOMBART, 1982, p. 25-26).

Pirenne, e *A cultura do mercador medieval italiano* (1946) de Armando Sapori, que deram impulso ao aparecimento de vários estudos acerca da formação dos mercadores medievais. Nesta esteira seguem Robert Lopez²⁵, Yves Renouard²⁶, Peter Spufford²⁷, entre outros.

Jacques Le Goff não se preocupa, entretanto, em responder diretamente à tese de Werner Sombart. *Mercadores e banqueiros* não é uma história do comércio medieval em sentido amplo e nem dos pequenos e médios mercadores, mas dos grandes mercadores e dos banqueiros ou “mercador-banqueiro [...] no seu gabinete ou no mercado – isto é, em sua atividade profissional” (LE GOFF, 1991, p. 3). Busca refletir sobre esses “homens de negócio” para usar a expressão de Yves Renouard (1973), sua influência política e cultural nas cidades medievais.

Conceitualmente se difrencia de Werner Sombart ao caracterizar os grandes mercadores e banqueiros como pré-capitalista, ainda que no âmbito de uma economia e sociedade feudais. É uma concepção que contradiz a realidade econômica de um agente cujo objetivo era o ganho, o lucro. A tese de Jacques Le Goff explica-se pela fórmula D-M-D, ou seja, dinheiro com que se compra mercadorias para obter mais dinheiro. Não vê a existência pré-capitalista do capitalista que não gerava valor comprando força de trabalho, mas que se apropriava do valor na atividade de compra e venda de não equivalentes (ASTARITA, 2014, p. 2-3).

A ideia desenvolvida em *Mercadores e Banqueiros da Idade Média* (1956) é continuada em *A bolsa e a vida*, escrito em 1986, portanto, 30 anos após sua primeira obra. Ao concluir sua discussão sobre economia e religião na Idade Média, Le Goff afirma taxativamente:

Os iniciadores do capitalismo são os usurários, mercadores do futuro, mercadores do tempo que, desde o século XV, Leon Battista Alberti definirá como do dinheiro. Esses homens são cristãos. Aquilo que os retém no limiar do capitalismo não são as consequências terrestres das condenações da usura pela Igreja, é o medo, o medo angustiante do Inferno. Numa sociedade em que toda consciência é uma consciência religiosa, os obstáculos são antes de tudo – ou finalmente – religiosos. A esperança de escapar ao Inferno, graças ao Purgatório, permite ao usurário fazer avançar a economia e a sociedade do século XIII em direção ao capitalismo (LE GOFF, 1989, p. 90).

Todavia, esta concepção muda completamente em sua última obra em que o dinheiro é objeto de discussão: *A Idade Média e o dinheiro: ensaio de antropologia histórica* (2010), publicada no Brasil em 2014, ano de sua morte. Em capítulo síntese intitulado *Capitalismo ou caritas?*, Le Goff faz um revisionismo da historiografia relativa ao debate sobre as origens do capitalismo, e da opinião defendida em *Mercadores e banqueiros* e em *A bolsa e a vida*, para negar a existência de um capitalismo ou mesmo de um pré-capitalismo na Idade Média (LE GOFF, 2014, p. 245).

25 LOPEZ, Robert S. **A revolução comercial da Idade Média: 950-1350**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

26 RENOUEAU, Yves. **Les hommes d'affaires italiens du Moyen Age**. Paris: Librairie Armand Colin, 1949.

27 SPUFFORD, Peter. **Money and its use in medieval Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

Utiliza-se do conceito de *caritas* por entender que, “[...] se se quer tentar definir um tipo de economia monetária medieval [...] é no domínio da doação que é preciso buscá-lo [...] O dinheiro não é, portanto na Idade Média ocidental uma identidade econômica: sua natureza e seu uso indicam outras concepções” (LE GOFF, 2014, p. 246). Na realidade o conceito, *caritas*, utilizado por Le Goff, havia sido empregado por Anita Guerreau-Jalabert em seu artigo *Caritas y don en la sociedad medieval occidental* (2000).

Ao compartilhar a opinião da historiadora, Le Goff afirma que:

[...] a sociedade ocidental medieval é dominada pela religião e pela Igreja, juntando-se assim à opinião de de Polanyi, que chama a atenção par o fato de que não existe economia independente na Idade Média, mas imbricada num conjunto dominado pela religião. O dinheiro não é portanto na Idade Média ocidental uma entidade econômica: sua natureza e seu uso indicam outras concepções. (LE GOFF, 2014, p. 246).

Esse ponto de vista permite entender porque a prática, na qual o dinheiro desempenha um papel essencial, a da usura, é condenada como um dos pecados mais graves. A palavra *caritas* tem, na Idade Média, um sentido diferente do empregado na Roma antiga, amor, amizade. Trata-se de lógicas sociais diferentes. “A *caritas* em geral e o dinheiro em particular, limitado na Idade Média à Moeda, associam-se, aos olhos dos historiadores, dentro de um mesmo processo econômico” (LE GOFF, 2014, p. 247).

Neste sentido, ao invés de falarmos de um pensamento econômico medieval – o que não existe, de fato – deve-se inserir o comércio e a produção da riqueza material “num sistema de valores sempre submetido à *caritas*” (GUERREAU-JALABERT apud LE GOFF, 2014, p. 248) . Daí entendermos, por exemplo, a noção de “preço justo” que permeia as relações econômicas na Idade Média.

Essas considerações levam Le Goff a concluir, diferentemente do que havia afirmado em *Mercadores e banqueiros da Idade Média* e em *A bolsa e a vida*, que na Idade Média, até pelo menos o fim do século XV, não se pode falar de capitalismo ou mesmo de um pré-capitalismo. Encerra a discussão sobre *A Idade Média e o dinheiro* afirmando que, considerando-se a ideia da *caritas*:

[...] para a Idade Média e até o fim do século XV, seja impossível falar em capitalismo ou mesmo em pré-capitalismo. Só no século XVI haveria elementos que se reencontrariam no capitalismo: a abundância de metais preciosos chegados da América [...], o surgimento perene de uma Bolsa, ou seja, de um mercado organizado no qual se fariam as transações sobre os valores, mercadorias ou serviços (LE GOFF, 2014, p. 249).

Deste modo, a reflexão de Jacques Le Goff, em relação às origens do capitalismo, se aproxima da ideia central de Werner Sombart, quanto ao período, isto é, inícios dos tempos modernos. Todavia, diferentemente do sociólogo e economista alemão, não há, na reflexão do autor, indícios que o fazem concordar com Sombart de que as razões para esse início tardio, foram o “atraso” intelectual – compreenda-se falta de cultura, displicência

e ausência de uma “aptidão” econômica dos mercadores e homens de negócio da Idade Média.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2014 marcou a memória dos estudiosos da Idade Média em todo o mundo. Neste ano, a academia perdeu Jacques Le Goff, um dos maiores eruditos sobre o período medieval e suas contribuições à contemporaneidade. Todos nós, que ensinamos, pesquisamos e orientamos dissertações e teses sobre o medievo, nos sentimos meio órfãos.

Autor de uma vasta produção historiográfica acerca da Idade Média, e de obras de caráter teórico-metodológico sobre o ensino de História e de História Medieval, em última instância, destacou-se entre os membros da Terceira Geração dos *Annales*. Sua pareceria com Pierre Nora, possibilitou a publicação da coleção *Faire de l'histoire* – literalmente, “Fazer História”, com edição em português com o título, *História: novos objetos, novos problemas e novas abordagens*, impulsionou os estudos medievais no Brasil a partir da década de 1980.

Neste texto discutimos as contribuições de Le Goff no campo da economia, dos mercadores e do comércio na Idade Média. Conforme mostramos, as três principais obras que tratam do assunto: *Mercadores e banqueiros da Idade Média*, *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média* e o *Dinheiro na Idade Média: ensaio de antropologia histórica*, abordam o universo das cidades como espaço de atuação dos mercadores e banqueiros, bem como o significado do dinheiro e das práticas comerciais. Abordagens instigantes que abrem um leque de possibilidades para a investigação econômica, apontam questões a serem pensadas e repensadas sobre a economia medieval, sua estrutura, organização e funcionamento.

REFERÊNCIAS

ASTARITA, Carlos. Le Goff. Balance crítico de un legado. **Sociedades Precapitalistas**, v. 3, n. 2, 2014, p. 1-35. Disponível em https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6241/pr.6241.pdf Acesso em 01/11/2024.

BLOCH, Marc. **La historia rural francesa: caracteres originales**. Barcelona: Editorial Crítica, 1978.

_____. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DUBY, Georges. **Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1987. 2v.

_____. **Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu (séc VII-XII)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

_____. **La société aux XIe et siècles dans la région mâconnaise**. Paris: EHESS, 1995.

FEBVRE, Lucien. Advertencia al lector. In: BLOCH, Marc. **La historia rural francesa: caracteres originales**. Barcelona: Editorial Crítica, 1978.

GUERREAU-JALABERT, Anita. *Caritas* y don en la sociedade medieval occidental. **Hispania**. V. LXI, n. 204, 2000, p. 27-62. Disponível em <https://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/561/558> Acesso em 20/10/2024.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Mercadores e banqueiros da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1991

_____. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes: 1992.

_____. **O nascimento do purgatório**. Lisboa: Estampa, 1993.

_____. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Por amor às cidades**. São Paulo: UNESP. 1998.

_____. **São Luís**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **São Francisco de Assis**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

_____. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **O Deus da Idade Média**. Conversas com Jean-Luc Pouthier. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon**. São Paulo: Unesp, 2007.

_____. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. (Org.). **Homens e mulheres da Idade Média**. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

_____. **A Idade Média e o dinheiro: ensaio de antropologia econômica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Em busca da Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Em busca do tempo sagrado: Tiago de Varaze e a lenda dourada**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **A história deve ser dividida em pedaços?** São Paulo: Unesp, 2015.

_____. Apresentação. In: **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1991.

_____. Prefácio. In: FRANCO JUNIOR, Hilário. **Cocanha: a história de um país imaginário**. 1998.

LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, 2v.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LOPEZ, Robert S. **A revolução comercial da Idade Média: 950-1350**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

PIRENNE, Henri. L'instruction des marchands au moyen âge. In: **Annales d'histoire économique et sociale**, n1, 1929, p. 13-28. Disponível em https://www.persee.fr/doc/ahess_0003-441x_1929_num_1_1_1033 Acesso em 30/10/2024.

RENOUARD, Yves. **Les hommes d'affaires italiens du Moyen Age**. Paris: Librairie Armand Colin, 1949.

SAPORI, Armando. **The italian merchant in the Middle Ages**. New York: W. W. Norton & Company, 1970.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, SILVA, Leila Rodrigues da. Jacques Le Goff. In: LOPES, Marcos Antônio Lopes; MUNHOZ, Sidnei J. (Orgs). **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 135-152

SILVA, Andreia Lopez Frazão; SILVA, Leila Rodrigues. Jacques Le Goff: uma breve biografia, obras publicadas no Brasil e influência no Programa de Estudos Medievais da UFRJ. **Brathair**, v. 16, n. 1, 2016, p. 34-59. Disponível em <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/1173/926>. Acesso em 03/11/2024.

SOMBARD, Werner. **El burguês**. Madrid: Alianza Universidad, 1982.

SPUFFORD, Peter. **Money and its use in medieval Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

SCOTT, Walter. **Ivanhoé**. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

AS IRMÃS FELICIANAS E A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS CEBs EM SERRA PRETA ENTRE OS ANOS DE (1975 E 1985)

Data de submissão: 15/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Rodrigo Santana Oliveira

Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Ciências Humanas —
Campus V
Santo Antônio de Jesus
Programa de Pós — Graduação em
História Local e Regional

RESUMO: O presente artigo é uma breve reflexão que faz parte da minha pesquisa de mestrado no Programa de História Local e Regional do Campus V da UNEB de Santo Antônio de Jesus. O objetivo desta comunicação é buscar evidenciar como se deu a trajetória histórica das CEBs na Paróquia Nossa Senhora do Bom Conselho em Serra Preta a partir da ordem religiosa das Irmãs Felicianas que chegaram a Paróquia na década de 1970, quando as CEBs estavam em alta em todo Brasil. Buscamos, para guiar as nossas reflexões teóricas e os rumos historiográficos da Nova História Política, uma vez que de acordo *Rémond*¹, fica nítido que dentro das novas possibilidades de investigação do campo político, a atuação de grupos religiosos como das CEBs e movimentos

sociais, ganharam destaques, se tornando indispensável para novos estudos. Nesse sentido, se apropriamos também das definições de Frei Betto acerca da concepção de CEBs para melhor entender a trajetória histórica e atuação destas comunidades em Serra Preta. Dentre as fontes consultadas trabalhamos com o jornal *Feira hoje* da Cidade de Feira de Santana, as atas das irmãs Felicianas, as fontes orais e documentos eclesiais da igreja.

PALAVRAS-CHAVE: CEBs, Irmãs Felicianas e Trajetória Histórica.

ABSTRACT: This article is a brief reflection of my course completion research (TCC), underway at the Department of Education UNEB campus XIII of Itaberaba. The purpose of this communication is to seek to highlight how was the historical trajectory of CEBs in the Parish Our Lady of Good Counsel from the religious order of the Felician Sisters who arrived in the 1970s, when the CEBs were high throughout Brazil. We seek to guide our theoretical reflections historiographical direction of the new political history, since according to *Rémond*, it is clear that within the new possibilities of research of the political field, the activities

1 RÉMOND, René (org.). Por uma História política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

of religious groups such as the CEB and social movements, won highlights , becoming indispensable for further studies. In this sense, we also appropriated the Frei Betto settings on the CEBs design to better understand the historical trajectory and performance of these communities in Serra Preta. Among the sources consulted work with the Fair newspaper today the city of Feira de Santana, the minutes of the Felician Sisters, oral sources and ecclesial documents of the church.

KEYWORDS: CEB, Felician Sisters and Historical Path

INTRODUÇÃO:

O surgimento das CEBs² na década de 1970 foi um fenômeno em todo Brasil, no entanto em Serra Preta³ essa concepção de CEBs só é possível ser entendida a partir da chegada da ordem religiosa das Irmãs Felicianas⁴ na Paróquia Nossa Senhora do Bom Conselho. Sendo assim, a trajetória histórica e a própria atuação social destas comunidades em Serra Preta, esta articulada diretamente com a chegada dessa ordem religiosa que alterou não apenas o contexto religioso do município, bem como o contexto da disputa de poder político local.

Estas comunidades foram o que podemos chamar de força da Igreja, pois estavam na base desde sua formação. No início da década de 1980 várias Congregações femininas chegaram ao Brasil e foram incentivadoras e acompanharam a formação das CEBs. Trabalhavam em parceria com os padres estrangeiros que já pastoravam aqui no país. Como afirma Löwy:

As CEB"s começaram a crescer sob o impulso de um grande número de padres e de religiosos e com o apoio dos bispos radicais. As Religiosas de Ordem femininas foram não apenas as mais numerosas existem 37 000 irmãs no Brasil – mas também, por qualquer outro fator de comparação, as mais eficazes no estabelecimento de comunidades nos bairros pobres das cidades.⁵

Os dados apresentados por Löwy são referentes ao princípio da década de 1970. Em Serra Preta, aconteceu na transição da década de 1970 para o início de 1980. Na

2 São comunidades porque reúne pessoas que têm a mesma fé, pertence à mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares) donas-de-casa, operários, trabalhadores rurais, estudantes, aposentados, etc. BETTO, Frei. O que é Comunidade Eclesial de Base. 2º edição. São Paulo: Brasílica 1981.

3 O município de Serra Preta está localizado na microrregião de Feira de Santana no território de identidade da Bacia do Jacuípe a uma distância de 162 km da capital do Estado. Segundo, estimativa do IBGE (2010), a população do município de Serra Preta chega a 15.672, compreendendo uma área territorial de aproximadamente 536, 488 Km2, fazendo limite com as cidades de *Riachão do Jacuípe, Ipirá, Anguera e Ipecaetá*.

4 A ordem é um instituto religioso de direito pontifício cujos membros professam votos públicos de castidade, pobreza e obediência e seguem o caminho evangélico de vida em comunidade. A história da comunidade Felicianas teve seu início no século dezenove na Polônia, que deixou de existir como nação no ano de 1795, quando foi dividida entre a Rússia, a Prússia, e a Áustria. O duro começo no setor Russo foi mesclado com a tristeza e a angústia dos pobres e dos aflitos enquanto o país lutava sob a opressão da liderança estrangeira. A meta da comunidade é cooperar com Cristo na renovação espiritual do mundo. Sendo uma congregação apostólica, as Irmãs Felicianas cumprem sua missão na Igreja através da contemplação e da ação.

5 LÖWY, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Cortez/autores associados. 1991. p. 56

década de 1970 que é quando as Irmãs Felicianas chegam na Diocese de Feira de Santana e posteriormente em Serra Preta por designação do Bispo Dom Silvério.

De acordo com a revista ALFA⁶ o município tinha 19.300 habitantes com uma população concentrada mais na zona rural do que na zona urbana. Sendo que, neste período tínhamos um município muito mais rural do que urbano, diferente de hoje, principalmente, por conta do êxodo rural ocorrido nos últimos anos, fator esse que explicará futuramente o porquê do surgimento das CEBs em Serra Preta estar concentrada, sobretudo na zona rural, assim como nas grandes regiões do país.

Em 21 de julho de 1962, pela Bula Papal “*Novae Ecclesie*” pelo Papa João XXIII, foi criada a Diocese de Feira de Santana e oficializou-se, sendo desmembrada da Arquidiocese de São Salvador da Bahia. Diocese que a Paróquia de Nossa Senhora do Bom Conselho de Serra Preta nesse mesmo ano passaria a fazer parte.

A Paróquia de Serra Preta passou a fazer parte de uma nova realidade eclesial, em relação a sua Diocese que assim como toda Igreja Católica no Brasil e no mundo passava por um processo de profundas mudanças, em função do Concílio Vaticano II. Ainda que essas mudanças, já viessem acontecendo desde pós-guerra, mas é o Vaticano II (1962-1965) que vai aceitar estas modificações trazendo os leigos para o corpo eclesiástico. Assim o surgimento da Diocese de Feira de Santana é oriundo desse processo de mudanças eclesiais.

Nesse sentido, de atualização da Igreja o Vaticano II abriu as portas da Igreja de Roma às questões da modernidade e proporcionando o desencadear de novas formas de ser igreja a partir das suas realidades sendo um grande marco dentro da Igreja Católica no século XX.

Embora, para Oscar Beozzo ao nos debruçarmos sobre a recepção desse evento, devemos atentar para um dado, tranquilamente aceito pela historiografia que o Concílio foi dominado hegemonicamente por bispos e teólogos da Europa, de modo particular, da Europa Central, apesar do Vaticano II ter sido tão bem recebido pela Igreja Católica do Brasil a presença dos bispos brasileiros foram minoria no evento.⁷

Desse modo, o reconhecimento da Igreja Católica acerca das CEBs está ligado a II Conferências Episcopal de Medellín.⁸ Esta Conferência em 1968 na Colômbia e todo esse processo de atualização que a igreja vinha passando, desde o Concílio Vaticano II foram importantes, sobretudo, para Igreja Católica do Brasil que por meio das CEBs caminhava em direção a Teologia da Libertação como instrumento de análise crítica da realidade.

6 Revista ALFA, ano III – n° 12 Salvador – BA.

7 BEOZZO, José Oscar. A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes, 1994.

8 Foi convocada pelo Papa Paulo VI para aplicar os ensinamentos do Concílio Vaticano II às necessidades da Igreja presente na América Latina. A temática proposta foi “A Igreja na presente transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”. A abertura da Conferência foi feita pelo próprio Papa que marcou a primeira visita de um pontífice à América Latina.

Contudo, todo esse *aggiornamento*⁹ que a Igreja passou a viver a partir da década de 1960, também chegou a Paróquia Nossa Senhora do Bom Conselho em Serra Preta por meio de renovações tendo as Irmãs Felicianas como mediadoras desse processo de mudanças.

O primeiro desdobramento na Paróquia Nossa Senhora do Bom Conselho de Serra Preta fruto desse processo de atualização que a Igreja Católica vinha passando pós Medelín é a criação da sua própria Diocese que ocorreu no dia 21 de julho de 1962 pela bula “*Quandoquidem novae*” do Papa João XXIII, como forma de descentralização do poder da Arquidiocese de Salvador.

O outro desdobramento, relevante oriundo deste processo na Paróquia de Serra Preta seria a formação das Comunidades Eclesiais de Base, por meio dos serviços pastorais desenvolvidos pelas Irmãs Felicianas em Serra Preta a partir da década de 1970 como orientava Medelín e o Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB, que foi pensando a partir dos documentos conciliares.

Portanto, as mudanças na igreja de modo geral a partir do Vaticano II também chegaram a Paróquia de Serra Preta, principalmente, após Medelín, ou seja, a criação da própria Diocese vem atender as novas diretrizes da igreja, sobretudo por meio da criação das CEBs que em Serra Preta é uma ação peculiar das Irmãs Felicianas.

IRMÃS FELICIANAS E AS CEBs EM SERRA PRETA

A trajetória histórica das CEBs na Paróquia Nossa Senhora do Bom Conselho em Serra Preta, se configura em um contexto político e religioso articulado inicialmente pela ordem religiosa das Irmãs Felicianas, que chegaram à Bahia na Cidade de Feira de Santana vindo de Curitiba no ano de 1977 de acordo os registro de suas atas.¹⁰

A vinda dessa ordem religiosa para Bahia e posteriormente para Serra Preta não seria por acaso, ou seja, pensando a vinda dessas irmãs dentro de um contexto de restauração e mudanças que a Igreja estava vivendo nesse período da década de 1960 em função do que orientava o Vaticano II (1962-1965) e principalmente da Conferência Episcopal de Medelín, (Colômbia-1968).

Logo identificamos que a chegada dessa ordem religiosa na Diocese de Feira de Santana esta articulada com as novas diretrizes que a Igreja Católica passava a viver, sobretudo, no que tange o processo de mobilização e formação de CEBs que as Irmãs Felicianas começaram a desenvolver nas Paróquias do interior da Diocese de Feira de Santana como em Serra Preta por meio de uma ação pastoral libertadora.

9 Aggiornamento é um termo italiano utilizado durante o Concílio Vaticano II e que o Papa João XXIII popularizou como expressão do desejo de que a Igreja Católica saísse atualizada do Concílio Vaticano II.

10 Ata da chegada das Irmãs Felicianas em Feira de Santana. Pagina 22, as 14:32h

Segundo Irmã Isabel¹¹ o ano era 1978 quando ela e Irmã Francelina Rocco¹² chegaram a Paróquia de Nossa Senhora do Bom Conselho em Serra Preta para visitar alguns amigos.

Sendo que, neste mesmo período as CEBs em Feira de Santana estavam no auge com os padres espanhóis. Ou seja, na sede da Diocese as CEBs já tinham começado a germinar, é tanto que segundo a entrevista do Bispo Don Silvério¹³ ao *Jornal Feira Hoje*¹⁴ este prestou conta de seus serviços eclesiais neste periódico por conta da visita Ad Limina¹⁵ ao Papa João Paulo II em 1980, afirmando que: “conseguiu organizar pastoral e administrativamente as paróquias (...) A Diocese criou Conselhos paroquiais e organizou Comunidades de Base”. O bispo assegurava que a diocese vinha crescendo e já realizava muitas atividades inclusive na “linha” de CEBs.¹⁶

De acordo Irmã Rosália, a principal razão do envio das Felicianas a Serra Preta especificamente foi por que:

Na época, muitas Paróquias do interior da Diocese de Feira de Santana, estavam sem Párocos ou eram servidas esporadicamente por alguns sacerdotes que já tinham outras Paróquias sob a sua responsabilidade. O próprio Dom Silvério, com grande sacrifício e generosidade assumia estes locais de quando em quando e com ele ia uma ou outra Irmã Felicianas para ajudá-lo nos Cursos para noivos, pais e padrinhos e todo tipo de orientação paroquial. Foi assim que as Irmãs, aos poucos foram assumindo definitivamente o trabalho em Serra Preta. Da mesma forma, foi à necessidade de uma presença religiosa que fez com que as Irmãs optassem por prestar um serviço mais sistemático em Serra Preta e em algumas Comunidades Rurais pertencentes à Paróquia de Serra Preta.¹⁷

Isto é, conforme o relato da Freira Rosália as Irmãs Felicianas vão para Serra Preta por conta das necessidades eclesiais e missionárias como nos relata a nossa depoente, mas ao chegarem a Paróquia essas necessidades eclesiais começam a ganhar outros rumos e horizontes bem como nos relata Irmã Isabel:

Ir. Francelina começou apoiar o Sindicato em Feira de Santana a qual participamos da grande Greve, e com este envolvimento sentimos a necessidade de fundar e acompanhar os Sindicatos do interior. Anguera estava para fundar o Sindicato e aí fomos fazer várias visitas e também no Bravo, já existia o sindicato mais ligado as situações dos coronéis eles que mandavam em tudo inclusive um que morava numa fazenda próxima do Bravo o Falcão {...}

11 Uma das primeiras Felicianas que passou a morar na Paróquia de Serra Preta como forma de está mais presente na vida das comunidades. Diferente de outras Irmãs Felicianas que só vinha na Paróquia de passagem. Isabel foi a responsável pelo projeto de instalação de uma casa das Felicianas na Paróquia como forma de melhor atender as comunidades e as Irmãs que vinha fazer serviço pastoral na Paróquia, porém que eram de fora.

12 Uma das primeiras Felicianas que passou também a morar na Paróquia de Serra Preta junto com Irmãs Isabel.

13 Frei Silvério foi nomeado bispo de Caetité, pelo Papa Paulo VI, no dia 17 de março de 1970 Recebeu a ordenação episcopal no dia 10 de maio de 1970.

14 Jornal Feira Hoje, 05 de setembro de 1984. Caderno 2, p. 4

15 Visita que todos os bispos fazem ao papa geralmente a cada cinco anos para prestar contas de seu serviço pastoral.

16 Evejânia, Rita dos Santos. Interação Fé e Vida: A “caminhada” das Comunidades Eclesiais de Base em Feira de Santana (1975-1985). Feira de Santana: UEFS, 2010. Monografia do curso de História.

17 Entrevista cedida por Irmã Rosália uma das primeiras Felicianas a passar por Serra Preta em 1977. A entrevista aconteceu via e-mail no dia 04 de Julho de 2014.

Desse modo, percebemos que a chegada das irmãs Felicianas em Serra Preta extrapola a sua atuação no campo religioso. Sendo que um dos principais motivos que levaram irmã Isabel e Irmã Francelina a Paróquia Nossa Senhora do Bom Conselho de Serra Preta em especial nas comunidades do distrito do Bravo¹⁸ e do distrito do Ponto foi à questão do Sindicato, principalmente, devido neste período da década de 1970 na região de Serra Preta existir um grande envolvimento dos trabalhadores rurais, com os sindicatos por conta das disputas de terra envolvendo trabalhadores e fazendeiros.

Contudo, essa memória de Irmã Isabel é uma memória social e, sobretudo seletiva,¹⁹ uma vez que, ela faz questão de lembrar principalmente da luta sindical, haja vista que dentro do propósito da Igreja o objetivo maior seria a questão missionária e não sindical.

Desse modo, em um contexto mais amplo compreendemos que as CEBs na América Latina, e, sobretudo no Brasil vão nascerem também do envolvimento da igreja com organizações sociais, bem como sindicatos, partidos, e associações comunitárias, por conta do seu contexto político e social que o Brasil se encontrava naquele período. Ressalta Mainwaring, “a Igreja tornou-se a mais importante força de oposição (...) era a única instituição que podia criticar o modelo econômico e a repressão e defender os direitos humanos”.²⁰

A trajetória histórica do movimento de CEBs que se configurou em Serra Preta também atuou dentro de um campo político, embora para uma parte da igreja a ala mais conservadora e direitista essas ações não fossem interessantes e nem relevante, principalmente, levando em consideração que as CEBs representou um novo modelo de organização social, onde o poder eclesial é descentralizado por meio da participação e envolvimento dos leigos com os serviços eclesiais que antes era controlado exclusivamente pela igreja oficial.²¹

No entanto, o envolvimento das Irmãs Felicianas com o sindicato e outras questões sociais da comunidade é justamente o diferencial trazido pela Teologia da Libertação no sentido de ocupar outros espaços políticos na defesa de direitos, sobretudo, por meio do método “Ver, Agir e julgar”, que se popularizou como a metodologia de trabalho das CEBs em todo Brasil.

Acreditamos como uma das hipóteses que as irmãs foram escolhidas justamente por que seu trabalho caminharia exatamente para essas questões, e essas ações, passaram a fazer parte dos interesses e ação da Igreja Católica que chegava a região através da presença do Bispo Dom Silvério e das atualizações proposta por Medellín. A vinda destas Irmãs Felicianas para Bahia fazia parte de um projeto muito maior da Diocese de Feira de Santana, onde Serra Preta por ser uma paróquia pertencente a diocese passou a fazer parte.

18 Maio distrito administrativo do município.

19 HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990, p.25

20 MAIWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil*(1916-1985). São Paulo: Brasiliense,1989. p. 125

21 BOFF, Leonardo & BOFF, Clodovis. Como fazer teologia da libertação. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

A partir das narrativas de Irmã Isabel, fica bem evidente o envolvimento da igreja com os sindicatos de trabalhadores rurais, sobretudo, nas cidades de interior. Todavia, esse engajamento no sindicalismo rural da igreja teve início em 1959 e rapidamente se alastrou por grande parte das regiões do Brasil e a Igreja tornou-se o principal agente na sindicalização dos trabalhadores das zonas rurais.

Desse modo, a presença das Irmãs Felicianas neste período da década de 1970 em Serra Preta foi importante não só na articulação sindical, bem como também na contribuição, para criação das CEBs que nasceu no calor do envolvimento com essas organizações política.

Segundo Irmã Isabel:

Essas comunidades surgiram em meia a muitas dificuldades desde transporte para as comunidades quanto de irmãs para que vissem morar no Bravo. Por isso eu fiquei três anos morando sozinha até fazer um pedido a Ministra da Congregação para a compra no Bravo a casa das irmãs Felicianas. No entanto, essas comunidades começaram por meio de serviços eclesiais, atrelado a lutas da comunidade por água, educação, segurança e outros serviços básicos que nesse período era precário em Serra Preta. Nos Irmãs Felicianas, pagávamos sempre para que duas ou três pessoas de cada comunidade estivessem indo sempre uma vez no mês no Papaguai em Feira de Santana para participar dos cursos de formação de lideranças. Para além, destas formações de lideranças que nos irmãs incentivava para que acontecer, começamos também nestas comunidades grupos de Jovens, encontros da catequese, encontro de casais dentre outras atividades de evangelização que começaram acontecer.²²

Então, entende-se que a trajetória histórica e atuação social das CEBs em Serra Preta não se restringiram somente ao campo eclesial, mas ao campo político de direitos, bem como nos relatou Irmã Isabel. As comunidades de Serra Preta depois da chegada das Irmãs Felicianas passaram assumir uma militância sociopolítica, caracterizando se assim uma identidade de CEBs que buscava associar o trabalho de evangelização pastoral com as lutas políticas da comunidade, bem como defendia o movimento da Teologia da Libertação.

Conforme Teixeira:

As CEBs sublinham como essencial o vínculo que articula o seguimento de Jesus com a luta em favor da transformação da sociedade. O critério da humanização é decisivo na práxis das CEBs e em sua forma de compreender o valor da experiência religiosa. As comunidades sempre pontuaram a centralidade do testemunho em favor do Reino de Deus, que passa necessariamente pela afirmação de vida dos pequenos e excluídos. A abertura ao social constitui um traço congênito das CEBs.²³

Para tanto, essa memória que Irmã Isabel invoca das primeiras experiências histórica do processo inicial de formação das CEBs em Serra Preta, serve para percebemos

²² Entrevista cedida por Irmãs Isabel via E-mail em 22 de Maio de 2013.

²³ TEIXEIRA, F. L. C. *a gênese das CEBs no Brasil* – elementos explicativos. 1987. São Paulo, Loyola. P.56

que as CEBs em Serra Preta de acordo Teixeira também deram ênfase ao processo de transformação social da comunidade sem precisar abrir mão dos serviços pastorais e nem da atuação social. Uma vez que, o critério de humanização cristã que as Irmãs Felicianas usaram na metodologia de formação e articulações das CEBs em Serra Preta foram decisivos para que a atuação social destas comunidades germinasse.

Sendo assim, é impossível negligenciar a importância e o papel da ordem religiosa das Irmãs Felicianas na formação, animação e consolidação das CEBs em Serra Preta, dentro de uma trajetória histórica que também é marcada por uma atuação social na busca por direitos e cidadania. Referente às Ordens religiosas femininas afirma Löwy:

As CEBs começaram a crescer sob o impulso de um grande número de padres e de religiosos e com o apoio dos bispos radicais. As Religiosas de Ordem femininas foram não apenas as mais numerosas existem 37 000 irmãs no Brasil – mas também, por qualquer outro fator de comparação, as mais eficazes no estabelecimento de comunidades nos bairros pobres das cidades.²⁴

Os dados apresentados por Löwy são referentes ao princípio da década de 1970. Em Serra Preta, aconteceu na transição da década de 1970 para o início de 1980. E referente às ordens religiosas femininas a Igreja Católica no Brasil nesse período não pode ser compreendida sem considerar a presença e o trabalho dessas religiosas como as irmãs Felicianas.

Até porque, historicamente a igreja no Brasil nunca conseguiu construir verdadeiros presbitérios que ao redor do bispo assumisse a responsabilidade pela porção do povo de Deus que forma uma diocese. Ela sempre dependeu profundamente das grandes ordens religiosas femininas e posteriormente das congregações para a pastoral direta, a catequese e o atendimento sacramental do povo.²⁵

As ordens religiosas femininas sempre ocuparam um lugar importante e de destaque na igreja, embora a igreja nem sempre tenham reconhecido esse novo modelo eclesial de igreja, principalmente, com as mulheres a frente desse processo político.

É tanto que essa questão da “emancipação”, sobretudo das mulheres dona Esmeralda trabalhadora Rural de Serra Preta e militante das CEBs a qual teve uma grande aproximação das Irmãs Felicianas disse que as irmãs: “ensinaram a nós serem mulheres e a enfrentarem os maridões que queria que elas só ficassem em casa e não se envolvesse com os movimentos de igreja”. Ou seja, para além da contribuição da formação das CEBs as Irmãs Felicianas também contribuíram na questão do empoderamento feminino das mulheres que participavam do movimento de CEBs em Serra Preta.

No entanto, é importante considerar que a conjuntura política do Brasil em 1978, quando as Irmãs Felicianas chegaram a Serra Preta ainda estava sobe a herança do golpe civil e militar de 1964, contudo, isso não impediu que as Irmãs Felicianas iniciassem seus

²⁴ LOWY, Michael. A guerra dos deuses: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.p. 56

²⁵ QUEIROZ, Antonio Celso. A Igreja no Brasil. RJ-Brasil/ano 1977

serviços pastorais e atuações sociais nas comunidades. Politicamente as comunidades rurais sempre estiveram divididas por conta das disputas envolvendo a política local que direto ou indiretamente sempre terminava influenciando o contexto religioso.

Nesse período, Serra Preta estava dividida politicamente entre os dois principais grupos políticos do município oriundos do antigo partido ARENA. Um grupo era liderado pelo prefeito o Sr. Clodoaldo Ferreira de Souza o PDS – I e o outro grupo de oposição que era liderado pelo Sr. Moacyr Cerqueira o PDS – II. Conforme o Zelito Leite, vereador a época, essa subdivisão do partido foi uma designação do Governador como forma de aconchegar a todos na legenda para não perder as suas lideranças locais. É importante destacar que essa divisão se deu por meio de uma conversão partidária super. disputada na sede do Município, onde o grupo do prefeito ganhou o direito de ficar com o PDS - I e o grupo de oposição ocupou o PDS – II momentaneamente antes de migrarem para o PMDB.

Desse modo, os primeiros desafios das irmãs Felicianas ao chegarem a Paróquia Nossa Senhora do Bom Conselho era tentar unir estas comunidades, que para além de ainda não terem uma consciência de CEBs formada estavam divididas por questões da política local. Neste contexto a Irmã Isabel ao ser perguntado se algum destes grupos políticos da cidade tinha resistência ou implicância ao seu trabalho pastoral nestas comunidades respondeu que:

Sempre fomos oposição e não éramos bem vistas no local pelos políticos, diretamente não nos dizia nada, mas tinha os seus que as ocultas nos fazia ameaças inclusive tal de Ademir do Sindicato que era a favor da política local para se manter no poder.²⁶

Percebe-se na narrativa da Irmã Isabel uma consciência política de oposição, porém compreendemos que esta oposição não se tratava de uma oposição sistemática, mas, sim uma oposição enquanto igreja. Para além, disso identificamos na sua narrativa os embates políticos que existiam nestas comunidades através do espaço religioso.

A depoente nos deixa entender que o surgimento das CEBs em Serra Preta perpassar as relações de poder a partir do campo religioso²⁷ que segundo Bourdieu, a disputa pelo poder religioso ocorre devido ao fato de que este se constitui enquanto espaço legítimo de poder e o monopólio sobre este possibilita o poder de:

modificar em bases duradouras e em profundidade a prática e a visão do mundo dos leigos, impondo-lhes e inculcando-lhes um habitus religioso particular, isto é, uma disposição duradoura, generalizada e intransferível de agir e de pensar conforme os princípios de uma visão (quase) sistemática do mundo e da existência.²⁸

As CEBs em Serra Preta se configuraram dentro de um campo religioso permeado

²⁶ Entrevista cedida via e-mail em 05 de maio de 2014.

²⁷ BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. 7ª. Ed. Coleção Ciências Sociais, São Paulo: Perspectiva, 2011.

²⁸ BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. 7ª. Ed. Coleção Ciências Sociais, São Paulo: Perspectiva, 2011. Pág. 88.

de disputas e poder, principalmente por parte da política local de Serra Preta. Assim, a partir destas disputas e experiências de renovação que a Igreja de Serra Preta viveu a partir da chegada das Irmãs Felicianas conseguimos identificar uma relevante aproximação com o processo de atualização que a Igreja Católica de modo geral vinha passando em todo o mundo, com um diferencial que é a presença das Irmãs Felicianas que possivelmente “beberam” na Teologia da Libertação como inspiração ideológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A trajetória histórica das CEBs em Serra Preta com certeza foram experiências relevantes para toda Paróquia de Nossa Senhora do Bom Conselho principalmente no sentido das lutas sociais que foram travadas na busca por melhorias dos serviços públicos. No entanto, hoje em Serra Preta a trajetória e atuação social destas comunidades não morreram, mas é notório o enfraquecimento por uma serie de fatores, dentre eles a própria desvalorização destas comunidades, por parte das estruturas paroquianas e diocesanas que passaram a concentrar o poder eclesial.

A proposta das CEBs sempre foi o avenço a essa situação principalmente no que tangue a dinâmica de poder que não deveria está concentrado, mas sim distribuído.

Portanto, as irmãs Felicianas continuam atuando na Paróquia, porém com outras características de evangelização, diferente das Felicianas que atuaram em Serra Preta na década de 1970. Mas, independente dos avanços e retrocessos o certo é que a trajetória das CEBs iniciadas pelas Irmãs Felicianas na Paróquia de Serra Preta marcou o inicio de uma primavera eclesial no sentido, sobretudo da conscientização social e política dos sujeitos que participaram desse movimento, embora essa nuca tenha sido a vontade do clero tradicional, mas sim de uma parte progressista da igreja que também atuou em Serra Preta na década de 1970 por meio dos serviços eclesiais das irmãs Felicianas.

REFERÊNCIAS

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Simbólicas**. 7ª. Ed. Coleção Ciências Sociais, São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FREI BETTO. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 2a edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

Evejânia, Rita dos Santos. **Interação Fé e Vida: A “caminhada” das Comunidades Eclesiais de Base em Feira de Santana (1975-1985)**. Feira de Santana: UEFS, 2010. Monografia do curso de História.

LOWY, Michael. **Marxismo e Teologia da libertação**. São Paulo: Cortez/autores associados. 1991.

LOWY, Michael. A guerra dos deuses: **religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Melo Luiz Argolo de. **Fé, poder e vidas nas comunidades Eclesiais de Base de Mutuípe (1975-2000)** /. Santo Antonio de Jesus, 2012. Dissertação de mestrado do curso de história- UNEB, 2012.

MAIWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro:, vol.2, nº 3, FGV, 1989.

REMÓND, René. **Por uma História Política**. 2 ed. Rio de Janeiro:Editora FVG, 2003.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. Campinas: Ed. Unicampi, 1993.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE EM SANTA CATARINA: ANÁLISE DE UM MUNICÍPIO

Data de submissão: 08/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Graziela Liebel

<http://lattes.cnpq.br/0194075202399588>

Bruno Alves Cunha

<http://lattes.cnpq.br/5020181461973931>

RESUMO: O trabalho analisa o fenômeno da judicialização da saúde no Município de Araquari- SC à luz do contexto do federalismo brasileiro e das normas que regem o Sistema Único de Saúde (SUS). A Constituição de 1988 estabeleceu a saúde como um direito fundamental, discutido o papel do Poder Judiciário como mediador na efetivação desse direito, considerando as implicações da judicialização para os entes federativos e as dificuldades enfrentadas pelos municípios na prestação de serviços de saúde. A análise inclui dados sobre o crescimento populacional de Araquari, o aumento das demandas judiciais e os desafios orçamentários enfrentados pela gestão pública local em virtude da crescente judicialização, assim como exemplos de desafios de casos judicializados com recorrência.

PALAVRAS-CHAVE: Judicialização da saúde; federalismo; Sistema Único de Saúde; direitos fundamentais; políticas

públicas.

ABSTRACT: The paper analyzes the phenomenon of health judicialization in the Municipality of Araquari-SC in light of the context of Brazilian federalism and the regulations governing the Unified Health System (SUS). The 1988 Constitution established health as a fundamental right, discussing the role of the Judiciary as a mediator in the realization of this right, considering the implications of judicialization for the federative entities and the challenges faced by municipalities in providing health services. The analysis includes data on the population growth of Araquari, the increase in judicial demands, and the budgetary challenges faced by local public management due to the rising judicialization, as well as examples of frequently litigated cases.

KEYWORDS: Judicialization of health; Federalism; Unified Health System; Fundamental rights; Public policies

APRESENTAÇÃO

A história recente do federalismo brasileiro se origina na redemocratização do país no ano de 1985, com o marco da

eleição indireta de um presidente civil após o período ditatorial. A convocação de uma assembleia nacional constituinte, instalada em 1º de fevereiro de 1987, culminou com a promulgação da atual Constituição Republicana em 5 de outubro de 1988.

A sua redação contempla as cláusulas pétreas, assim entendidas como aquelas que *“constituem um núcleo intangível que se presta a garantir a estabilidade da Constituição e conservá-la contra alterações que aniquilem o seu núcleo essencial, ou causem ruptura ou eliminação do próprio ordenamento constitucional, sendo a garantia da permanência da identidade da Constituição e dos seus princípios fundamentais”*¹.

A tese da imutabilidade constitucional, escreve Paulo Bonavides, *“equivaleria a cerrar todos os caminhos à reforma pacífica do sistema político, entregando à revolução e ao golpe de Estado a solução das crises”*².

Entre as vedações previstas no art. 60 parágrafo 4º, inciso I da CRFB/88 se encontra a defesa do modelo federativo, mediante a dicção de que *“não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado”*³.

Em que pese a herança de forte concentração de poderes na União, típica de regimes autoritários, o constituinte previu um modelo de federalismo cooperativo, onde *“nem a União nem qualquer ente federado pode atuar isoladamente, mas todos devem exercer sua competência conjuntamente com os demais”*⁴.

Como decorrência do modelo cooperativo para fins de efetivação material de direitos fundamentais, o constituinte elencou no art. 23 da Carta Maior o rol de competências comuns a todos os entes federativos, para que a atuação de um não excluísse a dos demais no mesmo âmbito. O direito fundamental à saúde se encontra no seu inc. II, cristalizando a obrigação do seu fornecimento a todos os entes, indistintamente.

A lei nº 8.080/90, conhecida como a Lei Orgânica da Saúde ou Lei do SUS, corrobora no âmbito infraconstitucional o imperativo de atenção universal à saúde, princípio regente do sistema, mediante a previsão do art. 2º de que *“A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”*⁵.

Trata-se da consagração de direito de segunda geração, o qual obriga o Estado Brasileiro- *lato sensu*- ao fornecimento universal de serviços de saúde, passível de efetivação mediante provocação individual do Poder Judiciário com vistas a obrigar o Poder Executivo ao atendimento.

A Lei nº 8.142/90 *“Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”*⁶. Possui um papel fundamental para a participação comunitária de forma a contribuir com a construção do sistema, e estabelece as suas diretrizes de funcionamento.

No que tange ao financiamento, lança as bases de uma notória contradição: o Sistema Único de Saúde visa efetivar o direito fundamental à saúde em caráter universal conforme uma constituição de viés garantidor, tipicamente social-democrata, ao descompasso

de uma série de reformas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso, que promoveu privatizações de grandes estatais e fortaleceu um modelo de favorecimento de terceirizações⁷.

Por fim, sob pena de incorrer em reducionismo em razão da necessária sintetização para os moldes do presente trabalho, cabe mencionar a Emenda Constitucional nº 29, que almejou assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde através da fixação de valores orçamentários mínimos obrigatórios a serem destinados à área da saúde.

A sua especificação se deu através da edição da Lei Complementar nº 141/12⁸, que determinou aos estados e aos municípios a aplicação do percentual de 12% (Estado) 15% (município) da arrecadação de impostos em iniciativas de saúde.

A compreensão do contexto de criação do SUS, a complexidade do seu funcionamento entre os três entes federativos, as suas disfuncionalidades e as prestações que lhe são exigidas são fundamentais para a análise do fenômeno da judicialização da saúde.

A modificação da visão do Estado, passando a atuar no papel de garantidor dos diversos direitos fundamentais, refletiu-se na reformulação de políticas públicas de forma a efetivar tais direitos, sem as quais as previsões legais seriam inócuas.

O advento dos direitos sociais de 2ª geração, entre os quais se encontra o direito à saúde, a proatividade do indivíduo na formulação das políticas públicas superou seu anterior paradigma, de direito negativo, limitado ao encaminhamento de suas demandas através da sua representação legislativa e executiva. O cidadão passou a ser titular de direito concreto exigível perante a Administração, através da intervenção do Poder Judiciário, que impôs o cumprimento de prestações individualizáveis.

Barroso relaciona este fato com a transferência decisória ao Judiciário de questões de larga repercussão política ou social que deveriam estar sendo resolvidas pelos Poderes Executivos e Legislativos⁹.

Schulze e Gebran Neto sugerem uma série de motivos que levariam ao excesso de judicialização no Brasil¹⁰:

O povo brasileiro tem a cultura do litígio, sendo o país que mais judicializa no mundo, já que não há limites para o que as pessoas podem levar ao judiciário; 2) o acesso à justiça é facilitado, sendo possível ajuizar ações sem advogados perante os juizados especiais; 3) por vezes é muito mais rápido pedir ao judiciário do que enfrentar as filas e burocracia do SUS; 4) pressões individuais e sociais levam os juizes a se sentirem compelidos a não negar pedidos relativos à saúde; 5) ausência de reflexão do judiciário sobre questões orçamentárias; 6) governança pública da saúde pouco desenvolvida; 7) o povo brasileiro tem uma noção paternalista do Estado: este deve prestar tudo sem limites; 8) cultura da automedicação ao invés de melhores cuidados com a própria saúde.

O princípio da inafastabilidade da jurisdição, preconiza no artigo 5º, XXXV, de Constituição Federal, que “a lei não subtrairá à apreciação do poder judiciário qualquer lesão ou ameaça de lesão a direito”¹¹.

Diante das omissões e da prestação deficiente dos gestores públicos, provoca-se o Poder Judiciário a se pronunciar acerca da efetivação do direito individual à vida e ao direito social à saúde em contraposição às limitações legais de atuação dos entes públicos, submetidos ao princípio da legalidade.

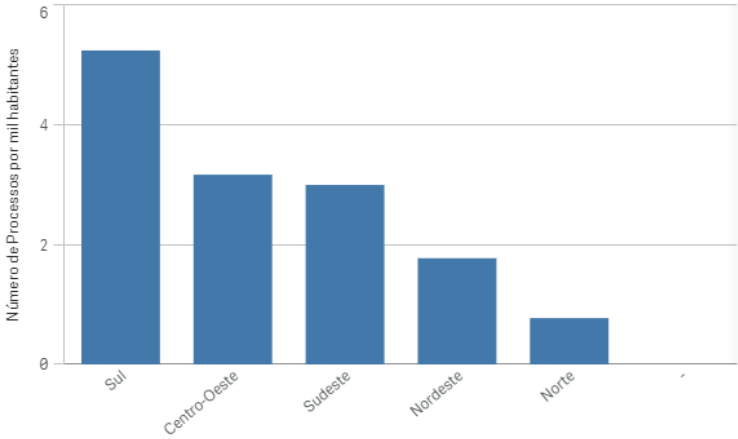
No caso dos serviços de saúde não se trata de mera transferência de encargos, mantida a titularidade do serviço, mas de repartição de atribuições no âmbito do exercício de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante um modelo de coordenação e cooperação emanado da Lei nº 8.080/90¹².

A judicialização da saúde como meio de acesso a medicamentos ou a tratamentos de saúde é um fenômeno crescente e presente em todos os entes públicos nas três esferas federativas. Dentre os diversos fatores que contribuem para sua ocorrência, encontram-se a ausência de limites ao acesso à Justiça, as deficiências das prestações estatais, as omissões legislativas e a cultura do litígio. Trata-se da institucionalização do processo judicial como mecanismo de resolução de todos os problemas individuais e sociais¹³.

O fenômeno alcança todas as esferas federativas e não passa despercebido pelos mais diversos indicadores estatísticos.

Segundo dados coletados do relatório anual “Justiça em Números”¹⁴ em janeiro de 2024, há uma evidente disparidade do fenômeno entre as diversas regiões do país, com a região sul na condição de maior detentora de ações de saúde ajuizadas proporcionalmente ao número de habitantes:

Número de processos por mil habitantes, por região



A utilização de métrica estadual pelo Conselho Nacional de Justiça- CNJ confirma que a judicialização da saúde recebeu incrementos relevantes nos mais diversos tribunais estaduais do país:

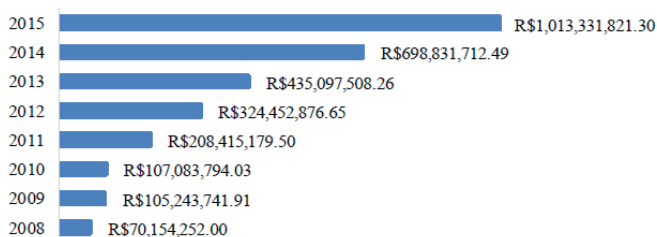
TJ	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
TJAC	0	0	3	9	44	116	217	175	257	266	1.087
TJAL	2	441	1.197	1.103	1.929	1.169	640	1.623	2.935	2.871	13.910
TJCE	159	954	906	1.353	2.410	4.086	4.654	14.759	5.843	28.025	63.149
TJDF	0	0	1	3	10	26	44	136	585	2.663	3.468
TJES	3	3	8	9	10	31	24	31	46	67	232
TJMA	555	2.244	4.106	4.154	3.438	2.355	2.589	2.186	2.238	2.411	26.276
TJMG	36	376	627	762	1.159	1.836	1.998	2.268	3.625	5.546	18.233
TJMS	39	53	701	1.188	1.986	2.908	4.046	3.940	5.684	5.825	26.370
TJMT	452	2.006	2.362	1.995	2.262	2.151	2.677	1.508	1.495	1.123	18.031
TJPE	529	2.241	2.474	3.245	8.228	12.206	5.531	5.041	6.011	6.251	51.767
TJPI	0	7	7	7	12	23	40	67	41	51	265
TJRJ	36.908	18.390	3.954	23	15	41	115	182	122	173	59.923
TJRN	265	1.406	2.106	2.519	2.484	2.514	2.811	2.483	2.698	4.092	23.379
TJRO	0	0	180	226	579	1.231	308	455	3	0	2.982
TJSC	182	235	388	485	899	1.970	4.561	7.010	8.387	12.303	36.420
TJSP	2.317	3.746	7.729	9.379	14.022	16.531	19.627	21.518	21.356	23.465	139.690
TJTO	5	1	4	42	103	180	254	471	584	600	2.244
TOTAL	41.453	32.103	26.753	26.502	39.590	49.374	50.136	63.853	61.910	95.752	487.426

Figura 3 - Número de processos relativos à saúde em Primeira Instância 2008-2017

Fonte: Conselho Nacional de Justiça(2019)

A título meramente exemplificativo, observa-se que a ocorrência de novos ajuizamentos no tribunal catarinense no ano de 2008 era de 182 processos, número que saltou para 12.303 no ano de 2017, representativo de percentual anual de crescimento aproximado de 59,71%.

O aumento de grandeza pode ser observado também no âmbito federal, mediante o aumento do gasto orçamentário para o atendimento das demandas judicializadas de saúde em desfavor da União:



Fonte: DLOG/MS (peças 84, 91, 104 e 120).

Gráfico 2 - Valores gastos pelo Ministério para cumprir decisões judiciais, de 2008 a 2015

Para além do maior acesso à informação e do acesso à justiça por parte dos cidadãos, uma causa inexorável remete à evolução jurisprudencial do direito de acesso à saúde e dos mecanismos legais a serem empregados para a sua efetivação.

A evolução jurídica pátria sobre a matéria reporta as primeiras ações atinentes

à concretização do direito à saúde nos Tribunais Superiores em meados da década de 90, com acentuado aumento a partir dos anos 2000, razão pela qual se fez necessária a evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.

O entendimento pacífico anterior atribuía caráter meramente programático ao direito à saúde, conforme cristalizado na lavra do Recurso em Mandado de Segurança n. 6564/RS, no ano de 1996 pelo Superior Tribunal de Justiça¹⁵.

O grande salto hermenêutico foi deflagrado pelas demandas de acesso a tratamento via SUS formuladas pelos pacientes contaminados com o vírus da imunodeficiência humana (HIV)¹⁶. Em que pese a edição da Lei n.º 9.313/96¹⁷ e estruturação da política pública de combate ao HIV/AIDS, muitos pacientes buscavam amparo judicial de forma a efetivar o direito constitucional e legalmente expresso, inviabilizado na via administrativa.

Segundo Ornelas¹⁸, o posicionamento dos Tribunais Superiores se alterou substancialmente, mediante a adoção do entendimento pela fundamentalidade do direito à saúde e pela sua aplicabilidade imediata, tornando-se um direito subjetivo a uma prestação positiva do Estado, dando abrigo a toda sorte de pretensões individuais formuladas pelos usuários do Sistema Único de Saúde¹⁹.

A superação total do entendimento anterior foi cristalizada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento n. 238.328/RS²⁰, de 16/11/1999, e do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n.º 271.286/RS²¹, de 12/09/2000. O novo panorama conferido pelos tribunais contribuiu para um efeito chamada no que tange à judicialização em desfavor dos entes públicos como meio de acesso aos mais diversos tratamentos de saúde²².

O primeiro grande julgamento acerca da delimitação de responsabilidade entre os entes federativos em relação ao dever prestacional à saúde foi a Suspensão de Tutela Antecipada- STA- n.º 175²³, mediante a fixação de parâmetros a serem seguidos por todo o Poder Judiciário para a concessão de medicamentos e tratamentos demandados em face do SUS.

Além de não conferir ao Estado o papel de segurador universal e irrestrito diante de quaisquer pretensões jurídicas no amplo direito à saúde, o STF reconheceu o caráter solidário entre os entes federativos, obrigados individual ou conjuntamente a assegurar o direito de acesso à saúde.

Posteriormente, por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário n. 855.178/SE²⁴ com repercussão geral, fixou o Tema n.º 793 através do qual consignou que “o tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, porquanto responsabilidade solidária dos entes federados. O polo passivo pode ser composto por qualquer um deles, isoladamente ou conjuntamente”.

Em acréscimo, o Min. Edson Fachin propôs o aperfeiçoamento da responsabilidade solidária a partir da STA n.º 175 com o adendo que “*competete à autoridade judicial direcionar*

*o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro*²⁵.

Dessa forma, o direcionamento do cumprimento da obrigação pela autoridade judicial deve ser realizado ao ente mais capacitado para atendê-la, respeitando-se o nível de complexidade da prestação e o caso concreto, sem prejuízo da solidariedade existente e de eventual ressarcimento futuro entre os entes federativos.

No âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por sua vez, discutiu no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas-IRDR nº 030235511.2014.8.24.0054²⁶, julgado em 9/11/2016, a questão da necessidade de comprovação de hipossuficiência do autor do pleito de dispensação de medicamento ou terapia no âmbito da assistência à saúde, oportunidade em que assentou os parâmetros locais para o atendimento judicial de demandas de fornecimento de medicamentos.

Diante da multiplicidade de ações prestacionais de saúde, tanto individuais como coletivas, os tribunais têm empreendido esforços para trazer uniformidade e presteza aos julgamentos e ao atendimento dos pleitos na área da saúde, utilizando, inclusive, dos instrumentos de formação de precedentes vinculantes lançados nas últimas reformas da legislação processual.

Nota-se que existem e são necessárias muitas outras adaptações à nova realidade social e de demanda processual. A corrida ao Poder Judiciário e o proporcional acréscimo do comprometimento das verbas públicas impõem a qualificação das decisões, como também a implementação de iniciativas que reduzem a litigiosidade, especialmente com o atendimento administrativo e a autocomposição das controvérsias.

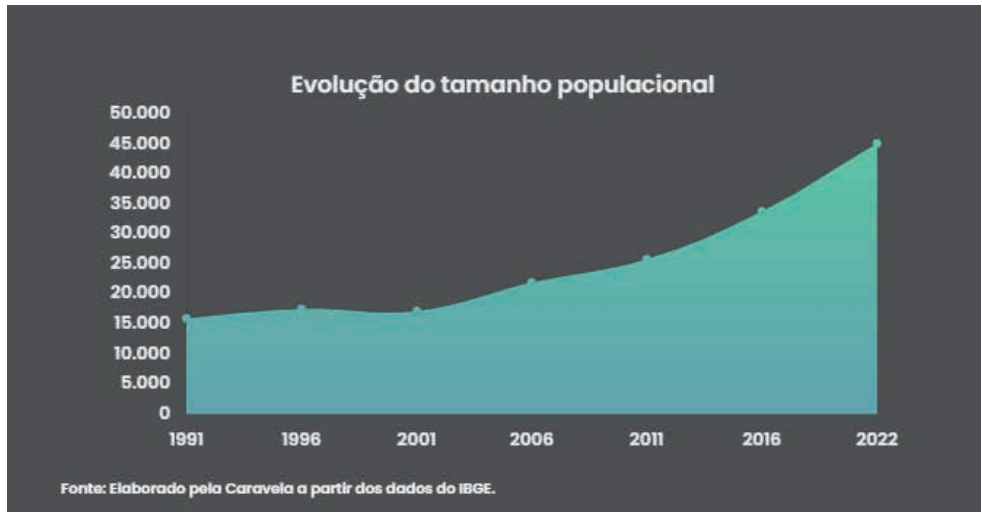
Dessa sorte, infere-se que: a obrigação prestacional de saúde compete a todos os entes federados, em caráter solidário; inexistente dever ao fornecimento irrestrito de quaisquer procedimentos de saúde; o magistrado deve direcionar o cumprimento de ordem judicial ao ente mais apto, em benefício do paciente; o direcionamento não afasta o dever de ressarcimento decorrente da natureza solidária da responsabilidade.

A pacificação dos entendimentos supra trouxe por consequência que o ente municipal passou a figurar sozinho ou junto ao ente estadual em ações judiciais que possuem por demandas de fornecimento de medicamentos/tratamentos, muitas das quais sequer possui unidades de atendimento em seu limite territorial. Em razão da responsabilidade solidária, passou a ser compelido a prestar atendimentos de níveis de complexidade acima da sua capacidade logística e orçamentária que, *a priori*, caberiam aos demais entes.

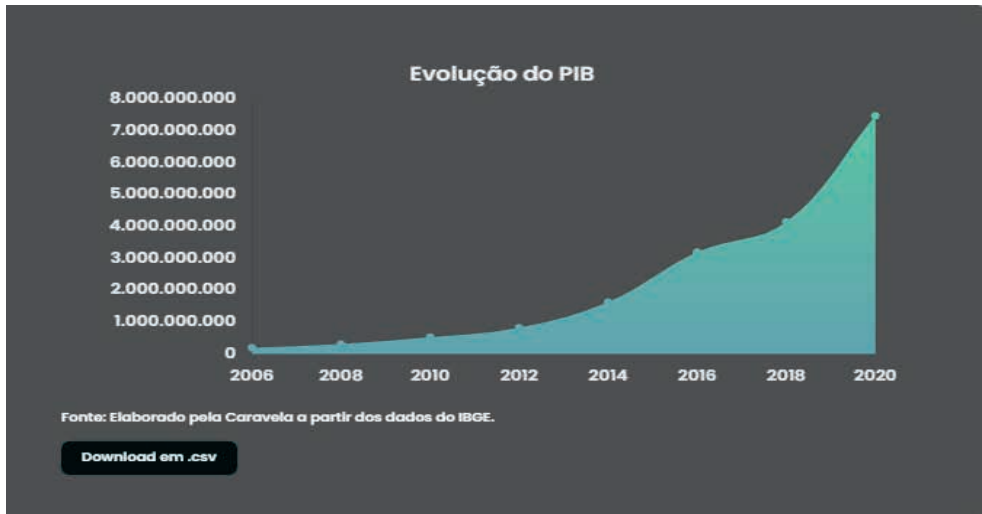
Os municípios de pequeno e médio portes são especialmente sensíveis ao fenômeno, submetidos a dilemas quanto à priorização da alocação de recursos escassos para a manutenção da sua rede municipal de saúde. Percentual nada irrisório do orçamento das pastas de saúde passou a ser comprometido para possibilitar o atendimento de determinações judiciais.

Nesse contexto, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-

IBGE, em 2019 Araquari foi a cidade de maior crescimento populacional do Estado de Santa Catarina, chegando à marca de 3,9% em relação ao ano anterior. A título meramente ilustrativo, a população domiciliada no município no ano 2010 era de 24.810 habitantes, número que alcançou 45.283 no último censo do ano 2022²⁷. Frise-se que grande parte dos postos de trabalho exercidos nos seus limites são ocupados por trabalhadores residentes em Joinville, o que acarreta numa população de trânsito não contabilizada para fins de residência, mas gera uma demanda por políticas públicas acima do cômputo oficial.



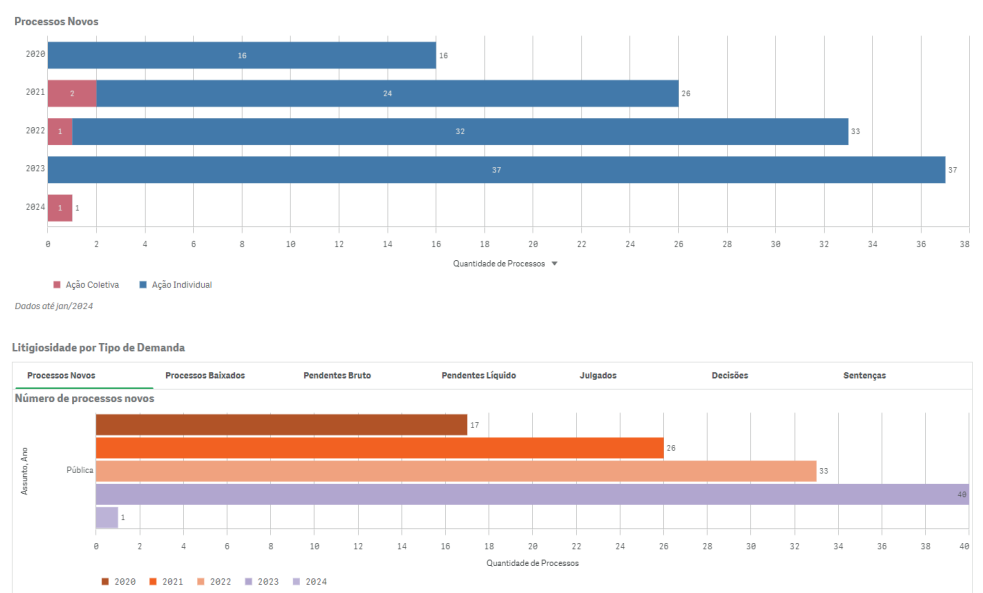
No que tange ao Produto Interno Bruto- PIB em preços correntes, modestos R\$ 532.600.000,00 foram registrados no ano de 2010. No registro mais recente do ano de 2021 o montante alcança a marca de R\$ 7.487.635.000,00²⁸, o que representa um valor 14 vezes maior e uma taxa média de crescimento anual na ordem de 26,81%.



No que concerne às despesas orçamentárias municipais, o ano de 2013 contemplou o valor de R\$ 65.665.410,49, que ascendeu a R\$ 348.658.109,00 em 2023²⁹, valor que supera 5 vezes o original e representa uma taxa média de crescimento anual de 35,74%.

Segundo um trabalho de projeção da população do município de Araquari/SC, utilizando ferramentas matemáticas, realizado em 2015, estima-se que até 2025 em torno de 119.000 pessoas viveriam no município³⁰.

O mesmo padrão de crescimento exponencial é replicado no âmbito araquariense, conforme pode ser observado em gráficos extraídos do Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ, a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud, responsável pelo armazenamento centralizado dos dados e metadados processuais relativos a todos os processos físicos ou eletrônicos, públicos ou sigilosos dos os tribunais que capturam o número de novos ajuizamentos de ações de saúde na comarca de Araquari anualmente, desde 2020:



Fonte: <https://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/>

O aumento demográfico exponencial ocasiona uma crescente pressão de demanda por serviços públicos e, por conseguinte, em um previsível crescimento da judicialização do acesso à saúde. Entre as mais diversas matérias ensejadoras de cumprimento judicial no Município de Araquari, há matérias que se destacam pela sua complexidade e recorrência.

Demandas por atendimento de especialidades médicas indisponíveis na rede municipal de saúde estão sempre presentes. Uma extrapolação hermenêutica do entendimento da solidariedade entre os entes acarreta que o Poder Judiciário imponha sobre a municipalidade ordens para disponibilização inexistentes não apenas no SUS local,

mas em todos os municípios limítrofes.

A título exemplificativo pode-se citar a famigerada especialidade de neuropediatria, especificidade presente na quase totalidade de comandos judiciais para tratamento de crianças acometidas por Transtorno de Espectro Autista. Araquari conta com uma única médica pediatra no seu quadro efetivo para jornada laboral de 20 horas semanais quando da redação deste trabalho. Inexiste médico neurologista nos seus quadros.

As tentativas de contratação, inclusive mediante remuneração no patamar da prática de mercado através de dispensa de licitação, resultam infrutíferas dado o número diminuto de profissionais na região norte de Santa Catarina. As ordens inexequíveis derivam em muitas cominatórias por descumprimento que podem alcançar valores exorbitantes e de efetividade questionável, com prejuízo evidente ao erário municipal.

No mesmo sentido, inexiste consenso acerca da obrigação de direcionamento ao ente responsável conforme o nível de complexidade do atendimento demandado. Em síntese, o autor possui liberdade para escolher em face de quais entes, isolada ou conjuntamente, prefere promover o ajuizamento. De entender pela obrigação de direcionamento do cumprimento ao ente responsável conforme preconizado na Lei nº 8.080/90, ordena que ingresse ao feito. Do contrário, ordena que o ente apontado pelo autor atenda a demanda e busque o ressarcimento através de meios autônomos.

A alta complexidade na Rede de Atenção Oncológica atual está composta por estabelecimentos habilitados como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) ou Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON). Os estabelecimentos habilitados como UNACON e CACON. Trata-se de esfera de atendimento financiada pela União, que repassa recursos a estabelecimentos federais ou estaduais. Não há nenhuma ingerência dos municípios, que não dispõem de estabelecimentos para tratamento oncológico.

Tal fato não exime que determinado paciente ajuíze ação em desfavor unicamente do Município de Araquari com fundamento na atenção integral à saúde e o Poder Judiciário emita ordem para que o ente municipal providencie e custeie o tratamento sem a necessidade de chamamento dos demais entes, com base no entendimento vinculante da natureza solidária da obrigação de saúde, ainda que sequer exista estabelecimento hospitalar nos seus limites territoriais.

Ademais, abundam ordens de internação de pacientes psiquiátricos em Serviços de Residencial Terapêutico- SRT. Embora prevista a responsabilidade compartilhada entre estados e municípios para a implantação desse perfil de serviço no seu diploma de regência, qual seja a Portaria nº 106/2001 do Ministério da Saúde, a sua implementação pelo Estado de Santa Catarina como política pública nunca foi priorizada. A postura do ente estadual é uníssona: evade-se da sua obrigação legal pela inexistência de vagas na sua rede, e atribui aos municípios mediante o Centro de Atenção Psicossocial- CAPS-. Araquari tampouco dispõe de SRT nos seus limites territoriais, de sorte que a única forma para atender ordens

judiciais de acolhimento é mediante a compra de vagas em estabelecimentos privados, cujos preços de mercado alcançam valores verdadeiramente abusivos em razão da sua escassez.

Em virtude do prazo exíguo concedido para cumprimento pelo contexto emergencial típico deste perfil de acolhimento, não há margem para a realização de uma pesquisa mais ampla de estabelecimentos ou negociação de valores. Em inúmeras ocasiões o Município de Araquari foi compelido a providenciar vaga segundo parâmetros não atendidos por nenhum estabelecimento em toda a região sul do país.

Por último exemplo menciona-se a recente dificuldade para o cumprimento de ordens relacionadas à saúde envolvendo pacientes de aldeias indígenas localizadas em seu território. A instalação de equipamento com vistas a possibilitar o serviço de atendimento domiciliar- usualmente conhecido como *homecare*- de pacientes que necessitem suporte permanente ao passo que necessitam possuir resguardado o seu direito à moradia supõe um verdadeiro desafio para todos os atores envolvidos.

Previamente ao acondicionamento do local deve ser elaborado um Plano de Atendimento Domiciliar- PAD- fruto da análise individualizada das particularidades de cada caso por Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar - EMAD Resolução RDC nº 11, de 26 de janeiro de 2006.

Trata-se de um estudo que considera um grande número de variáveis: equipe de profissionais de saúde qualificada para o suporte necessário, equipamentos a serem instalados e seus cuidados de manutenção, qualificação aos familiares para os cuidados diários, acessibilidade de ambulância, proximidade a estabelecimento hospitalar na hipótese de remoção emergencial, adaptação da rede elétrica para a voltagem apta ao funcionamento dos equipamentos, cobertura de sinal de celular na área, potabilidade da água, entre tantas outras.

Desprovido das informações do PAD o ente municipal não consegue dimensionar o perfil de moradia e o seu acondicionamento de forma a atender as especificidades do atendimento domiciliar.

Para além das dificuldades inerentes à complexidade do perfil de atendimento, há uma barreira cultural a ser considerada. Nas aldeias situadas em Araquari, via de regra, parte significativa da comunicação com o mundo externo é realizada pelos homens, razão pela qual as mulheres exercem papéis em âmbito interno. Por conseguinte, possuem fluência no idioma de origem- uma das inúmeras variantes Tupi- e pouca familiaridade com a língua portuguesa. O fato impacta diretamente em uma grande dificuldade de comunicação por parte das equipes de enfermagem no tocante ao ensino dos protocolos de cuidado.

A presença do componente cultural indígena implica em um universo de complexidades para os quais as equipes ordinárias da rede municipal de saúde carecem de qualificação para lidar.

No entorno das aldeias existe um núcleo da Secretaria de Saúde Indígena- SESAI-

em razão de uma incipiente iniciativa derivada da previsão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, com fulcro nos artigos 19-A a 19-H da Lei nº 8.080/90. Entretanto, as solicitações de suporte são negadas mediante a invocação de ausência de quadros. A postura do ente federal não diverge da do ente estadual no exemplo anterior: em razão da ausência de implementação, atribui à municipalidade a responsabilidade pela integralidade dos atendimentos, inclusive em hipóteses para os quais a sua competência é expressamente prevista na legislação e se exime de prestar apoio especializado.

Mencionam-se alguns exemplos dos desafios cotidianos enfrentados pelo Município de Araquari. A obrigação de efetivação do direito fundamental à saúde caminha ao descompasso da progressiva incapacidade de planejamento de políticas públicas pelo Poder Executivo em razão da erosão do seu orçamento para o atendimento de pleitos individuais judicializados.

A notória ausência de respaldo técnico das diversas áreas de saúde acarreta uma dificuldade adicional à defesa judicial do ente municipal, com evidente prejuízo à alocação de recursos pelo administrador público em virtude do incremento de vultosos valores reservados ao atendimento de ordens judiciais.

Seja no momento da solicitação administrativa pelo paciente, seja na necessária análise quando do recebimento de demanda judicializada de diversos aspectos, a ausência de respaldo técnico precariza vasto número de elementos de análise, tais quais: adequação diagnóstica, aspectos clínicos e epidemiológicos da condição de saúde, abordagem terapêutica, compatibilidade do medicamento/tratamento, descrição da tecnologia, existência de alternativa autorizada ou padronizada no SUS, custos relacionados, comprovação científica de eficácia, expectativa de evolução clínica, classificação como urgência/emergência nos termos da Resolução do Conselho Federal de Medicina- CFM nº 1451/95³¹, entre outros.

Por oportuno, cabe matizar que o papel da defesa judicial do ente não passa pela negativa irrestrita de acesso ao direito fundamental à saúde, de matriz constitucional, e sim pela verificação da presença dos requisitos legais e clínicos para o fornecimento do fármaco ou tratamento pleiteado. O cotejo dos elementos técnicos e a sua compatibilidade com os requisitos legais é etapa salutar deste processo.

REFERÊNCIAS

- 1 PEDRA, Adriano Sant'Ana. **Reflexões sobre a teoria das cláusulas pétreas**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 43, n. 172, p. 135-148, dez. 2006. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/93266/Pedra%20Adriano.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 out. 2024.
- 2 BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 196-197.
- 3 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 out. 2024.
- 4 BERCOVICI, Gilberto. **A descentralização de políticas sociais e o federalismo cooperativo brasileiro**. Revista de Direito Sanitário, v. 3, n. 1, p. 13-28, 2002.
- 5 BRASIL. **Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 2 out. 2024.
- 6 BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm. Acesso em: 2 out. 2024.
- 7 CAMPOS, G. W. S. **O SUS entre a tradição dos sistemas nacionais e o modo liberal privado para organizar o cuidado à saúde**. Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1865-1874, 2007. Suplemento.
- 8 BRASIL. **Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012**. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.htm. Acesso em: 2 out. 2024.
- 9 BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática**. SynThesis, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 23-32, 2012. p. 24. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/synthesis/article/view/7433>. Acesso em: 2 out. 2024.
- 10 SCHULZE, Clenio Jair; GEBRAN NETO, João Pedro. **Direito à saúde: análise à luz da judicialização**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2015. p. 210.
- 11 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 out. 2024.
- 12 BRASIL. **Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990**. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 2 out. 2024.
- 13 BONIFÁCIO, Ivan. **Campeão mundial de judicialização**. Revista Empório do Direito. Florianópolis, Santa Catarina. 2015. Disponível em <https://emporiiododireito.com.br/leitura/campeao-mundial-de-judicializacao>. Acesso em 2 out. 2024

14 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em números 2024*. Brasília, DF: CNJ, 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

15 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso em Mandado de Segurança n. 6564/RS**. rel. Min. Demócrito Reinaldo, julgado em 23/05/1996. Disponível em https://processo.stj.jus.br/processo/ita/documento/?num_registro=199500687828&dt_publicacao=17/06/1996&cod_tipo_documento=. Acesso em: 2 out. 2024.

16 DANIELLI, Ronei. **A judicialização da saúde no Brasil: do viés individualista ao patamar de bem coletivo**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

17

BRASIL. Lei n. 9.313, de 13 de novembro de 1996. **Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19313.htm. Acesso em: 2 out. 2024.

18 ORNELAS, Thaíse Siqueira. **A desjudicialização das Demandas por medicamentos: Uma análise sobre a efetividade do núcleo de apoio técnico – NAT após a sua instalação no município de Joinville**. Revista da Esmesc, v. 25, n. 31, 2018.

19 ARAÚJO, Flávia Dreher. **Judicialização do direito à saúde e a (não) responsabilidade solidária dos entes federativos da República Federativa do Brasil**. 2023. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2023.

20 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Agravo Regimental no Agravo de Instrumento n. 238.328/RS**, Relator(a): Ministro Marco Aurélio, j. 16/11/1999. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4954341>. Acesso em: 2 out. 2024.

21 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 271.286/RS**. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=335538>. Acesso em: 2 out. 2024.

22 DANIELLI, Ronei. **A judicialização da saúde no Brasil: do viés individualista ao patamar de bem coletivo**. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 54

23 BRASIL. Supremo Tribunal Federal - **STA 175**. Min. Presidente relator Gilmar Mendes. Julg. 25 de junho de 2009. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=610255>. Acesso: 2 out. 2024.

24 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 855.178 Sergipe**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verPronunciamento.asp?pronunciamento=5452582>. Acesso em: 2 out. 2024.

25 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 855.178 Sergipe**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verPronunciamento.asp?pronunciamento=5452582>. Acesso em: 2 out. 2024.

26 Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 030235511.2014.8.24.0054**. rel. Des. Ronei Danielli, julgado em 9/11/2016. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-sc/507687668/inteiro-teor-507687717> >. Acesso em: 2 out. 2024.

27 IBGE. População. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/araquari/panorama>. Acesso em: 2 out. 2024.

28 IBGE. População. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/araquari/panorama>. Acesso em: 2 out. 2024.

29 IBGE. População. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/araquari/panorama>. Acesso em: 2 out. 2024.

30 FURTADO, M. ; VARGAS, N. ; HOPNER, V. N.. **Projeção da população do município de Araquari/SC utilizando ferramentas matemáticas**. 2015

31 CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. RESOLUÇÃO CFM nº 1451/1995. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1995/1451_1995.pdf. Acesso em: 2 out. 2024.

A INTERVENÇÃO ESTATAL NA CRISE E O SUBCONSUMO DAS MASSAS: TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS E A ECONOMIA BRASILEIRA E MARANHENSE ENTRE 2011- 2016

Data de submissão: 19/10/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Suzane Rodrigues da Silva

Doutoranda em políticas públicas - UFMA;
mestre em políticas públicas – UFMA;
bacharel em serviço social – Uniceuma.

RESUMO: Considerando o aprofundamento da crise no Brasil durante o governo Dilma, este trabalho possui como objetivo geral analisar a intervenção estatal sobre o subconsumo das massas entre 2011-2016, especificamente objetivou-se discutir as configurações da forma-Estado e sua relação com o capitalismo, bem como debater a dinâmica da intervenção estatal na crise dando ênfase ao subconsumo das massas via programas sociais de transferência monetária no Brasil e Maranhão entre 2011 – 2016. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, cujo método utilizado foi o materialismo histórico dialético. Sendo assim se partiu dos seguintes autores (MARX, 2013; 2017); (FARIAS, 2015); (FARIAS, 2001) para discutir as principais ideias e categorias deste trabalho. Como um dos resultados aponta-se que uma economia que se mostra dependente de forma significativa do consumo das massas

populares, mostra-se altamente vulnerável a choques recessivos, uma vez que em tempos de crise, o desemprego aumenta e a renda das famílias ficam altamente comprometidas com o pagamento de dívidas, entre outros aspectos.

PALAVRAS-CHAVE: Crise, Estado, subconsumo das massas.

ABSTRACT: Considering the deepening of the crisis in Brazil during the Dilma government, this work's general objective is to analyze state intervention on the underconsumption of the masses between 2011-2016, specifically it aimed to discuss the configurations of the state form and its relationship with capitalism, as well as debating the dynamics of state intervention in the crisis, emphasizing the underconsumption of the masses via social monetary transfer programs in Brazil and Maranhão between 2011 – 2016. This is a bibliographical research with a qualitative approach, whose method used was dialectical historical materialism. Therefore, we started with the following authors (MARX, 2013; 2017); (FARIAS, 2015); (FARIAS, 2001) to discuss the main ideas and categories of this work. As one of the results, it is pointed out that an economy

that is significantly dependent on the consumption of the popular masses, is highly vulnerable to recessive shocks, since in times of crisis, unemployment increases and family incomes become highly committed to paying debts, among other aspects.

KEYWORDS: Crisis, State, underconsumption of the masses.

INTRODUÇÃO

No âmbito da era do capitalismo global pós-moderno os intelectuais orgânicos adeptos a causa proletária, afirmam ser necessário ir além do reconhecimento de um suposto inimigo ameaçador, sendo necessário identificar o processo que construiu e diabolizou esse inimigo. Atualmente no Modo de Produção Capitalista as finanças assumem esse papel diabólico, causando instabilidade e círculo vicioso na economia mundial, porém a saída apontada pelos governos de implementar políticas de austeridade, não implicou na superação da crise, e nem amenizou os efeitos da mesma, pelo contrário eles foram agravados (FARIAS, 2015).

É importante se ter claro que a vontade da burguesia, seja ela comercial, industrial ou financeira é perpetuar a sua dominação, nesse sentido a demonização das finanças e do neoliberalismo, e a defesa do regulacionismo na qual existe uma maior intervenção estatal, não implicará na superação do atual estado de coisas, pois as crises continuarão a existir e o proletariado continuará preso ao círculo vicioso da exploração, dominação e humilhação de classe (FARIAS, 2015).

O certo é que tanto na era dos trinta anos gloriosos, na qual imperava a primazia do capital industrial, como na conjuntura do capitalismo global pós-moderno na qual impera a primazia das finanças, o grande capital continua concentrando posses e propriedade privada de forma desigual e combinada, além de continuar submerso em uma grande crise global. Isso pode ser visto no Maranhão, cujo desenvolvimento econômico tem se sustentado ao longo dos anos, em atividades que fomentam a concentração de renda, a exemplo, do agronegócio (baseado na soja), pecuária bovina e indústria de ferro (TALENTO, 2011).

Contudo, nem a indústria supracitada nem o agronegócio absorvem grandes quantidades de força de trabalho do estado em referência, uma vez que boa parte dela se concentra no setor de serviço (IMESC, 2017). Além disso, boa parte da população maranhense goza de baixos níveis de renda, que tem sido complementada ao longo dos anos com as transferências monetárias dos programas sociais de transferências de renda como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), acrescentando-se ainda os ganhos obtidos via aumento do Salário Mínimo (SM), que tem rebatimentos sobre as aposentadorias.

Os aspectos supracitados em conjunto com a exportação de *commodities* contribuem com a sustentação de boa parte do Produto Interno Bruto (PIB) do estado referência (TALENTO, 2011). Essa situação, por sua vez, denuncia a fragilidade econômica

do Maranhão, uma vez que possuir uma economia dependente significativamente de exportações de *commodities* e de fontes de rendimentos advindos de transferências monetárias constitucionais, torna o estado demasiadamente suscetível aos choques recessivos em tempos de crise.

Que foi o que ocorreu entre 2011 – 2016, período marcado pelo aprofundamento de uma crise que explodiu no Brasil em 2008, e que se aprofundou a partir do final do ano de 2014. Levando em conta a dependência que o Maranhão possui do setor externo e das transferências de rendas supracitadas, sua economia foi expressivamente abalada durante o governo Dilma, contudo o governo do Maranhão no período em referência adotou algumas medidas anticíclicas, que perpassaram pelo aumento das rendas dos servidores públicos, além de contar com as transferências monetárias de renda via programas sociais federais, entre outros aspectos (IMESC, 2017).

Isto posto este trabalho possui como objetivo geral analisar a intervenção estatal sobre o subconsumo das massas entre 2011-2016, especificamente objetivou-se discutir as configurações da forma-Estado e sua relação com o capitalismo, bem como debater a dinâmica da intervenção estatal na crise e o combate ao subconsumo das massas via programas sociais de transferência monetária no Brasil e Maranhão entre 2011 – 2016.

Embora nesse trabalho tenha se escolhido trazer ênfase sobre o subconsumo das massas, fazendo recorte sobre o consumo das famílias e as transferências monetárias de renda via programas sociais, sabe-se que a causa última da crise não se restringe a esse aspecto. O subconsumo das massas se realiza em decorrência da produção pela produção, que leva ao não atendimento das necessidades sociais do conjunto do proletariado, que por sua vez contribui com a geração e o aprofundamento de uma série de expressões da questão social (FARIAS, 2015).

Isto posto, este trabalho encontra-se dividido em 3 partes para além da introdução e conclusão, na primeira parte se debateu sobre a composição da forma-Estado, partindo do entendimento que é somente após a compreensão sobre o Estado para si (como forma) e em si (como função), é que se pode passar para o debate sobre o papel do Estado enquanto agente de intervenção, sem que se caia em uma análise superficial. Na segunda parte se discutiu como o estado de natureza capitalista tem realizado suas intervenções, tendo em vista arrefecer as leis tendenciais da crise, sem romper com o atual estado de coisas, e por fim se analisou as estratégias estatais de combate a causa última da crise, durante o governo Dilma via transferências constitucionais e suas implicações sobre a economia brasileira e maranhense.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A FORMA-ESTADO

O Estado é um todo orgânico, complexo e contraditório, nesse sentido a compreensão da natureza e do papel do Estado requer apreensão das relações que se estabelecem nele,

assim quando se busca entender o papel do Estado, o Estado se mostra como causa e o capitalismo seria o efeito dessa relação, porém quando se busca compreender a natureza do Estado, o capitalismo seria a causa da formação do Estado e o Estado seria o efeito (FARIAS, 2001).

O Estado se estrutura tanto no nível da aparência como no nível da essência, seguindo esse raciocínio, embora ele se constitua como Estado em sua essência, na aparência ele se mostra como governo, cujas ações sofrem múltiplas determinações da dinâmica da luta de classe. Por isso, é necessário que se compreenda a natureza e o papel do Estado através de suas múltiplas determinações, para entender como o Estado age por meio das políticas públicas e sociais na sua forma aparente, políticas essas que acabam por reforçar as disposições capitalistas (MASCARO, 2013).

Contudo, para chegar nessa compreensão primeiramente é necessário se entender que o Estado capitalista moderno tem sua natureza perpassada pelo silogismo, fetichismo, estrutura, fisco-finança, genealogia e teleologia (FARIAS, 2001).

O silogismo, compreende o estudo da totalidade, do movimento que envolve a aparência e a essência, isso quando aplicado ao Estado leva a compreensão de que ele possui três formas: a forma-Estado (generalidade); a forma de Estado (particularidade) e a forma do Estado (singularidade). A forma-Estado diz respeito a universalidade do Estado, ou seja, aspectos gerais que compõe a formação de todo Estado (FARIAS, 2001).

Toda forma-Estado possui particularidades de tempo e espaço, que dão origem a uma forma de Estado, já a forma do Estado tem sua constituição ligada a forma de um Estado específico, partindo das singularidades que o compõe (MASCARO, 2013). Na sua relação com o capitalismo, em termos de silogismo o Estado:

(...) tem por referência de base os três níveis seguintes de percepção do capitalismo: o modo de produção (no contexto de uma formação socioeconômica capitalista), o tipo de regime de acumulação (no centro ou na periferia, sob o taylorismo ou sob o fordismo) e o processo dado de acumulação (na França, no Brasil) (FARIAS, 2001, p. 29).

Nesse sentido tendo discutido o silogismo estatal, importa agora discutir a estrutura da forma-Estado que na visão marxista envolve a distinção entre aparência e essência, bem como as dimensões objetivas e subjetivas (FARIAS, 2001).

Seguindo a lógica da figura 1, no nível da aparência e no eixo objetivo o Estado se mostra por meio dos aparelhos estatais públicos, que são legitimados socialmente (por exemplo, por meio do direito burguês formal), e essa legitimação constitui o eixo subjetivo no nível da aparência. No eixo objetivo no nível da essência, o Estado é formado por determinações advindas da divisão capitalista do trabalho, já no eixo subjetivo o Estado sofre determinações da luta de classe (FARIAS, 2001).

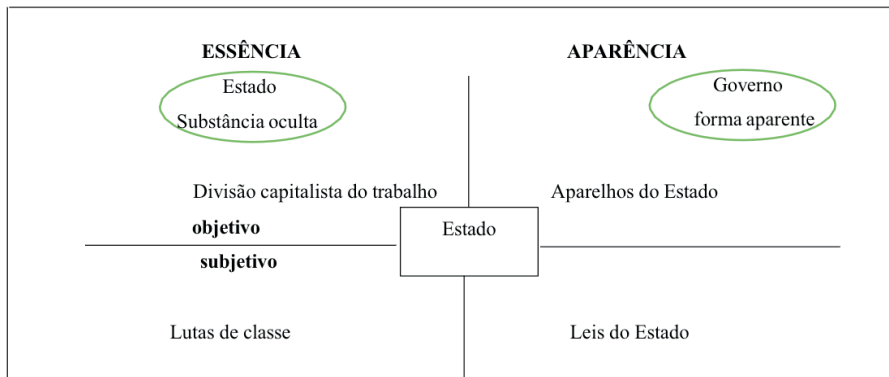


Figura 1- Estrutura da forma-Estado

Fonte: (FARIAS, 2001).

A partir do exposto, pode-se dizer que no nível da aparência os aparelhos do Estado ligados a indústria como o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, bem como ao Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), entre outras entidades, encontram validação por meio de mecanismos de legitimação estatal, que são as legislações, a exemplo, da lei 13.152/2015 que prorrogou a política de valorização do SM até 1º de janeiro de 2019; a lei 10.836/2004 que criou e regulamentou o PBF, entre outras.

A formulação dessas leis derivou de um processo complexo, envolto por contradições que foi perpassado pela luta de classes e pela divisão capitalista do trabalho, que por sua vez exerceram influência sobre a ação do governo. Dessa forma, a resultante de um processo que ocorreu no âmbito da superestrutura¹ poderá se conformar em resoluções, que terão potencial de influência sobre a ação do governo e, até poderão contribuir com a perpetuação do capitalismo em uma nação. Contudo, tais afirmações apontam para abstrações que compõem partes do conhecimento, pois o que o governo decide fazer na prática, é resultado de múltiplas determinações (MASCARO, 2013).

Tais determinações apontam para a superestrutura, Poulantzas afirma que o conhecimento prático das especificidades, que conformam a superestrutura político-jurídica é resultado de múltiplas determinações. Enquanto refletia sobre a formação da superestrutura, que ele denomina como “o Político”, ele afirma que essa dimensão seria constituída por um modo de produção puro. O autor entende por modo de produção a combinação de diversas instâncias e práticas, cuja unidade originam outras tantas estruturas, que em seu todo apresentam em última instância, como dominante a dimensão econômica, contudo essa dominância em última instância, não significa que o econômico sempre tenha papel dominante (POULANTZAS, 1977).

¹ Levando em consideração o movimento gerado pela luta de classes e pela divisão capitalista do trabalho.

Acrescente-se ainda que o modo de produção puro, da qual o autor fala é constituído por uma unidade complexa, que possui dominância de um certo modo de produção sobre os outros que o constituem. Nesse âmbito, quando se pensa a atual realidade, na qual se tem uma forma-Estado de natureza capitalista, ao direito de natureza burguesa caberia o papel de garantir uma suposta igualdade jurídica-formal, entre capitalistas e trabalhadores. Contudo, essas normas jurídicas capitalistas ao mesmo tempo em que garantiriam uma suposta liberdade igualitária para todos, desorganizam e separam a classe trabalhadora, e por outro lado une e fortalece a classe dominante, conferindo o efeito de isolamento de classe que traz rebatimentos para as relações econômicas (POULANTZAS, 1977). Marx reafirmou isso na contribuição a crítica da economia política:

“(...) as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, (...) compreende o conjunto pela designação de sociedade civil (MARX, 2016, p.4).

Apesar do que já foi discutido até aqui, opta-se pelo entendimento que traz a obra O Estado capitalista Contemporâneo, na qual o autor afirma que é a relação dialética entre a luta de classes e a divisão capitalista do trabalho, na essência da forma-Estado que irá determinar a configuração que ele assumirá na sua dimensão mais aparente como governo (FARIAS, 2001). Tendo compreendido isso, importa discorrer sobre as demais categorias que conformam a forma-Estado, a saber: fetichismo; genealogia; fisco-finança e teleologia. Em relação ao fetichismo, ele se manifesta através das ações do governo e da forma como ele executa as suas ações, uma vez que ele no nível da aparência faz esquecer que o resultado de suas ações materializado em leis, políticas públicas, programas e serviços sociais promulgadas pelos aparelhos estatais, resulta na sua essência, “(...) de evolução da divisão capitalista do trabalho e da luta de classes correspondente (...)” (FARIAS, 2001, p. 32), assim se tenta camuflar “(...) a correlação de forças advinda da luta de classes entre base² e superestrutura”³ (FARIAS, 2001, p. 32).

Sobre a categoria genealogia, ela diz respeito a origem da forma-Estado que consiste em uma forma social e histórica, que se situa e pode variar no tempo e no espaço, e que por isso não é imutável possuindo caráter transitório, “(...) quanto a sua existência própria e sua natureza específica no capitalismo (...)” (FARIAS, 2001, p. 34).

A atual forma-Estado em si surgiu da tomada de consciência da sociedade burguesa, que por meio da luta de classes imprimiu mudanças na natureza⁴ da divisão social do trabalho “(...) tanto no nível de extorsão do excedente, quanto da forma de relação entre cidade e o campo (...)” (FARIAS, 2001, p.33), e no papel do Estado cuja mediação “(...)

2 É formada pelo conjunto das relações de produção, bem como pelos meios de produção – em seus respectivos níveis de desenvolvimento - que constituem a base estrutural da economia de uma sociedade (WILLIAMS, 2005).

3 É resultado de táticas usadas pela classe dominante para o alcance e manutenção de seus domínios, nela se encontra o Estado, a cultura, a ideologia, a religião entre outros elementos (WILLIAMS, 2005).

4 Que se tornou capitalista.

resulta no seu conjunto das necessidades mutantes da divisão capitalista do trabalho e da forma de dominação de tal ou tal classe (...)” (FARIAS, 2001, p. 34).

Sobre a subsistência do Estado, atualmente ela se mostra através da fisco-finança, que diz respeito aos recursos e fundos – impostos, dívida pública – que lhe dão condições de (...) representar o seu papel simultaneamente material e social, espacial e histórico (...)” (FARIAS, 2001, p. 35). A subsistência do Estado tanto em si (em relação aos aparelhos que o constitui, que estão relacionados a sua função), como para si (em relação à forma de Estado) depende de fundos, cuja consecução envolve processo de legitimação estatal, que por sua vez está vinculado a circunstâncias temporais e espaciais da luta de classes (FARIAS, 2001).

Por fim, em relação à categoria teleologia, sabe-se que ela, dentro do marxismo, trata da antecipação do resultado, dos fins gerais estabelecidos. No caso do Estado capitalista, os seus fins gerais estão estabelecidos desde a sua origem na sociedade burguesa, seus fins sistêmicos se voltam para mediar contradições tendo em vista a perpetuação do capitalismo (FARIAS, 2001).

Dessa forma, o autor referenciado nesse parágrafo, propõe que a relação orgânica entre a forma-Estado e o capitalismo seja ultrapassada através do movimento revolucionário, movimento esse que começa no nível político⁵, para que posteriormente se possa criar condições, que venham materializar mudanças profundas “(...) na correlação de forças sociais em favor das massas populares (...)” (FARIAS, 2001, p. 38).

Após ter discorrido sobre o Estado para si (como forma) e em si (como função) é que se pode passar para o debate sobre o papel do Estado enquanto agente de intervenção, sem que se caia em uma análise superficial.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A INTERVENÇÃO ESTATAL NA CRISE

Em primeiro lugar importa esclarecer que o Estado possui três níveis de silogismo “(...) a forma-Estado (generalidade), a forma de Estado (particularidade) e a forma do Estado (singularidade)” (FARIAS, 2001, p.29). Esses níveis de silogismo se relacionam com os três níveis de percepção do capitalismo, sendo eles “(...) o modo de produção (no contexto de uma formação socioeconômica capitalista), o tipo de regime de acumulação (no centro ou na periferia, sob o taylorismo ou sob o fordismo) e o processo dado de acumulação (na França, no Brasil)” (FARIAS, 2001, p. 29).

As três formas do silogismo estatais se encontram interligadas de uma tal forma, que o Estado sob qualquer uma das formas específicas citadas acima – seja em sua particularidade ou em sua singularidade - compõe de alguma maneira a forma-Estado (FARIAS, 2001).

Como o Estado é uma forma social sujeita a variações no tempo e no espaço, ele

⁵ Na unidade da consciência de classe (FARIAS, 2001).

se articula organicamente com “(...) as formas assumidas pelo ser social na produção, na reprodução e na crise do capitalismo (...)” (FARIAS, 2001, p. 30).

Isto posto, a relação do Estado com a economia muda de acordo com o regime de acumulação prevalente, entende-se por regime de acumulação como “(...) a própria representação formal dos circuitos produtivos que caracterizam cada fase do capitalismo (...)” (LIMA, 1996, p. 24), então o regime de acumulação determina limites aos espaços que o Estado terá para agir.

Durante a social-democracia o Estado era significativamente interventor, a orientação dos regulacionistas se voltava às ações que beneficiavam tanto os capitalistas como os trabalhadores, os benefícios para esses últimos eram viabilizados em uma dimensão que inviabilizaria o questionamento da “(...) permanência das relações capitalistas de produção, acumulação e reprodução” (FARIAS, 2001, p. 70).

Nessa dinâmica se implantou o taylorismo, fordismo e keynesianismo, e nela os altos ganhos de produtividade eram distribuídos “convenientemente entre os parceiros sociais” (FARIAS, 2001, p. 70).

A crise que atravessa atualmente a economia surgiu do esgotamento desses ganhos de produtividade, nesse sentido os regulacionistas ainda defendem a necessidade de voltar a compatibilizar “o consumo e a produção de massa, o emprego e a produtividade, os salários e os lucros” (FARIAS, 2001, p. 70).

Essa compatibilização viria através de regulações contratuais via Estado, que por sua vez seriam capazes de trazer melhorias a posição dos trabalhadores na relação salarial. Dessa forma, a saída apontada pelos regulacionistas para atual crise econômica, seria o estabelecimento de um modelo keynesiano melhorado (FARIAS, 2001).

Contudo, o modelo fordista-keynesiano não conseguiu trazer respostas satisfatórias para a superação da crise que experimentou, dessa forma como saída se propôs a adoção de um modelo político neoliberal, que parte na defesa de um mercado auto regulável, da eficácia absoluta da empresa privada, da minimização das intervenções do Estado no social, que por sua vez gera o aprofundamento das desigualdades. Todavia, a crise do capitalismo não foi superada nem pelo regime neoliberal nem pelo regime keynesiano (FARIAS, 2001).

Disto, pode-se afirmar que quando se olha para o Brasil, os períodos em que o Estado foi atravessado por dinâmicas de capitalismo ora mais intervencionista ora menos intervencionista, também foram marcados por crises (MASCARO, 2018). Isso porque o Modo de Produção Capitalista fabrica suas próprias crises, nesse processo o governo brasileiro foi levado a criar formas de enfrentamento “as crises do capitalismo mundial, do qual é dependente” (MASCARO, 2018, p. 41).

Todavia, essas formas de enfrentamento não foram capazes nem de gerar o reposicionamento do país no cenário econômico internacional, nem de superar a sociabilidade capitalista. Assim o governo de esquerda, no período aqui pesquisado, se

inseriu perfeitamente no sistema geral capitalista (MASCARO, 2018).

Embora se tenha vivenciado uma forma de sociabilidade menos agressiva aos direitos da classe trabalhadora, durante os governos petistas, esses governos de cunho social-liberal estiveram ligados a dinâmica de acumulação capitalista (MASCARO, 2018).

As ações do governo se estabelecem mediante a luta de classes, assim as situações e tensões que derivam dessas lutas trazem a possibilidade de múltiplas inclinações da política, com doses variadas de uma mesma forma de sociabilidade.

Sendo assim, mesmo nas dinâmicas de capitalismo intervencionista os ganhos obtidos pela classe trabalhadora são sempre parciais, além disso “(...) os mínimos da sobrevivência se tornam o máximo (...)” (MASCARO, 2018, p. 182) que o proletariado poderá conquistar, porém tais avanços distributivos podem vir a retroceder por conta de uma futura reação político- econômica, que pode o atingir de modo contrário (MASCARO, 2018).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Modo de Produção Capitalista é inerentemente instável, por isso a atual formação socioeconômica capitalista precisa passar por uma transformação radical, pois do contrário a economia mundial continuará a experimentar crises periódicas (MASCARO, 2018).

A explosão da crise econômica em 2008, dada as suas proporções, não contou com um alto estoque de forças contestadoras e críticas contra do Modo de Produção Capitalista. No Brasil, o governo que estava no poder tentou combater inicialmente os impactos da crise através da indução estatal, todavia essa tática não se sustentou por muito tempo, por conta da força que as estruturas de reprodução auto referenciadas no capital e nos mercados financeiros possuíam (MASCARO, 2018).

E mesmo que a acumulação em padrões de controle estatal da economia tivesse prevalecido, as crises continuariam a existir, pois a reprodução do capitalismo se encontra assentada em “(...) termos de exploração, conflitos e antagonismos, que está lastreada em tendências de crise econômica, política e social (...)” (MASCARO, 2018, p. 129).

Essas tendências de crise por mais que se depare com contratendências, tornam as dificuldades de estabilização da economia e da política uma missão cada vez mais sobressalentes. Nesse sentido, importa apontar algumas estratégias políticas implementadas pelo governo Dilma, para amenizar os impactos da causa última da crise (subconsumo das massas), lançando luz sobre as políticas de incentivo aos rendimentos, e seus rebatimentos sobre a economia maranhense.

CRISE, SUBCONSUMO DAS MASSAS E AS TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS NO BRASIL E MARANHÃO ENTRE 2011-2016

Considerando a crise como um fenômeno inerente ao Modo de Produção Capitalista, ela pode ser atenuada, mas nunca extinta do capitalismo, por expor uma contradição

inerente ao capital, quando ele exclui o elemento responsável pela geração de valor e pela valorização, a saber: o trabalho vivo, que não apenas produz valor para o capital, como também mede o valor em cada etapa do processo de valorização (GRESPLAN, 2018).

Quando isso acontece há uma desvalorização do capital existente, o que compromete a base do seu crescimento, essa condição desmascara a ideia do capital ser valor que se valoriza, pois o capital pensa ter capacidade de valorizar, ao incorporar formalmente a força de trabalho através de sua contratação jurídica, criando a partir disso formas de se medir (medidas formais), como a taxa de lucro e a taxa de juros, que acabam sendo contrariadas pela verdadeira forma de mensuração (medida real): a taxa de mais-valia (GRESPLAN, 2018).

Essa contradição entre as medidas reais e formais atreladas ao trabalho, é o que Marx define como desmedida, e que por sua vez define a crise, e como desmedida a crise é um elemento muito importante nas análises construídas por Marx sobre o modo de produção capitalista (MARX, 2013; 2017).

Sendo assim, parte-se do pressuposto de que a crise do capital, como um todo contraditório, na concepção marxista, tem uma causa imediata, uma causa mais profunda e uma causa última, que se exprime respectivamente por meio da queda na taxa de lucro, da exuberância financeira e da desigualdade de rendimentos (FARIAS, 2015). Neste trabalho se deu ênfase a causa última da crise.

Sobre a causa última da crise, ela diz respeito a restrição do consumo das massas que se expressa, dentre outras possibilidades, na desigualdade de rendimentos (FARIAS, 2015). A desigualdade de rendimentos foi analisada, a partir de questões que envolvem a distribuição de renda, que necessariamente afeta os níveis de consumo das massas.

A desigualdade em relação à distribuição de renda é historicamente modelada pela influência e ação coletiva de sujeitos sociais, econômicos e políticos. Nesse sentido, se tem uma análise incompleta, quando se versa sobre a distribuição de renda ou riqueza pautada exclusivamente no determinismo econômico (PIKETTY, 2014).

A percepção de Marx - construída no século XIX - sobre a desigualdade da distribuição de riqueza, corrobora com a última afirmação feita no parágrafo acima, pois Marx entendia que a desigualdade da distribuição de riqueza estava diretamente ligada à correlação de forças, desenvolvida na sociedade capitalista entre as principais classes sociais, a saber: a classe trabalhadora e a burguesia. Na qual a primeira se subordinava e ainda se subordina a segunda, que é detentora dos meios de produção, havendo assim a concentração de poder e riqueza nas mãos da burguesia (MARX, 2013).

Assim o processo de distribuição de renda e riqueza é perpassado por correlação de forças entre vários sujeitos detentores de poder social, político e/ou econômico, que podem ou não promover o aprofundamento das desigualdades. Dessa forma, não existe um processo natural e espontâneo que bloqueie ou reduza as forças promotoras da desigualdade, bem como que permita a sua elevação (PIKETTY, 2014).

Sabe-se que a elevação dos níveis de distribuição ou redistribuição de renda - principalmente entre a população de baixa renda - eleva os níveis de consumo de uma nação, porque a classe média alta tem menos propensão a consumir, do que os segmentos sociais de média ou baixa renda (CARVALHO *et al*, 2016).

Além disso em decorrência da redução dos níveis de desigualdade de renda, a economia de uma nação pode ou não experimentar níveis maiores de crescimento, dependendo do nível de dependência que ela possui dos níveis de consumo das famílias. No caso do Brasil, o consumo das famílias⁶ por muitos anos foi o componente mais importante do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, tendo representado em média um percentual de 60% dele (CARVALHO *et al*, 2016).

Quando se observa a taxa de consumo das famílias⁷, bem como as taxas de crescimento do PIB *per capita*⁸, foi possível se observar na tabela abaixo, que entre 2011 e 2013 houve uma desaceleração e um leve crescimento do volume do PIB *per capita*, porém entre 2014 e 2016 ele passou por uma desaceleração significativa. Em relação ao volume do consumo das famílias, pode-se observar a mesma dinâmica:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Variação em volume do PIB <i>per capita</i>	3%	1,0%	2,1%	-0,3%	-4,4%	-4,1%
Variação em volume do consumo	5%	3,5%	3,6%	2,3%	-3,2%	-3,8%

Tabela 1- Volume do PIB *per capita* e do consumo das famílias no Brasil entre 2011-2016.

Fonte: (IBGE, 2018). Elaboração própria.

Apesar da desaceleração do volume de consumo das famílias, ele se apresentou positivo até 2014, isso se deu por conta do nível dos rendimentos do trabalho, aspecto importante na determinação de uma parcela significativa dos salários no Brasil. Some-se a isso, o aumento progressivo do SM e o investimento em programas de transferência de renda, esse aumento contribuiu com a expansão dos rendimentos da população que se situava na base da pirâmide social, que por sua vez fortaleceram as classes populares assentadas no trabalho (POCHMANN, 2012).

Nesse sentido, o crescimento econômico do país foi puxado por muitos anos pela expansão do consumo (que foi acompanhado da ampliação dos serviços privados) e, isso por sua vez foi possibilitado devido a existência de uma série de programas sociais e políticas⁹ - que aumentaram o poder aquisitivo das famílias, sobretudo, daquelas

6 O aumento dos níveis de consumo das famílias favoreceu a economia interna, que passou por um crescimento significativo, contrariando a realidade recessiva vivenciada - no mesmo período - pelas economias dos países de capitalismo central. Contudo, a dependência econômica demasiada dos níveis de consumo das famílias se mostra uma fonte potencial de crise em países de capitalismo periférico (ONU, 2015).

7 Componente fundamental sob a perspectiva das despesas no Brasil (IBGE, 2017)

8 Corresponde à quanto do volume total da riqueza socialmente produzida de um país caberia a cada cidadão, se essa riqueza fosse dividida em partes iguais (IBGE, 2017).

9 Valorização do Salário Mínimo; transferências de renda na forma de benefícios sociais e aposentadorias rurais; aces-

pertencentes aos estratos mais inferiores da pirâmide social - dentre elas pode-se citar: a) programas de transferência de renda - no qual se destacaram o PBF e o BPC; b) política de valorização do SM (BIANCARELLI, 2014).

Em relação ao PBF, quando se analisa os rebatimentos dele sobre a economia, existem autores que defendem o seu efeito positivo sobre o crescimento da economia em um curto prazo, chegando a afirmar que a cada R\$ 1,00 repassado através do PBF o efeito agregado do programa sobre o Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 1,78 (NERI; VAZ; SOUZA, 2013).

Outro estudo afirmou que o crescimento do PIB e do mercado de trabalho entre 2003 - 2011, se fez acompanhar do crescimento das transferências sociais realizadas principalmente via BPC, PBF e aumento do SM (CACCIAMALI; TATEI, 2016).

Assim os autores acima referenciados concluíram, que foi positiva a expansão de tais transferências de renda, principalmente para o crescimento da economia brasileira, por isso ela deveria ser mantida entre 2014 - 2016 tendo em vista a redução de maiores retrocessos sociais (CACCIAMALI; TATEI, 2016).

Outro estudo¹⁰ afirmou que transferências sociais realizadas via PBF e BPC possuíam impactos multiplicadores de renda de segunda ordem, ou seja, eles contribuíam positivamente para o aquecimento das economias municipais. Setorialmente se verificou que o BPC e o PBF contribuíram principalmente com o aquecimento do produto do setor de serviços (DENES; KOMATSU; MENEZES-FILHO, 2018).

Isso pôde ser verificado no Maranhão, em relação à situação fiscal dos municípios que o compõe, pode-se afirmar que eles possuem uma baixa capacidade de gerar receitas por conta própria, sendo assim a maioria das receitas geradas advêm de transferências de renda por parte de programas sociais, um exemplo disso foi o ano de 2015¹¹, cuja contribuição dos programas sociais de transferência de renda correspondeu a 91,4% do montante total das receitas dos municípios maranhenses nesse mesmo ano, sendo o município de Grajaú o mais dependente de todos, chegando a ter 99,2% de sua receita dependente das transferências dos programas supracitados, e as principais transferências sociais que alimentaram as receitas municipais, vieram do PBF, BPC e das aposentadorias, sendo cada um responsável respectivamente por 8,1% , 3,2% e 22,1% do PIB dos municípios maranhense no ano de 2015 (MDS, 2016).

Acrescente-se ainda as transferências fiscais advindas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), tais transferências também tiveram um papel importante na maioria das receitas fiscais dos municípios maranhenses, o primeiro foi responsável por 32,9% da média do PIB dos municípios maranhenses e o segundo por 42,3% até o ano de 2015

so ao crédito, entre outras coisas (CARVALHO *et al*, 2016).

10 Desenvolvido pelos autores referenciados nesse parágrafo.

11 A falta de dados referente ao ano de 2011 adveio da dificuldade em encontra-los.

(MDS, 2016).

Tais dados acabam apontando que no Maranhão, os municípios que o compõe têm significativas dificuldades em gerar receitas próprias, sendo esse um dos determinantes da pobreza da população que vive nesse estado (GAEPP, 2016).

Acrescente-se ainda que a significativa dependência municipal das transferências fiscais, dos programas de transferência de renda e das aposentadorias, trouxe à tona a fragilidade fiscal que estão submetidos os municípios maranhenses, uma vez que tais transferências sociais se mostraram o principal mecanismo de sustentação econômica dos municípios, e tal fonte de renda por si só tem se mostrado insuficiente, para a promoção do crescimento econômico de uma região (GAEPP, 2016).

Pesquisas afirmam que tais programas sociais possuem efeitos multiplicadores¹² locais e tem seus rebatimentos sobre a demanda, “(...) dentro de uma perspectiva de ausência de restrições de oferta (...)” (SILVA; FERREIRA FILHO, 2018, p. 163).

Tanto o BPC quanto o PBF são instrumentos de transferência direta de renda, por isso podem até gerar impactos positivos nas economias locais e/ou regionais, bem como aumentarem os níveis de consumo, mas no agregado nacional não são capazes por si só de gerar crescimento econômico (SILVA, 2014).

Principalmente por conta da sua fonte de financiamento, que advém de impostos indiretos que podem incidir tanto sobre custos referentes ao trabalho (impostos e contribuições sobre a folha salarial), como sobre bens de consumo, em ambos os casos os impostos indiretos desestimulam a geração de novos empregos, bem como o crescimento do PIB, fazendo com que os impactos negativos sejam maiores do que o bem-estar produzido por meio das transferências (SILVA, 2014).

Isso se pôde ver no Maranhão, pois a significativa dependência das transferências monetárias dos programas sociais, por parte dos seus municípios, desnudou a vulnerabilidade fiscal dos mesmos, além de não colaborar com o crescimento econômico de tais municípios.

Vale destacar, que essa situação trouxe à tona a baixa eficiência fiscal, que os gestores dos municípios em referência enfrentam, o que coloca para eles o desafio de construir estratégias eficientes para elevar a geração de recursos, que também pode se dá através do gerenciamento de impostos para elevar os recursos do caixa, a exemplo, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), bem como o Imposto sobre Serviço de qualquer natureza (ISS) (GAEPP, 2016).

¹² Aumento da circulação do dinheiro nos municípios, gerando aquecimento da economia local (SILVA; FERREIRA FILHO, 2018).

CONCLUSÃO

A estratégia anticíclica do governo Dilma, em investir em transferências de renda por meio de programas e políticas sociais, para arrefecer o declínio pelo qual a economia brasileira passava no período pesquisado, não foi suficiente e nem se mostrou uma tática eficiente na promoção do crescimento das economias locais, uma vez que as transferências de renda por meio de programas e políticas sociais, não foram criadas com esse objetivo, e nem servem a esse fim.

Quando se olha para o Maranhão, foi possível se observar uma economia que se mostrou dependente de forma significativa dos programas sociais e políticas de transferência de renda, bem como das rendas advindas das aposentadorias e de transferências fiscais constitucionais, ou seja, uma economia altamente vulnerável a choques recessivos, uma vez que em tempos de crise, o desemprego aumenta e a renda das famílias ficam altamente comprometidas com o pagamento de dívidas, entre outros aspectos, o que desacelera o consumo das massas, fragilizando assim as economias locais dos municípios maranhenses, que tem nos rendimentos supracitados, sua principal fonte de receita fiscal. Acrescente-se ainda o fato de que o consumo das famílias por si só, não tem força suficiente para alavancar a retomada do crescimento de uma economia.

Diante dessa situação, a solução para a superação das desigualdades de rendimentos, bem como para todos os aspectos negativos que envolve o subconsumo das massas, e seus respectivos rebatimentos sobre a economia, não residiria em menos ou mais intervenção estatal, uma vez que o Estado é um forte aliado das classes possuidoras, e uma dinâmica que implique em uma maior intervenção em favor da classe subalterna dentro do capitalismo, não implicaria na transformação radical do atual estado de coisas, no máximo se teria um positivismo reformista, que implicaria em um maior investimento nos mínimos sociais, e na perpetuação da dominação, exploração e humilhação do homem pelo homem. Assim urge necessidade de revolução, pois do contrário se terá a reprodução contínua da barbárie.

REFERÊNCIAS

BIANCARELLI, André M. A era Lula e sua questão econômica principal: crescimento mercado interno e distribuição de renda. **Rev. do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n.58, p.263-288, 2014.

CARVALHO, Sandro Sacchet de *et al.* **O consumo das famílias no Brasil entre 2000 e 2013: uma análise estrutural a partir de dados do sistema de contas nacionais e da pesquisa de orçamentos familiares**. Brasília: Ipea, 2016. (Texto para discussão, n.2209). Disponível em:< http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6779/1/TD_2209.pdf>. Acesso 23/11/2019.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fabio. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. **Rev. Estudos av.** v.30, n.87, São Paulo, may/aug 2016.

DENES, Guilherme; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES-FILHO, Naercio. Uma avaliação dos impactos macroeconômicos e sociais de programas de transferência de renda nos municípios brasileiros. **Rev. Brasileira de Economia**, vol. 72, n. 3, jul-set 2018.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado Capitalista Contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez 2001.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **Crise Global**: ampulheta fatal. São Paulo: Xamã, 2015.

GAEPP – Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e das Políticas direcionadas à Pobreza. **Pobreza e dependência dos municípios maranhenses das transferências federais**. Observatório social e do trabalho, junho de 2016. Disponível em:< <https://www.gaepp.ufma.br/site/index.php/boletim-do-observatorio>>. Acesso em: 07/06/2024.

GRESPLAN, Jorge. **Marx**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021. [recurso eletrônico].

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:< <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 4/06/2019.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017. Estatísticas sociais, 05/12/2018. Disponível em:< <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>>. Acesso em 21/01/2020.

IMESC. **Imesc divulga análise do PIB estadual em 2015**. IMESC/SEPLAN, 16/11/2017. Disponível em:< <https://imesc.ma.gov.br/portal/Post/noticias/519>>. Acesso em: 03/06/2024.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Reestruturação produtiva e relação salarial**: tendências no Brasil nas décadas de 80 e 90. 1996. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1996.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**: livro primeiro: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. [recurso eletrônico]. Disponível em:< https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjz9eLSu_roAhXUIbkGHdEfDowQFjAAegQIARAB&url=http%3A%2F%2Fwww.gepec.ufsc.br%2Fpublicacoes%2Flivros-e-colecoes%2Fmarx-e-engels%2Fo-capital-livro-1.pdf%2Fat_download%2Ffile&usq=AOvVaw0R6Rw2rMc2cYlojPXGGNA3>. Acesso em 02/06/2019.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2016.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**: livro terceiro: o processo global da produção capitalista. - 1 ed.- São Paulo: Boitempo, 2017. [recurso digital].

MASCARO, Alyson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013. MASCARO, Alyson Leandro. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MDS. **Quantitativo de benefícios e recursos investidos por unidade da federação de pagamento no período de 1996 a 2019**. Benefícios e gastos do BPC, 2016. Disponível em:< http://www.mds.gov.br/relecrs/bpc/download_beneficiarios_bpc.htm>. Acesso em 24/02/2020.

NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Fabio Monteiro; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. v. 1, cap. 11, p. 193-206.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Commodities representam 60% das exportações do Brasil, segundo estudo da ONU**. Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em:< <https://nacoesunidas.org/commodities-representam-60-das-exportacoes-do-brasil-segundo-estudo-da-onu/>>. Acesso em 16/12/2019.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: INTRÍNSECA LTDA, 2014. (versão digital). Disponível em:< <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20PO P-GRADUACAO/PIKETTY/O%20Capital%20no%20Seculo%20XXI%20-%20Thomas%20Piketty.pdf>>. Acesso em 26/12/2019.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média?** São Paulo: Boitempo, 2012. POULANTZAS, Nico. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SILVA, Daiana Inocente da. **Impactos dos programas de transferência de renda benefício de prestação continuada e bolsa família sobre a economia brasileira: uma análise de equilíbrio geral**. 2014, 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola superior de agricultura "Luiz Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014. Disponível em:< <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8352>>. Acesso em 12/02/2020.

SILVA, Daiana Inocente da; FERREIRA FILHO, Joaquim Bento de Souza. Impactos dos programas de transferência de renda benefício de prestação continuada e bolsa família sobre a economia brasileira: uma análise de equilíbrio geral. **Rev. Pesquisa e planejamento econômico**, v.48, n.1, abril, 2018.

TALENTO, Aguirre. Maranhão é o Estado com maior proporção de miseráveis. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26/07/2011, treinamento folha. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/2011/07/940853-maranhao-e-o-estado-com-maior-proporcao-de-miseraveis.shtml>>. Acesso em: 03/06/2024.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura no marxismo na teoria cultural. **Revista USP**, São Paulo, v. 66, p. 209-224, 2005. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13448>>. Acesso em: 02/06/2020.

IDEOLOGIAS POLÍTICAS PRESENTES EM ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA DO CLUBE DA AERONÁUTICA NO CONTEXTO DA DESTITUIÇÃO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEF EM 2016

Data de submissão: 28/10/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Humberto José Lourenção

Bacharel e licenciado em Filosofia (PUC/PR) e em Psicologia (UFPR); especialista em Filosofia da Educação (PUC/PR); especialista em Gestão pública (FAAP); mestrado em Ciência Política (UNICAMP) e doutorado em Ciências Sociais (UNICAMP); pós-doutorado em Psicologia (USP); pós-doutorado em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); professor titular de Relações Internacionais da Academia da Força Aérea (AFA)

RESUMO: A partir do fim do governo da presidenta Dilma, em 31 de agosto de 2016, houve um significativo e crescente aumento da projeção de militares das Forças Armadas (FFAA) na cena política nacional, tanto no plano institucional como no plano social. O aumento desta interferência de militares das FFAA na política nacional, culminando em sua ostensiva participação na intentona golpista de oito de janeiro de 2023, após meses de leniência em relação às manifestações golpistas de extrema-direita ocorridas em acampamentos próximos a quartéis do Exército Brasil afora,

revigorou o debate sobre o papel que cabe às Forças Armadas no Estado democrático de direito. Esta discussão se tornou ainda mais necessária porque a somatória destes eventos acirrou a percepção por parte de vários setores organizados da sociedade civil, incluindo o ambiente acadêmico, de que o país esteve ou pode estar sob risco iminente de uma nova ruptura institucional, com participação direta das Forças Armadas. Acrescente-se que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) de oito de janeiro, cujo relatório final indiciou vários chefes militares por atentado contra o Estado Democrático de Direito, confirmou a existência de uma minuta de golpe que circulava durante os estertores do governo Bolsonaro. Dentro deste debate torna-se muito oportuna a investigação das ideologias políticas que percorrem o interior das casernas, tanto em escolas de formação como em organizações que abrigam militares da reserva, dado que nestas últimas os militares estão mais à vontade para manifestarem suas expressões de cunho político. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi o de analisar as narrativas políticas contidas nos artigos da revista publicada pelo Clube da Aeronáutica, denominada “Revista da

Aeronáutica” com o intuito principal de apreender os principais matizes político-ideológicos contidos em tais artigos. A análise percorre o período entre 2012 e 2016. O período, portanto, inicia-se com a implantação da Comissão da Verdade no governo Dilma em 2012, que gerou grande descontentamento no interior da caserna, esse encerra com sua saída em 2016, que desencadeou um aumento significativo da participação das Forças Armadas na cena política nacional. Permeando este contexto histórico está a Operação Lava-Jato, iniciada pelo Ministério Federal em março de 2014, e o movimento criado a partir dela, denominado lavajatismo. Pôde ser observado que todas as edições desta revista trazem artigos que expressam, de forma aberta e contundente, a cosmovisão política dos militares, com destaque para a ideologia anticomunista, refletida na maioria dos escritos.

PALAVRAS-CHAVE: Forças Armadas. Ideologias. Estado. Democracia.

INTRODUÇÃO

A partir do fim do governo da presidenta Dilma, em 2016, houve um significativo e crescente aumento da projeção de militares das Forças Armadas (FFAA) na cena política nacional, tanto no plano institucional como no plano social. No primeiro, tal aumento pode ser evidenciado pelo ressurgimento do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e pela nomeação do general de exército Walter Braga Neto como interventor federal no estado do Rio de Janeiro, ambos ocorridos no governo Temer (2016-2018) e atinge sua máxima expressão com a alta presença de militares em áreas estratégicas do governo Bolsonaro (2019-2022), com uma média de seis mil oficiais da ativa e da reserva ocupando cargos comissionados na administração direta e indireta do governo federal. Quanto ao plano social, percebe-se também um aumento muito intenso da participação de oficiais militares em assuntos políticos do debate nacional, notadamente em manifestações via grande imprensa e, ainda maior, via redes sociais virtuais. Exemplo emblemático desta interferência militar na política do país se encontra no famigerado *twitter* do então comandante do Exército, general Villas Bôas, publicado em abril de 2018, dois dias antes do julgamento de um *habeas corpus* do presidente Lula pelo Supremo Tribunal Federal (STF), cuja clara intenção era a de constranger a decisão de ministros do STF.

O aumento desta interferência de militares das FFAA na política nacional, culminando em sua ostensiva participação na intentona golpista de oito de janeiro de 2023, após setenta dias de leniência em relação às manifestações golpistas de extrema-direita ocorridas em área militar, em acampamentos próximos a quartéis do Exército Brasil afora, revigorou o debate sobre o papel que cabe às Forças Armadas no Estado democrático de direito. A hipótese de uma ruptura institucional com a participação direta das Forças Armadas mostrou-se verossímil diante da ofensiva feita por parte de vários generais, inclusive ocupantes do cargo de Ministro da Defesa da gestão Bolsonaro, ao processo eleitoral brasileiro que elegeu o presidente Lula, questionando a lisura de suas instituições e procedimentos. A interpretação enviesada do Artigo 142 da Constituição Federal que atribui às Forças Armadas, de forma errônea, o papel de um “poder moderador”, que poderia

intervir no contexto político nacional para corrigir “os rumos da nação”, que foi distribuída à exaustão em mensagens de redes sociais, trouxe também prejuízos à confiança nas Forças armadas, prejudicando em muito sua credibilidade.

Esta discussão se tornou ainda mais necessária porque a somatória destes eventos acirrou a percepção por parte de vários setores organizados da sociedade civil, incluindo o ambiente acadêmico, de que o país esteve ou está sob risco iminente de uma nova ruptura institucional, com participação direta das Forças Armadas. Dentro deste debate torna-se muito oportuna a investigação das ideologias políticas que percorrem o interior das casernas, tanto em escolas de formação como em organizações que abrigam militares da reserva, dado que estes estão desobrigados legalmente de conterem suas expressões de cunho político.

Neste sentido, o objetivo deste estudo foi o de analisar as narrativas políticas contidas nos artigos da revista do Clube da Aeronáutica, denominada “Revista da Aeronáutica” com o intuito principal de apreender os principais matizes ideológicos contidos em tais artigos. A análise percorre o período de 2012 a 2016, totalizando 18 revistas, dado que foram publicadas quatro revistas em quase todos os anos do período. Assim, o período abordado situa-se entre a implantação da Comissão da Verdade no governo Dilma, que gerou grande descontentamento no interior da caserna, e a saída da presidente petista, em 2016. Durante este período o principal acontecimento que despertou o interesse de autores da revista foi a Operação Lava-Jato, iniciada pelo Ministério Federal em março de 2014, e o movimento criado a partir dela, denominado lavajatismo. Tal movimento, que também se expressa pelo denominado antipetismo e pela bandeira anticorrupção seletiva, inspirou vários artigos publicados pela revista durante o período analisado. Em oposição, não se faz qualquer menção crítica ao lavajatismo, mesmo com as várias suspeitas, desde 2015, de conduta irregular da Operação Lava Jato e seu uso como instrumento imperialista de ameaça à soberania nacional. (Fernandes, 2024).

Não obstante o art. XII do estatuto do Clube da Aeronáutica informar que é dever do associado abster-se de promover no Clube qualquer manifestação sectária com caráter político-partidário, religioso ou racista, pôde ser observado que todas as edições da revista trazem artigos que expressam, de forma aberta e contundente, a cosmovisão política dos militares. Fazem-se parênteses aqui: em função dos valores de hierarquia e obediência reiteradamente reforçados na instituição militar, as opiniões e posições sobre temas sociais, econômicos e políticos emitidos por oficiais de alta patente das FFAA, mesmo os da reserva, têm grande impacto sobre seus subordinados, atuais ou pretéritos. Assim, nas revistas há mais matérias tratando de temas da conjuntura política do país, do que artigos que tratam de questões mais técnicas de defesa aérea ou mesmo de defesa estratégica.

Nos artigos de expressão de ideologia política há a hegemonia da ideologia liberal e anticomunista, em suas várias expressões, presentes tanto em artigos de opinião como nos próprios editoriais das edições. A ideologia liberal é entendida aqui em seu aspecto

econômico, em que os artigos deixam transparecer um alinhamento direto com o que se denomina “Consenso de Washington”, que em geral, não defende o protagonismo do Estado na condução do desenvolvimento econômico do país, mas, ao invés, preconiza os investimentos estrangeiros diretos, as privatizações de serviços públicos (com exceção da área de defesa, obviamente), a austeridade fiscal, a desregulamentação da economia, o livre comércio e o corte de despesas governamentais em geral. Complementarmente, os artigos se posicionam de forma bastante crítica ao governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em especial em suas pautas que representam o campo popular, dito progressista ou de esquerda.

Segundo MOTTA (2002), no Brasil o “anticomunismo” congrega um conjunto diversificado de forças políticas e sociais: cristãos conservadores, social-democratas, liberais, empresários, nacionalistas, fascistas e, sobretudo, militares. Ele congrega estes diferentes setores da sociedade em razão do que eles têm em comum: o medo e a aversão a processos de transformação sócio-cultural que pretendem corrigir as injustiças sociais. Neste sentido o anticomunismo é a ideologia típica de grupos conservadores no que se refere à ordem hierárquica, a valores morais, e ao regime econômico vigente. A famigerada “ameaça comunista” é acionada ao menor sinal de medidas de combate à desigualdade econômica que resultem em ascensão social de setores populares e serve para legitimar medidas excepcionais e antidemocráticas para combatê-la. (MOTTA, 2002).

Nos dias atuais, em razão do processo histórico de perseguição constante a militares cujos pensamentos expressam aspectos da visão socialista ou mesmo do campo da esquerda, predomina no interior da caserna a ideologia anticomunista, em suas várias manifestações. Tal ideologia se manifesta: a. na ferrenha oposição aos trabalhos de levantamento dos crimes de assassinato, tortura e outros, cometidos por agentes da ditadura iniciada em 1964; b. no combate ao que oficiais das FFAA denominam “marxismo cultural”, que seria uma estratégia de dominação ideológica de esquerda, reproduzido amiúde nas universidades, aos moldes do que chamam de “hegemonia gramsciana”; c. criminalização de movimentos sociais; d. oposição à articulação com países latino-americanos que fazem alguma resistência à influência estadunidense no continente, incluindo uma condenação raivosa da articulação de partidos de esquerda da América Latina denominada Fórum de São Paulo; e. defesa de alegados “valores tradicionais”, contra a pauta de direitos humanos. Sob o guarda-chuva do anticomunismo frequentemente se posicionam contra as medidas que buscam combater o machismo a homofobia e o racismo estrutural; preconizam a escola cívico-militar e “sem-partido”, criticando a educação sexual nas escolas; por fim, defendem o Estado mínimo para a população, com privatizações amplas, incluindo de setores estratégicos e a diminuição de oferta de serviços de saúde e educação, que passariam a ser pagos por usuários diretos. (LOURENÇÃO, 2020).

RELAÇÕES CIVIL-MILITARES NAS SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS

Um dos maiores desafios do Estado democrático de direito é prover níveis satisfatórios de segurança institucional e defesa nacional, enquanto se enaltece a soberania popular, preservando amplos direitos de organização e manifestação da sociedade civil organizada, através de suas várias associações e movimentos sociais. Para isto, é fundamental que as definições das políticas de defesa e segurança estejam sob a responsabilidade das instituições democráticas do poder político, cabendo à oficialidade das Forças Armadas, seguindo as orientações advindas do poder político, somente dirigir a estrutura militar que executa a política de segurança militar. Assim, a burocracia militar deve ser composta segundo critérios baseados na competência técnica, para que tenha condições de prestar uma assessoria técnica bem embasada. Ou seja, o regime democrático demanda a supremacia do poder político, legítimo e representativo, impondo que as Forças Armadas, assim como todas as outras seções não-eleitas do Poder Público, sejam subordinadas aos funcionários eleitos, de acordo com o ordenamento jurídico e institucional estabelecido. Em resumo, o controle civil sobre os meios militares é essencial para a democracia.

Para Huntington (1996), além do valor democrático, a segurança nacional e a supremacia civil estarão mais bem asseguradas por militares que cultivam seus valores organizacionais autônomos em uma instituição politicamente neutra e profissional, entretidos em desenvolver e aprimorar sua perícia funcional de instrumentos de guerra e dissuasão. Segundo esse princípio da subordinação do poder militar ao poder civil, as organizações militares devem se manter neutras em termos de orientação partidária ou governamental. Isto inclui que a intervenção do poder militar no plano nacional ou no campo das relações internacionais deve derivar exclusivamente de decisão do poder político, na condição de instrumento da força estatal, jamais em decorrência de decisão institucionalmente autônoma. (PRZEWORKSKY, 1989).

Segundo Finer (1962), apesar da falta de legitimidade e de habilidade técnica das Forças Armadas para administrar o Estado, o profissionalismo não garante que os militares não intervenham na política. Ainda segundo Finer (1962), contrariando Huntington, as Forças Armadas somente se abstêm de intervir na política quando são formados em cultura democrática, de respeito ao princípio da supremacia civil. Seguindo a mesma lógica, Rouquié (1991), tratando da América Latina, constatou ser equivocada a tese de que a profissionalização do corpo de oficiais seria garantia de apolitismo. Pelo contrário, para Fitch (1998), as Forças Armadas têm se auto-atribuído as tarefas históricas de edificação de um projeto nacional, concomitantemente à responsabilidade por funções de defesa interna e de segurança pública. A situação se agrava na medida em que a proposição de tal projeto nacional, tal como consta no documento “Projeto de Nação”, coordenado pelo General Luiz Eduardo Rocha Paiva, editado pelo Instituto Sagres, com apoio dos institutos General Villas Boas e Federalistas, não contempla a consolidação, extensão e aprofundamento do

estado democrático de direito ao conjunto da população brasileira. Pelo contrário, o referido documento previa uma maior exclusão das camadas populares da participação na riqueza nacional coletivamente produzida, incluindo a cobrança de mensalidade em universidades públicas e no Sistema Único de Saúde (SUS).

OS MILITARES NA POLÍTICA BRASILEIRA A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Por iniciativa própria e de forma ilegítima, os militares têm intervindo na política brasileira desde o fim do Império, agindo diretamente na proclamação da República, revolução de 1930, implantação e queda do Estado Novo e golpe de 1964. Este último, iniciado com a derrubada do governo de João Goulart, implantou um regime autoritário e ditatorial cujas características foram: implantação de um sistema bipartidário; supressão de eleições diretas para presidente da República (sendo que, durante o regime, todos os presidentes foram generais de Exército), governadores e prefeitos das capitais e de várias cidades de interesse estratégico; restrição de direitos políticos, com julgamento de ações políticas pela Justiça Militar e suspensão de *habeas-corpus*; e repressão política. (OLIVEIRA & SOARES, 2000). O embasamento ideológico para o golpe de 1964 se encontra no movimento anticomunista já bastante predominante no interior das Forças Armadas daquela época. Tal arcabouço ideológico forneceu sustentação para os valores conservadores da classe média e justificou a quebra da legalidade por parte dos militares insubordinados, sendo capaz de aglutinar as mais diversas forças de oposição ao governo Jango. (LOURENÇO, 2020).

Por seu turno, o processo de redemocratização na política brasileira de fins da década de 1980, feito de forma “pactuada” na arena político-partidária em razão da não mobilização dos movimentos sociais, impediu que mudanças substantivas na reordenação constitucional da função das Forças Armadas ocorressem. Ou seja, não foram inseridos mecanismos que subordinassem as Forças Armadas ao poder civil, o que seria desejável em um regime democrático. Pelo contrário, o *lobby* militar junto à constituinte de 1986, garantiu os termos do artigo 142 da Constituição Federal de 1988 que atribui o papel de garantidores dos poderes constitucionais, além de mantenedores da lei, da ordem e da segurança pública em casos excepcionais. A histórica preponderância política das Forças Armadas dificultou a aceitação de que devessem constitucionalmente se restringir à defesa externa do país. (OLIVEIRA & SOARES, 2000). Dentre outros mecanismos, um dos principais seria instituir um melhor controle do ensino que ocorre nas academias de formação de oficiais de carreira das Forças Armadas, notadamente a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a Escola Naval e a Academia da Força Aérea (AFA). A legislação sobre o ensino militar impede que haja uma ingerência civil, por exemplo, do Ministério da Educação, sobre a qualidade do ensino nas escolas militares.

Nos anos finais da ditadura, já havia a preocupação por parte dos generais governistas

de que futuros governos civis instalassem processos legais para julgar e condenar os crimes praticados durante o regime militar. Houve então, após a redemocratização iniciada em 1985, uma pressão enorme sobre a classe política, particularmente na constituinte instalada em 1986, para que as Forças Armadas mantivessem os privilégios de permanecerem fora do controle do poder político. Como resultado, a Constituição Federal de 1988, em vez de restringir o papel das FFAA à defesa nacional, manteve o seu papel histórico, ilegítimo, de guardiães dos valores constitutivos da sociedade e responsáveis últimos pela manutenção da lei, da ordem, da segurança e das instituições nacionais e republicanas.

Esta falta de enquadramento das Forças Armadas ao controle político e civil à época da redemocratização, e a falta da condenação aos graves crimes de assassinato e tortura do período ditatorial, foram situações mal resolvidas que até hoje assombram o país e seu processo sócio-político. Mesmo a criação, em 1999, do Ministério da Defesa (MD), que esteve sob o comando de um ministro civil até o governo Bolsonaro, não significou um divisor de águas para a consolidação da subordinação militar. Ainda que as boas relações estabelecidas com as FFAA durante os governos de presidentes do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2000 e 2016, fizeram parecer que a democracia brasileira estava mais solidificada, com a aparente subordinação dos militares ao controle civil, viu-se depois que a realidade era outra. Naquela época, a ideologia anticomunista aparentava estar restrita a pequenos grupos extremistas de direita, em manifestações esporádicas de militares de reserva, principalmente aqueles articulados em torno do Clube Militar (FREIXO, 2018), mas na verdade ela estava sendo acalentada em toda a corporação e reproduzida na formação dos novos oficiais. Pode-se afirmar que todas as expressões da ideologia anticomunista, segundo o imaginário militar, continuaram a ser desenvolvidas no interior da caserna durante este período. As expressões da ideologia anticomunista incluem: a criminalização de movimentos sociais; a defesa do neoliberalismo; a crítica às políticas sociais governamentais; a oposição às pautas de direitos humanos que se traduzem em combate ao machismo, ao racismo estrutural, à homofobia e em defesa dos povos originários; mentalidade econômica ultraliberal, em oposição ao modelo de desenvolvimento econômico protagonizado por investimentos públicos.

Por isto, já no segundo governo Dilma (2014-2016) notou-se certo ressurgimento do ativismo político de membros das FFAA que aumentou na gestão Temer e culminou no governo Bolsonaro. No período pós 2014, em paralelo à intensa exploração midiática seletiva de episódios de corrupção política envolvendo o principal partido de esquerda do país, o PT - fomentando dois importantes movimentos ideológicos: o lavajatismo e o antipetismo - houve também um incremento maciço do ativismo político de militares das FFAA, bastante publicizado em Redes Sociais, como *Twitter*, *Whatsapp*, *Telegram*, *Instagram* e *Facebook*. Velhas bandeiras, típicas dos anos de 1950 e 1960, defendendo o combate à corrupção e ao comunismo, voltaram à tona. Ao mesmo tempo, soube-se depois que parcela expressiva de oficiais tramou uma intervenção militar em razão da eleição do

presidente Lula em 2022. (PODER 360, 2023).

Além da enorme presença de oficiais em redes sociais e na grande mídia, a participação direta de militares da ativa e da reserva no governo Bolsonaro foi incrivelmente aumentada. Segundo dados de 2019, membros das Forças Armadas ocupavam a chefia de oito ministérios: Secretaria-Geral da Presidência; Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Governo; Defesa; Infraestrutura; Minas e Energia; Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e Controladoria Geral da União. Ainda neste período, havia militares em posições de direção ou em conselhos de administração de algumas das maiores empresas estatais do país, tais como: Petrobras, Eletrobrás, Itaipu Binacional, Telebrás, Correios e EBSEH. Além dessas, muitos militares das FFAA ocuparam postos importantes em diversos ministérios, como Educação (em áreas ligadas ao Ensino Superior); Saúde (especificamente na Anvisa), Agricultura (ocupando o Incra), Direitos Humanos (ocupando a Funai); Cidadania (ocupando a pasta responsável pelos Esportes); no Desenvolvimento Regional (Defesa Civil). (LOURENÇÃO, 2022).

O PENSAMENTO POLÍTICO NA REVISTA DO CLUBE DA AERONÁUTICA

Em geral, as revistas dos clubes das Forças Armadas tratam aberta e recorrentemente de assuntos que permeiam a política nacional e internacional, contendo muitos artigos de opinião que comentam e reagem aos principais acontecimentos políticos da vida nacional, principalmente os abordados pela imprensa tradicional. Assim, nos anos 1990, as revistas do Clube da Aeronáutica manifestaram posição contrária à criação do Ministério da Defesa e à lei de indenizações às vítimas dos crimes perpetrados pelo regime militar. A partir dos anos 2000, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, o ativismo político dos clubes, tal como expresso em suas revistas, foi ainda mais acintoso, amplificando a voz da imprensa conservadora na condenação antecipada ao que denominavam “escândalo do Mensalão” e fazendo ferrenha oposição a basicamente todos os temas conduzidos pela esquerda e pelo campo progressista e popular do país.

Especificamente sobre a “Revista da Aeronáutica” dentro do período analisado foram 18 edições, sendo que cada uma tem em média 35 páginas, com dois a três artigos que versam sobre questões históricas, políticas, econômicas e sociais. Os demais artigos trazem: assuntos técnico-militares; relatos de memórias de vivências pessoais e/ou familiares, geralmente contando casos de décadas atrás, normalmente expressando valores morais; relatos que afirmam a grandiosidade da FAB e dos bons serviços prestados ao país, no passado e no presente; e, por fim, os informes sobre o funcionamento do clube e eventos sociais que ocorreram/ocorrerão no período.

Especificamente nas edições da revista do clube da Aeronáutica, foram encontrados conteúdos políticos que podem ser assim resumidos e organizados: apologia do golpe de 1964, tratando-o como contra-revolução; condenação dos governos de países socialistas,

retratados aqui como ditaduras comunistas sanguinárias congregadas no Fórum de São Paulo; apologia às políticas e ideias neoliberais; crítica à Comissão Nacional da Verdade (CNV), taxada como revanchista e parcial; e, por fim, críticas ao STF em seu papel constitucionalista e à denominada “ditadura da toga”.

ATAQUES À DENOMINADA “AMEAÇA COMUNISTA”, CRÍTICAS À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV) E APOLOGIA AO GOLPE DE 1964.

Entre as 18 edições analisadas da Revista da Aeronáutica é lugar comum retratar o Golpe civil-militar de 1964 como sendo uma “revolução” ou ainda uma “contrarrevolução”. Passa-se ao largo da denominação que a grande maioria de cientistas políticos, historiadores e estudiosos do tema em geral assumem como correta para caracterizar o atentado que a elite militar dirigiu contra o mandato do presidente João Goulart no ano de 1964. Já na primeira edição da revista publicada em 2012 (número 278), traz um artigo de opinião criticando a CNV, não sem antes informar que “[...] Recentemente, na vida política de nosso país, tentou-se implantar um regime político de natureza comunista, sob a capa de mero sindicalismo”; sendo que naquela situação (1964) as Forças Armadas “deteram o monstro vermelho”. Em outras palavras, prevalece a versão de uma contrarrevolução (que teria contido uma revolução comunista) em vez de caracterizar a ação das Forças Armadas (FFAA) em 1964 como um golpe ao Estado Democrático de Direito que prevalecia até então. Em crítica velada à CNV o artigo prossegue afirmando que “apesar de meia dúzia de presunçosos que querem impor uma pretensa verdade”, [...] “melhor seria despertar para a grandeza do Brasil, acima das disputas ideológicas e de brasileiros contra brasileiros, alicerçados em nossos valores para buscar a prevalência dos interesses nacionais”. Observa-se aqui uma reificação da expressão “interesse nacional”, anula-se a ideia de que há conflitos sociais e de classe e coloca as FFAA como expressão maior e legítima representante do tal “interesse nacional”. Enquanto isto, os interessados em levantar e investigar os crimes da ditadura militar pós 1964 seriam presunçosos “donos da verdade”, interessados em quebrar a harmonia do país.

Na edição seguinte (279), têm-se novamente a referência de “contra-revolução comunista” ao golpe de 1964, em artigo de um tenente-coronel da reserva do Exército. A edição 288 traz artigo denominando a Comissão da Verdade como “Comissão da Parcialidade ou do Revanchismo”, declarando que “o objetivo maior da comissão consiste em um ataque à própria Instituição Militar, procurando incompatibilizá-la com os cidadãos brasileiros”. A edição 283 da revista prossegue com um artigo em que se questiona se a Comissão da Verdade seria uma “só retaliação”. Se bem que se fosse só retaliação, no sentido de represália, já seria justificável, pois o senso de justiça, existente quando, por exemplo, o poder público encarcera uma pessoa por um crime cometido, baseia-se, além de em um processo educativo, também em uma retaliação, uma punição ao criminoso. No início do artigo o autor informa que nunca presenciou ato de tortura e que tem plena

convicção de que os presidentes do regime militar pós 1964 nunca aceitariam atos de tortura. A primeira afirmação nada sustenta, porque o fato de um oficial militar não ter presenciado nenhuma tortura não significa que elas não tenham existido. A segunda sabe-se ser equivocada, tal como documento secreto da CIA revelado em 2018, em que afirma que até o Gen. Geisel, tido como o mais moderado entre os presidentes militares, ordenou a execução de opositores. O que já era sabido, pois em 2014 o relatório final da Comissão da Verdade responsabilizava 377 pessoas por crimes cometidos durante a ditadura militar, estando Geisel nesta lista. Aqui, contraditoriamente, traz a negação de torturas e assassinatos praticados pelo regime e, ao mesmo tempo, uma justificativa para eles, dado que preconiza uma investigação do “que a vítima fazia antes de ser presa”. O tipo de artigo, muito comum nas edições da revista, que nos faz perceber que o desejável reconhecimento da responsabilidade institucional das Forças Armadas pelos crimes praticados no regime militar está longe de ocorrer.

A edição 278 traz um artigo com duras críticas ao Levante Comunista de 1935, denominado aqui de “Intentona comunista”. O artigo traz que maus militares, “corrompidos por intensa doutrinação marxista”, desprezaram a hierarquia e a disciplina, e descumpriram seu sagrado juramento para com a Pátria. Finaliza enaltecendo os militares que combateram esta ameaça comunista. Observa-se aqui, mais uma vez, que a revolta comunista de 1935 foi submetida à intensa criminalização e desmoralização (a denominação “intentona” faz parte deste esforço de desmoralização) nas décadas subseqüentes à sua derrota (LOURENÇÃO, 2020).

A edição 280 traz em seu editorial intitulado “Atuais ameaças ao Estado brasileiro” de autoria do presidente do Clube da Aeronáutica, uma série de críticas ao governo federal. Uma das mais contundentes seria quanto à política externa, sobre a qual escreve: “[...] Pusilanidade do governo, ao ceder às pressões internacionais de toda ordem, devido a um alinhamento equivocado com governos de esquerda, no continente americano e no mundo (Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador, Peru, Irã etc.)”. O editorial parece ignorar que a Constituição Federal em seu artigo quarto declara que “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”. O ataque ao governo continua na pauta dos povos originários, pois estariam ocorrendo “[...] absurdas cessões de propriedades nas regiões desenvolvidas para pretensos grupos quilombolas e de vastas áreas decorrentes das demarcações de reservas indígenas, na Amazônia, áreas estas fartas de recursos estratégicos raros e de valor inestimável.” Aqui se questiona a legitimidade dos movimentos sociais de quilombolas, mas nada se diz sobre o avanço do agronegócio e do garimpo ilegal sobre estas mesmas áreas. Como ocorre em praticamente todas as edições da revista, nesta há também um artigo fazendo apologia ao golpe de 1964, atacando a famigerada “ameaça comunista”, desta vez informando que os opositores do golpe não lutaram pela democracia e sim pela “ditadura do proletariado”, demonstrando

um desconhecimento do contexto do conceito desta última expressão, tal como encontrada na teoria marxiana.

A edição seguinte, 281, traz artigo que critica o fato de que muitas pessoas se declaram socialistas, informando que isto é um modismo equivocado. Assim, por exemplo, padres da igreja não poderiam jamais se declarar socialistas na medida em que o socialismo e o cristianismo seriam ideologias excludentes, ou seja, não conciliáveis. Em resumo, ao declarar-se socialista uma pessoa conseguiria se eximir de ser taxada de “comunista”, porém, expressando ideias deletérias que se confundem com o comunismo. Novamente, há um entendimento enviesado das elaborações teóricas que definem socialismo, em que se pega uma definição absolutista e a generaliza. Se isto for feito com outras doutrinas, adotar uma visão parcial e absolutista, poderia se afirmar que militarismo e cristianismo não se coadunam, contradizendo os fatos históricos. Vide por exemplo, o caso da Rússia, com um dos exércitos mais poderosos do mundo, com combatentes seguidores fervorosos do cristianismo ortodoxo.

A edição 282, a primeira a ser publicada em 2013, já em seu editorial traz toda a velha, cansativa, reiterada e equivocada retórica de defesa do golpe de 1964. O editorial vem assinado por três generais, das três forças. Segundo o mesmo, as Forças Armadas tiveram participação decisiva na história do país “[...] em todas as ocasiões em que, por clamor popular ou respeito à legislação vigente, se fez necessária a sua intervenção para assegurar a integridade da Nação ou restabelecer a ordem, colocada em risco por propostas contrárias à índole ou ao modo de vida do Brasileiro”. (p. 5). Em outras palavras, o editorial justifica o golpe, a quebra da ordem institucional, pelo “clamor popular” e pela “legislação vigente”, sendo que nenhum dos dois elementos estava presente à época. O editorial continua tecendo críticas à Comissão Nacional da Verdade (CNV), que estaria punindo apenas os crimes praticados pelos agentes do Estado, sem considerar os “hediondos crimes praticados por seus militantes”, referindo-se aos militantes que se opuseram ao golpe e que estavam na clandestinidade por força das ações do próprio governo autoritário.

A edição 288 em artigo intitulado “Desmoralizar as Forças Armadas”, repete a afirmação de que os membros da CNV não agem com isenção. Também afirma que tais membros “fazem acusações gravíssimas a militares, da prática de atos de torturas e assassinatos” e que tais acusações, destacas pela imprensa em geral, “criam em todos os jovens brasileiros, civis ou militares, um sentimento de repúdio a todos os integrantes, da ativa ou na inatividade, das Forças Armadas do Brasil” O autor arremata o artigo afirmando que “Parece que tal Comissão tem, como único objetivo, tentar desmoralizar as Forças Armadas”. Percebe-se neste texto uma grande preocupação com a imagem da instituição das FFAA, em vez de uma preocupação maior com a justiça que deve ser feita ao país pelos crimes praticados pelos agentes da ditadura.

Em artigo da edição 288 ataca-se novamente a tentativa de revisão da Lei da Anistia e a criação da Comissão da Verdade, “cujos membros foram escolhidos unilateralmente

pelos perdedores do conflito interno das décadas de 1960 e 1970”. Isto não sem antes afirmar que os comandantes militares “[...] vêm seguindo os preceitos da Carta Magna à risca, dando prioridades aos assuntos operacionais, preparando as Forças Armadas para atuarem na defesa da Pátria e na manutenção da lei e da ordem nacionais, caso venham a ser acionadas por um dos poderes da República”. O artigo é uma contradição em si, pois se fosse verdade que os comandantes militares estariam somente entretidos com seus afazeres operacionais, este tipo de artigo de opinião política não teria sido produzido e estaria sendo veiculado por uma instituição militar. O artigo finaliza conclamando a todos a se unirem em defesa da lei da anistia. Ora, como se sabe, o projeto que deu origem à Lei da Anistia foi redigido pela equipe do general Figueiredo, sendo que o Congresso Nacional o discutiu e aprovou em apenas três semanas, apesar de ser muito controverso e repleto de críticas. (AGÊNCIA SENADO, 2019). Dado que o governo ditatorial tinha a maioria no congresso, sendo o MDB o único partido de oposição, a lei assegurou o perdão aos militares que cometeram abusos em nome do Estado desde o golpe de 1964, incluindo a tortura e a execução de adversários da ditadura. Na ocasião, a “oposição concluiu que seria melhor ficar com a anistia do governo do que não ter anistia nenhuma”. (AGÊNCIA SENADO, 2019). Ou seja, a correlação de forças dava vantagens aos militares que basicamente se autoanistiarão; o que não significa que a lei não possa ser revista e que os militares criminosos sejam enfim julgados e condenados.

A edição 289 também traz artigo lamentando que, enquanto na França o Gen. Charles de Gaulle é venerado “por ter salvado a França do nazismo”, no Brasil os “Militares sofrem todo tipo de constrangimentos ilegais, injúrias, difamações e calúnias, porque salvaram o Brasil do comunismo e, principalmente, para não possam voltar a fazê-lo, quando isso se tornar necessário, uma vez mais.” Este simples excerto revela toda a mentalidade reinante na revista, ora expressa ora implícita, que o Golpe de 1964 foi, na verdade, um bom serviço prestado pelos militares para salvar o país do comunismo e que cabe aos militares estarem acima dos demais poderes da república para voltar a interferir na vida democrática do país quando julgarem necessário. Enfim, uma formulação que não condiz com o fundamento de subordinação do aparato militar ao poder político, típico e desejável em regimes democráticos.

ANTIPETISMO E DEFESA DA AGENDA NEOLIBERAL E DA BANDEIRA ANTICORRUPÇÃO

A edição 282 traz um artigo intitulado “Uma sociedade adolescente”, que se propõe a discutir a propalada “crise de valores” da sociedade atual, mas que se limita a enunciados rasos de críticas a líderes progressistas de países da América Latina Chávez, Morales, Corrêa, Kirchner e Lula. Na verdade, o artigo não traz nenhuma fundamentação, nenhum argumento; só traz algumas reflexões sobre o que seria uma sociedade adolescente e

parte para a ofensa gratuita. O artigo também não poupa Oscar Niemeyer, que não seria um grande humanista pelo fato do arquiteto reverenciar Stalin. Sem mais delongas e carecendo de qualquer argumentação consistente ou análise histórica, o artigo conclui que “o comunismo foi o sonho adolescente de intelectuais [...]”. Combatê-lo é um dever moral. Hoje ele se adaptou, mudou, mas ainda sobrevive como socialismo bolivariano”. (p. 10). Enfim, o artigo segue o mesmo tom de inúmeros outros, presentes em basicamente todas as edições da Revista da Aeronáutica, qual seja: reproduzir a ideologia anticomunista, na qual se inserem o antipetismo e a aversão às pautas progressistas em favor de melhor distribuição de renda.

A edição 282 traz um artigo criticando a política econômica do governo Dilma, pleiteando redução de impostos e melhoria da infraestrutura para os negócios, além de “Justiça mais confiável e mais rápida, [...] mão de obra mais treinada e mais eficiente, isto é: mais educação profissional e mais investimentos estruturantes em infraestrutura. Além disso, seria conveniente pôr em execução a reforma tributária”. Em resumo, reproduz a agenda neoliberal de renúncia fiscal do governo, desoneração do capital e precarização do trabalho. A defesa desta agenda é uma constante em vários artigos da revista.

A edição 283 inicia com editorial criticando o programa “Mais médicos”, que previa suprir a carência de médicos em localidades remotas do país com profissionais estrangeiros, majoritariamente cubanos. O editorial declara “Assusta-nos essa estranha iniciativa, a qual representa uma verdadeira invasão de profissionais estrangeiros de capacidade e intenções não bem definidas [...]”, insinuando que os profissionais médicos estariam no Brasil para outras atividades ideológicas para além das atividades técnicas inerentes à profissão médica. Levanta-se o questionamento de que o governo, com este projeto, tenha “objetivos não declarados” de influenciar “o comportamento político dessas populações simplórias e menos favorecidas do interior”, para isto fazendo uso de agentes de um país que “ainda vive em um regime plenamente socialista”. Sem fazer qualquer alusão à questão da precariedade que há no atendimento de saúde no interior e o que fazer para resolvê-la, o artigo manifesta “apreensão” ao citar o “filósofo comunista Antonio Gramsci que preconiza a conquista do poder integral de uma nação por meio da mudança de mentalidade das pessoas”. Enfim, o editorial sugere que a real intenção deste programa governamental seria a conversão das pessoas ao comunismo e não o atendimento médico. Trata-se de suspeições infundadas, sem qualquer base na realidade, e irresponsáveis, principalmente para com as pessoas que compõem o público-alvo deste programa governamental.

A edição 288 retomando a pauta anticorrupção e a defesa da “ética”, “moral” e “os bons costumes na política”, relata que a presidente Dilma Roussef governou “atolada na pequenez pouco saudável de um governo ora incompetente, ora corrupto”. Isto é escrito sem que se saiba sobre qualquer condenação judicial definitiva por corrupção no governo Dilma, ou mesmo indício a que “desvios éticos” seu governo estaria implicado. Após esta declaração não fundamentada o autor recomenda que a presidente Dilma abandone “o

discurso da luta de classes, distanciando-se [...] da Venezuela e de Cuba, que pretendem tornar todos os ricos, pobres” e que “siga o exemplo dos ‘liberais’ dos Estados Unidos e da Alemanha, que querem tornar todos os pobres, ricos”. Observe que este discurso desconsidera, por um lado, a realidade concreta de empobrecimento da população trabalhadora destes países ditos “liberais” e, por outro lado, o bloqueio econômico imposto a Cuba e as Sanções econômicas à Venezuela.

A revista continua com um artigo intitulado “O risco bolivariano”, que declara seu antipetismo já na primeira linha, ao iniciar com a sentença: “com petistas, todo cuidado é pouco”. O artigo segue o padrão comum, típico dos artigos desta revista: não faz nenhuma análise sobre o tema que busca abordar; limita-se a esbravejar panfletariamente contra membros do Partido dos Trabalhadores (PT), contra Hugo Chávez e Nicolas Maduro; e por fim, critica o “relativismo moral” do socialismo.

A edição 284 traz um artigo que inicia com a frase “O Estado é sempre um mau empresário”, em defesa do ideário liberal de Estado mínimo. O texto desconsidera o debate sobre soberania estratégica, em que o interesse público deve prevalecer em setores estratégicos da economia nacional e que não cabe às empresas estatais serem avaliadas pelos mesmos indicadores das empresas privadas, nem serem geridas pela lógica do lucro ou do mercado. O artigo prossegue com a “A empresa estatal é, normalmente, um cabide de empregos para justificar salários mais elevados e acomodar aliados”, sem mencionar se as FFAA estão inclusas nesta crítica e se, portanto, deveria também ser privatizada ou terceirizada. O artigo, desta forma, desconsidera o papel e a importância do controle estatal de setores estratégicos como fator de segurança nacional. Desconsidera também o fato de que a grande maioria do funcionalismo público direto e das estatais ingressa nas carreiras de estado via concursos públicos rigorosos. Ademais, o artigo se propõe a exaltar princípios econômicos liberais, confundindo o de uso estratégico de estatais como Eletrobrás e Petrobrás como fatores de proteção da economia nacional com o mero uso das mesmas para controle de preços. Prosseguindo, o artigo menciona o “conhecido mau humor de Marx contra as empresas”. Ou seja, passa ao largo da crítica complexa da obra de Marx à acumulação capitalista, resumindo tudo a uma questão de indisposição de humor de Marx para com o capitalismo, para fazer apologia de uma proposta de desburocratização extrema do governo. O artigo encerra com mais críticas falaciosas, fazendo uso principalmente das falácias lógicas do espantalho e “ad hominem”, expressando platitudes como: Lula é menos culto que Dilma, que, por seu turno, é menos humilde que Lula.

A mesma edição traz artigo, reproduzido do jornal “O Globo”, intitulado “A queda”, no qual se afirma que é mentira que Lula seja um gênio da política e que o sucesso das gestões do presidente Lula não se deveu às capacidades do mandatário, mas a uma conjugação de fatores favoráveis, principalmente externos. Quer dizer, o artigo sustenta que o sucesso se deveu à sorte e não a uma boa gestão governamental. Entretanto, em 2013, segundo o artigo, a sorte começou a mudar, o ambiente econômico externo não

estaria mais favorável ao país e é neste contexto que se deve entender as manifestações populares contra a presidente Dilma, a quem o autor chama de “poste” e “criatura de Lula” que substituiu Lula. Enfim, não só neste artigo, mas em outros da revista, observa-se certa licenciosidade no tratamento conferido aos presidentes do país, tanto a Lula da Silva como Dilma Rousseff, que, segundo ao artigo 142 da Constituição Federal do Brasil, são os Comandantes Supremos das Forças Armadas. Trata-se de um comportamento incompatível com a honradez como valor da instituição militar. Por comparação, dificilmente a revista publicaria artigo contendo adjetivos como “poste” e “criatura” para se referir a um comandante militar, ou, como no artigo anterior, que comparasse qual comandante seria mais humilde ou mais culto que outro.

No artigo seguinte, tem-se a mensagem de que a sabedoria da vida estaria acima das lutas entre esquerda e direita, e que a indignação contra as farsas da política e contra a corrupção estaria acima destes rótulos. Desta forma, para o autor, a conclamação de Lula para que a militância ocupe as ruas e espaços conquistados pela direita soaria anacrônica. Enfim, o artigo reproduz a falácia de que a pauta anticorrupção, sempre seletiva contra partidos e políticos da esquerda, estaria acima das lutas ideológicas, quando na verdade, esta pauta foi operada para perseguição política e desqualificação do campo ideológico da esquerda. Exemplo emblemático desta perseguição se deu, mais tarde, contra a pessoa do presidente Lula, para que ele não concorresse nas eleições de 2018.

É interessante notar como a pauta anticorrupção ganhou bastante espaço na revista da aeronáutica a partir de meados do ano de 2013; no caso, seguindo a tendência do que ocorreu na mídia *mainstream*. O artigo “Focos de corrupção ameaçam os alicerces do Estado”, segue esta tendência, incluindo no artigo uma crítica ao “foro privilegiado”, que considera como fator de aumento da impunidade. Obviamente, a pauta anticorrupção é de primeira importância, mas é preciso considerar aqui o contexto histórico de manipulação midiática que fez aumentar sua percepção e ensejou na pauta o que se pode chamar de “antipetismo”, em que um dado partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT) seria o principal vetor da corrupção do país.

A edição 286, de 2014, traz um artigo intitulado “Ameaças ao Estado brasileiro”, citando todo o pacote recorrente de críticas ao governo do PT da época, entre elas: 1. o denominado “absolutismo no poder”, que seria expresso pelo judiciário submetido ao executivo e pela “cooptação eleitoreira por meio da distribuição de demagógicas benesses financeiras com o dinheiro público (Bolsa-família, indenizações políticas, UNE, MST, etc.)”; 2. a dita corrupção pandêmica e impunidade, com “crescente evasão financeira pública (empréstimos favorecidos a países de inclinação esquerdista)”; 3. a “tibieza e incompetência nas relações internacionais”, relatando a “pusilanimidade do governo, ao ceder às pressões internacionais de toda ordem, devido a um alinhamento equivocado com governos de esquerda, no continente americano e no mundo (Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador, Irã, etc.)”; 3. agravos à soberania e integridade nacionais, em razão

da subordinação da política governamental e sua “criminosa adesão à Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas”. O artigo finaliza conclamando uma “atitude enérgica do Povo Brasileiro por meio de manifestações públicas e da imprensa confiável para protestar contra esse estado de apreensão da Sociedade, a fim de exigir dos líderes das Instituições Nacionais a correção das ameaças ao Estado Democrático de Direito”. Enfim, o artigo resume o conjunto de ideologias comumente presentes na Revista da aeronáutica, com especial adesão à pauta estadunidense de vilanização de países que se indispõem com seus interesses imperialistas e já prenunciando a pauta anticorrupção como carro chefe para os protestos contra o governo federal que desencadeariam no movimento lavajatista.

A edição 289, publicada em 2015, reflete bastante o contexto ideológico de vilanização do governo Dilma que já vinha sendo propalado pela grande mídia corporativa, influenciando fortemente a opinião política dos autores contumazes da revista que traz nesta edição vários artigos manifestando descontentamento e condenações ao governo Dilma. Um destes artigos, usando o dantesco título de “A Falência Econômica e Moral de uma Nação”, informa que o governo Dilma se sobrecarregou com “esmola em prol de voto, ou seja, cabe a cada brasileiro, um óbice extra para a manutenção de bolsas e inúmeros benefícios [...]”, sem citar nenhum estudo ou fazer nenhuma análise do impacto do bolsa-família, para pegar um exemplo forte, na segurança alimentar de vários de nossos cidadãos e na educação que tal programa indiretamente incita. Na sequência, o artigo dispara contra “os empréstimos ou esmolas do BNDES para outras nações impregnadas do socialismo festeiro, conforme determinação do Foro de São Paulo, que já destacamos como o maior poder no atual desgoverno nacional”. De novo, o artigo não explicita este aludido poder do “Fórum de São Paulo”, não faz uma análise política de como esta entidade exerceria poder no Brasil, não faz menção à composição política da Câmara dos deputados, então bastante hostil ao governo Dilma e, por fim, não traz nenhuma análise dos tais empréstimos, para quais empresas foram, com que juros, com que impacto, etc. Enfim, trata-se de mais um artigo de panfletagem ideológica, sem base na realidade empírica mais aprofundada.

É interessante notar que alguns artigos refletem uma consciência com a defesa nacional. Por exemplo, um artigo da edição 289, alertando que Estados Unidos e Europa estão sempre monitorando nosso país, traz o seguinte sobre o Pré-sal: “é notória a cobiça internacional direcionada à exploração do combustível fóssil naquela área”. Entretanto, o artigo não considera as novas modalidades de guerra híbrida, informacional, *lawfare*, etc., conduzidas diretamente dos Estados Unidos e que ameaçavam a estabilidade sócio-política do Brasil, atacando, por manipulação midiática e popular, o governo brasileiro de tendência nacionalista e desenvolvimentista. Ocorreu que uma das primeiras medidas do governo que assumiu o poder executivo brasileiro após a derrubada da presidente Dilma, foi a desnacionalização da exploração do Pré-sal, abrindo brechas para exploração destes ativos por parte de empresas estrangeiras cuja principal função é o lucro a ser distribuído entre seus acionistas por meio de dividendos que, crescente-se, não são tributados no

Brasil. Ou seja, o “ataque” a esta riqueza nacional não se deu por meios convencionais, militares, mas por operações do que se pode denominar de guerra cognitiva, informacional.

Em resumo, o que impera como tendência ideológica dos artigos da revista é o ataque ao protagonismo estatal como organizador da economia, sem sequer observar este mesmo papel centralizador em países que são tidos como exemplos de países que conduzem economias liberais, como, por exemplo, Estados Unidos e Alemanha. Exemplo deste posicionamento ideológico, que se encontra espalhado em basicamente todas as edições da revista, pode ser visto em artigo da edição 290 que, utilizando expressões mal-intencionadas como “empresários cooptados pelo BNDES” e “modelo lulopetista” de centralização de monopólios estatais” (leia-se Petrobrás e Eletrobrás), passa a atacar a tentativa de preservar os patrimônios nacionais pela ação racional do Estado, pregando, em oposição, um tipo de “ultraliberalismo” em que tudo deve ser privatizado, com exceção das próprias Forças Armadas. Outro exemplo de exposição da ideologia burguesa se encontra na edição 291, que traz um artigo que se propõe a tratar da “falácia sobre a Luta de Classes”, a partir de um entendimento limitado sobre o que este conceito significa na tradição marxista. Falta uma compreensão histórica das obras de Marx e Lênin, no que trazem de crítica ao Estado burguês e sobre como ele pode ser superado. O artigo se limita a defender um “Estado isento” para melhor resolver qualquer discordância entre trabalhadores e patrões, aqui também tratados dentro da ótica da moral burguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período analisado - nos anos em que se cultivou, sistematicamente e com grande empenho, por parte dos grandes meios de comunicação de massa o denominado “antipetismo”, a demonização da esquerda brasileira, culminando com a derrubada do governo Dilma - não há um artigo nas várias edições da revista que traga a defesa de uma pauta popular ou progressista, em prol dos direitos dos trabalhadores ou de defesa do estado de bem-estar social. Pelo contrário, a ideologia política que se destaca na Revista da Aeronáutica pode ser denominada de neoliberal, com seu desdobramento “anticomunista”, com tudo o que isto significa, segundo seus próprios enunciadores, ou seja, em oposição a todas as pautas do campo popular e progressista do país. De forma sintética, pode-se afirmar que a revista, muitas vezes de forma bastante declarada, se opôs às seguintes pautas: reforma agrária e respeito às terras de povos originários e quilombolas, combate ao racismo, à homofobia e ao machismo; defesa de políticas sociais, de uma melhor distribuição de renda, do emprego e dos direitos trabalhistas; taxação de grandes fortunas, heranças, dividendos e combate ao financismo em oposição ao capital produtivo; defesa das empresas estatais em seu papel de proteger e desenvolver a economia nacional; defesa da Universidade e do ensino público, gratuito, de qualidade e não militarizado; respeito à participação legítima da sociedade civil em seus vários movimentos sociais, ao invés de os

criminalizar; defesa do Estado Democrático de Direito e de suas instituições.

Todas as edições da revista do período analisado trazem algum artigo que reproduz a ideologia neoliberal, em suas expressões anticomunista e antipetista. Observou-se certa suspeição e má-vontade para com os governos federais liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Por outro lado, esta marcação cerrada não se verificou em nenhum momento do governo posterior de Michel Temer. Por exemplo, a Reforma Tributária tão cobrada durante o governo Dilma, sequer foi lembrada após o seu término. Pode-se então concluir que o conjunto de ideologias políticas presentes na Revista da Aeronáutica incentivou e referendou o enorme movimento midiático nacional, impregnado tanto na mídia tradicional como nas plataformas de redes sociais, que levou à derrubada da Presidente Dilma.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Há 40 anos, Lei da Anistia preparou caminho para fim da ditadura.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>. 5/8/2019

FERNANDES, Luís Eduardo. **A Internacional da Lava Jato: imperialismo, nova direita e o combate à corrupção como farsa.** São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2024.

FINER, S. E. **The man on horseback; the role of the military in politics.** 1962.

FITCH, J. Samuel. **The Armed Forces and Democracy in Latin America.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998.

FREIXO, Adriano. “Os militares e Jair Bolsonaro”. **Revista Teoria e debate.** Ed. 178, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

FREIXO, Adriano. Os militares e o governo Jair Bolsonaro: entre o anticomunismo e a busca pelo protagonismo. 1. ed. Copenhagen: Zazie Edições, 2020.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado; teoria e política das relações entre civis e militares.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1996. (1ª ed. em inglês: 1957).

LOURENÇÃO Humberto J. “A presença da ideologia anticomunista no ideário castrense”. In: ROCHA, Marcio & FIGUEIREDO, Eurico L (Orgs.). **Estudos Estratégicos & Relações Internacionais; o protagonismo da China no Século 21.** Niterói (RJ): Editora Luzes, 2020.

MOTTA, Rodrigo. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: Perspectiva, 2002.

OLIVEIRA, Eliézer R & SOARES, Samuel A. Forças Armadas, direção política e formato institucional. In: D'ARAUJO, Maria C & CASTRO, Celso. **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

PODER 360. **Relatório da PF diz que militares da ativa incentivaram “golpe de Estado”**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/relatorio-da-pf-diz-que-militares-da-ativa-incentivaram-golpe-de-estado/>. Consultado em? 10/07/2023.

PRZEWORSKY, Adam. “Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia?”. In MOISÉS, José A. e ALBUQUERQUE, José A. G. **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ROUQUIÉ, Alain. **O extremo-ocidente; introdução à América Latina**. São Paulo, Edusp, 1991. (1ª ed. em francês: 1987).

SANTOS, Eduardo H. J. **Ativismo e extrema-direita no meio militar: tensões e discursos que antecedem ao bolsonarismo (1984-1998)**. *Brasília: Journal for Brazilian Studies*, v. 10, p. 272-294, 2022.

ASSIMETRIA DE PODER E RESISTÊNCIA: A PERSPECTIVA DE ERIC WOLF SOBRE O CAMPESinATO

Data de submissão: 04/10/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Andre Luiz de Souza

Doutor em Sociologia

Instituição: Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-2283-5274>

<http://lattes.cnpq.br/1614503351900417>

RESUMO: Este estudo tem como objetivo examinar as relações de poder entre camponeses e governantes, tomando como base a obra de Eric Wolf. O foco está na apropriação dos excedentes, na subordinação dos camponeses às elites e nas estratégias de resistência desenvolvidas ao longo da história. A pesquisa também analisa a influência dos sistemas agroalimentares e do capitalismo na desagregação do mundo camponês, que levou à transição de uma produção voltada à subsistência para cultivos destinados ao lucro. A metodologia baseia-se em uma revisão bibliográfica das principais obras de Wolf, como *Sociedades Camponesas* e *Europa e os Povos sem História*, com o objetivo de identificar os conceitos fundamentais que elucidam a assimetria de poder entre os camponeses e as elites dominantes. Ao investigar esses

mecanismos de dominação e as formas de resistência camponesa, o estudo estabelece paralelos com a agricultura familiar contemporânea e sugere novas abordagens para pesquisas futuras neste campo.

PALAVRAS-CHAVE: Camponeses, Poder, Resistência, Capitalismo, Mercados.

POWER ASYMMETRY AND RESISTANCE: ERIC WOLF'S PERSPECTIVE ON PEASANTRY

ABSTRACT: This study aims to examine the power relations between peasants and rulers, based on the work of Eric Wolf. The focus is on the appropriation of surplus, the subordination of peasants to elites, and the strategies of resistance developed throughout history. The research also analyzes the influence of agri-food systems and capitalism on the disintegration of the peasant world, which led to the transition from subsistence-oriented production to profit-driven cultivation. The methodology is based on a literature review of Wolf's major works, such as *Peasant Wars of the Twentieth Century* and *Europe and the People Without History*, with the objective of identifying key concepts that elucidate the

power asymmetry between peasants and dominant elites. By investigating these mechanisms of domination and forms of peasant resistance, the study draws parallels with contemporary family farming and suggests new approaches for future research in this field.

KEYWORDS: Peasants, Power, Resistance, Capitalism, Markets.

INTRODUÇÃO

Eric Wolf, um dos principais antropólogos do século XX, contribuiu de forma significativa para o estudo dos camponeses e suas relações com o poder. Em obras como *“Sociedades Camponesas”* (1970) e *“Europa e os Povos sem História”* (1982), Wolf argumenta que os camponeses estão no centro de processos históricos fundamentais, como a centralização política, a estratificação social e a formação de Estados. Eles continuam sendo elementos-chave em questões como desenvolvimento, revoluções e mudanças ambientais nos séculos XX e XXI. Para Wolf, os camponeses não são figuras atrasadas ou isoladas, mas sim atores integrados em sistemas sociais complexos e desiguais. Nas relações atuais, eles se transformaram em agricultores familiares (Abramovay, 1992; Ploeg, 2006).

Wolf concebe a cultura como a base a partir da qual as ideologias são formadas e ganham relevância. Segundo ele, a ideologia seleciona, do campo mais amplo da cultura, os elementos que lhe são mais convenientes, capazes de atuar como símbolos, emblemas ou marcas que enfatizam as relações desejadas (Ribeiro, 1998, p. 156). Além disso, afirma que as ideologias criam esquemas unificados ou estruturas desenvolvidas com o propósito de sustentar ou expressar poder (Wolf, 1999, p. 4).

Para compreender como as ideologias se transformam em programas para o exercício da dominação, é essencial analisar o conceito de poder. Wolf (1999, p. 4-5) define o poder como “um aspecto de todas as relações entre as pessoas”, uma ideia que ele tomou de Norbert Elias (1897-1990). Elias argumenta que “equilíbrios mais ou menos flutuantes de poder constituem parte integrante de todas as relações humanas” e que esses equilíbrios participam de um jogo em que alguns perdem, outros ganham e alguns até monopolizam o poder. Isso gera esforços para contestar e desestabilizar essas posições privilegiadas. Conceber o poder como relacional permite diferenciá-lo em quatro modalidades (Wolf, 1999, p. 5).

A primeira modalidade é o poder individual, que se refere à “potência ou capacidade inerente a um indivíduo”. Esta visão, de influência nietzschiana (referente a Friedrich Nietzsche, 1844-1900), ajuda a explicar por que as pessoas participam do jogo do poder, mas não explica o próprio jogo. A segunda modalidade é o poder transacional, que “se manifesta nas interações entre pessoas” e diz respeito à capacidade de um indivíduo impor sua vontade sobre outro. Essa perspectiva weberiana (referente a Max Weber, 1864-1920) não leva em conta os contextos em que essas interações ocorrem.

A terceira modalidade é o poder tático ou organizacional, que controla os contextos nos quais as pessoas demonstram suas habilidades e interagem, utilizando instrumentos que permitem que alguns controlem as ações dos outros. Por fim, a quarta modalidade é o poder estrutural, que se manifesta nas relações e organiza os próprios contextos, direcionando e distribuindo os fluxos de energia. Em termos marxianos, está relacionado ao poder de distribuir e alocar o trabalho social. Essa modalidade de poder também é abordada por Michel Foucault, que a associa à “governança”, ou seja, ao exercício de “ação sobre a ação” (Wolf, 1999, p. 5).

Wolf expõe os mecanismos subjacentes à dominação, mostrando que, embora as ideologias tenham lógicas e formas culturais distintas, os detentores do poder em cada sociedade sempre exerceram controle sobre os acontecimentos políticos, rituais e cosmológicos. Eles utilizaram elementos culturais preexistentes para construir imaginários que os retratavam como figuras sobrenaturais. A partir de sua análise, é possível inferir que momentos de crise criam condições favoráveis para a concentração e o fortalecimento do poder. Isso ocorre porque, à medida que as elites dominantes recorrem a explicações cosmológicas da natureza, qualquer contestação por parte das classes populares pode ser interpretada como uma crise e, assim, ser sistematicamente neutralizada (Yengoyan, 2001, p. xvi).

A cultura camponesa, segundo Wolf, é moldada por processos ecológicos, políticos, econômicos e ideológicos. Os camponeses estão sempre inseridos em uma teia de relações com as classes dominantes e o mercado, o que resulta em trocas desiguais. Eles precisam equilibrar as demandas externas com suas necessidades internas, frequentemente caindo em desequilíbrio, seja pela desnutrição, revoltas ou migração para áreas urbanas — realidades que podem ser comparadas à situação do Brasil contemporâneo.

Wolf destaca que os camponeses transferem seus excedentes para grupos dominantes, que governam, consomem parte desses excedentes e os redistribuem entre grupos não envolvidos na agricultura. Embora os camponeses possuam relativa autonomia devido ao acesso à terra, sua subordinação a essas elites é constante. Wolf descreve o campesinato como um sistema socioeconômico rural dependente do mercado, onde a produção não se destina apenas ao consumo familiar, mas também às relações sociais e à apropriação de parte dos excedentes pelos dominadores.

O conceito de “fundo de manutenção”, introduzido por Wolf, refere-se ao conjunto de recursos destinados à subsistência, incluindo o pagamento de dívidas e obrigações com os grupos dominantes, além de fundos cerimoniais e de aluguel. Mesmo com essa organização interna, os camponeses enfrentam pressões constantes, sendo obrigados a equilibrar as demandas externas e internas.

Wolf identifica dois tipos de camponeses: os paleotécnicos, que têm pouca dependência do mercado, e os neotécnicos, mais integrados ao sistema mercantil e, portanto, mais vulneráveis às flutuações de preços. A monocultura, impulsionada pela

modernidade, desestrutura a vida camponesa tradicional e enfraquece a autonomia desses trabalhadores, intensificando sua dependência do mercado global.

As “coalizões” que Wolf explora são alianças formadas pelos camponeses para resistir às pressões externas. Essas coalizões podem ser horizontais (entre camponeses) ou verticais (com grupos de poder), variando conforme as circunstâncias. Para Wolf, essas coalizões são estratégias essenciais de sobrevivência e resistência, necessárias para enfrentar a opressão política e econômica.

O objetivo deste capítulo é analisar a perspectiva de Eric Wolf sobre a assimetria de poder entre camponeses e governantes, destacando como os camponeses, ao longo da história, têm sido parte central de sistemas sociais e econômicos desiguais. Também se pretende explorar as dinâmicas de dominação, a apropriação dos excedentes camponeses pelas elites e as formas como essas populações articulam estratégias para manter sua autonomia relativa. Além disso, será examinado o impacto das pressões externas, como o mercado e o capitalismo, sobre as práticas camponesas e suas formas de resistência e adaptação.

A metodologia deste estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica da obra de Eric Wolf, com foco em suas análises antropológicas sobre a relação entre camponeses e governantes. Foram explorados textos clássicos de Wolf, como *“Sociedades Camponesas”* (1970) e *“Europa e os Povos sem História”* (1982), para identificar os principais conceitos que fundamentam a assimetria de poder entre camponeses e elites dominantes. A partir dessa revisão, investigaram-se os mecanismos de dominação e apropriação de excedentes, as formas de organização social camponesa e as estratégias de resistência, traçando paralelos com estudos contemporâneos sobre agricultura familiar e economia camponesa.

Por fim, Wolf conclui que o capitalismo desencadeou uma profunda transformação na vida camponesa, desestruturando suas redes de sociabilidade e enfraquecendo os mecanismos de reciprocidade. As forças do mercado substituíram as antigas redes de solidariedade, acentuando a individualização e dificultando a construção de autonomia das populações rurais na contemporaneidade.

DOMINAÇÃO, EXCEDENTES E A DESAGREGAÇÃO DO MUNDO CAMPONÊS NO CONTEXTO DO CAPITALISMO GLOBAL

Eric Wolf foi uma figura central nos estudos sobre camponeses e desempenhou um papel crucial no avanço de questões centrais das Ciências Sociais. Assim como os camponeses foram fundamentais nas primeiras grandes transformações da história humana — centralização política, estratificação social e formação do Estado — eles continuaram a ocupar uma posição central em tópicos do século XX e início do século XXI, como desenvolvimento, acumulação de capital, mudanças e crises ambientais e revoluções. Wolf não via os camponeses como um objeto de estudo limitado ou como símbolos de atraso ou isolamento rural. Pelo contrário, sua perspectiva os colocava como atores inseridos

em sistemas sociais e culturais complexos, definidos por relações de classe desiguais, e não como entidades isoladas (Wolf, 2001). Para ele, a cultura camponesa é moldada por processos ecológicos, políticos, econômicos e ideológicos, refletindo uma interação constante entre esses fatores.

Os camponeses estão se relacionavam com ambientes naturais, com classes dominantes, com governantes e regras sociopolíticas, com ordens simbólicas e com uma gama de forasteiros e interlocutores (Wolf, 1966). Isso significava atender a várias formas de troca desigual com os detentores do poder (Wolf, 2001), bem como às atividades necessárias para renovar a vida na terra ou em um determinado ambiente local (Wolf, 1966). O camponês estava, na visão de Wolf, sempre tentando equilibrar demandas impossíveis e muitas vezes caindo desse ponto de equilíbrio, seja morrendo de desnutrição, rebelando-se ou fugindo para as favelas urbanas (Wolf, 1969), realidades semelhantes do Brasil atual.

Os escritos de Wolf sobre camponeses, nesse sentido, nunca foram apenas sobre camponeses, mas também sobre sistemas sociais complexos, diferenciados e desiguais (Wolf; Mintz, 1957), e nunca somente sobre um lugar pequeno e um momento estático (o “presente etnográfico” ficcional), mas sim sobre trajetórias e transformações históricas, em uma teia de conexões por toda parte (Wolf, 2001). Conhecer as histórias camponesas, para o antropólogo, era uma forma de “[...] recuperar uma parte significativa de nós mesmos, para que possamos obter um conhecimento mais efetivo do mundo” (Wolf, 1982, p. 5).

Na obra *Sociedades Camponesas*¹, Wolf (1970) destaca que, ao contrário das sociedades primitivas, onde os excedentes são trocados diretamente entre grupos ou membros da comunidade, os camponeses transferem seus excedentes para grupos dominantes. Esses grupos, por sua vez, “[...] governam, utilizam os excedentes para manter seu próprio nível de vida e distribuem o restante para setores da sociedade que não cultivam a terra, mas que, em troca, fornecem bens e serviços” (Wolf, 1970, p. 16).

Em outras palavras, o camponês sempre permanece inserido em um sistema maior, no qual está em posição subalterna, apesar de ter acesso à terra e, por meio dela, conseguir um grau importante de autonomia relativa. O autor afirma que a palavra camponês se refere a um sistema socioeconômico de produtores de pequena escala que dispõe de uma tecnologia não industrial relativamente simples. O sistema é essencialmente rural e depende da existência de um mercado. A relativa autonomia dos camponeses passou a ter que conviver com essas diferentes formas de dominação que influem na organização dos camponeses e geram, por sua vez, distintos tipos de campesinato. Nessa perspectiva, o “[...] mundo camponês não é amorfo [...]”, mas ordenado, “[...] possuindo formas particulares de organização social”, as quais variam de um ambiente camponês para o outro” (Wolf, 1970, p.10).

O antropólogo tipifica o camponês como sendo, ao mesmo tempo “[...] um agente

1 O título da tradução brasileira, *Sociedade Camponesa*, não expressa corretamente o enfoque de Wolf, que privilegiou o estudo de camponeses e não o de “sociedades” camponesas (Ribeiro; Feldman-Bianco, 2003).

econômico e o cabeça de uma família. Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar” (Wolf, 1970, p. 28). Além de ser uma organização produtiva, a unidade camponesa é está voltada para o consumo dos membros da família.

A unidade de produção camponesa é a combinação de consumo e de trabalho. Esse ponto de vista de Wolf, de acordo com Schneider e Gazola (2007), coincide em boa parte com a teoria de Chayanov sobre unidade econômica campesina. Os autores, contudo, esclarecem algumas diferenças fundamentais: para Wolf, os camponeses compreendem “[...] sociedades não primitivas que produzem excedentes que são apropriados pelos grupos que os dominam e que fazem parte da sociedade mais ampla em que os camponeses estão inseridos” (Schneider; Gazola, 2007, p. 94); além disso, a produção camponesa não visa somente ao consumo, mas, por meio dela, estabelece relações sociais com outros grupos.

Para Wolf (1970), o camponês separa sua produção em diferentes categorias. Uma delas é o “fundo de manutenção”, destinado à subsistência; as demais partes têm funções sociais específicas, como o fundo cerimonial, relacionado aos custos das interações sociais; o fundo de aluguel, usado para pagar dívidas a quem exerce poder sobre ele; e, por fim, o fundo de poder, apropriado pelos dominadores (Wolf, 1970). Assim, o camponês organiza seu cotidiano de acordo com os gastos necessários para garantir sua subsistência e a continuidade da produção e consumo, o que Wolf chama de “fundo de manutenção”.

Schneider e Gazolla (2007) destacam que o antropólogo vê o camponês “[...] como um produtor de excedentes que se integra a uma sociedade mais ampla, da qual é geralmente subordinado aos grupos dominantes” (Schneider; Gazolla, 2007, p. 95). Além disso, para se alimentar, o camponês produz o “[...] mínimo calórico, que [...] pode ser definido como o consumo diário de calorias alimentares exigidas para compensar o desgaste de energia resultante de seu trabalho” (Schneider; Gazolla, 2007, p. 95).

Uma compreensão relevante nas pesquisas de Wolf (1970) é que o camponês estabelece uma lógica que assegura a ordem social de seu pequeno mundo. Isso vai além da mera manutenção da família, envolvendo também a preservação de sua identidade cultural. O camponês “[...] necessita manter os meios de produção, ter relações sociais e, devido à sua subordinação à sociedade envolvente, transferir o ‘fundo de lucro’ para os grupos dominantes” (Schneider; Gazola, 2007, p. 95).

Wolf observa que, apesar da manutenção da “ordem social”, sempre haverá uma certa tensão entre a existência camponesa e sua subordinação ao sistema hegemônico. Ele afirma: “[...] os camponeses serão obrigados a manter o equilíbrio entre suas próprias necessidades e as exigências externas, estando sujeitos às tensões provocadas pela luta para preservar esse equilíbrio” (Wolf, 1970, p. 28).

Na ótica de Carvalho (2017), a definição wolfiana de camponês vai além de um mero estilo de vida; ela representa “[...] uma relação estrutural assimétrica entre produtores de excedentes e o grupo dominante” (Carvalho, 2017, p. 5). Wolf também reconhece a relação entre os camponeses e o sistema econômico global como uma forma de reprodução

do capital, resultante da apropriação de uma parte significativa do sobretrabalho dos produtores familiares. Cunha (2017) observa que as “[...] sociedades camponesas são pensadas também a partir da relação direta que mantêm com o mundo externo, o qual, em geral, as explora, constituindo um modelo de subordinação econômica” (Cunha, 2017, p. 72).

A partir dessa relação assimétrica, o controle sobre o trabalho, os excedentes e uma parte significativa dos meios de produção é transferido aos grupos dominantes (Cunha, 2017). Para Woortmann (1995), é justamente o domínio sobre esses fatores que os camponeses buscam, em uma tentativa de ampliar seus processos de autonomia, os quais, no entanto, não eliminam outros fatores de dependência. Assim, a autonomia relativa e a dependência não se anulam mutuamente (Woortmann, 1995).

Wolf baseia-se no conceito de camponês de Chayanov, considerando esse sujeito “[...] em um só tempo, um agente econômico e o chefe de uma família. Sua propriedade é tanto uma unidade econômica quanto um lar” (Wolf, 1970, p. 28, grifo nosso). Por essa razão, Wolf (1970) enfatiza que a grande questão do camponês é equilibrar as cobranças externas e as necessidades de autoconsumo do núcleo familiar. Somente nesse contexto, a partir de relações externas ao seu estrato social, segundo ele, o camponês assume um papel na relação com os detentores do poder.

Diante disso, o camponês tem a possibilidade de seguir duas estratégias: “A primeira delas é incrementar a produção; a segunda, reduzir o consumo” (Wolf, 1970, p. 31). Caso opte pela primeira estratégia, “[...] deverá elevar o rendimento do trabalho às suas próprias custas, tendo em vista aumentar a produção e a produtividade, com as quais entrará no mercado” (Wolf, 1970, p. 31). Na segunda estratégia, a “[...] alternativa é solucionar o problema básico por meio da redução do consumo [...]” (Wolf, 1970, p. 31), o que pode ser feito restringindo a alimentação ao básico, limitando as compras ao essencial e confinando-se à capacidade de produzir o necessário para sua subsistência.

Wolf conclui que “[...] a existência de uma vida camponesa não envolve meramente uma relação entre camponeses e não-camponeses, mas um tipo de adaptação, uma combinação de atitudes e atividades [...]”, as quais colaboram para a luta pela sobrevivência do camponês, inserido em uma estrutura que “[...] o ameaça de extinção” (Wolf, 1970, p. 34).

Além das relações sociais, o ser humano necessita de fontes de energia para sobreviver, como alimentos, e de outras fontes “[...] para a produção de energia nos processos produtivos” (Lima, 2009, p. 35). Tais fontes energéticas são denominadas por Wolf de ecótipos.

Em sua análise sobre a economia camponesa, Wolf (1970) apresenta um sistema camponês que busca gerar sustento e excedente. O antropólogo estabelece uma tipologia que ele denomina ecótipos, que se refere a “[...] um sistema de transferência de energia do meio ambiente para o homem” (Wolf, 1970, p. 36). Silva (2012) comenta que os ecótipos

se dividem em paleotécnicos (sistemas técnicos ancestrais) e neotécnicos, “[...] que influenciaram o campesinato e foram, em alguns casos, adotados total ou parcialmente por ele” (Silva, 2012, p. 11, grifo nosso).

Na tipologia dos paleotécnicos, o camponês aproveita ao máximo os meios naturais, produzindo a maior parte dos serviços agrícolas e especializados e estabelecendo ligações mínimas com o exterior (Lima, 2009). Já na tipologia dos neotécnicos, o camponês está mais dependente do mercado, tanto para a aquisição quanto para a circulação de produtos. Dessa forma, o grau de complexidade da integração ao mercado confronta-se, principalmente, com o sistema no qual o próprio camponês está operando (Lima, 2009). Wolf (1970) explica que existem “[...] compreensões elaboradas dentro do modo de vida camponês, para limitar a capacidade de participar de maneira flexível de um mercado que determina preços como este” (Wolf, 1970, p. 67). Caso esse camponês atue em um sistema paleotécnico, “[...] no qual se alimenta de parte do que produz, continuará produzindo para subsistência, apesar de outros tipos de determinantes que apareçam no mercado” (Wolf, 1970, p. 67).

Atuando no sistema paleotécnico, o camponês pode flexibilizar sua subordinação em relação ao mercado, alimentando-se do que produz. No sistema neotécnico, por sua vez, o camponês produz comercialmente, tornando-se mais vulnerável às flutuações de preços (Lima, 2009). As diferentes formas de exercício do poder econômico, assim como as estratégias para enfrentar o dilema supracitado, resultam na diversificação da agricultura, como observado nos assentamentos da reforma agrária.

Wolf (1970) salienta que, além das práticas agrícolas, os camponeses estão envolvidos em atividades não agrícolas, como os processos de transformação. Por exemplo, as sementes de milho e trigo são convertidas em farinhas e, posteriormente, em pães; o leite é utilizado para fazer queijo e manteiga; e a carne suína se transforma em salame e torresmo. Segundo Bedim, “[...] os camponeses estabelecem arranjos no âmbito da produção e da distribuição de suas mercadorias, onde a esfera funcional se atrela à estrutura de sua organização sociocultural” (Bedim, 2007, p. 75).

Para compreender a dinâmica da economia camponesa em relação às atividades não agrícolas, Wolf (1970) destaca dois aspectos que devem ser considerados: (i) até que ponto a própria família do camponês se encarrega dos artesanatos necessários ou até que ponto ela repassa esses encargos a terceiros, pagando-lhes em alimentos; e (ii) até que ponto o camponês processa seus produtos ou, ao contrário, os entrega para um beneficiamento realizado por especialistas.

Os camponeses/agricultores são, portanto, sujeitos flexíveis que não produzem apenas para a subsistência. A produção de excedentes e suas diferentes práticas agrícolas os inserem como uma parte expressiva do sistema econômico, político e social (Souza, Lazzaretti, 2024a).

Segundo Wolf, a pesquisa sobre as práticas de circulação dos produtos e serviços

gerados pela unidade de produção camponesa permite compreender seu sistema de troca com a sociedade mais ampla. Nessa direção, “[...] os mecanismos específicos que asseguram a troca dos frutos do cultivo com outras habilidades estão, consequentemente, ligados à escala e aos objetivos da divisão de trabalho da sociedade envolvente” (Wolf, 1970, p. 60). Assim, o antropólogo entende que o campesinato se expõe continuamente a uma “[...] gama de pressões que desafiam sua existência, sejam essas derivadas do ecótipo específico [...] ou pressões que emanam do sistema social, como a sobrevivência da família e a demanda por terra” (Lima, 2009, p. 36).

Além disso, as pressões provenientes do sistema econômico global interferem diretamente na unidade de produção e, em muitos casos, direcionam suas ações. Lima (2009), com base na obra de Wolf, explica que “ao mesmo tempo em que os camponeses sofrem pressões seletivas, eles tendem a desenvolver estratégias defensivas” (Lima, 2009, p. 36), buscando soluções específicas. Uma das alternativas, em casos complexos, é estabelecer ações de ajuda mútua e alianças (coalizações), entendidas como “[...] uma combinação ou ligação entre pessoas, facções e Estado, geralmente temporária” (Lima, 2009, p. 36).

As coalizões podem ser classificadas como horizontais, envolvendo camponeses entre si, ou verticais, que incluem camponeses e superiores fora do grupo. Sob cada uma dessas condições, ou mesmo sob a combinação delas, os camponeses têm a possibilidade de se encontrar em diferentes contextos sociais, interagindo com indivíduos distintos e engajando-se em atividades destinadas a fins diversos (Wolf, 1970). Tais coalizões, na visão de Lima (2009), não têm apenas o objetivo de “[...] neutralizar as pressões seletivas que recaem sobre os camponeses, mas também [...] neutralizar as pressões do tipo individual, que partem de indivíduos ou grupos em posição elevada, seja militar, política ou econômica” (Lima, 2009, p. 36). O autor complementa que “são exemplos de coalizão aquelas existentes entre vizinhos, entre camponeses e comerciantes, na criação de grupos de produtores, cooperativas ou mesmo em movimentos de luta pela terra” (Lima, 2009, p. 36).

O antropólogo discute as coalizões unilineares e multilineares, bem como o lugar dessas coalizões na ordem social envolvente. Nesse sentido, ele destaca duas particularidades da organização social: a forte tendência à autonomia das famílias camponesas e o forte “espírito” para formar coalizões em uma base mais ou menos instável, visando a objetivos de curto prazo (Wolf, 1976).

As alianças estratégicas podem ser mobilizadas por diversos motivos. Lima (2009) menciona o caso dos trabalhadores rurais que se empenham em movimentos sociais para lutar pela terra, cujo objetivo é conquistar esse recurso. Assim, “após a consumação desse ato, o camponês torna-se menos coeso com o movimento; porém, surgem novas coalizões, neste caso, nos assentamentos, que têm por finalidade garantir sua subsistência na terra” (Lima, 2009, p. 36).

A maior participação do mercado resulta na modificação e desestruturação do equilíbrio entre o consumo e o trabalho das famílias camponesas. O desejo de produzir constantemente para um mercado “externo”, com o intuito de obter o máximo retorno, torna recomendável a concentração em uma única cultura. Isso ocorre porque os investimentos em equipamentos de processamento, o treinamento para a mão de obra não qualificada, a alocação de tempo de trabalho, o transporte e o processamento são todos simplificados em uma especialização de monocultura (Wolf; Mintz, 2003).

Para o renomado antropólogo, a faceta da agricultura moderna e a concentração dos mercados no sistema agroalimentar impulsionam a desagregação do “mundo camponês”. Schneider e Gazola (2007) ponderam que os camponeses tendem “[...] a deixar de lado a produção do mínimo calórico assim que a sociedade evolui e ocorrem a consolidação das técnicas modernas de cultivo e criação” (Schneider; Gazola, 2007, p. 96). Além disso, eles substituem os cultivos pensando na venda e no lucro” (Schneider; Gazola, 2007, p. 96). Com isso, “pode-se inferir que a produção de fundos no campesinato, segundo Wolf (1976), é um traço marcante e fundante do camponês, pois, sem os diversos fundos, não existiria camponês enquanto tal” (Schneider; Gazola, 2007, p. 96).

A monocultura das commodities tem se enraizado nas práticas modernas da agricultura; entretanto, “[...] não produz apenas sua própria estrutura de classes, mas tem um efeito inibidor sobre a formação de qualquer estrutura de classes alternativa em sua área de controle” (Wolf; Mintz, 2003, p. 167). Assim sendo, essa realidade limita a capacidade e a percepção dos agricultores em construir meios e estratégias para consolidar suas vidas no meio rural (Souza, Lazzaretti, 2024b).

Wolf (1982) ressalta que o capitalismo arrancou “[...] as pessoas de sua matriz social costumeira para transformá-las em atores econômicos, independentes de compromissos sociais anteriores com parentes e vizinhos” (Wolf, 1982, p. 279). O autor delinea esse processo como um “[...] confronto cultural de larga escala, onde o modo de produção capitalista, simultaneamente, cria homogeneidades e heterogeneidades” (Wolf, 1982, p. 379). Essa dinâmica provoca uma ruptura das sociabilidades existentes na cultura camponesa, impulsionando a individualidade e dificultando a reciprocidade. O espírito da dádiva — de dar, receber e retribuir — se perde no caminho da modernidade; “[...] as vidas das pessoas foram assim reformuladas para corresponder aos ditames do capital” (Wolf, 1982, p. 422).

O antropólogo enfatiza que os processos históricos são preeminentemente políticos e econômicos, reforçados pela ideologia. As concentrações de poder, mesmo quando alcançadas, continuam a agir de forma disruptiva em um ‘campo de forças’ competitivo, em constante mudança e desenvolvimento desigual. Tais relações representam uma chave fundamental para analisarmos as estratégias relacionadas à construção da autonomia dos agricultores familiares.

Ao longo deste artigo, exploramos as diferentes formas de poder que estruturam as

relações entre camponeses e grupos dominantes no contexto agrário brasileiro. Em primeiro lugar, o poder individual revela a capacidade de cada camponês de agir e influenciar seu ambiente, mesmo que essa influência seja limitada pelas estruturas sociais. Em seguida, o poder transacional evidencia como as interações pessoais entre camponeses e elites moldam a dinâmica do poder, destacando a capacidade de alguns indivíduos imporem suas vontades sobre outros.

Por sua vez, o poder tático ou organizacional demonstra como contextos sociais específicos podem ser controlados, permitindo que certas elites mantenham sua posição de domínio ao regular as interações e as oportunidades de ação dos camponeses. Por último, o poder estrutural destaca a organização das relações sociais e econômicas, que perpetua as desigualdades existentes e marginaliza a voz dos camponeses nas decisões que afetam suas vidas.

Essas relações desiguais entre camponeses e grupos dominantes, caracterizadas por diferentes formas de poder e resistência à dominação, são fundamentais para compreendermos as dinâmicas sociais que permeiam o campo agrário brasileiro. A análise das interações entre esses quatro tipos de poder não apenas ilumina a complexidade das relações sociais no campo, mas também oferece uma base sólida para a compreensão das lutas por autonomia e justiça social dos camponeses. Assim, é essencial que as discussões sobre políticas agrárias e reforma agrária considerem essas dinâmicas de poder, a fim de promover um campo mais equitativo e sustentável diante das complexidades e desafios que a sociedade atual enfrenta, especialmente em relação às crises climáticas.

Muitas dessas assimetrias de poder são responsáveis por desencadear crises resultantes do paradoxo da sociedade de classes, onde os governados — neste caso, os agricultores familiares — são obrigados a aceitar as condições impostas pelos sistemas alimentares dominantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender como Eric Wolf analisa a assimetria de poder entre camponeses e governantes, explorando as dinâmicas de dominação, a apropriação de excedentes e as estratégias de resistência dos camponeses. A partir da revisão de sua obra, constatou-se que Wolf coloca os camponeses no centro de processos históricos e econômicos globais, destacando, ao mesmo tempo, o caráter desigual dessas relações. A dominação exercida pelas elites se reflete na transferência forçada de excedentes e na subordinação econômica. Apesar disso, os camponeses continuam a desenvolver estratégias para manter uma relativa autonomia, seja por meio de coalizões ou de formas de resistência.

Os sistemas agroalimentares contemporâneos intensificam a desagregação do “mundo camponês”, uma vez que a modernização da agricultura e as demandas do mercado

global enfraquecem a base de subsistência tradicional. Wolf pondera que, conforme as técnicas agrícolas modernas se consolidam, os camponeses tendem a abandonar a produção mínima calórica necessária para sua subsistência e a substituir os cultivos com foco no lucro e na venda de produtos. Esse processo resulta em uma maior dependência do mercado e em vulnerabilidade diante das flutuações econômicas globais, agravando a desigualdade estrutural entre camponeses e elites dominantes.

Os resultados desta pesquisa são relevantes tanto para a sociedade quanto para a academia. Para a sociedade, a compreensão das relações entre camponeses e elites é essencial para os debates sobre reforma agrária, políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e justiça social no campo. Wolf oferece um arcabouço teórico para discutir as implicações da modernização agrícola, da globalização e do capitalismo sobre as populações rurais, temas urgentes no Brasil contemporâneo. Para a academia, o estudo de Wolf oferece uma base sólida para análises críticas das dinâmicas de poder no campo e pode ser ampliado em investigações interdisciplinares que envolvem sociologia, economia política e antropologia (Souza, 2024).

No entanto, esta pesquisa apresenta algumas limitações. A revisão bibliográfica foca principalmente nas obras clássicas de Wolf, o que pode deixar de considerar nuances ou debates mais recentes sobre o campesinato em contextos contemporâneos. Além disso, o estudo não explora de maneira empírica as realidades dos camponeses no Brasil atual, o que seria relevante para contextualizar melhor as teorias de Wolf.

Como recomendações para pesquisas futuras, seria interessante realizar estudos comparativos entre as teorias de Wolf e outros pensadores contemporâneos que tratam da agricultura familiar e dos movimentos camponeses no século XXI, especialmente no contexto da América Latina. Ademais, investigações empíricas que avaliem como as populações camponesas enfrentam as pressões dos sistemas agroalimentares modernos podem trazer contribuições valiosas, ampliando o debate sobre autonomia, resistência e transformação social no campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec/ Edunicamp/ ANPOCS, 1992.

BEDIM, Bruno Pereira. Perspectivas conceituais na controvérsia da abstração: o lugar histórico do camponês no mundo moderno. *Revista Geografias*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 54-71, julho-dezembro de 2007.

CARVALHO, L. C. A política da ação coletiva: estudos rurais em perspectiva comparada. Nuap, 2017. Disponível em: <<http://nuap.etc.br/a-politica-da-acao-coletiva-estudos-rurais-em-perspectiva-comparada/>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

- CUNHA, A. R. B. A. "Para não deixar morrer a agricultura [familiar]": projetos, estratégias e práticas de uma história de resistência no semiárido pernambucano. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- LIMA, Ivanildo Vieira. No sistema neotécnico, o camponês produz comercialmente, tornando-se mais vulnerável à flutuação dos preços. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009.
- PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-56.
- RIBEIRO, Gustavo Lins, "Para uma Antropologia Mundial: Eric Wolf e os 'Povos sem História'", *Anuário Antropológico* 83, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 257-269. 1985.
- SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. A produção da autonomia: os papéis do autoconsumo na reprodução dos agricultores familiares. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 15, 2007.
- SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Territorialidades camponesas do Cerrado: o saber gerado a partir do conhecimento local. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-35, ago. 2012.
- SOUZA, A. L. de; LAZZARETTI, M. Ângelo. A trajetória do MST: conquistas, desafios e a integração aos mercados institucionais. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, 13(2), e1113, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-137-2024> .
- SOUZA, A. L. de; LAZZARETTI, M. Ângelo. Tecendo conexões: juventude rural, territórios e desigualdades - uma análise a partir do censo agropecuário de 2017. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 17(4), e6355, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.4-141> .
- WOLF, E. *Sociedades camponesas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- WOLF, E. R. *Peasants. Foundations of Modern Anthropology Series*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1966.
- WOLF, E. R. *Peasant wars of the twentieth century*. New York: Harper and Row, 1969.
- WOLF, E. R. *Europe and the people without history*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- WOLF, E. R. Ideas and power. In: WOLF, E. R. *Pathways of power: Building an anthropology of the modern world*. Berkeley: University of California Press, 2001. p. 370-382.
- WOLF, E. R. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. In: NEVES, E. F. *Antropologia e Poder*. Brasília: Editora da UnB/ Editora da UNICAMP/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- WOLF, E. R.; SIDNEY, W. M. Haciendas and plantations in middle America and the Antilles. *Social and Economic Studies*, [s.l.], v. 6, n. 3, p. 380-412, 1957.
- WOLF, Eric R., 1999, *Envisioning Power: Ideologies of Dominance and Crisis*, Berkeley, University of California Press. DOI : 10.1525/9780520921726

WOORTMANN, E. F. Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiante do Nordeste. São Paulo/Brasília: Hucitec/EDUMB, 1995.

YENGOYAN, Aram A., 2001, "Foreword: Culture and Power in the Writings of Eric Wolf", WOLF, Eric R., *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press, viii-xviii

DEBATES ACERCA DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS ENTRE TRABALHADORES E FUTUROS TRABALHADORES DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Data de submissão: 07/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Evelly David Gonçalves

Universidade do Estado do Pará
Marabá - Pará
<https://orcid.org/0009-0002-3445-3983>

Juliane de Sousa Brito

Universidade do Estado do Pará
Marabá - Pará
<https://orcid.org/0009-0004-5997-5846>

Juliana Mendes da Silva

Universidade do Estado do Pará
Marabá - Pará
<https://orcid.org/0009-0009-5396-6910>

Daniela Soares Leite

Universidade do Estado do Pará
Marabá - Pará
<https://orcid.org/0000-0002-3412-1375>

RESUMO: Objetivou-se analisar a realidade quanto as discussões e percepções acerca das questões étnico-raciais e racismo entre os trabalhadores e futuros trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), em destaque as dificuldades e desafios das aplicações dos debates no ambiente acadêmico e ocupacional. Revisão integrativa que utilizou as bases de dados PubMed, BVS, Periódicos CAPES e Revista ABPN para a

seleção de 14 artigos. E percebeu-se que a questão étnico-racial está enraizada nos fundamentos das negligências sociais, individuais, públicas e privadas que permeia a formação profissional de trabalhadores e futuros trabalhadores, independentemente de sua área de atuação. O estudo mostrou que as questões étnico-raciais, associadas as negligências sociais e institucionais, têm um impacto significativo na formação e na prática dos trabalhadores e futuros trabalhadores do SUS.

PALAVRAS-CHAVE: Etnia; Raça; Profissionais de saúde; Valorização das trabalhadoras; Equidade.

ABSTRACT: The objective was to analyze the reality regarding discussions and perceptions about ethnic-racial issues and racism among workers and future workers of the *Sistema Único de Saúde* (SUS), highlighting the difficulties and challenges of applying these debates in academic and occupational environments. An integrative review was conducted using the databases PubMed, BVS, CAPES Journals, and the ABPN Journal to select 14 articles. It was observed that the ethnic-racial issue is rooted in the foundations of social, individual, public, and private neglect that

permeates the professional training of workers and future workers, regardless of their area of expertise. The study showed that ethnic-racial issues, associated with social and institutional neglect, have a significant impact on the training and practice of workers and future workers of the SUS.

KEYWORDS: Ethnicity; Race; Health professionals; Valuing female workers; Equity.

1 | INTRODUÇÃO

Comumente o conceito de raça é associado ao de etnia, no entanto ambos apresentam sutis diferenças em seus significados; auxiliados por antropólogos desde a segunda metade do século XX, onde os termos raça e etnia deixaram de estabelecidos como sinônimos. Assim o termo raça se refere principalmente a divisão da espécie humana em grupos com base em suas características morfofisiológicas em comum, como a forma do nariz, queixo, lábios, angulo facial, crânio e entre outras. Incluindo também a cor da pele, estabelecida no século XVIII, que categoriza os humanos em diferentes raças. Já a etnia se refere as peculiaridades ou características dos povos remetendo a um contexto histórico, ou um contexto sociocultural e psicológico de determinados grupos de pessoas que em sua história ou em sua mitologia, possuem um ancestral em comum; ou ainda a língua, a mesma religião ou visão de mundo; tal como uma igual cultura e habitação no mesmo território. (Di Fabio; Isquardo, 2022)

A sociedade atual é estruturada em um passado preenchido de preconceitos e discriminação; em especial se tratando de questões étnico-raciais, que por longos anos foi considerado algo de pouca relevância, inclusive no campo da saúde, onde essa negligência resultou em escassa geração de dados e informações planejadas no âmbito da saúde no Brasil. O racismo é sustentado em um reconhecimento assimétrica advindo de uma herança histórica da época colonial tardo-moderna assim como da relação senhorial-escravista explorativa do Brasil da Belle Époque. No entanto o racismo é dinâmico, de constante atualização na construção da sociedade, manifestando-se de maneira variável, partindo de modos intrapsíquicos para as relações interpessoais e institucionais. Evidenciando-se desde disparidade do acesso a bens e serviços na saúde pública, até a assimetria de autopercepção de saúde em distintos estratos sociais e grupos étnico-raciais. (Moreira; Gomes; Rocha, 2024)

Esse fenômeno se perpetua em diversas áreas, incluindo a da saúde, que constitui o foco do presente artigo. Realidade que se manifesta nas dificuldades enfrentadas pelos profissionais e futuros trabalhadores da saúde na oferta de abordagem a temática; evidenciando-se também as limitações nas estratégias do SUS e sistemas de saúde em geral, que falham em implementar ações eficazes no combate aos preconceitos étnico-raciais. Além disso, há uma notável carência de iniciativas e produções acadêmicas bem como composição da grade curricular voltadas para a educação e formação dos graduandos em saúde nesse contexto. (Silva, 2022)

Embora existam variadas estratégias em planos e diretrizes nacionais que visam o exercício de estratégias no processo formativo e formação continuada do trabalhador a respeito de questões étnico-racial, ela ainda é pouco abordada nas instituições de ensino, independentemente do nível a ser cursado, pondo em evidência as fragilidades das grades curriculares em detrimento ao assunto. Pois na formação de futuros profissionais da saúde tal problemática é abordada de maneira muito generalizada e tímida, sem o aprofundamento que demanda, além de ser ministrado de forma que seja vista como apenas uma obrigação pelo ministério da educação, resultando em futuros trabalhadores não capacitados para atender as particularidades da população negra. (Santana *et al.*, 2019)

Já o cenário para os profissionais e trabalhadores da saúde evidencia um preocupante estado de alerta visto que estudos e pesquisas tem revelado a ignorância dos profissionais em identificar e perceber as manifestações de racismo, como por exemplo nas falas de enfermeiras gestoras da atenção primária em saúde, de uma determinada cidade na região sul do país que não apoiam a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) pela ausência de conhecimento sobre seu conteúdo, no achismo de que o mesmo pode gerar racismo, visto que segundo a falante “tratar diferente é uma forma de discriminar” a qual produziria desigualdades, assim as gestoras afirmaram que “a vulnerabilidade também acomete brancos” e que “a população local (do município) é em sua maioria morena, e não negra” (Bandurka; Medeiros; Bergamo, 2017). Com isso percebe-se a importância de se trabalhar a implementação de estudos e discussões na estrutura da sociedade atual, sobre a luta da população negra e sua importância social.

Para que se tenha uma evolução de pensamento social bem como a diminuição da construção de uma discriminação falsamente hierarquizada, é necessário a união das forças de classes de interesse e dos povos em geral, partindo da sensibilidade com percepção do que são essas questões étnico-raciais, das desigualdades como determinantes das condições sociais e de saúde, dentre outras pautas, levando a reflexão de como identificá-las para poder desconstruí-las. Diante disso, é perceptível que há uma necessidade na inserção das discussões acerca das relações étnico-raciais, principalmente no espaço acadêmico, seja ele na formação do futuro trabalhador, mas também do docente, para estimular o debate, visibilidade a compreensão das desigualdades sociais enraizadas na sociedade.

O presente estudo objetivou compreender a importância e necessidade da inserção acerca das discussões e percepções das questões étnico-raciais e racismo entre os trabalhadores e futuros trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), evidenciando também as dificuldades e desafios das aplicações dos debates no ambiente acadêmico e ocupacional.

2 | METODOLOGIA

O presente estudo é caracterizado como uma revisão integrativa da literatura, que de acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010), e Mendes, Silveira e Galvão (2008), consiste em um método de avaliação e síntese acerca de determinada temática baseando-se em estudos anteriores com uma variedade de metodologias, combinando subsídios da literatura teóricos e empíricos, bem como pesquisas de cunho experimental e quase-experimental, permitindo uma ampla análise e aprofundamento do fenômeno tema. Para a sua construção, as seguintes etapas são seguidas: (1) Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; (2) Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; (3) Categorização dos estudos; (4) Avaliação crítica dos estudos incluídos; (5) Interpretação dos resultados; e (6) Apresentação da revisão.

Como guia para elaboração da presente revisão integrativa, a questão de pesquisa estabelecida foi: “Quais os desafios e dificuldades os trabalhadores e futuros trabalhadores dos SUS apresentam quanto a discussão e percepção acerca das questões étnico-raciais e o racismo”, baseando-se na estratégia PICO (P: população/paciente/problema; I: intervenção; C: comparação; O: *outcomes*/desfecho) um acrônimo fundamental para a construção da pergunta norteadora de pesquisa. (Santos, Pimenta e Nobre, 2007).

As bases de dados utilizados para seleção dos estudos foram: PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Periódicos CAPES e Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as) (ABPN). Para a busca foram utilizados os descritores juntamente aos operadores booleanos, apresentados no Tabela 1.

Bases de dados	Descritores
PubMed	Descritores em inglês: (<i>racism</i>) “AND” (<i>professional training</i>) “AND” (<i>ethnicity</i>) “AND” (<i>race</i>)
BVS	(racismo) “AND” (formação profissional em saúde)
Periódicos CAPES	(Étnico-raciais) “OR” (Questão racial) “AND” (educação) (Racismo) “AND” (Formação profissional) “OR” (Questão racial) “OR” (Étnico-raciais)
Revista ABPN	“Racismo na universidade”

Tabela 1: Descritores e operadores booleanos utilizados nas bases de dados.

Fonte: Autores, 2024.

Como critérios de inclusão para a seleção dos dados foram determinados que deveriam ser estudos com texto integral e gratuito, nos idiomas português, espanhol ou inglês, indexados nas bases de dados nacionais e internacionais no período de 2018 a 2024, que estivessem de acordo com a questão norteadora estabelecida e dados indexados como artigos científicos. Enquanto os critérios de exclusão foram aqueles contrários aos de inclusão, aqueles indexados repetidamente nas bases de dados e subsídios disponíveis como teses, folders, cartilhas e livros (Tabela 2).

Bases de dados	Crítérios de Inclusão/Filtros
PubMed	<i>Free Full Text</i> Data de publicação: 2018 a 2024
BVS	Texto Completo Idiomas: Português, Inglês e Espanhol Data de Publicação: 2018 a 2024
Periódicos CAPES	Acesso Aberto Tipo de Recurso: Artigo Revisado em Pares Idiomas: Português, Inglês e Espanhol Data de publicação: 2018 a 2024
Revista ABPN	Data de publicação: 2018 a 2024

Tabela 2: Critérios de inclusão/filtros utilizados nas bases de dados.

Fonte: Autores, 2024.

Foi utilizado o *Software Microsoft Excel 2019*, como instrumento de organização dos estudos selecionados, contendo: título, autores, ano de publicação, base de dados, metodologia, participantes, principais resultados e conclusões.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da busca das literaturas nas bases de dados (BVS, PubMed e Periódicos CAPES) combinadas aos descritores e operadores booleanos selecionados foram encontrados ao total 6.473 estudos, no entanto ao serem aplicados os filtros (Tabela 2) (=4371) e exclusão das duplicatas (=153) restaram 2.102 artigos, com 48 artigos marcados à serem analisados segundo o título e resumo. Foram selecionados para triagem na BVS 9 artigos, na PubMed 8 e no Periódicos CAPES 31, com retirada de 34 deles por conta das seguintes situações: público-alvo diferente, estudos que divergem da temática e não respondem à questão norteadora. Baseado na análise do texto na íntegra, através de uma leitura minuciosa e crítica foram selecionados na base de dados BVS 2 estudos, no Periódicos CAPES foram destacados 6 artigos e por fim na PubMed foram selecionados 2 artigos. Ademais, a busca feita na Revista ABPN permitiu a seleção de 2 artigos.

Desse modo, ao total foram incluídos para análise e elaboração da revisão integrativa 12 estudos categorizados com os seguintes tópicos: Base de Dados, Título, Autores e Ano de Publicação, Objetivo (Tabela 3). Vale ressaltar, que um fluxograma Prisma foi elaborado para visualização e conhecimento das etapas realizadas na construção e seleção dos artigos dessa revisão integrativa (Fluxograma 1).

Base de Dados	Título	Autores	Objetivo
PUBMED	<i>Commentary: Critical Race Theory training to eliminate racial and ethnic health disparities: the Public Health Critical Race Praxis Institute</i>	BUTLER III, J.; FRYER, C.S.; GARZA, M.A.; QUINN, S.C; THOMAS, S.B.; (2018)	Teve como objetivo discutir a experiência da aplicação do programa Public Health Critical Race Praxis (PHCRP).
PUBMED	<i>Developing a Medical School curriculum on racism: Multidisciplinary, Multiracial conversations informed by Public Health Critical Race Praxis (PHCRP)</i>	HARDEMAN, R.R.; BURGESS, D.; MURPHY, K.; SATIN, D.J.; NIELSEN, J.; POTTER, T.M.; KARBEAH, J'M.; ZULU-GILLESPIE, M.; APOLINARIO-WILCOXON, A.; REIF, C.; CUNNINGHAM, B.A.; (2018)	Teve como objetivo, a partir de um grupo multidisciplinar e multiracialidade profissionais, desenvolver um currículo para ensinar e promover conversas críticas sobre raça e racismo entre os estudantes de medicina, aplicando a metodologia Public Health Critical Race Praxis (PHCRP).
BVS'	Interdisciplinaridade, interprofissionalidade e diversidade racial na formação antirracista do profissional de saúde: vozes e aprendizados	GERMANI, A.C.; FAVARATO, M.H.; OLIVA, I.L.; GERALDO, R.M.; OLIVEIRA, J.C.; AYRES, J.R.C.M.; (2022)	Teve o objetivo de apresentar e discutir uma experiência de ensino-aprendizagem direcionada para favorecer atitudes antirracistas na formação de profissionais de saúde.
BVS'	Saúde, currículo, formação: experiências sobre raça, etnia e gênero	MONTEIRO, R.B.; SANTOS, M.P.A.; ARAÚJO, E.M.; (2021)	Teve o objetivo de relatar a experiência da constituição do Grupo Temático (GT) 28 – “Saúde, currículo, formação: experiências, vivências, aprendizados e resistência sobre raça, etnia, gênero e seus (des)afetos”.
CAPEs	Educação das relações étnico-raciais na formação do enfermeiro: uma análise a partir da visão de enfermeiros-docentes	OLIVEIRA, I.R.; PORTO, A.R.; MOTA, M.S.; (2023)	Objetivou conhecer a visão dos Enfermeiros-docente da FEn/ UFPel acerca da educação das relações étnico-raciais no currículo de formação do Enfermeiro.
CAPEs	Saúde da População Negra: percepção de residentes e preceptores de Saúde da Família e Medicina de Família e Comunidade	MATOS, C.C.S.A.; TOURINHO, F.S.V.; (2018)	Teve o objetivo de avaliar o conhecimento de profissionais envolvidos nos programas de residência em Saúde da Família de Florianópolis, SC, Brasil, sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).
CAPEs	Questão racial e formação profissional em Serviço Social na era neoliberal: desafios internos e externos à categoria	MASCARENHAS, N.C.S.; (2023)	Teve o objetivo de apontar novas direções para a formação profissional que permita o debate racial em todos os espaços assumidos pela categoria: atuação direta nas políticas sociais e nas instâncias organizativas da profissão, bem como no meio acadêmico, por meio da pesquisa, ensino e extensão.

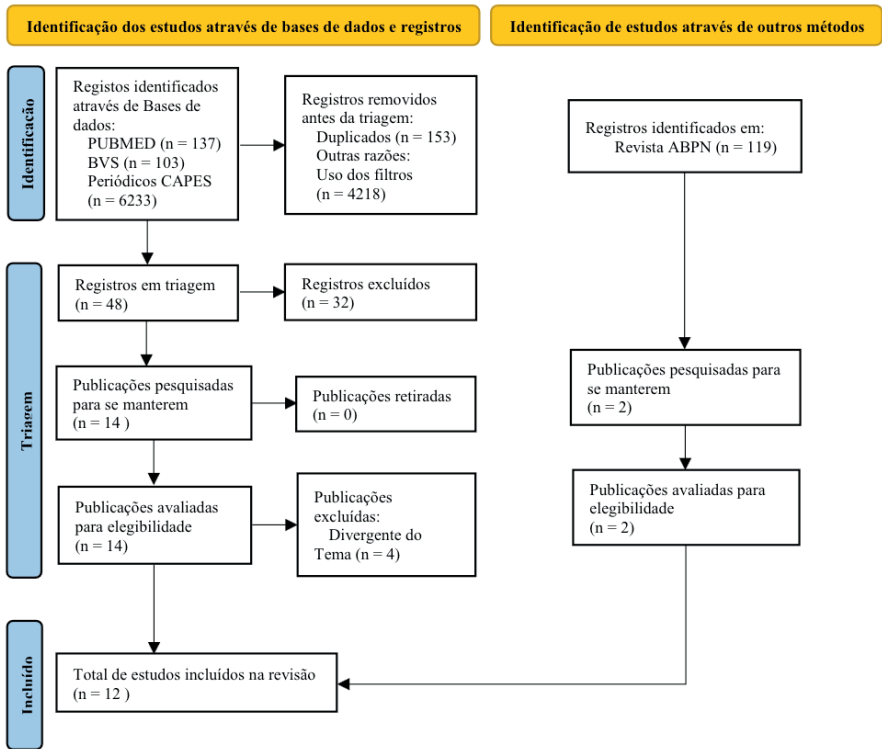
CAPEs	Vozes que ecoam: racismo, violência e saúde da população negra	BARBOSA, R.R.S.; SILVA, C.S.; SOUSA, A.A.P.; (2021)	Teve o objetivo de dialogar com profissionais de saúde e qualificar as ações junto à população negra que acessa o SUS, a partir da implementação do projeto “ECOS: consciência, cor e saúde”.
CAPEs	A equidade racial e a educação das relações étnico-raciais nos cursos de Saúde	SANTANA, R.A.R.; AKERMAN, M.; FAUSTINO, D.M. SPIASSI, A.L.; GUERRIERO, I.C.Z.; (2019)	Objetivou discutir a prática da implantação da Política Nacional Integral para a População Negra por parte dos gestores da educação dos profissionais de Saúde, problematizando a presença da temática “equidade racial em Saúde” no cotidiano das instituições de ensino superior (IESs)
CAPEs	Racismo estrutural: implicações no processo de trabalho do enfermeiro na atenção primária à saúde.	PEREIRA, M. G.; SOARES, D. P.; SILVA, C. R. D. V.; GALIZA, D. D. F. de; ANDRADE, M. E. de; FERNANDES, M. C. (2021)	O objetivo foi analisar o discurso do profissional enfermeiro acerca das implicações no processo de trabalho ofertado à população negra
ABPN*	Psicoterapeutas brancos/as e clientes negros/as: sobre racismo invisível e lacuna em relações raciais na formação profissional.	DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. (2022)	Teve o objetivo de entender e descrever a experiência vivida e a compreensão e/ou atribuição de significados de psicoterapeutas profissionais autodeclarados brancos do fenômeno relacional na terapia com pessoas de raça negra
ABPN*	Vidas negras importam na universidade? O adoecimento psíquico de estudantes negras e negros	MOREIRA, A.L. (2021)	Objetivou criar reflexões sobre o adoecimento psíquico de estudantes negras e negros na universidade, considerando o percurso de avanços e retrocesso no processo de educação superior do país.

*BVS = Biblioteca Virtual em Saúde.

**ABPN = Revista Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as).

Tabela 3: Categorização dos artigos selecionados.

Fonte: Autores, 2024.



Traduzido por: Verónica Abreu*, Sónia Gonçalves-Lopes*, José Luís Sousa* e Verónica Oliveira / *ESS Jean Piaget - Vila Nova de Gaia - Portugal de: Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71

Fluxograma 1: Etapas da seleção de artigos nas bases de dados.

Fonte: Autores, 2024

4 | DISCUSSÃO

Configura-se de grande importância o estudo e implementação de medidas em questões étnicas e raciais, desde o primeiro momento de vida de cada indivíduo da sociedade. Baseado na análise dos artigos selecionados, é possível inferir que a questão étnico-racial está enraizada nos fundamentos das negligências sociais, individuais, públicas e privadas, em diversas esferas populacionais. Aspecto esse que permeia a formação profissional de trabalhadores e futuros trabalhadores, independentemente de sua área de atuação.

Portanto considerando que o processo de saúde-doença não se restringe ao saber biomédico, mas possuem determinantes importantes como a discriminação racial que é um refletor da qualidade e acesso ao serviço de saúde, a qual contribui para a marginalização da população negra. Cabe a importância de se trabalhar o racismo institucional, exposto por atitudes e comportamentos, preconceito e ignorância racista, principalmente em ambientes

de trabalho de saúde e na educação de futuros trabalhadores, para assim ofertar cuidados que respeitem a integralidade desses indivíduos/pacientes/usuários do SUS, de acordo com um dos princípios estabelecidos na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). (Barbosa, Silva e Sousa 2021)

Conhecimento e percepção dos profissionais da saúde frente a abordagem étnico-racial

Para os profissionais envolvidos nos cuidados da saúde populacional é essencial o conhecimento básico sobre questões étnico-raciais ou sobre a política nacional PNSIPN, se tratando do Brasil, principalmente os envolvidos na atenção primária a saúde (APS).

Visto que situações como a exposta no estudo de Matos e Tourinho (2018), onde do seu público estudado, 16,52% consideram a política supracitada importante, porém acreditam que ela reforçar a discriminação racial e 28,7% dos respondentes negam que o racismo reflete no tratamento dos usuários/pacientes em razão de sua raça/cor, por parte dos profissionais de saúde. O estudo expõe ainda que a maioria dos participantes nunca leram a política em questão e conclui que essa maioria não tem conhecimento sobre o que é o racismo institucional.

Sem o devido conhecimento do que se trata o referido fenômeno, as unidades de saúde estão sujeitas a impercepção do mesmo, sendo necessário o estabelecimento de estratégias como o projeto ECOS: consciência, cor e saúde, criado pela observação de que ocorriam no ambiente de saúde, situações explícitas e camufladas de racismo na dinâmica da instituição em que ele foi implementado, o que pode estar ocorrendo também em diversos estabelecimentos nacionais e internacionais. (Barbosa, Silva e Sousa, 2021)

Ademais, o tabu sobre o assunto se torna um forte ponto de resistência ao combate das discriminações étnico-raciais, como exposta no estudo por análise realizada com 8 enfermeiros, o qual manifestavam desconforto em falar sobre “algo que não deve ser dito”, já que não existe; ou que não se pode expressar, porque é “crime”; evidenciada pela fala do enfermeiro 04: “Eu acho que sim, não é uma coisa muito divulgada, né? Acho que esbarra muito também no medo do crime de racismos, então, assim, é muito delicado, porque nem você não pode ser ou expressar atos racistas, né?”. (Pereira *et. al.*, 2021, p. 4)

Matos e Tourinho (2018), em seu estudo qualitativo feito com profissionais da rede pública hospitalar mostrou que os entrevistados confirmaram a existência do racismo no Brasil, mas não tiveram a capacidade de identificá-los nas suas relações de trabalho, explicitando as dificuldades existentes entre os profissionais em perceber e identificar tal tipo de discriminação em suas vivências cotidianas, e quando identificam não capazes de se opor a situação.

Contudo o racismo não faz parte apenas de uma relação profissional/paciente, indo além como no estudo apresentado por Barbosa, Silva e Sousa (2021), onde dita que o racismo estrutural não será extinto apenas com a presença de sujeitos negros nas

instituições. Pois mesmo sendo profissionais do ensino superior, a cor da sua pele e seus traços fenotípicos, não os polparam de situações constrangedoras e discriminatórias, entre os próprios profissionais, manifestada por questionamento da capacidade de profissionais negros, pela recusa em se aproximar dos mesmos e por falas racistas, como “o que essa neguinha está fazendo aqui?”.

A partir dessa compreensão, a questão racial não deve ser trabalhada apenas na relação profissional paciente, mas também na relação profissional negro/profissional de outra cor. Ademais alerta sobre o tratamento de pessoas negras de baixo grau de instrução e baixa condição socioeconômica, visto que mesmo quando formados no ensino superior e com renda econômica maior os mesmos são discriminados, desse modo pessoas negras de baixa classes sociais sofrem ainda mais (Barbosa, Silva e Sousa, 2021), que associado ao estudo de Pereira *et al.* (2021), expõe os discursos como uma forma de estereotipar a pessoa negra, quando são tratados temas que envolvem a população negra, de forma inconsciente e automática se obtém a imagem de uma população mais vulnerável e desinformada, como na fala do enfermeiro 06:

Agora, se fosse em outras comunidades, talvez teria, entendeu? Não pelo, pela cor, por ser pela cor, mas pelo, pela que às vezes eles são meio, são meio, são desinformados! Entendeu? Porque lá, é uma população muito carente, entendeu? E lá tem bastante, negros, entendeu? (Pereira *et. al.*, 2021, p. 5).

Ademais a saúde psicológica também deve ser pautada e nesse campo em específico as questões raciais não se encontram distante da percepção de profissionais da saúde fisiológica, como apontado pelo estudo de Damasceno e Zanello (2022), o qual retrata a percepção de psicólogos brancos no atendimento a pessoas negras, e estes relatam não terem clientes dessa raça ou quando tem, bem raros, onde no tratamento psicoterapêutico, o racismo acaba sendo invisibilizado como um ocasionador do sofrimento, “justificado” por eles como culpa de uma deficiência durante a sua formação acadêmica, visto que tal temática não foi abordada em sua graduação.

Percebe-se, portanto, a estadia de paradigmas de discriminação e racismo entre os profissionais da saúde, bem como a dificuldade de percepção da prática dele no ambiente de trabalho e mesmo aqueles que tem consciência da existência do racismo a negligenciam, mesmo sabendo da importância de se trabalhar e discutir a temática.

Abordagem étnico-racial na formação de futuros profissionais com ênfase na área da saúde

O conceito de saúde é amplo e não se restringe aos conhecimentos técnicos apenas, ao contrário dos moldes da educação em saúde, que erra no processo formativo sem fornecer a compreensão desse conceito de forma completa. Tendo em vista o potencial que o racismo ou a discriminação exerce sobre a saúde, faz-se necessário o reconhecimento

do mesmo bem como a sabedoria de entender e discutir sobre o assunto, contribuindo com o combate a desconsideração de vozes negras. (Hardeman *et al.*, 2018)

Contudo a discussão sobre a discriminação racial ainda é algo tímido e silenciado, onde nos processos pedagógicos o assunto é abordado de forma superficial e em ocasiões específicas a público fechado como visto na fala:

[...] Dentro do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), a gente [...] faz essas discussões, mas é voltada para a vulnerabilidade, se a gente olhar essa população, é uma população negra, quando chegam [...] a gente acaba discutindo [...]. (Oliveira, Porto e Mota, 2023, p. 4)

Ademais, grande parte da negligência dessa discussão é reflexo da formação do docente, como expresso na fala [...] a gente não tem esse tipo de discussão na formação docente [...] eu acho que em nenhum [...] dos meus formadores a gente teve qualquer tipo de discussão direcionada. (ED10)” (Oliveira, Porto e Mota, 2023, p 4). Baseado na sentença anterior, pode-se inferir que profissionais egressos não recebem na formação, o conhecimento étnico-racial adequado para o combate às discriminações e saúde da população negra. (Oliveira, Porto e Mota, 2023)

Assim quando o tema existe na grade curricular, pode se apresentar de distintos modos em diferentes cursos, mas o motivo principal para a sua abordagem é por obrigatoriedade estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) e não pela real importância da discussão da temática. Perceptível no seguinte depoimento: “Na verdade, tem uma lei, do MEC, né, que solicita que os currículos tenham essa disciplina inserida na formação. Então, a gente colocou como optativa (coordenador 10)” (Santana *et al.*, 2019, p. 9). Ou até mesmo resulta em não abordagem do tema como descritos no estudo realizado na Universidade Federal de Pelotas (FEn/ UFPel), o qual revelou que os docentes não abordam a temática referida visto que não consta no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) vigente na instituição, apesar de acharem a discussão importante. (Oliveira Porto e Mota 2023)

Evidencia-se, portanto, uma carência educacional relacionada as questões étnico-raciais, o que faz necessário medidas para preenchimento dessas lacunas como a aplicabilidade de metodologias como a *Public Health Critical Race Praxis* (PHCRP), que busca alcance ao combate ao racismo, através do diálogo interracial e multidisciplinar focados no debate de equidade racial.

No estudo de Hardeman e colaboradores (2018), a metodologia foi dividida em duas fases e dois grupos, separados por cor da pele, onde no primeiro momento o grupo de mulheres negras teve sua liberdade de expressão com suas perspectivas e situações de marginalização encorajadas a mudarem essa situação, porem na fase dois teve a adição do grupo expandido compostos por pessoas brancas e nessa fase percebeu-se um silenciamento das vozes negras. Expresso na fala: “Quando pessoas brancas aparecem na sala, não sei onde elas estão [...] Eu fiquei quieto, porque estou acostumado a ser

marginalizado...” (Hardeman et.al., 2018, p. 6, tradução nossa).¹

A mesma metodologia de PHCRP foi utilizada em outro estudo com pesquisadores que objetivou, treiná-los sobre questão racial, onde observou-se que o racismo estrutural influencia na saúde e produção de conhecimento sobre populações, além de ressaltar disparidades. Como recomendações para futuros treinamento do PHCRP incluem a criação de um espaço seguro, dando liberdade aos acadêmicos com discussão aberta; assegurar uma mistura de palestras curtas, e atividades práticas de desenvolvimento de habilidades; manter a conexão entre os participantes usando uma variedade de recursos de mídia; oferecer atividades de networking e manter a flexibilidade, que adapta-se às necessidades emergentes com oportunidades para discussão de estratégias na abordagem do tema. (Butler III *et al.*, 2018)

Visto que no Brasil muitas universidades podem não compreender em seus cursos a relação entre saúde e raça, Santana e colaboradores (2019), realizaram um estudo em uma universidade através de questionamentos sobre a abordagem do tema, bem como o olhar sobre essa relação para coordenadores de cursos da universidade estudada, o que resultou em opiniões diversas que incluem aqueles que achavam que existe uma relação importante de saúde e raça e os que não a tinham como importante, como expresso nas falas: “Bom na minha opinião, não existe nenhuma relação entre saúde e, raça/cor. São iguais e devem ser tratadas da mesma forma (coordenador 5)” (Santana *et.al.* 2019, p. 7) e “Porque ou é saúde da população, eu entendo assim, saúde da população é saúde da população. Não importa se essa população é negra, branca, asiática, o que for. Né? (coordenador 8)” (Santana *et.al.* 2019, p. 8).

Devido a existência ainda presente de uma ausência de conhecimento pautado na importância das discussões étnico-raciais, faz-se necessário produções científicas que buscam visibilizar essa temática no cenário atual, visto que ainda persiste uma escassa produção relacionada. Como no relato de experiência de Monteiro, Santos e Araújo, (2021) realizado através de levantamento de teses e dissertações a respeito da saúde da população negra, disponível na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que resultou em 323 títulos, onde apenas quatro teve relação com o tema proposto. Fato este que permitiu observar o quão incipiente é a abordagem étnico-racial nos cursos de Saúde e quase inexistente nos demais cursos da Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas dos estados estudados.

A inclusão da temática étnico-racial nos cursos de Saúde contribuirá para a formação do profissional dessa área do conhecimento, de forma a habilitá-lo melhor para trabalhar com as especificidades que caracterizam não somente a população negra, mas todas as populações em situação de vulnerabilidade. (Monteiro, Santos e Araújo, 2021) E para que haja a compreensão do conceito saúde/doença de forma integral, e o profissional seja

¹ “When White people show up in the room we don’t know where they stand even if they say the right things. I need to know who you are. I did get quiet and it’s because I’m used to being marginalized...” (Hardeman et.al., 2018, p. 6).

capacitado para inserção no mercado de trabalho e assim contribua com a melhora da saúde pública da população, o ambiente educacional deve conter metodologias diversas, que representa uma estratégia de combate ao racismo, através do diálogo interracial que induz os participantes a avaliar e abordar questões relacionadas ao racismo. (Hardeman *et al.*, 2018)

Visibilizando as entrelinhas vistas em estudo através de disciplina na grade curricular, pela percepção de experiências de uma diversidade racial, mostrando aos discentes e monitores a existência do racismo no processo ensino-aprendizagem como na anatomia e representatividade dos manequins usados (Gemani *et al.*, 2022). Além das vivências individuais de cada graduando negro, exibida por uma espécie de racismo recreativo o que estaria envolto no racismo “invisível” aos olhos das pessoas por meio de brincadeiras e piadas “inocentes” tendo a raça como fator principal, fortalecido por uma ausência de sensibilidade individual e coletiva, processos esses que atingem diretamente a saúde, principalmente a psicológica (Moreira, 2021). O estudo de Germani e colaboradores (2022) foi importante, pois envolveu uma diversidade de professores e estudantes com semelhanças e diferenças profissionais nas práticas antirracistas, contribuindo com uma colaboração interprofissional no combate ao racismo, por via das discussões e experiências compartilhadas da vivência dos participantes.

Assim percebe-se o centro dos desafios para discussão étnico-racial na educação, encontra-se na implementação na grade curricular, com uma formação que gere a promoção do pensamento crítico. Por conta da existência de uma necessidade do compromisso com a questão racial, a sua falta é intolerável, discussão está vista no artigo de Mascarenhas (2023), que dita sobre a formação dos assistentes sociais, porém, esse raciocínio se aplica as demais áreas, pois encoraja um pensamento crítico desafiador das narrativas dominantes, como por exemplo o mito da democracia racial. Abrangendo conteúdos que contam a história e a cultura afro-brasileira, assim como a discussão da opressão da população negra, desse modo os profissionais serão capazes de compreender as realidades sociais enfrentadas, fortalecer práticas antirracistas, resumindo-se em capacitação e sensibilização. Desse modo se pode evoluir efetivamente na inserção de debates étnico-raciais para estudantes, como também em formação continuada para profissionais em exercício favorecendo a quebra de paradigmas e a desconstrução gradual de discriminações.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das literaturas mostrou que as questões étnico-raciais, associadas as negligências sociais e institucionais, têm um impacto significativo na formação e na prática dos trabalhadores e futuros trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). O racismo institucional ainda é uma realidade no Brasil, permeando as práticas cotidianas dos serviços de saúde e refletindo diretamente na qualidade do atendimento prestado

à população negra. Para enfrentar esse problema, é fundamental que as instituições de ensino incorporem de maneira efetiva e contínua a temática racial em suas grades curriculares, não como uma imposição legal, mas como uma estratégia crucial para formar profissionais mais conscientes e preparados.

Além disso, as percepções equivocadas e a falta de conhecimento sobre o racismo, tanto entre futuros trabalhadores quanto entre profissionais já atuantes, evidenciam a necessidade de debates mais amplos e constantes sobre o tema. Iniciativas como ECOS mostram que, quando o tema é discutido de forma apropriada, é possível desconstruir preconceitos e avançar em direção a um sistema de saúde mais equitativo.

Portanto, conclui-se que a capacitação adequada sobre questões étnico-raciais não só aprimora a qualidade do cuidado à saúde, mas também contribui para a redução das desigualdades e injustiças sociais. Desse modo, este estudo reforça a necessidade de incorporar de forma mais eficaz as discussões sobre racismo e equidade racial na formação dos profissionais de saúde com o objetivo de promover cuidados de saúde que respeitem a integralidade e os direitos da população negra.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Raquel Rodrigues da Silva, SILVA, Cristiane Souza da; SOUSA, Arthur Alves Pereira. Vozes que ecoam: racismo, violência e saúde da população negra. *Revista Katálysis* [online], v. 24, n. 2, pp. 353-363, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77967>

BANDURKA, Jessica; MEDEIROS, Roseana Maria; BERGAMO, Bárbara. Olhares de enfermeiras gestoras da atenção primária à saúde sobre uma política de saúde equitativa. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 7(2), 262-275. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179769226742>

BUTLER III, J.; FRYER, C.S.; GARZA, M.A.; QUINN, S.C.; THOMAS, S.B.; Commentary: Critical Race Theory training to eliminate racial and ethnic health disparities: the Public Health Critical Race Praxis Institute. *Ethnicity & disease*, 28(Suppl 1), 279–284, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18865/ed.28.S1.279>

DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. PSICOTERAPEUTAS BRANCOS/AS E CLIENTES NEGROS/AS: SOBRE RACISMO INVISÍVEL E LACUNA EM RELAÇÕES RACIAIS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 14, n. 42, p. 317–342, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1348>

DI FABIO, R.; ISQUERDO, A. N. Os verbetes raça, etnia e etnicidade em diferentes edições de dois dicionários de língua portuguesa: a questão da definição. *Revista GTLex*, Uberlândia, v. 7, p. e0706, 2022. DOI: 10.14393/Lex-v7a2021/22-6. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/64884>.

GERMANI, A.C.; FAVARATO, M.H.; OLIVA, I.L.; GERALDO, R.M.; OLIVEIRA, J.C.; AYRES, J.R.C.M. Interdisciplinaridade, interprofissionalidade e diversidade racial na formação antirracista do profissional de saúde: vozes e aprendizados. *Saúde em Debate* [online], v. 46, n. spe6, pp. 175-184, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E615>

HARDEMAN, R.R.; BURGESS, D.; MURPHY, K.; SATIN, D.J.; NIELSEN, J.; POTTER, T.M.; KARBEAH, J.M.; ZULU-GILLESPIE, M.; APOLINARIO-WILCOXON, A.; REIF, C.; CUNNINGHAM, B.A.; Developing a Medical School Curriculum on Racism: Multidisciplinary, Multiracial Conversations Informed by Public Health Critical Race Praxis (PHCRP). *Ethnicity & disease*, 28(Suppl 1), 271–278, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18865/ed.28.S1.271>

MASCARENHAS, Naiara Cardoso dos Santos. Questão racial e formação profissional em serviço social na era neoliberal: desafios internos e externos à categoria. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, [S. l.], v. 21, n. 52, 2023. DOI: 10.12957/rep.2023.76089. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/76089>

MATOS, C. C. de S. A.; TOURINHO, F. S. V. Saúde da População Negra: percepção de residentes e preceptores de Saúde da Família e Medicina de Família e Comunidade. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 40, p. 1–12, 2018. DOI: 10.5712/rbmfc13(40)1712. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1712>

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem* [online], v. 17, n. 4, pp. 758-764, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>

MONTEIRO, R.B.; SANTOS, M.P.A.; ARAÚJO, E.M. Saúde, currículo, formação: experiências sobre raça, etnia e gênero. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online], v. 25, e200697, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200697>

MOREIRA, André; GOMES, Katia Varela; ROCHA, Renan Vieira de Santana (Orgs.). Psicologia em saúde no Brasil: Boas Práticas no Sistema Único de Saúde (SUS). Catu, BA: *Editora Bordô-Grená*, 2024. E-book. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Psicologia-em-saude-no-Brasil_boas-praticas-no-SUS.pdf

MOREIRA, A. L. C. VIDAS NEGRAS IMPORTAM NA UNIVERSIDADE? O ADOECIMENTO PSÍQUICO DE ESTUDANTES NEGRAS E NEGROS. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 13, n. 37, p. 123–150, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1266>

OLIVEIRA, Í. R.; PORTO, A. R.; MOTA, M.S. Education of ethnic-racial relations in nursing education: an analysis from the point of view of nurse-teachers / Educação das relações étnico-raciais na formação do enfermeiro: uma análise a partir da visão de enfermeiros-docentes. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, Rio de Janeiro, Brasil, v. 15, p. e–12186, 2023. DOI: 10.9789/2175-5361.rpcf.v15.12186. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/12186>

PEREIRA, M. G.; SOARES, D. P.; SILVA, C. R. D. V.; GALIZA, D. D. F. de; ANDRADE, M. E. de; FERNANDES, M. C. RACISMO ESTRUTURAL: IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE TRABALHO DO ENFERMEIRO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE. *SANARE - Revista de Políticas Públicas*, [S. l.], v. 20, n. 2, 2021. DOI: 10.36925/sanare.v20i2.1513. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1513>

SANTANA, R.A.R.; AKERMAN, M.; FAUSTINO, D.M. SPIASSI, A.L.; GUERRIERO, I.C.Z. A equidade racial e a educação das relações étnico-raciais nos cursos de Saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online], v. 23, e170039, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.170039>

SANTOS, Cristina Mamédio da Costa; PIMENTA, Cibele Andrucio de Mattos e NOBRE, Moacyr Roberto Cuce. The PICO strategy for the research question construction and evidence search. *Revista Latino-Americana de Enfermagem* [online], v. 15, n. 3, pp. 508-511, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000300023>

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Integrative review: what is it? How to do it?. *Einstein (São Paulo)* [online], v. 8, n. 1, pp. 102-106, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>

SILVA, Márcia Lopes. A temática étnico-racial na formação dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde: uma revisão integrativa. 2022. 74f. Dissertação, (mestrado) - *Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/57773>

A DISTRIBUIÇÃO POR SEXO EM CARREIRAS UNIVERSITÁRIAS: UM BALANÇO DAS MUDANÇAS

Data de submissão: 08/10/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Dayse de Paula Marques da Silva

Professora Associada – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil. (sem financiamento).

Coordenadora do *Programa de Estudo de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas* – PR-3/FSS/UERJ. Coordenadora do Projeto de Pesquisa *Mercado de trabalho e políticas públicas de gênero e etnia: em busca de um diálogo no campo dos direitos humanos* (com apoio PROCiência/UERJ até 2015).

RESUMO: Este texto trata de uma pesquisa realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), intitulada *Mercado de trabalho e políticas públicas de gênero e etnia: buscando um diálogo no campo dos direitos humanos*, desenvolvida no Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas – PEGGE/PR3/FSS/UERJ. É resultado dos estudos desenvolvidos no mestrado (1989) e doutorado (1998), cuja área de concentração temática – gênero e etnia – foi mantida até o momento atual da carreira docente. O pós-doutorado em Sociologia e Direito, no PPGSD/UFF, foi

realizado de 2018 a 2019, na parceria realizada com a Faculdade de Direito, da Universidade Federal Fluminense (UFF). A pesquisa tem estimulado a implantação de ações vinculadas a políticas específicas de gênero e etnia no mercado de trabalho. Neste texto, serão destacadas as reflexões referentes às relações de gênero no ambiente corporativo. Seus objetivos são analisar: o impacto das políticas de gênero e etnia do Estado brasileiro nos cursos universitários; as parcerias entre universidades e mercado de trabalho na implementação de novas formas de gestão e incentivos para progressão em carreiras que enfrentam discriminação de gênero e etnia; o potencial de mudanças nas políticas públicas de gênero e etnia na estrutura de carreiras no mercado de trabalho e oferecer cursos de formação universitária que possibilitem aos futuros profissionais a superação da discriminação de gênero e étnico-racial.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de Trabalho, Políticas Públicas, Gênero, Etnia, Ensino Superior

DISTRIBUTION BY SEX IN UNIVERSITY CAREERS: AN OVERVIEW OF CHANGES

ABSTRACT: This text deals with research carried out at the State University of Rio de Janeiro (UERJ), entitled Labor Market and Public Policies on Gender and Ethnicity: seeking a dialogue in the field of Human Rights, developed in Gender, Generation and Ethnicity Studies Program: social demands and public policies – PEGGE/PR3/FSS/UERJ. It is the result of studies developed in the master's degree (1989) and doctorate (1998), whose thematic concentration area – gender and ethnicity – has been maintained until the current moment of the teaching career. The post-doctorate in Sociology and Law, at PPGSD/UFF, was carried out from 2018 to 2019, in partnership with the Faculty of Law, at Universidade Federal Fluminense (UFF). Research has encouraged implementing actions linked to specific gender and ethnic policies in the labor market. In this text, I'll highlight reflections regarding gender relations in the university environment. The goals are to analyze: the impact of the Brazilian State's gender and ethnic policies on university courses; partnerships between universities and the labor market in the implementation of new forms of management and incentives for progression in careers that face gender and ethnic discrimination; the potential for changes in public policies regarding gender and ethnicity in the structure of careers in the labor market and offering university training courses that enable future professionals to overcome gender and ethnic-racial discrimination.

KEYWORDS: Labor Market, Public Policies, Gender, Ethnicity, Higher Education

INTRODUÇÃO

Os textos publicados ultimamente como resultado da pesquisa desenvolvida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tem explorado a distribuição por sexo nos cursos universitários na perspectiva das relações de gênero. O gênero é uma expressão de poder entre homens e mulheres, culturalmente constituído nos processos de significação do masculino e do feminino de forma hierárquica e desigual. É uma marca na organização do mercado de trabalho, na divisão sexual do trabalho, cuja lógica foi explicitada pelos estudos e militância feminista, particularmente no final da segunda metade do século XX. Estamos há 24 anos do início do século XXI e, neste texto há interesse em analisar o ritmo das mudanças no campo do ensino superior, que impacta no mercado de trabalho.

Os estudos têm confirmado o ingresso das mulheres de forma crescente nas universidades, mas uma tendência a permanecerem em determinadas posições majoritariamente. Entretanto, em uma perspectiva relacional do conceito de gênero, é importante observar o contraponto: a tendência dos homens em permanecerem em determinadas posições, igualmente. No Brasil, a tendência segue estas expectativas.

Diante da perspectiva das mudanças, é necessário reconhecer dois pontos de vista: o do avanço do direito de acesso à educação na garantia da cidadania e o das formas de ocupação do espaço universitário, segundo as condições sociais, políticas e econômicas para o exercício da cidadania.

No caso da pesquisa, analisamos as condições por sexo/gênero para o exercício da cidadania no espaço universitário e sua potencial influência na consolidação de determinadas estruturas no mercado de trabalho.

O Brasil é um país onde o acesso à educação, independente do sexo, já se consolidou como um direito assegurado na legislação, o que ainda não ocorreu, em uma perspectiva global, em outras regiões do mundo. Mulheres ainda são impedidas de estudar, por culturas que primam pela sua absoluta submissão à uma ordem centrada no poder masculino. Entretanto, não estamos muito distantes do momento em que o Estado brasileiro por pouco, não aprovou o Estatuto da Família, que limitava as mulheres à determinadas formações na escola, do tipo “afazeres domésticos”, na década de 1940, do século passado. O voto das mulheres só ocorreu na década de 1930, num movimento lento e “zigzagueante”, na afirmação desta cidadania, na perspectiva do gênero.

Entre o avanço das mulheres na direção do ensino superior e sua afirmação no mercado de trabalho, estão em debate as suas escolhas no campo da educação para garantir este plano. O plano de enfrentar com mais recursos, tanto intelectualmente, como financeiramente, estes processos de submissão, abandonando uma sensação de não-existência, de não-importância, de não-vontade, de não-liberdade, enfim, de um não ser nada.

Uma das grandes bandeiras da sociedade moderna é a universalização do ensino, o direito à educação como instrumento de exercício da liberdade, pois não tendo acesso ao conhecimento, não tendo a oportunidade de conhecer e pensar por si mesmo, não se vislumbra a possibilidade de um outro caminho, a escolher.

Os processos de dominação que estão presentes em todas as sociedades humanas, limitam essas possibilidades para quem está na condição de dominado. Os estudos de gênero têm colocado que formas específicas de hierarquia entre grupos são muito mais duradouras, perversas, atávicas e por isso, difíceis de enfrentar, principalmente, se apresentadas com a roupagem da “ordem natural das coisas”. É da natureza, por isso não muda, dizem, como se a natureza, não mudasse...

Serão apresentadas aqui algumas reflexões, oriundas da execução da pesquisa anteriormente identificada, que analisam o fato de alguns lugares não mudarem no espaço universitário para mulheres e homens, identificados inicialmente, por sexo. Ao mesmo tempo, serão observadas algumas iniciativas de políticas públicas que buscam oferecer alternativas no mercado de trabalho, quando estes lugares se reproduzem para além dos muros da universidade e as hierarquias não enfrentadas, se tornam um problema.

CURSOS UNIVERSITÁRIOS E DISTRIBUIÇÃO POR SEXO: QUANDO OS DADOS REVELAM O RITMO DA MUDANÇA

O estudo tem considerado os dados disponibilizados no Anuário Estatístico da UERJ, o DATAUERJ, publicado anualmente pelo Núcleo de Informação e Estudos da Conjuntura

(NIESC), um órgão da administração central da UERJ, sem interrupções desde 2008, com informações referentes ao ano anterior (2007). O NIESC, “realiza a coleta, sistematização, a interpretação e o compartilhamento e divulgação de dados institucionais”. Para este texto, foi comparada a distribuição por sexo nos quatro centros setoriais da universidade que abrigam os cursos universitários por área de conhecimento, no primeiro ano da publicação contínua do Anuário (2008) e o mais recente, disponibilizado no início do corrente ano (2024).

As publicações, os institutos de pesquisa e órgãos específicos no campo da educação tem evidenciado que as mulheres têm ingresso crescente e permanente nas universidades. O problema do acesso à educação, nos países onde a legislação já avançou para a garantia de direitos, parece superado ou em vias de ser superado. Há estímulo para que as mulheres sigam na formação escolar, na formação profissional. Nessas regiões, não há um impedimento normativo para que as mulheres e as meninas não estudem, não tenham acesso ao ensino, como ainda observamos em outros países.

Além disso, ainda que estejam em ampla vantagem em relação ao acesso ao ensino superior de forma geral, as mulheres enfrentam barreiras em determinadas áreas do conhecimento, notadamente as mais ligadas às ciências exatas e a esfera da produção (IBGE, 2022, p.5)

O que tem sido observado é a tendência de as mulheres escolherem determinadas carreiras universitárias e se inserirem em cursos com características específicas, próximas ao que é construído social e culturalmente como feminino na sociedade. Esta é uma discussão que está no campo do gênero, desde os idos de 1980-1990. Foi objeto da minha dissertação de mestrado (1989) e tese de doutorado (1998) em interlocução muito frequente com autoras que se dedicaram a este debate no Brasil, como Fulvia Rosemberg, Guacira Louro etc. O que surpreende é a lentidão que estas mudanças revelam. Por vezes, a sensação é que estamos falando do mesmo assunto, ininterruptamente.

O Censo da Educação Superior 2019 mostra que as mulheres correspondiam a apenas 13,3% das matrículas nos cursos presenciais de graduação na área de Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação, e 21,6% na área de Engenharia e profissões correlatas. Já nas áreas relacionadas ao cuidado, a participação feminina é muito maior. Na área de Bem-Estar, que inclui cursos como Serviço social, a participação feminina nas matrículas foi de 88,3% em 2019. Em Direito e Medicina, duas áreas tradicionais, as mulheres também constituíam uma maioria das matrículas de graduação, embora por margens mais estreitas – 55,2% e 59,7%, respectivamente. (IBGE, 2022, p.6).

Ainda que estejam em ampla vantagem em relação ao acesso a ensino superior de forma geral, as mulheres enfrentam barreiras em determinadas áreas do conhecimento, notadamente as mais ligadas às Ciências Exatas e à esfera da produção. O Censo da Educação Superior 2022 mostrou que as mulheres correspondiam a 60,3% dos estudantes concluintes nos cursos presenciais de graduação, sendo que nos cursos CTEM (Ciências, Tecnologias, Engenharias, Matemática e programas interdisciplinares abrangendo essas áreas), elas eram apenas 22,0% dos concluintes (CMIG

2.7). Esse percentual é inferior ao registrado 10 anos antes, em 2012, quando as mulheres representavam 23,2% dos concluintes desses cursos. A menor representatividade das mulheres ocorre entre os concluintes das áreas de Computação e Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e programas interdisciplinares abrangendo essas áreas, atingindo somente 15,0%, valor também inferior ao de 2012 (17,5%). Em contrapartida, na área de Bem-Estar, que inclui cursos como Serviço Social, a participação feminina entre os concluintes atingiu seu percentual máximo de 91,0% em 2022. IBGE, 2022, p.6).

A primeira e a segunda citação analisam a distribuição por sexo no Censo da Educação Superior, no Brasil, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). As mulheres se mantêm em áreas que implicam em responsabilidades com o outro, com pessoas – saúde, assistência social etc. As áreas que solicitam mais racionalidade, cálculo matemático, estatístico, habilidades eletrônicas, ficam com os homens. A primeira citação, menciona o Direito e a Medicina como campos do conhecimento onde a distribuição por sexo está mais equilibrada. Entretanto, é bom lembrar que, sendo tradicionais, eram majoritariamente ocupadas por homens. A inserção de mulheres nestas áreas, é recente. O processo de “virada” no número de matrículas por sexo, se deu a partir da década de 1980. O objeto de pesquisa da minha tese de doutorado em 1998 foi a medicina e foi destacada a “acomodação” dos significados relacionados ao gênero, entre as especialidades médicas. Mulheres se concentrando em pediatria, dermatologia, oftalmologia e os homens em cirurgia, anestesia, ortopedia etc. No Direito, o mesmo fenômeno vem sendo analisado.

É importante ter em conta que a incorporação massiva das mulheres às carreiras jurídicas públicas ocorreu a partir da década de 1990, em meio à expansão e ao fortalecimento do sistema de justiça (Bonelli, 2013; Vianna et al., 2018; Kahwagee Severi, 2019; Bonelli e Oliveira, 2020). Além da ampliação da oferta de curso jurídicos no período e, conseqüentemente, do número de mulheres bacharéis em direito aptas a concorrer a esses cargos, o fenômeno também esteve relacionado à maior atratividade das carreiras públicas para muitas delas. Comparativamente à lógica competitiva e exigente, em termos de jornada de trabalho, do mercado da advocacia privada, as carreiras públicas facilitariam a compatibilização da vida profissional com a logística de cuidados e gestão (AQUINO, 2023, p. 129).

A segunda citação informa uma queda no percentual de participação feminina em algumas áreas de conhecimento em 10 anos, não extrema, mas uma queda, o que no campo que estudamos – possibilidades de emancipação das mulheres de sua condição de “não sujeito”, de “não-vontade”, um fato sempre preocupante. Entretanto, neste caso, a Pandemia Covid-19, dever ser considerada pois, esses setores foram bastante impactados nesse período. A área da educação teve muitas perdas. Muitos candidatos desistiram do vestibular, discentes não concluíram os seus cursos ou trancaram matrícula e não conseguiram retornar aos estudos. O período analisado mostra que, em 10 anos não houve muita mudança quanto a esta lógica de distribuição por sexo, nas carreiras. Sem

dúvida, os dados mostram que as mulheres estão chegando na universidade para ficar. O acesso ao ensino superior avançou. O problema é que as escolhas para a ocupação deste espaço são condicionadas pela condição de gênero. O fato de ser mulher ou homem indica uma influência nas trajetórias educacionais, o que vai impactar na inserção no mercado de trabalho.

OS DADOS NA UERJ: HUMANIDADES PARA AS MULHERES, TECNOLOGIAS PARA OS HOMENS

Considerando os quadros de nº 30 - Alunos de graduação: situação acadêmica, distribuição por órgão, curso e sexo, de 2008 e de 2024, do Anuário Estatístico da UERJ (DATAUERJ), disponibilizado pelo NIESC/VC/UERJ, as trajetórias de mulheres no ensino superior se repetem. Os centros setoriais onde mais se concentram mulheres é o de Humanidades (CEH) e onde mais se concentram homens é o Tecnológico (CTC). Em 15 anos, esta tendência não muda, sendo que em alguns cursos a concentração por sexo é extrema, desde sua origem. O que mais chama a atenção nesse caso e, estamos debatendo no projeto, é o motivo para alguns cursos mudarem o seu perfil por sexo, como é o caso do Direito e da Medicina e qual é o motivo para que isto não aconteça em outros. O Serviço Social, a Enfermagem, a Nutrição começam como uma formação profissional para as mulheres e não mudam o seu perfil por sexo. A Informática, as Ciências da Computação, cursos bem mais recentes, começam com um perfil masculino.

Este fato é o mais impactante para o debate do gênero, no ensino superior, pois são as gerações mais novas chegando nestes cursos recém-criados, com uma geração que é oriunda da sociedade da internet das coisas, dos equipamentos que oferecem o acesso à realidade virtual, à estrutura de dados por acesso *on line*, de informações, plataformas de venda de produtos em sites e páginas virtuais. Por que os cursos estão, desde o início se configurando como masculinos? Por que os *chips*, ou tudo que o lítio pode oferecer à sociedade superconectada está a interessar mais aos meninos? Por que a informática é masculina? E, por que os cuidados com as pessoas, estão a interessar mais às meninas? Estão mesmo? Será que estão sendo suficientemente estimulados em suas aptidões cognitivas e emocionais para ambas as atividades na sociedade contemporânea? Para responder a esta pergunta, precisamos voltar ao conceito de gênero, em sua perspectiva relacional: a construção cultural do significado do masculino e do feminino na sociedade que vivemos e processos de hierarquização de conhecimentos com base nas predeterminações de gênero. Esta reflexão tem dirigido os debates no projeto de pesquisa.

O IMPACTO DESTES PROCESSOS EDUCACIONAIS NO MERCADO DE TRABALHO

O Programa Pro-equidade de Gênero e Raça, lançado no Brasil, na década de 2000, teve como objetivo enfrentar a iniquidade de gênero no mercado de trabalho e tem início em ambientes corporativos de natureza estatal. Depois se expandiu para as empresas privadas, mas, a adesão ao Programa é mais intensa nas empresas públicas.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça tem como objetivo fomentar práticas de equidade de gênero e raça na cultura organizacional de médias e grandes empresas, com foco nas áreas de gestão e recursos humanos. O Programa existe desde 2005 e está agora em sua 7ª Edição, sendo coordenado pelo Ministério das Mulheres, em parceria com o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério do Trabalho e Emprego, a ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho (BRASIL, 2023)

O Programa tem como objetivos: Contribuir para a eliminação de todas formas de discriminação de gênero e raça no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego; Conscientizar e incentivar empregadoras e empregadores em relação às práticas de gestão de pessoas e de cultura organizacional que promovam a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens dentro das organizações; Reconhecer publicamente o compromisso das organizações com a igualdade racial e entre mulheres e homens no mundo do trabalho; Disponibilizar e divulgar um banco de práticas de igualdade de gênero e raça no âmbito da gestão de pessoas e da cultura organizacional no mundo do trabalho.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça busca identificar, compreender e fazer a gestão de processos que contribuam com a igualdade de direitos entre mulheres e homens que constituem a força de trabalho no interior destas empresas. A concessão do Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça às organizações que aderirem ao Programa está sujeita ao compromisso com os objetivos do Programa, expressos de forma quantitativa e qualitativa no Plano de Ação de cada uma delas (BRASIL, 2023, p.6)

A CULTURA ORGANIZACIONAL MASCULINA X A CULTURA ORGANIZACIONAL FEMININA

O campo da produção industrial e os recursos humanos (RHs)

Os dados confirmados quanto à distribuição por sexo nas universidades, evidenciam a permanência de uma lógica de gênero, ao longo do tempo e, sem dúvida impactam no mercado de trabalho e na logística da estrutura organizacional. Os cursos como engenharia, por exemplo, resultaram em empresas, cujo quadro é quase que absolutamente composto por homens, da presidência à ponta da produção.

A experiência em consultoria no Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, no período de 2009-2011, mostrou que a perspectiva masculina, culturalmente construída e reproduzida em diferentes dimensões na estrutura da sociedade – simbólica, normativa, política e subjetiva (SCOTT, 1990, p.14-15), estava ali, funcionando, mas, sendo revista.

Havia probabilidades reais de mudança, principalmente com as novas gerações e homens, cuja masculinidade, não coadunam com o perfil “rei do pedaço”, “quem manda aqui sou eu”. A criação dos comitês de gênero e raça nas empresas estatais foi uma iniciativa muito importante no ambiente corporativo, provocando muitas controvérsias, mas também muitas reflexões, que contribuíram para repensar formas de levantamento de dados e como montar planilhas de Excel (planilhas – esse desafio permanente para pesquisadores da minha geração, ufa!).

O Plano de Ação apresentado deve considerar a incorporação de indicadores de gênero e raça, na contratação e promoção da força de trabalho, além de considerar a diversidade de experiências e conhecimentos na organização (BRASIL, 2023, p.7)

A sociedade industrial, desde o início do capitalismo absorve mulheres. No início, mulheres e crianças, na transição da sociedade feudal para a capitalista, no processo de superexploração da mão de obra e perda da infraestrutura rural, na Inglaterra e França, mas não na Alemanha.

A composição das diversas classes sociais, que formam a base de toda organização política, era, na Alemanha, mais complicada do que em qualquer outro país. Enquanto na Inglaterra e na França o feudalismo era totalmente destruído ou, pelo menos, reduzido, como na Inglaterra, a poucas e insignificantes formas, por meio de uma classe média poderosa e rica, concentrada em grandes cidades e, especialmente, na capital, a nobreza feudalista da Alemanha retinha uma grande parte de seus antigos privilégios. O sistema feudal de propriedade prevalecia em quase toda parte (Marx, 1988, p 103).

A inserção das mulheres nas fábricas provocou uma série de medidas específicas para esta mão de obra, particularmente, focada na proteção à maternidade e à infância, cujas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), destacavam o papel da mulher na família, desde 1919.

A menção a atividades profissionais que tenham como característica básica o “cuidado”, que envolvem ações em torno do bem-estar da pessoa humana, da dimensão educativa de uma profissão, da prevenção e ação em saúde etc., tem sido, com muita frequência, associada a formas de fazer e agir, consideradas femininas. É, ainda, uma justificativa para explicar a concentração de mulheres em áreas que implicam “cuidados”, observada em cursos universitários, mercado de trabalho e, neste, na distribuição por sexo entre as ocupações pouco qualificadas e entre as especialidades técnico-científicas nas mais diversas profissões (SILVA, 2010, p.5)

Do momento inicial do capitalismo, ainda no começo do século XX, até ao que se refere à citação acima, avançamos no seguinte sentido: a inserção das mulheres no mercado de trabalho é um fato irreversível nas sociedades de cultura ocidental, mas impregnado ainda de hierarquias e marcados pelo signo do feminino e do masculino. Avançamos na formação profissional de ensino superior, na “possibilidade” de mulheres assumirem

cargos de comando, considerando a sua *expertise* e capacidade intelectual reconhecida. Mas, os desconfortos com essas mudanças, ainda se expressam de forma violenta, muito violenta, no ambiente de trabalho, como foi o caso dos procuradores de um município, no Estado de São Paulo, em 2022, amplamente divulgado nas redes sociais e jornais de grande circulação no país. Ao assistirmos aquela cena, fica esta sensação de discutirmos ininterruptamente o tema, que não conclui em possibilidades que foram observadas na consultoria do Programa Pro-equidade de Gênero e Raça, no período 2009-2011.

O CRACHÁ E A CRECHE

Entre as medidas propostas pelo Comitê de Gênero e Raça da empresa, em uma das experiências vividas no ambiente corporativo, estava a confecção de novos crachás de identificação dos empregados, no qual havia o registro da formação profissional. A norma seguida era a impressão do plástico, no masculino. Um dos argumentos apresentados para não o fazer, é que não havia palavra correspondente, no português. Engenheiro, é engenheiro quase que universalmente. Até se esgotarem os argumentos de que, com o avanço da inserção das mulheres na universidade, os cargos já existiam no feminino, eis que surge, uma nova argumentação, que no mundo corporativo, tem muita força: os custos financeiros desta mudança. Quanto custaria mudar todos os crachás, de todas as unidades, da matriz ao mais longínquo canto do país? Xeque-mate. Prevaleceu, ao menos, naquele momento. Os crachás continuaram no masculino.

Outra medida, cuja proposta teve mais avanço, foi aquela referente ao direito das mulheres à creche, a ser mais incorporado pela empresa. A discussão ficou em torno da forma como seria oferecida esta possibilidade, se a empresa instalaria creches ou garantiria convênios com estabelecimentos que têm esses serviços, de preferência, próximos ao local de trabalho. Houve um debate neste processo, quanto à creche ser ou não uma medida prioritária e para quem? Algumas mulheres questionavam, pelo fato de que muitas mulheres não tinham filhos ou não queriam filhos, já tinham filhos maiores ou uma infraestrutura doméstica que solucionou o problema. Daí, surgiu a ideia de um levantamento quanto a esta demanda. Qual o setor que seria estratégico nessa proposta? Os Recursos Humanos. E, qual é a sua composição por sexo? Feminina. Não foi possível acompanhar a continuidade da proposta, mas o questionamento da prioridade e daí, o levantamento da demanda, possivelmente, provocou estranhamento no RH, pois a maioria que está lá, é de mulheres. Inclusive na gestão do período, uma mulher, estava na gerência. Outro debate, na mesma medida – creches, surgiu no comitê. A pergunta foi: por que os homens que têm filhos não terão direito à creche, só as mulheres? O sindicato havia provocado a controvérsia que, em geral, tem uma maioria masculina em suas direções e dentro de uma empresa com tradição de quadros masculinos, não fugiria à regra. O argumento em defesa das mulheres foi a dupla jornada de trabalho, que muitas mulheres não tinham esta infraestrutura doméstica

citada anteriormente e por isso, apresentavam mais vulnerabilidade em suas carreiras. Houve a permanência da demanda para os homens, em uma perspectiva “relacional” do gênero. Entretanto, a defesa da proposta, por um jovem (bem jovem), recém-chegado à empresa, com uma filha pequena, em vias de acabar a licença-maternidade de sua esposa, que trabalhava em outra empresa, surpreendeu o comitê. Ele deu um depoimento de que ele e a esposa dividiam mesmo as responsabilidades domésticas e que ele adorava ficar com a filha e gostaria de, inclusive, ter mais tempo com ela. E, no caso deles, o melhor seria que a creche fosse próxima ao seu local de trabalho, considerando a moradia. Ficaria muito mais fácil para ele levar e pegar a filha na creche. Inclusive, poderia vê-la na hora do almoço. Chegou-se a um consenso quanto a analisar a demanda e definir um peso em relação a esse direito, considerado a vulnerabilidade das mulheres. Elas teriam mais acesso. Entretanto, foi considerado o fato de homens, como este jovem, quase uma esperança no comitê, serem contemplados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando manter esta esperança.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Lusení. *Carreiras Jurídicas, profissionalismo e Estado: um olhar a partir do cenário federal*. In: LOPEZ, Felix G. e CARDOSO JUNIOR, José Celso (orgs.). *Trajetórias da burocracia na Nova República: heterogeneidades, desigualdades e perspectivas (1985-2020)*. Brasília: IPEA, 2023.

BRASIL. Programa Pró-equidade de Gênero e Raça. Guia Operacional. Brasília, Distrito Federal, 2023, p.6. <https://www.gov.br/pt.br/acoeseprogramas>. Acesso em 24/07/2024

BRASIL. Programa Pró-equidade de Gênero e Raça. 7ª edição. Brasília, Distrito Federal, 2023. <https://www.gov.br/pt.br/acoeseprogramas>. Acesso em 24/07/2024

IBGE. *Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. 2ª edição, n.38, 2021, p.5.

IBGE. *Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. 3ª edição, n.38, 2024, p. 7.

MARX, Karl. *Classes Sociais e Contradições de Classe*. IANNI, Octavio (org.), In: *Sociologia, Marx*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 6ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1988, p. 102-109.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. *Relações de gênero no campo profissional da medicina*. Rio de Janeiro, 1998. Tese de Doutorado. 272 p. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia/ IFCS/UFRJ. Orientação Bila Sorj.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. As possibilidades de ação no trabalho social no campo da responsabilidade social: alternativas no campo do gênero. *Revista Serviço Social & Realidade*, Franca, V.18, n.1 p.321-333, 2009.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. A sustentabilidade, as relações de gênero e etnia nos discursos da gestão e seu impacto em ambientes militares. *Revista Serviço Social & Realidade*, Franca, V.19, n.2 p. 11-32, 2010.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. *Gênero e etnia abalando estruturas explicativas nas ciências sociais: um desafio para gestores de políticas públicas*. In: MADEIRA FILHO, Wilson e CHAVES, Luiza Alves (orgs.). *Humanidades, políticas públicas e desigualdades*. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021, p. 48-70.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. *O futuro do gênero: a importância da integração de meninas e meninos na escola*. In: MACEDO, Aldenora Conceição de, OLIVEIRA, Ivana Gonçalves e BARBOSA, Jaqueline Aparecida. *Práticas pedagógicas de resistência: a escola como lugar da diversidade*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022, p. 209-233.

UERJ. ANUARIO ESTATISTICO DA UERJ. Quadro 30 - Alunos de graduação: situação acadêmica, distribuição por órgão, curso e sexo, 2008. Base de Dados 2007. NIESC/VR.

UERJ. ANUARIO ESTATISTICO DA UERJ. Quadro 30 - Alunos de graduação: situação acadêmica, distribuição por órgão, curso e sexo, 2023. Base de Dados 2022. NIESC/VR

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, V. 18, n. 2, p.5-22, julho/dezembro, 1990.

PROCURADORIA DA MULHER NO LEGISLATIVO: HISTÓRIA DOS DIREITOS FEMININOS NO BRASIL

Data de submissão: 08/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Fátima Patrícia Moreira da Silva

<http://lattes.cnpq.br/2904487597859760>

Graziela Liebel

<http://lattes.cnpq.br/0194075202399588>

RESUMO: O artigo apresenta uma análise da evolução dos direitos das mulheres no Brasil, abordando aspectos históricos e legislativos. Desde os primórdios, a condição feminina foi marcada por uma estrutura social que as restringiu a papéis subordinados, limitando o acesso a direitos fundamentais. Apesar de conquistas como o direito ao voto e o ingresso no mercado de trabalho, persistem desafios, entre os quais se destacam a discriminação salarial e a violência de gênero, que reflete o desrespeito à dignidade feminina. O artigo examina como a Constituição de 1988 e a Lei Maria da Penha foram marcos legislativos importantes, reforçando a igualdade de gênero e a proteção contra a violência. A criação de Procuradorias Especiais da Mulher no Poder Legislativo, como em Balneário Camboriú, é destacada como uma resposta institucional inovadora e necessária para fiscalizar a execução de políticas públicas voltadas para as

mulheres. Essas procuradorias não só monitoram programas e denúncias, mas também colaboram com organizações nacionais e internacionais para promover os direitos femininos e garantir a efetiva aplicação de leis protetivas.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos das mulheres, Violência de gênero, Poder Legislativo.

ABSTRACT: The article presents an analysis of the evolution of women's rights in Brazil, addressing historical and legislative aspects. Since early times, the condition of women has been shaped by a social structure that restricted them to subordinate roles, limiting their access to fundamental rights. Despite achievements such as the right to vote and entry into the workforce, challenges remain, notably wage discrimination and gender-based violence, which reflect a disregard for women's dignity. The article examines how the 1988 Constitution and the Maria da Penha Law were important legislative milestones, reinforcing gender equality and protection against violence. The creation of Special Women's Prosecutor's Offices within the Legislative Branch, such as in Balneário Camboriú, is highlighted as an innovative and necessary institutional response to oversee the implementation of

public policies focused on women. These offices not only monitor programs and complaints but also collaborate with national and international organizations to promote women's rights and ensure the effective enforcement of protective laws.

KEYWORDS: Women's rights, Gender-based violence, Legislative Branch

Desde os primórdios da sociedade humana, as mulheres tiveram funções definidas pelos homens. A despeito dos avanços conquistados, a limitação do acesso se mantém como imperativo. Vislumbra-se, ainda, dificuldades as mulheres adentrar o mercado de trabalho da mesma maneira que os homens. Ainda quando acessam, pesquisam demonstram que sua remuneração é menor em relação aos homens, mesmo que mais bem qualificadas (PIRES; PERREGIL, 2023).

A respeito da violência de gênero, importante destacar as lições de Portella (2023):

As mulheres são assassinadas em diferentes tipos de situação e todas decorrem de sua posição social subordinada, articulando as condições de gênero, raça e classe social. São os arranjos específicos entre as desigualdades de gênero (e as normas sociais conservadoras a elas associadas) e os processos sociais e econômicos que afetam as comunidades em que vivem as mulheres, que definem o seu grau de vulnerabilidade à violência letal. A criminalidade urbana é uma das dinâmicas sociais recentes que interagem mais fortemente com a condição das mulheres, tendo se tornado um importante contexto de risco para elas. Os novos conflitos entre homens e mulheres produzidos pelas mudanças nos estilos de vida das mulheres e pela maior igualdade de gênero, alcançada nas últimas décadas, são acirrados de forma explosiva nos territórios socialmente precários e dominados pela criminalidade.

A violência contra as mulheres representa uma manifestação de desrespeito à dignidade e à igualdade inerente a todos os seres humanos. Esta prática transmite a nociva ideia de que as mulheres são de alguma forma subalternas aos homens. As normas que abordam a violência contra as mulheres, assim como os direitos humanos em geral, compartilham o objetivo comum de promover a dignidade. Em que pese tenha demorado para ser oficialmente reconhecida e declarada como uma violação dos direitos humanos, a afirmação da violência contra as mulheres como tal impôs aos Estados a responsabilidade por quaisquer abusos, independentemente de serem perpetrados na esfera pública ou privada. Esse reconhecimento representa um marco significativo ao estabelecer a violência como um problema de interesse público (FERNANDES; CERQUEIRA, 2017).

Ao longo do século XX, a batalha pelos direitos das mulheres ganhou impulso, apresentando uma especificidade distinta em cada década, frequentemente relacionada ao contexto histórico, político e econômico do Brasil naqueles momentos específicos. Na década de 1930, a título de exemplo, o foco estava na obtenção do direito de voto para as mulheres. A partir do referido marco, as mulheres passaram a ter o direito de participar ativamente nas eleições, representando um significativo avanço na sua presença na esfera pública. De fato, a conquista do voto feminino muitas vezes é associada às influências do

movimento feminista norte-americano, sendo emblemática a imagem da queima de sutiãs em praças públicas (PIMENTEL FILHO; RODRIGUES, 2017).

Apartir da massiva participação das mulheres no mercado de trabalho, nos anos 1940, tornou-se impossível que as relações entre os gêneros permanecessem inalteradas. Isso porque as mulheres vão ocupando paulatinamente espaço em variadas esferas de atuação outrora reservada quase que exclusivamente ao público masculino (BITTENCOURT, 2021).

Para Delfini (2019), os movimentos feministas e de mulheres no Brasil desempenharam um papel crucial no redesenho dos espaços institucionais das políticas públicas. Esses movimentos introduziram uma abrangente agenda de gênero, proporcionando vias e diálogos essenciais para a formulação de políticas públicas voltadas para questões de gênero. Um desses caminhos diz respeito às formas de intervenção estatal e ao controle social exercido pelas mulheres. No Brasil, a busca pela igualdade de gênero ganhou destaque, especialmente entre as décadas de 1960 e 1980, impulsionada pelos movimentos feministas e de mulheres.

De acordo com as lições de Pinho (2009), a CRFB/88 estabeleceu, em seu art. 5º, I, a igualdade entre homens e mulheres. E no art. 226, § 5º, também destacou que os direitos e deveres conjugais são exercidos de forma igualitária pelo homem e pela mulher. Em uma primeira leitura, tais dispositivos podem parecer redundantes, mas o óbvio precisa ser dito. A Constituição Federal de 1824 e 1891 conferiam o direito de voto aos “cidadãos brasileiros”, gerando a interpretação pela doutrina, à época, que tal direito somente foi conferido aos homens. Somente com a promulgação de uma lei específica, no ano de 1932, que o direito de sufrágio passou a ser estendido às mulheres. A CRFB/88 sepultou qualquer resquício de autoridade marital e de prevalência do gênero masculino sobre o feminino.

É evidente que, no Brasil, a visão hierárquica das relações entre homens e mulheres está amplamente disseminada, perpetuando uma estrutura patriarcal que afeta não só a vida privada, mas também o funcionalismo público. Essa hierarquia é reforçada pela interpretação de que a violência doméstica constitui uma questão de cunho privado, relegando o problema a uma esfera íntima que, por muito tempo, escapou da intervenção pública. Embora haja progressos, como campanhas midiáticas que incentivam a denúncia e promovem ações legais contra agressores, a implementação efetiva de medidas de proteção e o combate à cultura de tolerância à violência de gênero ainda enfrentam grandes desafios, especialmente no que diz respeito à transformação de mentalidades enraizadas e à superação das barreiras institucionais que dificultam o acesso à justiça e à proteção integral para as mulheres (COELHO; COELHO; DINIZ, 2018).

Em se tratando de violência contra a mulher, no entendimento de Dias (2019), a convicção de que não haverá consequências, juntamente com o medo, leva muitas mulheres a não reportarem a violência da qual são alvo. Como resultado, apenas 10% das agressões sofridas por mulheres chegam ao conhecimento da polícia. Para a doutrinadora,

tornar-se uma denunciante vem a ser uma tarefa árdua quando o agressor compartilha o mesmo lar, possui laços afetivos e filhos em comum, além de frequentemente ser o provedor financeiro da família.

A batalha feminista, portanto, pavimentou o caminho para uma série de progressos no âmbito dos direitos das mulheres após a promulgação da Constituição Federal. É evidente que as mudanças na legislação brasileira começaram a se voltar para a igualdade de gênero justamente porque houve uma Constituição que emergiu de intensa luta feminina. Dos inúmeros avanços alcançados pela representação feminina, aqueles relacionados à violência doméstica foram cruciais. A Carta das Mulheres introduziu doze pontos específicos para combater a violência contra a mulher, visando incorporá-los à Carta Constitucional para assegurar a igualdade jurídica entre os sexos. Entre esses pontos, destaca-se a criminalização de qualquer ato violento que envolva agressões físicas, psicológicas ou sexuais contra a mulher, tanto dentro quanto fora do ambiente doméstico. Além disso, considera-se como estupro qualquer ato ou relação sexual forçada, independentemente da relação entre o agressor e a vítima. É crucial ressaltar que, nos dias atuais, todas essas demandas foram atendidas, representando um avanço significativo nas políticas de proteção às mulheres (ARAÚJO DE SÁ *et al*, 2023).

A partir do desenvolvimento dos Objetivos do Milênio, no ano 2000, pode-se observar a preocupação dos governos na elaboração de políticas públicas com perspectiva de gênero com o propósito de efetivação da meta de número 3, tratando-se sobre a igualdade entre os sexos e a valorização da mulher. Tal meta tinha como principais objetivos a superação das desigualdades educacionais entre homens e mulheres, das disparidades salariais, bem como das lacunas de participação feminina nos espaços institucionais da política, visando uma maior valorização e autonomia feminina (DELFINI, 2019).

No entanto, Coelho, Coelho e Diniz (2018) salientam que, a despeito dos avanços legislativos e das políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero, na prática os direitos das mulheres ainda carecem de efetividade:

Assim, fica evidenciado que as mulheres e os problemas por elas enfrentados ainda têm tido pouco espaço oficial no Brasil, portanto, apesar dos inegáveis avanços. A expectativa cultural da maioria dos homens (e de uma parcela conservadora significativa das próprias mulheres) ainda é de que permaneçam em casa (o local por excelência da resolução de todos e quaisquer conflitos em que se vejam envolvidas) ou dividam sua vida entre casa e trabalho, mas cuidando primeiro da casa. Malgrado a existência de inúmeras medidas legislativas e políticas públicas específicas a respeito, sem contar os mandamentos constitucionais de igualdade entre os gêneros, a cultura ainda arraigada, dificulta a efetivação dos direitos fundamentais de dignidade das mulheres, por vezes inclusive restringidos pelo próprio judiciário. Tanto do ponto de vista das condições de subsistência (veja-se as análises sobre as condições de trabalho da mulher); quanto ao ponto de vista da expressividade (veja-se as dificuldades de serem ouvidas que apresentamos neste estudo); quanto do ponto de vista das condições de

empoderamento (veja-se as análises sobre o espaço ocupado pelas mulheres nos cargos públicos); quanto, por fim, das condições de respeito (veja-se as explicações sobre as dificuldades do combate à violência doméstica no Brasil), em todas estas dimensões da dignidade, a promoção de direitos às mulheres ainda carece de avanços significativos no Brasil.

No mesmo sentido, Fernandes e Cerqueira (2017) expõem seus ensinamentos, salientando que, muito embora se tenha esforços perpetrados por órgãos legislativos internacionais, regionais e nacionais, no sentido de criação de leis, medidas e recomendações, denota-se que os indicadores de violência contra o gênero feminino continuam elevados. Assim, em que pese o direito positivado nas legislações e os avanços legislativos, tem-se a necessidade de dar um passo adiante, desvelando-se novas causas, medidas de prevenção e procurando soluções visando ao combate a tal fenômeno complexo e multifacetado.

Em sociedades intrinsecamente desiguais como a brasileira, recai sobre os governos a responsabilidade de promover condições mais igualitárias para que os grupos socioeconomicamente vulneráveis possam competir de maneira equitativa pelas oportunidades disponíveis. Tais estratégias podem ter tanto uma abordagem generalista, como um serviço público disponível para toda a sociedade, beneficiando aqueles que não teriam meios de arcar com seus custos, quanto abordagens específicas, conhecidas como ações afirmativas, que buscam fornecer a determinados grupos ferramentas para reduzir a vulnerabilidade que enfrentam. Dessa forma, além do objetivo de alcançar a igualdade de oportunidades, as políticas afirmativas visam induzir transformações em aspectos culturais, pedagógicos e psicológicos. Essas transformações têm o propósito de eliminar do imaginário coletivo a noção de supremacia e subordinação entre diferentes raças e entre homens e mulheres (MACHADO; ANDRADE, 2022).

De acordo com as lições ministradas por Delfini (2019), as políticas públicas de gênero foram implementadas, historicamente, quer pela força política dos movimentos de mulheres e das organizações não-governamentais, quer pela presença de feministas nos organismos estatais que lutaram a favor de uma agenda de gênero, tendo como grande exemplo a instituição da Lei Maria da Penha. Importe salientar a longa trajetória das políticas públicas de gênero e das políticas de enfrentamento das violências, bem como a transversalização estas mesmas políticas na gestão pública. Transversalizar e generificar uma política pública de enfrentamento às violências demanda uma abordagem sistêmica e crítica, no sentido de problematizar a cultura da violência estrutural contra a mulher e as relações de poder.

À vista deste contexto, há uma preocupação crescente da sociedade e do poder público em realizar o enfrentamento ao problema da violência e opressão contra as mulheres no Brasil.

No que se referente às funções do Poder Legislativo, Ieciona Fernandes (2017)

que estas podem ser divididas em típicas e atípicas. Entre as funções típicas, também denominadas primárias, estão a atividade legiferante e a atividade fiscalizatória. Salienta-se que desde o século XIX, a função fiscalizatória se tornou primária em se tratando de Poder Legislativo. Assim, os artigos 59 a 69 da CRFB/88 explicitam a função legislativa e suas diversas possibilidades. E a função de fiscalização é evidenciada em uma série de normas constitucionais, destacando-se as que tratam das Comissões Parlamentares de Inquérito e a fiscalização das contas pelo Poder Legislativo, auxiliado pelo Tribunal de Contas. Já em relação às funções atípicas, são aquelas não tradicionais, que em tese não seriam de sua competência, mas sim de outros poderes, como funções administrativas de organização interna e funções judiciárias (julgamento do chefe do Poder Executivo por crime de responsabilidade).

A atividade do Legislativo é tipificada pela produção de normas infraconstitucionais geradoras de direitos e obrigações. Legislar vem a ser sua atividade típica. Da mesma forma, o caráter fiscalizatório também é típico do Legislativo, competindo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Executivo. Ambas as funções possuem o mesmo grau de importância, conferida pela Constituição. A função fiscalizadora é decorrente do princípio da representação popular, cabendo às Casas Legislativas empreender a fiscalização, como se fora o povo. Em paralelo a estas atividades típicas, tem-se outras, exercidas de forma secundária, traduzindo-se na ideia de atipicidade. São funções atípicas administrar e julgar. O Legislativo administra quando trata acerca de sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços (TEMER, 2007).

Conforme ensinamentos de Bulos (2014), o Poder Legislativo tem como função típica a criação de leis. Contudo, em uma seara atípica, ele também administra e julga. Aquele quando dá provimento a cargos, promove seus servidores, bem como organiza e operacionaliza sua estrutura interna. Este quando aprecia atos de improbidade do Presidente da República, diante de crime de responsabilidade. Ou seja, não há a existência de exclusividade absoluta de atribuições. Ademais, dentro da função legiferante, ainda são exercidas tarefas secundárias de grande importância, com consequências jurídicas relevantes.

Em se tratando da função fiscalizatória, o Legislativo poderá ter acesso à máquina burocrática do Poder Executivo com o objetivo de obter conhecimento do ato praticado na sua intimidade e, com isso, tomar medidas de crítica ou aplausos. Contudo, não podem ser questionados a conveniência e a oportunidade dos atos praticados pela Administração (TEMER, 2007).

Nesse sentido, a criação de Procuradorias Especiais da Mulher representa uma expansão das atribuições do Poder Legislativo ao integrar, de forma mais específica, o enfrentamento às questões de gênero e a promoção da equidade em sua função fiscalizatória. Ao lado das atividades legislativas e de fiscalização mais tradicionais, essas Procuradorias constituem um mecanismo inovador e necessário de controle social e político

sobre as políticas públicas que afetam diretamente as mulheres.

Com relação à Procuradoria Especial da Mulher na Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú/SC, sua criação se deu com a promulgação da Resolução nº 587, de 13 de março de 2019. A aludida norma inseriu no Regimento Interno uma subseção específica para tratar das competências da Procuradoria Especial da Mulher.

A legislação que instituiu a Procuradoria Especial da Mulher trouxe a previsão de suas competências, a saber:

Art. 92-A - Compete a Procuradoria Especial da Mulher: a) receber, avaliar e proceder as investigações e denúncias relativas às ameaças dos interesses e direitos da mulher; b) Encaminhar aos Órgãos competentes denúncias relativas às ameaças dos interesses e direitos da mulher; c) fiscalizar e acompanhar programas governamentais e não governamentais de políticas públicas para as mulheres e aos relativos a interesses e direitos da mulher; d) colaborar com entidades nacionais e internacionais que atuem na defesa dos interesses e dos direitos da mulher; e) trabalhar em conjunto com as comissões legislativas da Câmara, especialmente quando houver ameaças à violação dos direitos da mulher nas diferentes fases da sua vida; f) pesquisar e estudar a situação das mulheres no município de Balneário Camboriú; g) dar parecer em projetos pertinentes à questão da mulher; h) assegurar o cumprimento das políticas públicas dispostas na "Lei Maria da Penha" e demais legislações vigentes (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2019).

Salienta-se que diversos órgãos do Poder Legislativo em todos os níveis da federação já possuem Procuradorias da Mulher instituídas. Nesse sentido, a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados disponibilizou uma cartilha orientando o processo de criação de Procuradorias da Mulher dos estados e municípios, desde o processo legislativo para tal, a implantação (estrutura), atuação, competências e também orientando acerca do protocolo de atendimento (BRASIL, 2021).

A criação das Procuradorias Especiais da Mulher, como a da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú/SC, evidencia o compromisso do Poder Legislativo em tornar-se mais responsivo às demandas de gênero, oferecendo um espaço institucional dedicado ao monitoramento, apoio e promoção dos direitos das mulheres. Essas Procuradorias permitem que o Legislativo amplie seu papel fiscalizatório ao verificar de forma criteriosa a execução de políticas públicas voltadas para as mulheres, identificando falhas e propondo melhorias que aumentem a eficácia dessas políticas na proteção e promoção da equidade.

A Procuradoria Especial da Mulher assume funções fundamentais ao receber e investigar denúncias, monitorar programas governamentais e colaborar com entidades de defesa de direitos, como previsto no Art. 92-A de seu regimento. Dessa forma, ela não apenas responde a necessidades locais, mas também fortalece a aplicação de legislações nacionais, como a Lei Maria da Penha, garantindo que medidas de proteção e promoção dos direitos das mulheres sejam cumpridas na prática.

A importância dessa instância é sublinhada pelo seu papel ativo em dar visibilidade às questões de gênero, atuar na proposição de políticas mais inclusivas e assegurar que

as demandas específicas das mulheres sejam tratadas com a devida atenção e urgência.

Em resumo, as Procuradorias Especiais da Mulher representam um avanço significativo para a democracia brasileira, pois ampliam o alcance do Legislativo e reafirmam o compromisso das instituições públicas com a justiça social e a igualdade de gênero. Ao trabalhar para a construção de um ambiente mais seguro e igualitário, essas procuradorias fortalecem não apenas os direitos das mulheres, mas a sociedade como um todo, promovendo uma cultura de respeito e equidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO DE SÁ, Juliane; VASCONCELOS, Maria; RIBEIRO, Maria; LEITÃO, Macell. **Constituição e feminismo**: a luta pelos direitos das mulheres na constituinte de 1987/1988. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 39, 2023, p. 319-34. Disponível em: <<https://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/1085/pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Resolução nº 587, de 13 de março de 2019. Altera a Resolução 548/2014, que dispõe sobre o Regimento Interno, criando a Procuradoria Especial da Mulher na Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú e dá outras providências. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/nxkpg>>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BITTENCOURT, Rodrigo do Prado. A mulher na legislação brasileira: uma análise histórica. **Revista Reflexão e Crítica do Direito**, v. 9, n. 1, p. 278-295, jan./jun. 2021. Disponível em: <<https://revistas.unaerp.br/rcd/article/download/2398/1908/8678>>. Acesso em 23 set. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Secretaria da Mulher. Cartilha: como criar uma Procuradoria da Mulher nos Estados e Municípios. Ed. atual. e ampl. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/rede-nacional-de-procuradorias-da-mulher/cartilha-como-criar-uma-procuradoria-da-mulher-nos-estados-e-municipios/view>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o Código Penal para tipificar o crime de feminicídio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.845, de 2 de agosto de 2013. Dispõe sobre o atendimento às pessoas em situação de violência sexual e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12845.htm. Acesso em: 7 out. 2024.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. rev. e atual. de acordo com a Emenda Constitucional n. 76/2013. São Paulo: Saraiva, 2014.

COELHO, Diva Julia Souza da Cunha Safe; COELHO, Saulo de Oliveira Pinto; DINIZ, Ricardo Martins Spindola. **Situação das Mulheres nos Países do BRICS**: análise comparada da (in)efetividade das políticas públicas de proteção da mulher e de redução da desigualdade de gênero nas quatro maiores economias emergentes do mundo. *Revista do Direito*, n. 55, p. 96-119, 26 maio 2018. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/12025>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

DELFINI, Ana Cláudia. **Por uma cidadania feminista: políticas públicas para mulheres no marco das relações de gênero no Brasil**. In: Diálogos sobre a vida: políticas públicas, educação, saúde e direito. Maria Glória Ditrich, Joaquim Olinto Branco, Maria Carolina Goes Ulrich (Org.). Itajaí, SC: Universidade do Vale do Itajaí: CAPES, 2019.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. Salvador: JusPodivim, 2019.

DITTRICH, Maria Glória; LEOPARDI, Maria Tereza. Hermenêutica fenomenológica: um método de compreensão das vivências com pessoas. **Revista discursos fotográficos**, Londrina, v. 11, n. 18, p. 97-117, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/19687/16814>>. Acesso em: 22 set. 2024.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2017.

FERNANDES, Brenda Camilli Alves; CERQUEIRA, Carla. **A violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos: do positivado ao noticiado**. Gênero & Direito, [S. l.], v. 6, n. 1, 2017. DOI: 10.22478/ufrpb.2179-7137.2017v6n1.24635. Disponível em: <https://periodicos.ufrpb.br/index.php/ged/article/view/24635>. Acesso em: 18 nov. 2023.

MACHADO, Monica Sapucaia; ANDRADE, Denise de Almeida. **Políticas públicas e ações afirmativas: um caminho (ainda) possível na busca pela igualdade e justiça de gênero no Brasil?** Espaço Jurídico Journal of Law [EJL], [S. l.], v. 22, n. 2, p. 351–376, 2022. DOI: 10.18593/ejil.27309. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/27309>. Acesso em: 12 nov. 2023.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto; RODRIGUES, Mariana Ramos. **A Política Legislativa e a Proteção à Participação Política da Mulher no Brasil: Uma Interpretação Histórica de Processos Legislativos**. A Barriguda: Revista Científica 7.1 (2017). Disponível em: <<https://scholar.archive.org/work/v3hwobuibzg7pmjzshor4lrefy>>. Acesso em 15 nov. 2023.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria geral da constituição e direitos fundamentais**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PIRES, Luanda; PERREGIL, Fernanda A. G. **A descolonização das estruturas como ferramenta de inclusão**. In: Direitos das mulheres: análise multidisciplinar sobre a evolução e a eficácia da proteção legal às mulheres no Brasil. Ana Luiza Nery, Thais Folgosi Françoso, coordenadoras. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.

PORTELLA, Ana Paula. **Homicídio de mulheres na perspectiva de gênero, classe social e raça**. In: Violências contra mulheres, feminismos & direitos: análises interseccionais e decoloniais. Cecília MacDowell Santos, Carmen Hein de Campos, organizadoras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

PERCEÇÕES DE ESTUDANTES DO SEXO FEMININO NAS AULAS DE MATEMÁTICA

Data de submissão: 11/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Karen Alejandra Serna Tello

Universidad Autónoma de Tamaulipas
Ciudad Mante, Tamaulipas, México
<https://orcid.org/0009-0005-2477-972X>

Alejandro Miguel Rosas Mendoza

Instituto Politécnico Nacional, CICATA-
Legaria
Ciudad de México, México
<https://orcid.org/0000-0003-3952-5448>

RESUMO: Neste trabalho apresentamos a análise das respostas dadas por estudantes de engenharia a um questionário sobre atitudes em relação ao seu professor de matemática. Por meio de um questionário com escala Likert de 5 opções, foi solicitado que alunos aleatórios respondessem, ao final foram obtidas respostas de 104 alunos de ambos os sexos; Ao analisar as respostas agrupadas por sexo, foram encontradas percepções diferentes dos alunos do sexo feminino em relação aos alunos do sexo masculino em relação ao professor de matemática e sua forma de ensinar, interagir e motivar os alunos.

PALAVRAS-CHAVE: atitudes, escala Likert, relação professor-aluno, preconceito sexual.

PERCEPTIONS OF FEMALE STUDENTS IN MATHEMATICS CLASS

ABSTRACT: In this work we present the analysis of the responses given by engineering students to a questionnaire about attitudes towards their mathematics teacher. Using a questionnaire with a 5-option Likert scale, random students were asked to answer it; in the end, responses were obtained from 104 students of both sexes. When analyzing the responses grouped by sex, different perceptions of female students compared to those of male students were found regarding the mathematics teacher and his way of teaching, interacting and motivating students.

KEYWORDS: attitudes, Likert scale, teacher-student relationship, sex bias.

1 | INTRODUÇÃO

As percepções que os alunos podem ter do seu professor e a relação que mantêm com ele em sala de aula são elementos que têm sido estudados na literatura pela importância que possuem (Klem & Connell, 2004; Bierman, 2011; Roorda et al., 2011;

Rice et al., 2013; Ober et al., 2021; Endedijk et al., 2022). Na prática diária como professor, essas percepções são consideradas importantes porque podem significar que o aluno compreende e aplica os temas estudados em sala de aula, o que impacta sua motivação e desempenho escolar (Aelterman, 2019; Blazar, 2015; Blazar & Kraft, 2017; Lipnevich et al., 2015, Yu & Singh, 2018), o que resulta na aprovação no curso de matemática; ou levar à reprovação. Além do acima exposto, o gênero também desempenha um papel importante (Frenzel et al., 2007; Bugler et al., 2015; Cvencek et al., 2021; Chen et al., 2023; Roorda & Jak, 2024) por isso é necessário continuar investigando nessa direção.

2 | ESTUDO

Foi elaborado um questionário para perguntar aos estudantes universitários qual a sua visão sobre o relacionamento, em sala de aula, com seu professor de Matemática. O questionário tinha 30 questões divididas em três seções, A primeira seção aborda as atitudes dos alunos em relação à matemática, a segunda seção aborda as atitudes em relação ao professor e a terceira aborda as atitudes em relação à família. Cada questão possuía uma escala Likert de 5 opções: concordo totalmente, concordo, nem concordo nem discordo, discordo, discordo totalmente.

A população do estudo correspondeu a 104 estudantes de engenharia selecionados aleatoriamente da Unidade Mante da Universidade Autônoma de Tamaulipas no México, dos quais 47 eram mulheres e 57 homens.

Neste trabalho relatamos as análises correspondentes à segunda seção do questionário. A seção mencionada incluía estas 10 declarações:

O professor me incentiva a estudar matemática.

O professor me ensina a estudar.

Eles me motivam nas aulas de matemática.

Pergunto ao professor quando não entendo.

O professor anuncia o conteúdo do programa.

Gosto de como meu professor me ensina.

O professor tem uma concepção diferente sobre as capacidades de homens e mulheres para trabalhar em matemática.

O professor está interessado em me ajudar a resolver dificuldades com matemática.

O professor promove a participação.

O professor ouve homens e mulheres na aula.

Declarações que os alunos deveriam avaliar usando a escala Likert mencionada.

3 | RESPOSTAS OBTIDAS

Após aplicação dos questionários aos alunos aleatórios, as respostas foram concentradas em uma planilha para facilitar seu processamento. A Tabela 1 apresenta os

percentuais de resposta obtidos, agrupados por sexo, para cada uma das afirmações.

	O professor me incentiva a estudar matemática		O professor me ensina a estudar		Eles me motivam nas aulas de matemática		Pergunto ao professor quando não entendo		O professor anuncia o conteúdo do programa		Gosto de como meu professor me ensina		O professor tem uma concepção diferente sobre as capacidades de homens e mulheres para trabalhar em matemática	O professor está interessado em me ajudar a resolver dificuldades com matemática	O professor promove a participação	O professor ouve homens e mulheres na aula
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Concordo muito	28%	17%	23%	21%	18%	15%	35%	23%	54%	36%	28%	19%	7%	4%	28%	23%
Concordo	40%	47%	37%	40%	44%	40%	47%	47%	39%	51%	53%	49%	18%	13%	54%	40%
Nem concordo nem discordo	30%	17%	33%	17%	32%	26%	12%	15%	7%	6%	16%	26%	25%	23%	12%	21%
Discordo	2%	13%	5%	19%	4%	17%	5%	15%	0%	6%	0%	4%	32%	34%	4%	13%
Discordo muito	0%	6%	2%	2%	4%	2%	0%	0%	0%	0%	4%	2%	19%	26%	2%	2%

Tabela 1. Concentração das respostas dos estudantes de engenharia agrupadas por sexo para cada uma das afirmações.

4 | ANÁLISE DAS RESPOSTAS OBTIDAS

No par de afirmações, *O professor me motiva a estudar matemática* e *O professor me ensina a estudar*, foi encontrada uma grande discrepância nas respostas dos alunos do sexo feminino e dos alunos do sexo masculino (tabela). 19% das mulheres consideram que o professor não as motiva para estudar matemática, quase dez vezes mais que os homens (2%); em relação ao professor que ensina a estudar, 21% das mulheres discordam dessa afirmação, o que é três vezes mais que os homens (7%).

	O professor me incentiva a estudar matemática		O professor me ensina a estudar	
	H	M	H	M
Discordo	2%	13%	5%	19%
Discordo muito	0%	6%	2%	2%

Tabela 2. Percentuais de respostas *discordo* e *discordo muito* dadas por estudantes de engenharia às afirmações *o professor me incentiva a estudar* e *o professor me ensina a estudar*.

A proporção de três para um é quase mantida nas afirmações *eles me motivam nas aulas de matemática*, já que 8% dos homens discordam contra 19% das alunas. A afirmação *pergunto ao professor quando não entendo* mantém esta desproporção de 3 para 1, uma vez que 15% das mulheres discordam e apenas 5% dos homens concordam com a sua discordância.

	Eles me motivam nas aulas de matemática		Pergunto ao professor quando não entendo	
	H	M	H	M
Discordo	4%	17%	5%	15%
Discordo muito	4%	2%	0%	0%

Tabela 3. Percentuais de respostas *discordo* e *discordo muito* dadas por estudantes de engenharia às afirmações *Eles me motivam nas aulas de matemática* e *Pergunto ao professor quando não entendo*.

Estas 4 afirmações levam-nos a pensar que, numa proporção superior à dos homens, as alunas consideram que as aulas de matemática não as fazem sentir-se bem, não se sentem motivadas nem têm confiança para perguntar ao professor e tirar as suas dúvidas. Mesmo no caso das mulheres que responderam às opções “concordo” e “concordo totalmente”, por exemplo, na afirmação “Pergunto ao professor quando não entendo” o seu total (70%) é inferior ao dos homens (82%).

No entanto, a maioria dos alunos do sexo feminino (60%) e dos alunos do sexo masculino (51%) não considera que o professor de matemática concebe as capacidades matemáticas dos homens e das mulheres de forma diferente; Apesar do exposto, novamente quase numa proporção de 3 para 1, as mulheres (15%) consideram que o professor não está interessado em ajudá-las a resolver as dificuldades que têm com a matemática, o que acontece com menos homens (6%).

	O professor tem uma conceção diferente sobre as capacidades de homens e mulheres para trabalhar em matemática		O professor está interessado em me ajudar a resolver dificuldades com matemática	
	H	M	H	M
Discordo	32%	34%	4%	13%
Discordo muito	19%	26%	2%	2%

Tabela 4. Percentuais de respostas *discordo* e *discordo muito* dadas por estudantes de engenharia às afirmações *O professor tem uma conceção diferente sobre as capacidades de homens e mulheres para trabalhar em matemática* e *O professor está interessado em me ajudar a resolver dificuldades com matemática*.

Apesar das observações anteriores, na afirmação “Gosto da forma como o meu professor me ensina”, a maioria dos homens (81%) e das mulheres (68%) concordam, embora menos mulheres tenham indicado que concordam. Da mesma forma, quase todos os homens (97%) e mulheres (91%) concordaram que o professor ouve igualmente todos os alunos.

	Gosto de como meu professor me ensina		O professor ouve homens e mulheres na aula	
	H	M	H	M
Concordo muito	28%	19%	67%	51%
Concordo	53%	49%	30%	40%

Tabela 5. Percentuais de respostas *concordo muito* e *concordo* dadas por estudantes de engenharia às afirmações *Gosto de como meu professor me ensina* e *O professor ouve homens e mulheres na aula*.

5 | CONCLUSÕES

Esta pesquisa é breve e ainda está em andamento, mas serve para mostrar como as percepções das alunas podem ser diferentes das percepções que os alunos do sexo masculino têm nas aulas de matemática. E de acordo com as respostas, embora os alunos de ambos os sexos considerem que o professor os escuta igualmente, algumas outras atitudes ou expressões do professor geram essa diferença de percepção. Nas respostas das alunas descobrimos que elas percebem um preconceito do professor em relação ao seu sexo, um preconceito que é negativo para elas. Mais pesquisas são necessárias para podermos fazer afirmações gerais sobre o que é discutido aqui.

REFERÊNCIAS

AELTERMAN, N.; VANSTEENKISTE, M.; HAERENS, L.; SOENENS, B.; FONTAINE, J. R. J.; REEVE, J. Toward an integrative and fine-grained insight in motivating and demotivating teaching styles: The merits of a circumplex approach. **Journal of Educational Psychology**, v. 111, n. 3, p. 497–521, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1037/edu0000293>

BLAZAR, D. Effective teaching in elementary mathematics: Identifying classroom practices that support student achievement. **Economics of Education Review**, n. 48, p. 16–29, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2015.05.005>

BLAZAR, D.; KRAFT, M. A. Teacher and teaching effects on students' attitudes and behaviors. **Educational Evaluation and Policy Analysis**, v. 39, n. 1, p. 146–170, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3102/0162373716670260>

BIERMAN, K. L. The promise and potential of studying the “invisible hand” of teacher influence on peer relations and student outcomes: A commentary. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v. 32, n. 5, p. 297–303, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2011.04.004>

BUGLER, M.; MCGEOWN, S. P.; ST CLAIR-THOMPSON, H. Gender differences in adolescents' academic motivation and classroom behaviour. **Educational Psychology**, v. 35, n. 5, p. 541–556, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01443410.2013.849325>

CHEN, X.; FREDERICK, K.; LEUNG, S.; SHE, J. Dimensions of students' views of classroom teaching and attitudes towards mathematics: A multi-group analysis between genders based on structural equation models. **Studies in Educational Evaluation**, n. 78, 101289, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.stueduc.2023.101289>

- COPUR-GENCTURK, Y.; CIMPIAN, J. R.; LUBIENSKI, S. T.; THACKER, I. Teachers' bias against the mathematical ability of female, black, and Hispanic students. **Educational Researcher**, v. 49, n. 1, p. 30–43, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3102/0013189X19890577>
- CVENCEK, D.; BREČIĆ, R.; GACESA, D.; MELTZOFF, A. N. Development of math attitudes and math self-concepts: Gender differences, implicit–explicit dissociations, and relations to math achievement. **Child Development**, v. 92, n. 5, p. e940–e956, 2021. <https://doi.org/10.1111/cdev.13523>
- FRENZEL, A. C.; PEKRUN, R.; GOETZ, T. Girls and mathematics —a “hopeless” issue? A control-value approach to gender differences in emotions towards mathematics. Article 497. **European Journal of Psychology of Education**, n. 22, 2007. <https://doi.org/10.1007/BF03173468>.
- KLEM, A. M.; CONNELL, J. P. Relationships matter: Linking teacher support to student engagement and achievement. **Journal of School Health**, v. 74, n. 7, p. 262–273, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1746-1561.2004.tb08283.x>
- ENDEDIJK, H. M.; BREEMAN, L.D.; CASPAR, J.; VAN LISSA, MARLOES M. H., HENDRICKX, G.; DEN BOER, L.; MAINHARD, T. The Teacher's Invisible Hand: A Meta-Analysis of the Relevance of Teacher–Student Relationship Quality for Peer Relationships and the Contribution of Student Behavior. **Review of Educational Research**, v. 92, n. 3, p. 370412, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3102/00346543211051428>
- ING, M.; NYLUND-GIBSON, K. Linking early science and mathematics attitudes to long-term science, technology, engineering, and mathematics career attainment: Latent class analysis with proximal and distal outcomes. **Educational Research and Evaluation**, v. 19, n. 6, p. 510–524, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13803611.2013.806218>.
- LIPNEVICH, A. A.; PRECKEL, F.; KRUMM, S. Mathematics attitudes and their unique contribution to achievement: Going over and above cognitive ability and personality. **Learning and Individual Differences**, n. 47, p. 70–79, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.lindif.2015.12.027>
- OBER, T. M.; COGGINS, M. R.; REBOUÇAS-JU, D.; SUZUKI, H.; CHENG, Y. Effect of teacher support on students' math attitudes: Measurement invariance and moderation of students' background characteristics. **Contemporary Educational Psychology**, n. 66, 101988, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cedpsych.2021.101988>
- RICE, L.; BARTH, J. M.; GUADAGNO, R. E.; SMITH, G. P. A.; MCCALLUM, D. M. The role of social support in student's perceived abilities and attitudes towards math and science. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 42, n. 7, p. 1028–1040, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10964-012-9801-8>.
- ROORDA, D.; JAK, S. Gender match in secondary education: The role of student gender and teacher gender in student-teacher relationships. **Journal of School Psychology**, n. 107, 101363, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jsp.2024.101363>
- ROORDA, D. L.; KOOMEN, H. M. Y.; SPILT, J. L.; OORT, F. J. The influence of affective teacher-student relationships on students' school engagement and achievement: A meta-analytic approach. **Review of Educational Research**, v. 81, n. 4, p. 493–529, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.3102/0034654311421793>.
- YU, R.; SINGH, K. Teacher support, instructional practices, student motivation, and mathematics achievement in high school. **The Journal of Educational Research**, v. 111, n. 1, p. 81–94, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00220671.2016.1204260>.

“RESPEITA AS MINA”: UMA DÉCADA DE CAMPANHAS EDUCATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Data de submissão: 04/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Vanessa Oliveira Cordeiro Silva

Psicóloga clínica (CRP 03/21228). Pós-Graduanda em Psicologia Analítica com ênfase em Mitologia, Contos e Arte pelo Instituto Freedom. Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Coordenadora do Grupo de Trabalho em Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP/ CRP-03).

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Professora universitária e historiadora, Pós-doutoramento em Humanidades pela Universidade de Salamanca e pela Universidade de Coimbra. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, gênero e feminismo da Universidade Federal da Bahia. Investigadora associada ao Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e ao CEAD-Universidade do Algarve

realizou-se uma pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa documental a partir dos materiais disponibilizados no site da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia e análise de conteúdo de campanhas educativas vinculadas. Além de entrevistas semiestruturadas com agentes institucionais, da rede e de comunicação sobre o decênio (2011-21) marcador da criação e desenvolvimento de ações e agendas especializadas. Os resultados sugerem a importância de contribuições interdisciplinares e feministas na construção das campanhas publicitário-midiáticas de políticas para as mulheres sobre a temática investigada, com uso da interseccionalidade como ferramenta analítica.

PALAVRAS-CHAVE: Bahia, educação, mulheres, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

RESUMO: Este capítulo tem como objetivo descrever agendas feministas no Tempo Presente no que se refere às ações educativas e preventivas delineadas na última década para políticas públicas especializadas e circunscritas ao Estado da Bahia. Em termos metodológicos,

“(…) as violências são cotidianas, brutais e compactuadas por alguns setores da sociedade, dentro de um cenário permeado de preconceitos e intransigências, banalizando e espetacularizando o que há de mais humano: direito à vida, à dignidade e à igualdade” (Cavalcanti e Silva, 2018, p. 115).

Os últimos cinquenta anos foram intensos na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas específicas para meninas e mulheres. No cenário brasileiro, as duas primeiras décadas do século XXI simbolizaram fortes avanços com as agendas políticas e conexões fundamentais entre movimentos sociais e governamentais. O surgimento dos Planos Nacionais e Estaduais seguidos da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres possibilitou a organização da rede de proteção e combate às violências de gênero e legislações específicas, as quais foram matizadas e promoveram ações educativas, combativas e punitivas.

A compressão da pluralidade que compõe as mulheres e as violências torna-se imprescindível para o enfrentamento do fenômeno. Portanto, a não naturalização dessas dinâmicas se constitui como passo essencial para oportunizar um olhar mais amplo e engajado para esse grave problema de saúde pública. Entre as décadas de 70 e 80, os feminismos foram considerados movimento político e social, cujo “(...) objetivo era mudar as condições das mulheres, reconhecendo que para isso precisaria mudar o mundo” (Fox Keller, 2006, p. 15). Tal contexto reforça a busca por igualdade, educação e agendas públicas promotoras de acesso à justiça social e à cidadania.

A associação de tecnologias, comunicação e educação social tem sido estratégias e instrumentos, especialmente a partir de ações educativas e preventivas matizadas com linguagens acessíveis e integradas aos marcos legais, consolidação de instituições e redes. A relevância da educação para e pelos Direitos Humanos deve ser foco em toda elaboração das políticas para as mulheres. O cenário de violências sobrepostas está delineado também na esfera pública (Cavalcanti, 2018).

Os silêncios que rodeiam o tema requerem atenção, por estarem cerceados de conspiração, ignorância ou familiaridade, combinando múltiplos fatores e facetas que encobrem o cotidiano velado dentro da vida familiar. A violência doméstica ocupa agendas desde 1980, demonstrando que tal fato não atinge somente famílias de determinadas classes sociais, regiões, religiões ou raça (Cavalcanti e Silva, 2021, p. 13).

Uma das estratégias de enfrentamento prevista pela Lei Maria da Penha defende que a assistência às mulheres deve ser prestada de modo articulado e seguindo os princípios e as diretrizes previstas nos dispositivos¹. Determina a criação de serviços especializados no atendimento dos casos e juizados de violência doméstica e familiar contra as mulheres em redes. Inclui “agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres, universidades, movimento de mulheres, entre outros” (SPM/PR, 2011, p. 12).

Ao acompanhar os trabalhos dos movimentos feministas Brasil nota-se como proporcionaram o desenho de espaços institucionais e políticas públicas a partir de uma atenta agenda de gênero, a qual foi motivada por organizações e/ou coletivos cujas

¹ Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso (SPM/PR, 2011).

metodologias de participação e ações de resistência política permitem trocas elementares para construção do que temos hoje. Vale ressaltar que as duas primeiras décadas do século XXI foram matizadas por pactos, agendas e planos.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi lançado em agosto de 2007, como parte da Agenda Social do Governo Federal. Configurou-se como um acordo federativo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que estabilizassem a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres através da implementação de políticas públicas integradas em todo Brasil (Brasil, 2011). Firmado o pacto, aconteceu a 3ª CNPM² (2011), consolidando o PNPM 2013-2015 com inserção maior dos temas sobre gênero em várias frentes do governo Dilma Rousseff.

Essa demanda faz parte também dos compromissos adotados pelos países-membros das Nações Unidas na Declaração do Milênio, levando em consideração melhorar a vida de todos/as habitantes do planeta até o ano de 2015. A ausência de autonomia das mulheres resulta de planos políticos excludentes e autoritários. Durante o mandato (2011-2016), a SPM recebeu maior protagonismo e liderança, proporcionando terreno fértil de discussões e ações para o enfrentamento às violências contra as mulheres. Em maio de 2011, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/BA), através da Lei nº. 12.212.

Resultado de lutas feministas, confirma processo democrático e institucional, abrangendo duas áreas prioritárias: prevenção e enfrentamento das violências contra as mulheres; e promoção da autonomia das mulheres (Governo da Bahia, 2014). Com o tema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”, aconteceu a 4ª CNPM em 2016. Nesta edição houveram consultas nacionais com grupos colocados às margens da sociedade brasileira³, além de ser a primeira vez que jovens puderam apresentar demandas em conferência específica. A pluralidade teve vez e voz depois de anos de pautas elaboradas diante de desigualdades prevaletentes em território nacional.

Em 2021, aconteceu a 5ª CNPM⁴ com o tema “Garantias e Avanços de Direitos das Mulheres: Democracia, Respeito, Diversidade e Autonomia”. Ressalte-se que, em 2015, as secretarias de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial foram unificadas pela presidenta Dilma Rousseff. Consequentemente, forma-se o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). Após o impeachment, foi extinto e recriado com o nome de Ministério dos Direitos Humanos (Silva, 2019). No período Bolsonaro (2018-2022), a pasta foi transformada em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Incluindo as políticas indígenas, por meio da Funai, antes vinculada ao Ministério da Justiça).

2 Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/pnpm/publicacoes/anais-da-3a-conferencia>>. Acesso em 19 jan. 2023.

3 Mulheres transexuais, ciganas, com deficiência, indígenas, quilombolas e de religião de matriz africana (IPEA, 2015).

4 No site encontra-se apenas o texto base da Conferência. Disponível em: < <https://www.gov.br/participamaisbrasil/v-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres>>. Acesso em 15 jan. 2023.

A última Conferência se deu nesse cenário político e de forte crise econômico-sanitária. Deve-se levar em consideração a estrutura social e as relações de opressões complexas. A lupa que foi colocada nesse fenômeno traduz um problema de saúde pública que possui interligação com marcadores como raça/etnia, gênero, classe, geração e outros (Lobo, 2020). A luta contra as violências não pode abdicar de uma crítica às que são promovidas e legitimadas pelo Estado, tampouco das reivindicações feministas dirigidas para instância reguladora da dominação e exploração política e econômica.

De acordo com Françoise Vergès (2021, p. 11) “Nesses últimos anos, o patriarcado neoconservador e neoliberal, que foi encarnado por diversos chefes de Estado (Donald Trump, Jair Bolsonaro, Matteo Salvini etc), impôs recuos drásticos aos direitos (...)”. Conquanto, reitera que tanto na vida pessoal, como no trabalho, as mulheres foram brutalmente oprimidas. Consequentemente, surgem questionamentos urgentes para tensionar os debates “Como enfrentar apenas uma parte dessas violências sem nos preocuparmos com as outras? Ainda podemos fingir não ver que se reforçam mutuamente e que aquelas que atingem diretamente as mulheres são fruto de uma sociedade violenta?” (*ibid.*).

COM E PARA MULHERES: METODOLOGIA DE APROXIMAÇÃO E RECOLHA DE DADOS

O artigo visa descrever agendas feministas no Tempo Presente no que se refere às ações educativas e preventivas delineadas na última década para políticas públicas especializadas e circunscritas ao Estado da Bahia. Como delimitação, atuações de agentes responsáveis e estratégias para o enfrentamento às violências contra as mulheres tendo campanhas publicitário-midiáticas da SPM-BA como acervo documental e analítico. O decênio 2011-2021 configura-se como marcador da criação e desenvolvimento de ações e agendas especializadas dentro de uma instituição governamental especializada e responsável por “Prevenir, Punir e Erradicar” (diretrizes constantes desde a Convenção de Belém, de 1994).

Como etapas metodológicas, levantamento e análise de documentos institucionais (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia - <http://www.mulheres.ba.gov.br/>), acessíveis entre 2020 e 2023, acrescidos de procedimentos empíricos (entrevistas e imagens publicitárias, compondo documentos audiovisuais e textuais que perfazem o período selecionado).

A publicidade pode promover causas sociais, além de transmitir informações para o combate de dilemas sociais através de campanhas específicas de comunicação pública (Nogueira; Simões e Sani, 2022). Diante do crescimento dos recursos midiáticos torna-se indispensável um estudo sobre a temática, levando em consideração que mídias tem o poder de ressignificar uma mensagem, influenciando na forma como as pessoas a apreendem. Por conseguinte, nota-se que não é uma mensagem neutra ou transparente -

possui cargas ideológicas, visões de mundo de um determinado grupo (Moraes; Ramonet e Serrano, 2013).

Em relação às campanhas analisadas, iniciamos com “Respeita as Mina no Carnaval” (Figura 1, 2012) expondo iniciativa do Governo estadual, por meio da SPM-BA com o objetivo de estimular o respeito, incentivar o Carnaval alegre e chamar atenção dos homens com comportamentos naturalizados de assédio. Já a Figura 2 (Campanha com foco na Masculinidade Tóxica, 2019) o foco estava na sensibilização da população para o combate à cultura machista.



Figura 1 - Campanha Respeita As Mina no Carnaval

Fonte: Site da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (2019)⁵

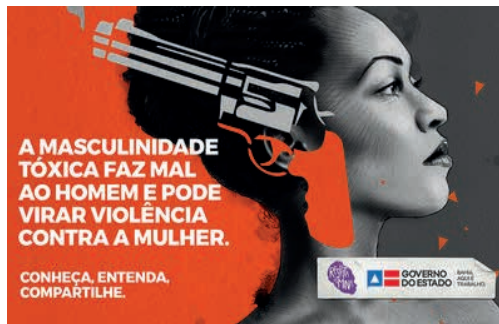


Figura 2 - Campanha com foco na Masculinidade Tóxica

Fonte: Site da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (2019)⁶

No desenho da pesquisa e para atingir os objetivos propostos, descrever modos e projetos institucionais foi o foco, observando campanhas publicitário-midiáticas, veiculadas no Estado da Bahia e compreendendo as secretárias Vera Lúcia Barbosa, Olívia Santana e Julieta Palmeira titulares da SPM-BA (2011-2022). Utilizou-se técnica de entrevistas semiestruturadas virtuais⁷, versando sobre políticas públicas, violências, campanhas publicitário-midiáticas e resultados das ações. Justificamos tal escolha por ser “(...) técnica interativa que oportuniza captar os sentidos construídos pelos entrevistados, registrando em sua pesquisa os valores atribuídos por eles ao aspecto ou contexto social em questão” (Cabral e Vieira, 2014, p. 121).

Com o escopo da aproximação com agentes integradas à Secretaria Estadual de Política para Mulheres (SPM), elegemos agrupamentos de responsabilidade, decisão e elaboração das campanhas, considerando técnicas e lideranças ao longo de todo o processo de desenvolvimento (desde elaboração até divulgação para público aberto). Baseadas

5 Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/2019/02/2293/Respeita-as-Mina-no-Carnaval-acoes-de-combate-ao-assedio-e-trio-com-Larissa-Luz-Luedji-Luna-e-Xenia-Franca.html>>. Acesso em 07 jan. 2024.

6 Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/2019/06/2420/Campanha-com-foco-na-masculinidade-toxica-estimula-debate-nas-redes-sociais.html>>. Acesso em 08 jan. 2024.

7 O percurso metodológico foi delineado a partir de influências de uma situação mundial enfrentada a partir de crise sanitária (Covid-19), alterando a dinâmica global, relações interpessoais, de trabalho e de políticas sociais.

em entrevistas e análise de conteúdo (Bardin, 2011), os registros foram organizados em: Desenvolvimento da política pública e seus desafios, Ação Respeita as Minas e Elaboração das Campanhas e Educação. De modo a garantir a privacidade e confidencialidade das participantes da pesquisa, conforme recomendação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/UFBA), selecionamos nomes fictícios para cada agente. De forma intencional, escolhemos nomes de cantoras baianas: Maria Bethânia – Secretária de Políticas para as Mulheres e Sued Nunes – Assessora de Comunicação (usando somente o primeiro nome para facilitar na leitura do texto).

Após as unidades de registro, foi feito o processo de categorização e análise dos dados das entrevistas, sendo detectadas categorias, quais sejam: Políticas públicas e violências contra as mulheres (Categoria 1); O poder da comunicação (Categoria 2) com a subcategoria: Respeita as Mina e as representações das mulheres (Subcategoria A); Construção das campanhas para prevenção (Categoria 3), com a subcategoria: Educação como caminho (Subcategoria A). Levando em conta que a Categoria 2 perpassa por todas as outras referidas.

Categorias	Subcategorias	Descrição
Categoria 1: Políticas públicas e violências contra as mulheres	Sem subcategoria.	As políticas para as mulheres, o surgimento da SPM-BA e seu trabalho em rede de acordo com os Planos Nacionais e Estaduais.
Categoria 2: O poder da comunicação	Respeita as Mina e as representações das mulheres (Subcategoria A)	A criação da campanha Respeita as Mina e seu impacto na mídia. Outras ações desenvolvidas pela SPM e como as mulheres são representadas nos veículos midiáticos.
Categoria 3: Construção das campanhas para prevenção	Educação como caminho (Subcategoria A)	A elaboração das campanhas veiculadas na Bahia, de que forma a educação está presente.

Quadro 1 – Categorização e Descritores

Fonte: Adaptação das autoras para apresentar os resultados, a inferência e interpretação, 2023.

De acordo com a formação da SPM-PR, as políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres foram estendidas, incluindo ações de prevenção e de garantia de direitos. Com a Lei Maria da Penha, a assistência foi redimensionada e outros serviços ofertados além de Delegacias especializadas e abrigos. Para citar exemplos: centros de referência, defensorias e promotorias ou núcleos de gênero nos Ministérios Públicos, juzizados especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outros (SPM/PR, 2011).

O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres que a SPM define, diz respeito à atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em

A composição da rede busca lidar com a complexidade das violências contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, o qual atravessa áreas variadas, tais como: saúde, educação, segurança pública, justiça, assistência social, cultura, entre outros (SPM/PR, 2011). Antes da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (2003), a atuação governamental não alcançava êxito em uma política de enfrentamento às violências.

A Categoria 1 aborda como as questões de gênero e raça estão inseridas nas “Políticas públicas e violências contra as mulheres” a partir da criação da secretaria. Revela a importância do trabalho em rede para a prevenção e combate. Expondo a premissa de que “encarar a violência contra as mulheres incomoda, pois desmascara a perversidade e o terror instaurados por essa estrutura patriarcal e exige mudanças” (Bandeira e Almeida, 2004a, p. 152).

Os marcadores sociais citados (raça e gênero) na Bahia são inegociáveis, tendo em vista que constituem dimensões sociais estruturantes da nossa realidade. Sabendo que a nível nacional, as mulheres são a maioria da população, os indicadores ainda revelam uma série de desigualdades em relação aos homens, como renda, emprego e moradia. Por existirem atribuições sociais diferentes, as representações vão formar a base para que se estabeleçam relações de desigualdade, que impactam negativamente as vidas das mulheres. Observa-se a incapacidade de considerá-los em suas especificidades e singularidades, o que resulta em desigualdades e discriminações - como as relativas à raça e etnia, orientação sexual, idade, religião, às mulheres com deficiência, do campo e da floresta, entre outras (Brasil, 2012).

Em 2008, o governo do estado da Bahia aderiu ao Pacto Nacional e estreitou a articulação com Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Ministério Público - com as áreas de segurança pública, saúde, assistência social e outras. A criação da SPM/BA implanta serviços especializados⁸ e organiza campanhas de combate às violências com o objetivo de promover políticas públicas voltadas para prevenção, combate e repressão deste fenômeno (Governo da Bahia, 2014).

A proposta estimava formação do Observatório da Lei Maria da Penha (Observe)⁹ cuja função seria monitorar e avaliar o processo de implementação e a aplicação da lei no país. Instalou-se em 2007, como instância autônoma da sociedade civil, a qual agrupava ONGs e núcleos de pesquisa universitários – liderado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres (NEIM). Tendo em vista o “monitoramento engajado” fruto

8 Centros de Referência de Atendimento às Mulheres - CRAM, Núcleos de Atendimento à Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos de Defensoria Pública, Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar, programas sociais como o Bolsa Família e serviços de proteção básica e especial nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

9 Funcionava sob a forma de consórcio e mesmo tendo um conjunto de instituições com perspectivas diferentes e suas próprias especificidades, compartilhava-se do mesmo objetivo (Tavares, 2016).

das lutas feministas, os dados coletados poderiam ser utilizados em outras iniciativas com caráter propositivo (Tavares, 2016).

O Observe desenvolveu estudos nas capitais brasileiras para acompanhar o processo de efetivação da Lei Maria da Penha, a partir da coleta, análise e publicação de informações e integrou a equipe que acompanhou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional para elaboração de um Dossiê sobre a Violência na Bahia em 2012 (Tavares, 2016, p. 112-113).

Ao criar a pasta, o Governo atendeu à reivindicação da luta feminista e de movimentos das mulheres. Em 2012, a Bahia ocupou o terceiro lugar em denúncias de violências contra as mulheres dentre as unidades federativas.

Os números precisam ser visibilizados para que se tenha não só o governo, mas a sociedade tenha dimensão exata do problema. (...) uma redução, você ter 29 feminicídios no mesmo período do ano passado teve 32. E? São 32 vidas perdidas. Os números frisam assim, não dizem muita coisa, mas são necessários para se chamar a atenção para o problema não pra se comemorar reduções de 10%, 18%, 20% não é isso (...) o objetivo não é esse (Sued, 2022, grifo nosso).

Em 2021, o painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos apresenta a Bahia em quarto lugar no número de denúncias. Enquanto que no plano estadual publicado em 2014 foi mencionada a falta de êxito das políticas de enfrentamento que não inverteu os índices de crescimento das violências (Brasil, 2022). Consequentemente, as políticas públicas devem ser alcançadas num movimento, cuja dinâmica ao mesmo tempo em que convoca a participação de atores sociais diversos e setores da sociedade civil, também gere processos no interior do próprio Estado que sejam inovadores e pressionem um comportamento diferente de agentes institucionais (Bandeira e Almeida, 2004a).

Na entrevista, Maria (2022) avalia a secretaria no decênio de existência, advindo de uma divisão: “a para as mulheres, de promoção da Igualdade Racial e de Justiça e Direitos Humanos”.

Porque foi decisivo o movimento social, de mulheres, né? (...) as feministas, o feminismo para criação da secretaria de políticas para as mulheres, né? Não foi um processo apenas administrativo, o processo administrativo foi em decorrência do processo mesmo de mobilização, dos grupos de mulheres e do próprio movimento feminista aqui na Bahia (*ibid.*)

Atualmente, existem dois eixos fundamentais: o de enfrentamento às violências e de autonomia econômica e social das mulheres. Articula as políticas públicas com a perspectiva de gênero e denuncia o fato não serem neutras às essas questões e aos impactos desconformes em homens e mulheres (Bandeira e Almeida, 2004b).

Não basta você ter somente políticas transversais, porque (...) assim cada um faria o seu recorte de gênero. É mais que isso (...) **o que a gente chama de estratégia de gestão Respeita às Mina. (...) não é apenas uma campanha de sensibilização** (...)é preciso que políticas transversais, interseccionais estejam integradas e pra isso que existe organismo de política para as

mulheres que faz a integração dentro do governo (Maria, 2022, grifo nosso).

A “transversalidade de gênero” emergiu no contexto internacional dos movimentos de mulheres e feministas diante das respostas insuficientes dos Estados às reivindicações. Depois da elaboração de propostas e recomendações para melhorar a condição de vida das mulheres na primeira Conferência Mundial de Mulheres no México (1975), a maioria dos governos que se responsabilizaram não efetivaram plenamente. Embora as Conferências relativas aos nossos direitos acontecerem sucessivamente nos anos posteriores: Convenção para Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher (Cedaw, 1979), a Conferência Internacional sobre a Mulher, em Nairóbi (1985), a Conferência de Beijing (1995) e a de Beijing +5 (2000).

Reconhecida como transversalidade de gênero, na IV Conferência Mundial das Mulheres, em Beijing (1995), foi admitida em todas as ações vindouras. Desse modo, assegurou a inclusão do desenvolvimento do status das mulheres em todas as dimensões da sociedade – econômica, política, cultural e social –, com repercussões nas esferas jurídica e administrativa. Afetou outros eixos como: remuneração, educação, segurança e paridade nas decisões.

Ao falar do planejamento das ações da Secretaria, a entrevistada reforça as dificuldades enfrentadas, especialmente quando a gestão não faz mais parte dos governos Lula e Dilma.

Na área que muitas políticas são criadas para, com recursos próprios e enfrentar um quadro desfavorável de políticas nacionais que orçamentariamente é vergonhoso, né? O que tem acontecido: somente 38% do que foi liberado, do que foi empenhado, foi executado em âmbito nacional. Até tiraram isso do site porque o site permite que você vá lá e olhe, né? E tire suas conclusões (...) (Maria, 2022).

Com o objetivo de firmar a autonomia econômica e social das mulheres, a SPM-BA tem defendido a importância de ações em diálogo com uma economia feminista¹⁰. Partindo do pressuposto que há uma divisão sexual do trabalho baseada na desigualdade de gênero, em que mulheres estão nos trabalhos/ocupações subalternizadas.

Com vistas a sua autonomia econômica (...) porque é um fator importante para dar celeridade a própria superação da violência, que a mulher tenha independência, autonomia financeira. Mas que tenha visibilidade social, né? Que ela tenha autonomia para decidir (...) sobre empreendimentos da agricultura familiar, são de mulheres, mas pergunte se elas estão decidindo alguma coisa? Não estão, vai se reproduzindo a mesma característica (...) (Maria, 2022).

10 No âmbito socioeconômico a economia feminista dedica-se a revelar os efeitos perversos da assimetria entre gêneros. Sendo constatada tanto na falta de equidade nas oportunidades no mercado de trabalho como na desafagem dos ganhos econômicos obtidos pelas mulheres comparados com aqueles auferidos por homens na mesma função/formação (FERNANDEZ, 2018).

A CONSTRUÇÃO DAS CAMPANHAS E O IMPACTO PARA PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS

A Categoria 2 nomeada “O poder da comunicação” apresenta como os meios utilizados nas ações/campanhas da Secretaria conseguem impactar as políticas públicas através dos recursos midiáticos – e suas linguagens distintas. São ferramentas e espaços essenciais para possibilitar que o campo – comumente restrito a atores institucionais que participam do processo decisório - ganhe visibilidade. Sendo assim, permite que a população tenha mais informações, além de poder atuar em alguma etapa do ciclo (Penteado e Fortunato, 2015).

Acerca dos índices alarmantes de violência, a entrevistada aborda sobre o marco legal importante que existe no Brasil relacionado ao tema. “A grande questão não é ampliar as medidas punitivas mais, porque elas já estão aí. A violência contra mulher é crime. (...) na área da violência a gente tem buscado dar esse enfoque de que é preciso mudar uma cultura, né?” (Maria, 2022). Então, é possível avaliar que na construção de campanhas de enfrentamento o enfoque procura contrapor a estrutura que meninas e mulheres estão inseridas, as quais geram consequências graves. “(...) a Bahia não é exceção dessa cultura do estupro” (*ibid.*).

O que também não significa que, de maneira direta, todos os homens sejam estupradores, nem que todos os seres humanos sejam diretamente responsáveis pela prática do estupro, mas que, de muitas maneiras, a cultura do machismo e da misoginia contribui para a perpetuação desse tipo de violência focada, principalmente, contra a mulher. (...) Relatos sobre casos de estupro acontecem nos mais variados ambientes, desde o temido beco escuro onde todas as mães instruem suas filhas a não transitarem, até mesmo o grande número de incidências ocorridas dentro da ‘pretensa casa segura’ da vítima (Sousa, 2017, p. 10-11).

As iniciativas em prol do combate às violências refletem a agenda dos movimentos e organizações feministas, sendo as campanhas publicitário-midiáticas maneiras de alcance social.

(...) A gente aqui costuma relacionar muito que é uma sociedade que tá com base (...) em alguns pilares que é a desigualdade social, o racismo estrutural e a desigualdade de gênero (...) o patriarcado nada dentro desse sistema que a gente vive (...) o fato em si não é a existência desses pilares, mas a própria relação entre eles onde está assentada essa cultura que reproduz tudo isso (...) **não considero somente como campanhas publicitárias, são ações de sensibilização.** Porque se você entende essa lógica (...) de como se procede a reprodução dessa cultura, você transforma essa realidade (...) as políticas públicas têm que ter com base a realidade, onde você enfrenta uma cultura do estupro (Maria, 2022, grifo nosso).

A subcategoria A “Respeita as Mina e as representações das mulheres” tem como análise levando em conta que o ponto de partida é a sensibilização da população que recebe em diversos meios de comunicação, as campanhas citadas, a entrevistada explica

que não são “ações (...) que esteja voltada somente pra dizer que é, que vamos punir” (Maria, 2022). O trabalho é articulado visando trazer as causas das violências, o que resulta na ação Respeita às Mina que surge na Bahia em campanha contra o assédio iniciada em 2017.



Figura 3 - Logomarca Respeita as Mina

Fonte: Site da SPM-BA (2023)

(...) que depois ganhou um corpo nacional, tem hoje 2 músicas, vários times de futebol daqui e de fora também adotaram. **Hoje o Respeita às Mina é uma marca importante, né? (...) tem a ver muito com a violência, é tipo assim, quando ouve “não é não”, né?** Quando você fala “Respeita as Mina” é muito identificado com a campanha de sensibilização contra o assédio, algo que partiu daqui, né? No carnaval de Salvador (Maria, 2022, grifo nosso).

(...) Então, todas as ações do eixo de enfrentamento a violência ficou nesse guarda-chuva como ela fala Respeita as Mina, acabou virando um lema, ultrapassando, é um tema que a gente usa cotidianamente, começou como uma campanha de carnaval e foi avançando (Sued, 2022).

A SPM-BA constitui o núcleo gestor que interliga ações transversais do governo. Existe uma relação estreita com outros órgãos, promovendo trabalho em rede e enfrentando as violências na Bahia. A campanha do carnaval de 2017 primou pela comunicação com mulheres jovens, conectadas às redes sociais. Com o desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e a convergência tecnológica, a capacidade de intervenção da mídia nas atividades humanas foi amplificada, inserindo-se no cotidiano em diferentes formatos, seja como fonte de trabalho, informação, entretenimento e/ou mecanismo interação social (Penteado e Fortunato, 2015).

Em 2018, a campanha ganha apoio da ONU Mulheres e amplia as ações no circuito Barra-Ondina e Pelourinho, contando com auxílio do trio Respeita as Mina, puxado pelas cantoras baianas Pitty, Larissa Luz e Karina Buhr. A SPM-BA consolida uma parceria indispensável com a Associação Baiana da Indústria de Hotéis (ABIH), pretendendo sensibilizar turistas sobre questões de violência de gênero e tráfico de mulheres (ONU Mulheres Brasil, 2018).



Figura 4 - Campanha aborda diferenças entre paquera e assédio

Fonte: Site da ONU Mulheres Brasil (2018)¹¹

O mote da campanha foi apresentar a diferença entre o assédio e a paquera saudável, além de abordar junto a homens e mulheres um dos tipos de violência (assédio). Confirma a parceria com a pasta da Segurança Pública e rede de atenção às mulheres (ONU Mulheres Brasil, 2018). A escolha das mulheres que estampam a campanha revela as imagens de feminilidade que nos cercam diariamente, as quais criam discursos acerca do que significa ser feminino na nossa cultura.



Figura 5 - Campanha aborda diferenças entre paquera e assédio (parte 2)

Fonte: Site da ONU Mulheres Brasil (2018)¹²

(...) não é surpreendente que um dos pontos da crítica feminista tenha sido a sua preocupação em analisar e desconstruir o modo como as representações visuais produzem e despertam significados e fazem circular ideologias acerca do que é, e do que deve ser, a mulher. Neste âmbito, a publicidade tem sido um foco particular de lutas e ataques, por se assumir como um dos mais relevantes discursos visuais da cultura popular (Mota-Ribeiro, 2013, p. 3).

Ao analisar as figuras 4 e 5, destaca-se a escolha da mulher negra com o cartão verde e a mulher branca com o vermelho (paquerar *versus* constranger). Tendo em vista que o Atlas da Violência de 2021, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em parceria com o Instituto de Economia Aplicada (IPEA) em parceria do Instituto Jones dos Santos Neves, em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras.

“Essa tendência ocorre há vários anos, mas o que a análise dos últimos 11 indica é que a redução da violência letal não se traduziu na redução da desigualdade racial” (Fórum

11 Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/com-apoio-da-onu-mulheres-bahia-faz-campanha-contra-a-violencia-de-genero-no-carnaval/>>. Acesso em 10 jan. 2023.

12 Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/com-apoio-da-onu-mulheres-bahia-faz-campanha-contra-a-violencia-de-genero-no-carnaval/>>. Acesso em 10 jan. 2023.

Brasileiro de Segurança Pública, 2021, p. 38). A condição de subordinação e inferioridade que recai às mulheres negras – não só na Bahia, mas no Brasil – condiciona como destino serem vistas como artigos/objetos sexuais. Consequentemente, impulsiona a premissa de algumas são para vida pública, trabalho/prazer e outras para vida privada, cuidar do marido/família, respectivamente negras e brancas.

Com o advento da pandemia de COVID-19 foi decisiva na criação de uma ferramenta da secretaria para área das violências: o Zap Respeita as Mina (71 3117 2815). Em 2020, surge *com objetivo de oferecer orientação nos casos, mas não para substituir o Ligue 180. É equipamento que integra a rede de enfrentamento e segundo a entrevistada, uma conquista da secretaria.*

(...) passou a atender aquela faixa de mulheres que está com agressor em casa e que não pode fazer ligação, nem pode ir até uma delegacia. Então o que fazer para pedir socorro? Para pedir orientação? A gente apostou em tecnologia e hoje chega pra pessoa numa forma bem simples que é um número de Zap. Mas por trás dali tem toda uma inteligência artificial, chatbot (...) se a pessoa digita “Socorro” ela tem acesso a atendentes em tempo real que são qualificados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e atuam junto com a polícia para enviar uma viatura mais próxima para retirar o agressor de dentro de casa (Maria, 2022).

A existência de violências e discriminação antecede a crise sanitária vivenciada, porém, teve reforços com a desestruturação das políticas voltadas para as mulheres em situação de vulnerabilidade e no cenário de confinamento. Isto significa que os casos cresceram e indicavam necessidade de medidas no sistema de justiça e rede de proteção. Nas restrições de muitos espaços públicos que serviam de amparo e assistência, a pandemia determinou a hiperconvivência doméstico-familiar agravando índices de sofrimento, conflitos e adoecimentos (Teixeira e Cavalcanti, 2021).

(...) a rede antes basicamente era uma rede de poucas delegacias especializadas, ainda começando. (...) nós ampliamos os núcleos que se chamam NEAM porque quando não é possível fazer a delegacia, faz um núcleo pelo menos que o município possa ter. Para atender e qualificar, qualificando mais a rede. (...) o Centro de Referência de Atendimento às Mulheres a gente ampliou bastante. Criou a Ronda Maria da Penha (...) muita gente pensa que a ronda é algo que fica rondando assim, não é, cuida de mulheres com medidas protetivas, mulheres que tem uma classificação de risco (Maria, 2022).

O ZAP Respeita as Mina (2022) fez mais de 7 mil atendimentos. Tendo 75% de atendimento para capital baiana, com chamadas originárias de 129 bairros, e 25% do interior do estado. Outro dado importante revela que mais de 40% das mulheres que acessaram no ano passado estão na faixa etária dos 18 aos 25 anos e 31% do total têm ensino superior completo. No que diz respeito às informações, em 2022 correspondeu 63% do total de mensagens. Enquanto as denúncias representaram 23% e os casos urgentes 3% dos acessos. A ferramenta foi criada prioritariamente para situações de violência doméstica e familiar. A porcentagem de satisfação com atendimento chega em 90% - provando ser uma boa aliada – e já acionada por outros estados (SPM-BA, 2023).

Resultado de uma parceria entre as Secretarias de Políticas para as Mulheres (SPM) e Segurança Pública (SSP), o Zap oferece também às usuárias orientações e informações, desde como e onde fazer uma denúncia, como conseguir uma medida protetiva de urgência, o que fazer em caso de violência física e sexual até orientações e informações sobre a Lei Maria da Penha e legislações correlatas (SPM-BA, 2023).

Uma das entrevistadas, ressaltou a importância de ter uma linguagem que chegue às mulheres e destaque aquelas com situação mais vulnerável diante dos índices anuais. “(...) mulher negra que mais está, todas nós estamos, mas, a mulher negra em especial (...) **ainda mais vulnerável exatamente por ser essa intersecção entre gênero, raça, classe**” (Sued, 2022, grifo nosso).

(...) a gente criou quatro faces de mulheres do Respeita as Mina, sendo que três delas sugerem mulheres, são de mulheres negras e a que a gente mais usa é a face roxa, né? (...) é uma mulher black, então a gente, a cada campanha é sempre discutido um pouco como abordar, não só no carnaval não, nos outros dias de ativismo, etc (Sued, 2022).

O uso da imagem de mulheres como representação da ação precisa transpor lógicas racistas e/ou sexistas, trazendo viés educativo, evitando tokenismo. “(...)prática que visa a inclusão simbólica de minorias, a fim de criar a ideia de que esses grupos estão sendo representados de forma igualitária” (Rosario, Gomes e Tomé, 2022, p. 5). Sued informa como a logomarca ganha contornos e dimensões em espaços públicos “(...) a imagem da SPM hoje é muito associada aquela carinha do Respeita as Mina”.

Outra iniciativa promovida em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), é uma série de ações no Julho das Pretas¹³ que celebra o 25 de Julho (Dia Internacional da Mulher Negra Afro Latina Americana e Caribenha) tem o nome patenteado e por causa disso “(...) a gente passou a usar o Respeita as Pretas sempre fazendo um *link* com a campanha Respeita as Minas” (Sued, 2022).



Figura 7 - Julho Respeita as Pretas

Fonte: Site da Secretaria de Políticas para as Mulheres – BA (2022)¹⁴

¹³ É uma ação de incidência política e agenda conjunta e propositiva com organizações e movimento de mulheres negras do Brasil, voltada para o fortalecimento da ação política coletiva e autônoma das mulheres negras nas diversas esferas da sociedade (INSTITUTO ODARA). Disponível em: <<https://institutoodara.org.br/julho-das-pretas/>>. Acesso em 02 fev. 2023.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=40>>. Acesso em 12 de

A figura 7 assinala urgência na direção de integração de mulheres negras/pretas como diretriz de transformação social. Assim, com a eliminação do racismo, o heterossexismo e as violências que fazem parte de sua história e justificativa, tendo suas vozes verdadeiramente escutadas. A Categoria 3 “Construção das campanhas para prevenção” esteve presente nas entrevistas. Tendo em vista que as questões salientadas pelos veículos de comunicação recebem validação no debate público, isso faz com que haja pressão sobre a ação governamental, que precisa dar respostas às demandas populares (Penteado e Fortunato, 2015).

Logo a maneira que as ações são planejadas influencia na forma que recebemos essas imagens, campanhas e representações nas mídias. Isto posto, quem está envolvido nesse desenvolvimento “(...) nós temos técnicas da secretaria que planejam as ações, mas essas ações (...) passam pelo próprio conselho dos direitos das mulheres” (Maria, 2022). Contudo, na entrevista foi explicado que nem sempre é possível passar devido à complexidade da rede.

(...) tem o Grupo Gestor Intersetorial de Políticas para as Mulheres (GGIPM), composto por diversas secretarias (...) tem estratégia de que **não basta ter políticas transversais, transversais e interseccionais, é preciso ter políticas e integrar isso** (Maria, 2022, grifo nosso).

Existia um diálogo direto com a secretária que mesmo não sendo da área publicitária, tem uma participação ativa nas construções “(...) ela faz questão de um contato direto (...) de um briefing, para que antes ela veja, e, aprove” (Sued, 2022). Ademais, normalmente envia diretrizes para a equipe do que está pensando para aquela ação ou campanha. São discutidas com as agências e seguem processos de aprovação e execução, contando com pequena equipe de web designer, jornalista, publicitária e responsável técnica. “A gente tenta, nem sempre a gente consegue aprovação (...) não por conta do conteúdo não, por questões de recursos mesmo (...)” (*ibid.*).

A análise da subcategoria A “Educação como caminho” aborda a perspectiva do sentido de orientar e informar presentes nas peças publicitárias. “(...) não se reduz a uma campanha de carnaval (...) então, é sempre uma campanha educativa”. A entrevistada afirma existir o intento de sensibilizar as pessoas para acontecimentos cotidianos que são naturalizados, insistindo na ideia de que “(...) se você não chama a atenção (...) pessoas não se dão conta de que estão vivendo uma situação de violência (...)” (Sued, 2022).

(...) **o processo educativo é em tempo inteiro.** A gente sempre pensa com intenção de orientar, informar (...) os adesivos são usados nas ações da SPM (...) os nossos folders informativos de combate à violência, a gente traz a distribuição dos tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha (Sued, 2022, grifo nosso).

Segundo bell hooks (2013, p. 22) “(...) para nos comunicar melhor, escolhemos um jeito de falar determinado pelas particularidades e características únicas das pessoas a

quem e com quem estamos falando”. Isto posto, possui uma grande influência dependendo do formato utilizado nas ações.

(...) essa perspectiva da educação está presente quando a gente pensa, no sentindo mesmo de orientar. Costumo dizer assim: Gente, eu não tinha ideia (...) anos atrás, do que era uma violência patrimonial, que é uma coisa tão comum de você passar nos relacionamentos. (...) (Sued, 2022).

A partir do sucesso obtido no carnaval de Salvador, outras iniciativas começam a ser pensadas e articuladas para acontecerem não somente nos grandes eventos – como festas – mas também em outros formatos. O Programa Quem Ama Abraça saiu da esfera federal, sendo mantido na Bahia com recursos próprios, discutindo “(...) com educadores como enfrentar a questão da violência, como abordar a questão da violência contra as mulheres nas salas de aula” (Maria, 2022).

Num país onde falar na palavra gênero pelo atual governo, é quase que nem gênero alimentício ele quer que fale na sala de aula. (...) visa dar uma saída pra que, como o educador/educadora tratar da questão da violência em sala de aula. A campanha Respeita às Mina envolve palestras, ações, sensibilização, caravanas ao interior, etc. (Maria, 2022).

Diante dos avanços tecnológicos, o uso das redes sociais nas campanhas publicitário-midiáticas vem crescendo expressivamente, logo, amplia o resultado esperado das políticas para as mulheres. Fomentando o projeto chamado “Compre das Mina” que consiste num catálogo que reúne serviços e produtos feitos por mulheres/empreendedoras. Arelado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU¹⁵ sobre Igualdade de Gênero que visa “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (IPEA, 2023).

(...) as redes sociais possibilitam que você chegue mais próximo, já pensou se a gente só se tivesse o contato por jornal, rádio, TV que é caríssimo (...) de certa forma lhe limitaria muito porque se você não tivesse recurso pra fazer desse porte, você tava impossibilitado. No máximo bota ali num jornal impresso uma chamadinha que só as pessoas que tivessem acesso aquele jornal, leriam. Então (...) sem dúvida alguma contribuem muito para você divulgar um conteúdo para um número maior de pessoas (Sued, 2022).

O planejamento das ações executadas pela SPM-BA busca a sensibilização da comunidade, como também a qualificação da rede de atendimento às mulheres no Estado, unindo “(...) governo e sociedade para enfrentar esse problema grave que é o desafio não só da violência, mas da desigualdade de gênero” (Maria, 2022).

Enfim, a ênfase da educação crítica na pedagogia dialógica e o foco da interseccionalidade na relacionalidade tratam de um tema semelhante: navegar pelas diferenças é parte importante do desenvolvimento da consciência crítica, tanto para indivíduos como para as formas de conhecimento (Collins e Bilge, 2020, p. 221-228)..

15 Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>>. Acesso em 10 fev. 2024.

NA CONTRAMÃO DAS VIOLÊNCIAS: QUANDO A ESPERANÇA VIRA VERBO

Andar na contramão das violências contra as mulheres é não pactuar com a naturalização do fenômeno que se retroalimenta de forma brutal na Bahia e no Brasil. Seguir na defesa de que são construções educativas irão transformar de modo eficaz a realidade que vivemos. Portanto, apostar que a prevenção das violências pode encontrar nas campanhas publicitário-midiáticas, um terreno fértil e frutífero, de acordo com os avanços das mídias e suas relações no cotidiano.

Abordar as formas de representação das mulheres nos diversos espaços, com caracterizações generalizadas ou superficiais, precisar seguir como uma preocupação feminista para contrapor os estereótipos e universalização de um modelo cis, branco e heterossexual do gênero. Levando em conta que a feminilidade e a masculinidade são determinadas pela cultura e um dos locais dessa construção social é, fundamentalmente a mídia, que apresenta imagens, práticas e atitudes nas quais aprendemos a nos encaixar (Silveirinha, 2004).

As campanhas possuem um potencial de alcançar pessoas em seus territórios de formas distintas, visando recursos como outdoor, rádio, televisão, podcast e outras linguagens. Há efeito positivo e, através das imagens e discursos que circulam no cotidiano, podem suscitar reflexões e tomadas de consciência fundamentais para o desenvolvimento coletivo de iniciativas eficazes para o combate. A expansão dessa via de informação pode favorecer ainda mais denúncias e políticas eficazes na rede de atenção. Promover acesso à justiça social e à cidadania, combater opressões e gerenciar instituições vai mais além de transversalizar ações. Depende de marcos legais fortes, políticas bem desenhadas e avaliadas, além de continuidade e fortalecimento das etapas já cumpridas.

A investigação elaborada diante das entrevistas favoreceu constatação de como a interseccionalidade é uma ferramenta analítica pouco compreendida pelas agentes institucionais e de comunicação. Não ponderando que essas categorias se sobrepõem e por isso funcionam de maneira unificada. Haja visto que as mulheres negras elaboram e usam como respostas aos desafios experienciados, contrapondo decisivamente a universalização do ser mulher. Sendo assim, pode identificar, avaliar, dar respostas e potencializar o ativismo por essa ótica (Collins e Bilge, 2020).

Examinando as entrevistas detalhadamente e buscando ampliar as percepções, percebemos convocações para dialogar com outras referências. Diante de referências feministas e antirracistas, inter e transdisciplinaridade favorecem à reunião de metodologias e agendas mais consistentes e efetivas. As estratégias para o enfrentamento às violências contra às mulheres no âmbito federal e estadual dependem de integração em múltiplas redes (sociais, interinstitucionais, em esferas públicas e privadas, a partir e sob influências de pesquisas acadêmicas e associadas). Reconhecer, entretanto, que a incorporação da agenda de gênero em políticas públicas foi e é fruto de lutas e lutos feministas. Entre

urgências e emergências (de outras crises e contextos), cada ponto realça as instâncias executivas, avaliativas e de longa duração.

Os avanços obtidos nesse caminho de altos e baixos são resultados de diálogos e manifestações, das inquietações e silêncios experimentados. Por aquelas que vieram antes, as que estão no presente e as que irão chegar no futuro – esperamos compromisso, ação e firmeza. Que a nossa capacidade de reinvenção e de existência plural seja incorporada cotidianamente e rumo às transformações sociais que sobrepõem os tempos e estações.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L.M.; ALMEIDA, T.M.C. Políticas públicas destinadas ao combate da violência contra as mulheres – por uma perspectiva feminista, de gênero e de direitos humanos. In: BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C. D.; MENEZES, A. M. D. Violência Contra as Mulheres: A Experiência de Capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste. Brasília: **Cadernos Agende**, v. 5, p. 147-172, 2004a.

_____. Políticas públicas e violência de gênero: uma discussão com base na rotina das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) da região Centro-Oeste. In: BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C. D.; MENEZES, A. M. D. (.) Violência Contra as Mulheres: A Experiência de Capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste. Brasília: **Cadernos Agende**, v. 5, p. 35-52, 2004b.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. GOV.BR, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2021>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011. 74p.

CABRAL, E. M.; VIEIRA, C. M. C. TÉCNICAS QUALITATIVAS DE PRODUÇÃO DE DADOS: CARACTERÍSTICAS E PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO. **Revista de Ciências Humanas e Artes**. Campina Grande, v20, n. 1, p. 98-124, jan./jun. 2014.

CAVALCANTI, V. R. S. Violência(s) sobreposta(s): Contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, I. (.) **Violência doméstica e de gênero**: Uma abordagem multidisciplinar. Lisboa: Pactor, 2018. p. 97-122.

_____; SILVA, A. C. Em que ponto estamos: urgências, emergências e pautas de educação e direitos humanos. In: GUIMARÃES, F. et al. **Direitos Humanos**: Desafios e perspectivas no mundo contemporâneo. Campina Grande: Ed. UEPB, 2018. p. 114-124.

_____. ENTRE A HISTÓRIA E O VALOR: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS. **Rev. FAPAD**, Curitiba-PR, v. 1, p. 01-19, out 2021. ISSN 2764- 2313.

COLLINS, P. H; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência**. FBSP, IPEA, IJSN. São Paulo, p. 104. 2021. (2764-0361).

FOX KELLER, E. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 13–34, jul. 2006.

GOVERNO DA BAHIA. **PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES 2013-2015**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Salvador, p. 88. 2014.

IPEA. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Site do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada**, 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

hooks, B. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LOBO, J. C. Uma outra pandemia no Brasil: As vítimas da violência doméstica no isolamento social e a incomunicabilidade da dor. **Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 8, n. 1, p. 20-26, jan-jun 2020.

MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (orgs). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 184 p., 2013.

MOTA-RIBEIRO, S. Corpos visuais: imagens do feminino na publicidade. In: MACEDO, A. G.; GROSSEGESSE, O. **Re-presentações do corpo**. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2003. p. 115-132.

NOGUEIRA, E.; SIMÕES, E.; SANI, A. Análise de campanhas publicitárias Institucionais no combate à violência doméstica. **Estudos em Comunicação**, n. 35, p. 1-25, dez. 2022.

ONU Mulheres Brasil. **ONU Mulheres**, 2018. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/com-apoio-da-onu-mulheres-bahia-faz-campanha-contr-a-violencia-de-genero-no-carnaval/>>. Acesso em: 12 mai 2024.

PENTEADO, C.; FORTUNATO, I. Mídia e políticas públicas: Possíveis caminhos exploratórios. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 129-142, fev 2015.

ROSARIO, L. G. B. R.; GOMES, M. T. P. C. M.; TOMÉ, D. L. Entre a sub-representação e o tokenismo: Uma análise do gênero e da raça nas eleições de 2020 na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 4-21, ago 2022. ISSN 2236-451X.

SILVA, V. D. V. As contribuições de Heleieth Saffioti para os estudos de gênero na contemporaneidade. **Feminismos**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 17-25, abr 2019.

SILVEIRINHA, M. J. Representadas e Representantes: as mulheres e os Media. **Revista Media e Jornalismo**, Coimbra, n. 5, p. 9-30, set/mar 2004. ISSN 2183-5462.

SPM/PR. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, p. 74. 2011.

SPM-BA. Masculinidade tóxica é tema de campanha do Governo da Bahia. **Políticas para as Mulheres**, 2019. Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/2019/05/2408/Masculinidade-toxica-e-tema-de-campanha-do-Governo-da-Bahia.html>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

_____. Zap Respeita As Mina realiza mais de sete mil atendimentos nos últimos dois anos. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**, 2023. Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/2023/01/3658/Zap-Respeita-As-Mina-realiza-mais-de-sete-mil-atendimentos-nos-ultimos-dois-anos.html>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

TAVARES, M. S. Apresentação - Políticas de enfrentamento à violência contra a mulher: 10 anos da Lei Maria da Penha. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 112-115, jan- abr. 2016.

TEIXEIRA, M. R. R.; CAVALCANTI, V. R. S. Violências sobrepostas na pandemia: o machismo que mata, as agendas e os enfrentamentos no Brasil. In: CAVALCANTI, V.R.S. **Inovação e Gênero**: em busca de um mundo inclusivo. Ponta Grossa: Atena, 2021, pp. 1-14.

VERGÈS, F. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

CULTURA LETRADA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX: EM FOCO A LITERATURA PEDAGÓGICA

Data de submissão: 25/09/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Aline de Jesus Moraes

Graduada em História (Fundação Educacional de Duque de Caxias - FEUDUC) e Pedagogia (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ)
Pós-graduada em História Social e Contemporânea (Universidade Candido Mendes - UCAM) e Sociologia, Política e Cultura (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ)
Rio de Janeiro, RJ
<http://lattes.cnpq.br/2535591396912060>

RESUMO: O presente trabalho é parte de estudo que adotou como objeto um conjunto de textos publicados em livros, periódicos e demais formas de impressos no século XIX (1848) e tem como objetivo pensar tais produções como literatura pedagógica. Trata-se de um estudo teórico de análises produzidas por pesquisadores da temática buscando elencar possibilidades de utilização da imprensa periódica como recurso para estudos do campo da história da educação, bem como de conhecer metodologias de pesquisa. A partir do século XIX, diferentes tipos de impressos se disseminaram como meio de divulgação de ideias sobre variados temas assim como

aqueles referentes à educação. Desse modo, é possível identificar em variadas publicações do período aspectos históricos que caracterizam a educação no referido contexto e reconhecê-las como objetos de pesquisa segundo a noção de literatura pedagógica.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação; impressos; cultura letrada; literatura pedagógica.

ABSTRACT: The present work is part of a study that adopted as its object a set of texts published in books, periodicals and other forms of printed matter in the nineteenth century (1848) and aims to think of such productions as pedagogical literature. It is a theoretical study of analyses produced by researchers on the subject seeking to list possibilities of using the periodical press as a resource for studies in the field of the history of education, as well as to know research methodologies. From the nineteenth century onwards, different types of printed matter were disseminated as a means of disseminating ideas on various topics as well as those related to education. Thus, it is possible to identify in various publications of the period historical aspects that characterize education in this context

and recognize them as objects of research according to the notion of pedagogical literature.

KEYWORDS: History of Education; Printed; literate culture; pedagogical literature.

INTRODUÇÃO

Nesse texto, pretende-se apresentar parte de um estudo em que se adotou como objeto a investigação do pensamento educacional presente na publicação de periódicos ingleses contendo os escritos de Harriet Martineau no século XIX. Trata-se de um estudo histórico-documental realizado a partir da leitura dos impressos de periódicos reunidos sob a forma de literatura publicados entre as décadas de 1830 e 1870. Os arquivos foram encontrados em projetos de preservação e divulgação do patrimônio literário e científico de bibliotecas digitais.

Esse tipo de produção intelectual e produto cultural difundido em sociedades europeias no século XIX tem sido utilizado como fonte para a pesquisa histórica, como instrumento para a apreensão de aspectos de uma certa configuração do pensamento e das instituições sociais de seu tempo. Nesse sentido, tomando como objeto a produção intelectual de Harriet Martineau, buscou-se identificar os elementos relativos ao tema da educação inscrevendo os impressos em que foram publicadas segundo a noção de literatura pedagógica.

OBJETIVO

Esse trabalho tem o objetivo de investigar possibilidades de uso de materiais impressos como livros, fascículos e periódicos como recurso de pesquisa histórica no campo da educação. Para tanto, recorreu-se a conceitos formulados por pesquisadores de referência como imprensa educacional, imprensa pedagógica e literatura pedagógica relacionando-o ao objeto de estudo dessa pesquisa. Trata-se de apreender aspectos teóricos e metodológicos para instrumentalizar a pesquisa histórico-documental em educação.

METODOLOGIA

As publicações de livros, fascículos e periódicos são pensados em pesquisas no campo educacional como possibilidades para a apreensão de aspectos relevantes quanto a uma certa mentalidade de época ao apresentar no conjunto das ideias publicizadas elementos constitutivos de debates, tendências, opiniões além de fatos sociais. E ainda, nesse mesmo sentido, mas no que se refere à educação por indicar aspectos do pensamento educacional como espaços de afirmação de correntes de pensamento e ações educacionais (NÓVOA apud FERNADES, 2008, pág 20), de práticas científicas, do processo histórico de organização e de institucionalização da educação. A leitura desses

textos proporcionaria a apreensão de aspectos da multidimensionalidade da educação em um determinado tempo histórico e contexto social.

A pesquisa histórico-documental em história da educação pode ser realizada a partir de variados objetos constitutivos do que se convencionou denominar de cultura letrada, desde os livros didáticos à manuais pedagógicos (SILVA, 2014). No que tange ao estudo baseado em periódicos impressos no contexto referido existem diferentes tipos de publicação assim como diferentes formas de abordagem do tema. Há estudos baseados na imprensa educacional destinada ao público profissional, isto é, aos professores. E desse modo, a abordagem e os conteúdos publicizados tem como objetivo apresentar discussões em torno dos modos de fazer da profissão, de metodologias, de práticas e políticas que configuram uma tal forma de organização do sistema educacional oficial vigente. Nesse sentido, essa imprensa pedagógica informa um público específico sobre tendências de pensamento educacional configuradas no contexto de sua produção.

Ampliando o universo de publicações, mas mantendo o foco de análise busca-se considerar outras formas de abordagem do tema educação presentes em periódicos cujo conteúdo não se restringe a uma imprensa pedagógica. Desse modo, pode-se encontrar aspectos referentes a educação não-formal, a educação familiar, educação domiciliar, educação feminina, de jornais e revistas infantis, higiene e saúde escolar, da assistência e proteção de menores (FERNANDES, 2008).

Entre as importantes formas de uso e apropriação dos impressos nos séculos XVIII e XIX, principalmente, encontrava-se sua utilização no espaço domiciliar como instrumento para educação de crianças no âmbito da família. Diferentes tipos de publicação estariam disponíveis para o consumo e aquisição por educadores e pelas famílias. Nesse contexto, pesquisadores do tema da educação indicam a existência de uma literatura pedagógica voltada para a prática da educação, onde poderia encontrar evidências do estado da organização do ensino e da escola, evidências das políticas e das práticas desenvolvidas nas instituições de educação, de aspectos da profissionalização e da representação profissional dos agentes educadores públicos, da educação domiciliar e seus agentes como preceptores e mestres (VASCONCELOS, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início do século XIX permaneciam as mais importantes marcas do contexto de expansão dos ideais políticos da burguesia em ascensão no século anterior no que se refere à instrução. As reivindicações da burguesia liberal democrática de então tinham como características: universalidade, gratuidade, base estatal, laicidade, renovação cultural e o início da temática relativa ao trabalho (MANACORDA, 1989). A época do esclarecimento teria iniciado uma nova configuração social de aspirações e práticas relativas ao desenvolvimento das ciências, e no século seguinte, o século XIX, estaria ainda presente

em diferentes partes do mundo, não apenas, mas principalmente na Europa.

Apesar desse ideário, a instrução almejada pela burguesia se desenvolvia em instituições de ensino superior, as universidades existentes na Europa desde os séculos XI e XII, por meio de aulas particulares orientadas por preceptores, em poucas classes e instituições confessionais ou associações da sociedade civil. Destinava-se sobretudo à nobreza e a segmentos da burguesia liberal em ascensão.

As associações ou sociedade literárias, associações e sociedades promotoras da instrução, organizações civis como sociedades médicas, dentre outras, assumiriam a tarefa de reunir intelectuais, incentivar a discussão e formulação de novas teorias, assim como promover a difusão do conhecimento. Surgidas inicialmente no século XVIII, essas instituições civis se mantiveram ao longo do século XIX, ampliando sua atuação em termos de escopo e de território. De outro lado, institutos geográficos, institutos históricos, museus e demais tipos de repartições criadas e mantidas pelo Estado-nação seriam responsáveis por produzir uma série de registros e documentos referentes a nação que serviriam de base para a elaboração de estudos e teorias se tornaram mais numerosas e importantes ao longo do século.

O século XIX inauguraria o período em que as ideias e sujeitos cujas ações estariam inscritas em torno da questão do conhecimento e da instrução assumiriam sob diferentes formas a tarefa de promover a formulação e sistematização de teorias, da renovação cultural de conhecimentos, desde as disciplinas clássicas até a definição dos contornos de novas disciplinas científicas. Essa tarefa seria empreendida pela burguesia, nova classe detentora do status social dominante sob as bases do ideário liberal.

É ainda nesse século que ocorre a consolidação do uso ao recurso de artigos, panfletos, periódicos, relatos de viagem, e demais tipos de impressos como meio privilegiado de difusão de informações, teorias diversas, manifestos e conhecimentos de diferentes temáticas. Esses impressos reuniam publicações em torno de debates políticos, de opiniões sobre questões sociais, de romances literários, informações e análises sobre fatos históricos, e demais tipos de produção textual com intenção de promover a discussão em torno de temas emergentes na sociedade em seu tempo.

Nesse contexto é possível encontrar publicações versando sobre a educação a partir de diferentes perspectivas e sob formas variadas, como livros didáticos, manuais pedagógicos, artigos literários e artigos pedagógicos, por exemplo. É nesse conjunto de produções que buscou-se identificar aspectos históricos e característicos do pensamento e da produção intelectual em torno da educação no período em que no Brasil e em grande parte da Europa ocorreu o princípio do processo de institucionalização da educação escolar.

Desse modo, com base nos textos da autora mencionada nesse trabalho pode-se identificar aspectos da forma de organização da educação escolar e da educação domiciliar no contexto referido. Destacando aspectos referentes a determinadas práticas pedagógicas e as suas finalidades educacionais tendo em consideração as características do período

histórico em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de literatura pedagógica apresentado nesse trabalho permite identificar novas formas de produção intelectual no conjunto de textos reconhecidos como imprensa pedagógica ou educacional. Torna possível assim buscar elementos para a caracterização e apreensão de finalidades da educação, de representações sociais referentes a educação em um determinado contexto histórico e da forma de organização da educação. Nesse estudo, a caracterização do objeto da pesquisa, isto é, os periódicos impressos, é parte importante do processo de identificação e reconhecimento de um certo tipo de fonte de pesquisa assim como das temáticas de pesquisa a elas relacionadas. Entre as contribuições mais importantes desse estudo pode-se mencionar uma certa caracterização e apreensão de aspectos referentes à história intelectual e à história da educação no século XIX. Um aspecto considerado interessante e que pode ser inferido no processo de leitura e escrita desse estudo se refere ao reconhecimento de uma certa forma segundo a qual o tema educação pode ser pensado em estudos históricos, isto é, a literatura pedagógica.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação. IN: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânia Nacif. (Orgs). **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7letras, 2008. Pág. 15-29.

LUZURIAGA, Lorenzo. A educação no século XIX. IN: LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação e da Pedagogia**. Trad. Luiz Damasco Penna e J.B. Damasco Penna. 9ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. (Coleção Atualidades pedagógicas, v. 59) pág. 180-191.

MANACORDA, Mario Alighiero. A educação no oitocentos. IN: **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. Trad. Gaetano Lo Monaco; revisão técnica Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella. – São Paulo: Cortez Editora e Autores Associados, 1989. (Coleção educação contemporânea. Série memória da educação). Pág. 269-310.

SILVA, Alexandra Lima da. **Culturas letradas, experiências e ensino: uma análise a partir dos livros didáticos de História do Brasil (1870-1924)**. Projeto História. São Paulo, nº 51, pág. 140-173. Dez-2014.

SILVA, Helenice Rodrigues da. História Intelectual: condições de possibilidades e espaços possíveis. IN: **Fragmentos de História Intelectual**. Entre questionamentos e perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2002. Pág. 11-27

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Diálogos entre uma aiá e suas discípulas: a literatura pedagógica para a educação doméstica. IN: MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. (Orgs). **Histórias de Pesquisa na Educação. Pesquisas na História da Educação II**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013. Pág. 233-254.

CAROLINA MARIA DE JESUS E JOSUÉ DE CASTRO: UMA REFLEXÃO SOBRE GEOGRAFIA E LITERATURA

Data de submissão: 12/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Bruna Ferreira Alves

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre geografia e literatura através do tema da fome considerando como base a obra de Carolina Maria de Jesus (1914-1977) “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” (1960) e a obra de Josué de Castro (1908-1973) “Geografia da Fome o Dilema Brasileiro: pão ou aço, o caminho utilizado para essa investigação ancora-se nas epistemologias da fenomenologia e também do discurso literário na análise geográfica. Para construção teórica foram utilizados teses, artigos, livros e revistas científicas.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia da Fome. Literatura. Sujeito

CAROLINA MARIA DE JESUS AND JOSUÉ DE CASTRO: A REFLECTION ON GEOGRAPHY AND LITERATURE

ABSTRACT: This article aims to analyze the relationship between geography and literature through the theme of hunger, considering as a basis the work of Carolina Maria de Jesus(1914-1977)

“Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”(1960) and the work of Josué de Castro(1908-1973) “Geography of Hunger the Brazilian Dilemma: bread or steel, the path used for this investigation is anchored in the epistemologies of phenomenology and also literary discourse in geographic analysis. Theses, articles, books and scientific journals were used for theoretical construction.

KEYWORDS: Geography of Hunger. Literature. Subject

INTRODUÇÃO

Para aqueles que desconhecem a longa relação entre a Geografia e a literatura, o discurso geográfico nasce a partir da descrição dos lugares, pela narrativa que discursa sobre elementos bióticos e abióticos. No entanto, com o desenvolvimento científico, algumas transformações ocorrem tanto na definição do objeto quanto do método, e, neste processo, a literatura acaba sendo escanteada. Isso se deve ao fato de que a ciência geográfica precisava firmar-se no método positivista.

Com as fragmentações impostas pela modernidade, a Geografia passa por um processo de renovação que busca encontrar e utilizar outros métodos, caminhos que possibilitam o entendimento dos fenômenos da relação homem e natureza, mas que também utilizam aspectos abstratos como subjetividade e sentido na construção desse saber. É nesse contexto que a Geografia retoma sua relação com a literatura e, no Brasil, este processo ocorre sob a reivindicação epistemológica da Geografia fenomenológica e cultural. Realizando a crítica ao método do materialismo histórico dialético, ela propõe um olhar para as subjetividades e até mesmo para a chamada Geografia da percepção, do vivido e das emoções.

Ao encontrar subsídio no discurso literário, fundamentalmente na literatura de romance, as ciências humanas constroem narrativas que denunciam as contradições das relações econômicas, sociais e culturais, trazendo para o campo científico a percepção dos sujeitos submetidos a determinada realidade, espaço e tempo. Com o objetivo de analisar a relação entre a literatura da fome escrita na obra “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” (1960) de Carolina Maria de Jesus (1914-1977) e a obra “Geografia da Fome: o Dilema Brasileiro: pão ou aço” (1948) de Josué de Castro (1908-1973), dividimos este artigo em quatro partes.

No primeiro momento, apresentamos o método de análise escolhido e enfatizamos a importância dele neste tipo de análise. No segundo momento, propomos um diálogo sobre a relação entre literatura e Geografia. Sabemos que este tema não se esgota neste único momento, pois sempre retorna ao perceber as narrativas das obras. O terceiro momento é destinado à apresentação e diálogo sobre as duas obras e os contextos nos quais estão inseridos seus autores. Por fim, apresentamos as considerações finais para este momento. Ressaltamos que este é um tema de análise que está em construção e continuidade, pois refere-se ao tema da pesquisa de quem escreve, portanto, passível de outras interpretações em possíveis trabalhos futuros.

METODOLOGIA:

Longe de buscar uma verdade concreta sobre o tema da literatura e a Geografia, o presente artigo busca olhar para a literatura da fome utilizando os caminhos descritos por esses sujeitos. Para isso, consideramos relevante entender como a literatura romancista se insere no campo das ciências geográficas. Historicamente, os cientistas recorrem a fontes literárias com o objetivo de conhecer, através das concepções vividas, determinados espaços em momentos passados. Desde muito cedo, a Geografia recorre à técnica da literatura como a arte da descrição de lugares, especialmente no momento de disputas por terras e territórios.

“As narrativas de viagens sempre constituíram uma fonte preciosa, fornecendo testemunhos e compilações de primeira mão sobre países e culturas remotas.

Algumas vezes esse tipo de trabalho estendeu-se às formas mais fictícias, como o romance, quando faltavam testemunhos considerados referenciais” (Brosseau, 2007 p.23).

Apesar de a Geografia ser a ciência cujo objeto se dá através do espaço e suas demais definições, sem a atividade humana, enquanto força que transforma e produz os ambientes, ela jamais poderia ter existido. Por isso, a base da ciência geográfica refere-se aos críticos quanto à relação entre sociedade e natureza. As forças que atravessam a relação entre sociedade e natureza se expõem através do trabalho, da linguagem, do discurso, da fragmentação espacial, do campo político, econômico e social de um território. Ao geógrafo, nesse sentido, cabe a leitura dessas forças e suas reverberações concretas (espaço) e simbólicas (subjettivas).

O caminho deste trabalho busca o movimento na interseccionalidade entre concreto e simbólico para ler a condição de fome expressa nos discursos científicos e na literatura da fome, cuja linguagem transcende os aspectos físicos e sociais da condição de quem tem fome no Brasil. Além disso, retrata a partir do lugar do sujeito, ou seja, através do espaço vivido e significado para além das condições materiais impostas pela exploração do trabalho. Nesse caso, ao desarquivar a relação entre sujeito e objeto, é possível, com a utilização de correntes como o existencialismo e a fenomenologia, dialogar diretamente com alguns dos autores. Para que possamos entender a conduta da fome na sociedade, é necessário analisar a interseccionalidade entre relações objetivas e o modo como os sujeitos internalizam e concebem essa realidade.

“Como objeto de análise, pode-se, no discurso, apreender a elaboração e a comunicação de um saber sobre os lugares, sobre as paisagens e sobre os territórios. A metáfora aqui é entendida no seu sentido mais amplo. É uma maneira, uma modalidade capaz de transportar, até como significado, as coisas, os lugares e os sujeitos e de estabelecer entre coisas, lugares e sujeitos relações semânticas, epistemológicas. Por revelar as realidades por meio de discurso, a metáfora é, pois, de uma importância fundamental”. (ALMEIDA, 2013 p.47)

Sendo assim, nos atentamos ao construto a partir da leitura-escrita que, como exercício dialético, proporciona condições de uma análise qualitativa dos aspectos objetivos e simbólicos de como a fome aparece na literatura de Carolina Maria de Jesus, em “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” (1960), e na obra de Josué de Castro, “Geografia da Fome: O Dilema Brasileiro: Pão ou Açúcar” (1946). A análise bibliográfica foi realizada por meio da análise de conteúdo.

FOME E LITERATURA

O estado de insegurança alimentar apresenta-se como um problema social estrutural e estruturante das sociedades chamadas de terceiro mundo. Esses territórios são fundamentalmente de abundância ecossistêmica e se desenham a partir da contradição

entre abundância e escassez humana. Segundo o Ministério da Saúde, a condição de insegurança alimentar e nutricional define-se pela falta de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente para uma vida saudável (Ministério da Saúde, 14/12/2022).

Quando falamos em contradição entre abundância e escassez, buscamos delimitar o aspecto político ideológico no qual o estado da fome e da desnutrição estão envolvidos. O desenvolvimento das técnicas, a industrialização e o processo de financeirização do capital, forjado aqui sob uma ótica colonialista não só da produção econômica, mas também na produção espacial e cultural, demarcam a fragmentação do acesso à alimentação.

Essa fragmentação da condição de fome pode ser entendida em formas e faces diferentes, sendo todas elas consideradas resultado da violação de um direito básico à saúde. Suas manifestações podem ser entendidas a partir de pelo menos três atravessamentos: a insegurança alimentar leve, que apresenta comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade percebida como adequada; a insegurança alimentar moderada, que apresenta modificações nos padrões usuais da alimentação entre os adultos, concomitante à restrição na quantidade de alimentos entre os adultos; e a insegurança alimentar grave, caracterizada pela quebra do padrão usual da alimentação, com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família, inclusive das crianças residentes neste domicílio, podendo ainda incluir a experiência de fome (2022, Glossário da Saúde no Brasil).

Diante de algumas das considerações conceituais sobre a fome no Brasil, deve-se lembrar que, antes das políticas públicas de segurança alimentar no país, as literaturas sobre a fome impulsionaram o enfrentamento do discurso sobre a fome como uma calamidade percebida no campo da factualidade ambiental e social. Segundo Josué de Castro (1965), é importante questionar se a fome é um fenômeno natural inerente à própria vida, uma contingência irremovível como a morte, ou se é uma praga social criada pelo próprio homem.

A grandiosa obra *Geografia da Fome: o dilema do pão e aço* busca na imersão profunda os aspectos patológicos daqueles atingidos pela calamidade da fome denunciar o que a política renegavam em certa medida, sua obra é também, amparada pela literatura romancista que nos dá possibilidade de ler a fome através dos olhos de quem a tem como herança maldita do sistema de produção colonialista. Vários são os romances onde a fome é protagonista do enredo brasileiro de retratar como por exemplo “O Cortiço” de Aluísio de Azevedo(1890); “Os Sertões” de Euclides da Cunha (1902); “O Quinze” de Rachel de Queiroz (1930); “Vidas Secas” de Graciliano Ramos (1938); “O Quarto de Despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus (1960).

Estas são algumas das obras mais importantes sobre o dilema da fome no Brasil, em algumas delas a narrativa nos leva à imersão do cenário das desigualdades sociais, culturais e econômicas do país, para a proposta desta escrita utilizaremos então as narrativas

literárias nas quais é evidente o lugar do sujeito atravessado pela fome, assim como a de Josué de Castro como cientista, pesquisador e atuante político no enfrentamento às mazelas da fome na organização espacial brasileira. Apesar de óbvio para alguns leitores e romancistas as obras literárias têm enorme força em apresentar realidades reais e ou ficcionais cujo teor da narrativa torna-se memória que costura por entre a realidade material do sistema-mundo e a forma como o sujeito o vivência constituindo o tecido que embala as relações entre homem e natureza.

“Preocupados em ver como o homem interioriza ou representa a sua experiência do espaço, os geógrafos humanistas privilegiam o romance na medida em que ele parece-lhes propiciar a ocasião ideal de um encontro entre o mundo objetivo e a subjetividade humana.” (Brousseau, 2007 p.31).

Consideramos relevante, para esta discussão, também compreender a necessidade de navegar por entre literaturas científicas e autobiográficas, como no caso de Carolina Maria de Jesus, para entender a condição de fome a partir do lugar, categoria que evoca necessariamente os sujeitos participantes da realidade analisada.

O que está sendo proposto é tomar a fome através de obras literárias, a fim de transpassá-la do pensamento da factualidade, como por muito tempo foi posicionada. Josué de Castro nos chama a atenção ao perceber que a fome é de fato causa de mortes por todo o globo e, atravessada pelas temporalidades, em determinados lugares ainda hoje continua a ceifar vidas.

“Em seu primeiro livro, A geografia da fome, de 1946, Josué se dedicou a analisar o fenômeno da fome e desnutrição em cada região do Brasil. Este livro se enuncia como um grande estudo de segurança alimentar, onde se descobre, no interior de uma narrativa detalhada sobre os costumes alimentares e culturais de cada região teses ainda hoje revolucionárias.” (Kiffer, 2008 p. 33).

Importante ressaltar que a obra de Josué sofre com o período de regime civil militar (1964-1988) que tenta anular a repercussão dos seus estudos, contudo é internacionalmente conhecido e mencionado sempre que há um debate sério sobre a fome e suas consequências individuais e coletivas.

No entanto, Josué ao afirmar que na sociedade como um todo haveria um “Tabu da Fome” expõe que para além da ordem econômica a fome e sua estética são mencionados com dificuldade, há um certo receio pelo eco que a palavra fome pode gerar. Ao mapear os tipos de alimentação em relação às regiões do Brasil ele torna nítido o papel exemplar do estado capitalista e ainda colonialista no modo de produzir o silenciamento ancorado no preconceito que acabariam tornando este tema perigoso.

“Para tanto, vale lembrar que a literatura no Brasil já da década de trinta (e mesmo muito antes) explorava e se confrontava com a fome. Os chamados “romances nordestinos” de Rachel de Queiroz, Zé Lins do Rego e Graciliano Ramos, para citar apenas alguns expoentes, vinham na longa trajetória das secas no Nordeste abordando “tão delicado e proibido tema”. Josué de

Castro, por sua vez, não deixa de citar, lembrar e mesmo se inspirar em alguns desses autores" (Kiffer, 2008 p.34).

É a partir da interlocução entre o discurso crítico científico e literário que se entrecruzam os aspectos objetivo-subjetivo a respeito do tema da fome nos posicionando no centro das relações entre o vivido e o concebido, entre a forma e a essência. Deste modo que convém para nós fazer uso da categoria de análise lugar para tomarmos a nós o tema da fome, dialogando principalmente com quem vivenciou suas faces.

Caracterizada como literatura autobiográfica, os escritos de Carolina Maria de Jesus iniciam por volta de 1958 e não para por aí, é possível que ainda hoje tenhamos materiais e registros da vida política, econômica e cultural o qual Carolina nos legou.

A escritora em sua obra mais conhecida e acessada Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada(1960) relata sua vida como catadora de papel na favela do Canindé entre 1955-1960, situada na capital paulista, mãe de três filhos e chefe de família posiciona seu repúdio a existência de fome através das palavras.

[...] nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares dos lixos e dos marginais. Gente da favela é considerada marginais. Não mais se vê os corvos voando às margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos (Jesus, 2004, pág. 48).

Ao descrever seu cotidiano Carolina nos oferece a possibilidade de olhar e se relacionar com lugar empiricamente como quando questiona as condições insalubres às quais os favelados são expostos, nos possibilita perceber este lugar através dos sentidos como paladar, olfato entre outros.

Sua astúcia em se inconformar com tal condição a posiciona no campo de enfrentamento ao dilema da fome impulsionando mundo adentro suas fomes e misérias através da literatura, consideramos assim que Carolina através de sua voz e palavras enfrenta as barreiras da vida material para transpassar suas próprias mazelas, sendo fiel ao seu desejo de uma vida mais digna.

A FOME E A OBRA

O fenômeno da fome no mundo não se apresenta enquanto uma novidade da contemporaneidade, pelo contrário, está historicamente atrelada a formação do processo produtivo mercantil e territorial no globo. Historicamente, percebe-se que a condição da fome que assola sobre determinadas realidades foi e continua sendo ignorada em função da dinâmica de consolidação do capitalismo, seja a partir da espacialização das relações econômicas de produção, ou em decorrência de conflitos bélicos como a primeira e segunda Guerra Mundial (CASTRO, 2007).

O dilema da fome apresentado em sua obra expõe o cenário de contradição

brasileira em relação ao sonho do desenvolvimento e uma produção feroz de fome, miséria e desemprego. Talvez este seja um dos principais questionamentos realizados por Josué e também por Carolina. O Brasil neste período vivenciava o apogeu do desejo de consolidação do seu tecido urbano-industrial, que levou milhares de famintos a caminhar para os grandes centros em busca de condições de vida digna através do discurso da política de emprego que estaria em vigor nos polos.

Carolina assim como outras pessoas negadas ao direito à terra no campo partem as cidades em busca de emprego e moradia, encontrando lá apenas possibilidade de ocupação nas margens desses centros, é partir da crítica a favelização e as condições de vida nesse espaço que a autora passa a narrar o cotidiano infausto dos favelados.

“A favela do Canindé, cenário em que a nossa personagem vive, teve sua origem no mandato do governador Adhemar de Barros, que “limpou” o centro da cidade ao retirar moradores de rua e “alojá-los” nas margens do rio Tietê, em meio a lixos e urubus, reforçando a desigualdade fundiária rural e urbana. Eram cerca de 180 barracos e uma torneira, citada em quase toda a narrativa. É relevante a percepção da favela não apenas caracterizada por problemas adversos, mas como também um espaço multicultural, como no caso de Carolina e os personagens envolvidos na trama” (Mitsuuchi, 2018 p.8).

A escrita de Carolina revela a sociedade brasileira de forma prática, palpável o dia a dia de brasileiros em sua maioria trabalhadores, negros, mulheres e crianças excluídos do processo de protagonismo desse período revelando não só a contradição exposta como produto das relações políticas, mas também desvelando a perversidade do olhar das elites políticas, intelectuais e econômicas para com os “desajustados” em função dos preconceitos.

[...] nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares dos lixos e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando às margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. (JESUS, 2004, p. 48).

Entendendo o potencial crítico do texto literário brasileiro e a sua importância para percepção das geografidades e territorialidades, compreendemos que a forma como Carolina escreve, oportuniza a sua inscrição no mundo. Diversos são os momentos em que a escritora reivindica o lugar de cidadão brasileiro, além do mais, reivindica através do seu discurso a transformação de seu lugar no mundo.

Considerando a dimensão geográfica da obra de Carolina Maria de Jesus percebemos o quanto a mesma ao descrever seu cotidiano realiza a leitura das condições de vida de vários brasileiros trabalhadores cujo a política desenvolvimentista negou o direito à terra, a cidade e a cidadania.

“Nossa personagem utiliza a palavra como instrumento de voz e de denúncia acerca das mazelas que viveu e, ao agir e romper com o determinismo social imposto pela natureza ao que se refere à convivência em sociedade permitido

pela palavra e tudo o que se relaciona a ela, descobre-se como capaz de escrever a própria história, detendo o poder de ressignificar sua existência e tornar-se sujeito político e socialmente – além do pensamento de ascensão social por meio da divulgação das suas obras.”(Mitissuch 2018, p.3).

A dimensão geográfica em Carolina remete-nos a entender de que modo essa vivência-geografia se inscreve a partir das relações sociais nas quais a autora está inserida, portanto, aparece como uma geografia cotidiana, que descreve e inscreve simultaneamente. É que se há uma dimensão política da literatura há de compreendermos a dimensão literária da geografia, sua forma e conteúdo que narra o contexto do concreto mediado pela subjetividade da pessoa que escreve. (CHAVEIRO, 2020 p.179)

A relação entre simbólico e objetivo ocorre no espaço, este por ser concreto materializa e se inscreve como produto dessas relações, que no Brasil é produto das desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais. Deste modo não é possível que se construa uma linha de raciocínio que privilegia somente uma das partes para analisar um todo.

A literatura com sua facilidade de reinscrever o concreto com elementos da subjetividade cumpre seu papel na providência de uma leitura social crítica, no entanto a geografia e seus discursos científicos ancorados nos mais diversos métodos que ao ser realizados interpela sujeitos e grupos produzindo um dizer que pode ou não se perguntar quem fala, de onde fala, porque fala e de como fala.

Este ponto de intersecção entre o vivido e o concebido pelas relações entre sociedade e natureza exprimem grande potencial de inversão das contradições expostas, pois possibilita ler a sociedade através do seu lugar. Este lugar a depender de onde se olha pode se considerar um país, uma região e até mesmo uma casa. Brilhantemente Carolina trás essa noção ao representar a cidade de São Paulo nas décadas de 50-60.

“19 de Maio de 1955 - [...] As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo” (Jesus, 2004, p. 33).

Em confluência com a organização dos pensamentos enunciados neste trabalho Josué no dilema brasileiro pão ou aço demonstra que a fome intensifica-se como produto das relações de produção capitalistas quando no plano desenvolvimentista da década de 50 o país investe nas metrópoles como grande centros urbano-industriais provocando migrações internas de grande parte das populações dos interiores, fundamentalmente das regiões norte e nordeste para sudeste e centro-oeste.

No entanto, os que ficam nos interiores, nas pequenas cidades, nos campos e nas regiões periféricas ao que se consolidava como capitalismo industrial posicionam a mercê da própria sorte, reféns das políticas latifundiárias herdadas da acumulação feudal

e escravocratas. A falta de investimento no setor agrícola para os pequenos e médios produtores desencadearam o deslocamento de massas populacionais, o que por sua vez, incha o tecido urbano que ainda não havia infra-estrutura que suportasse tamanha abastecimento populacional e também, industrial já que a indústria não absorveu grande parte desses trabalhadores. (CASTRO, 2007 p.182)

“Chegaram novas pessoas para a favela. Estão esfarrapadas, andar curvado e olhos fitos no solo como se pensasse na sua desdita por residir num lugar sem atração. Um lugar que não se pode plantar uma flor para aspirar o seu perfume, para ouvir o zumbido das abelhas ou o colibri acariciando-a com seu frágil biquinho. O único perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga”. (JESUS, 1983 p.48-49)

Carolina relata neste trecho que a chegada de mais pessoas na favela do canindé dia 30 de maio de 1958 nos chama a atenção a forma como descreve a favela fisicamente, mas também, a partir de sua experiência, ou seja, das suas emoções e sentimentos demarcados em seu corpo. Ao realizar essa escrita-vivência a autora cumpre com papel fundamental da literatura em combater a miséria humana com uso da linguagem, uma linguagem que tem forma, cor, cheiros, sabores e emoções possibilitando uma experiência estética da linguagem como aponta o geógrafo Eguimar Chaveiro.

“Esse enfrentamento nunca estará fora da história, da vida concreta, incluindo a linguagem, os suportes culturais, as lutas dos trabalhadores, a dramaticidade da vida de todos que procuram um mínimo de equilíbrio emocional; que entram nas guerras das relações para poder viver; que, com frequência, são obrigado a outorgar sentido ao que faz, sente, vê (Chaveiro, 2020 p.186).

Diante disso compreendemos que a geograficidade na obra de Carolina aponta para uma relação dialética entre o simbólico, o objetivo e as transformações do espaço. Isto para nós é o movimento de fortalecimento da dimensão política da literatura em geral, mas que, no diário de uma favelada potencializa a dimensão literária da geografia, a potência transformadora da literatura romancista na enunciação dos aspectos da vida cotidiana dos favelados, descrevendo o espaço através do vivido e do concebido no mesmo. Não cabe somente a ciência com cunho epistêmico-metodológico a análise do mundo concreto, mas também, da literatura romântica, da poética do ser e estar no lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de jamais terem se conhecido Carolina e Josué denunciam a fome e a miséria num período em que o Brasil tentava insistentemente relegar o tema ao discurso da meritocracia e até mesmo da factualidade social, não se ouvia falar nos desajustados desde que os mesmos não utilizassem a sala de visita(inserir rodapé) que aqui entendemos como qualquer outro lugar de São Paulo que não fosse as favelas, que ou houvessem episódios de violências localizadas. O que Josué chamou a atenção para o “Tabu da Fome” justamente se posiciona no lugar do silenciamento desta realidade.

Enquanto na obra de Carolina tem a visão de dentro da favela e a visão de quem sente fome, a autora legou ao país uma narrativa que como foi dito na época da publicação somente poderia ter sido escrita por alguém que conhece a fome de perto e ninguém mais.

A sua forma de narrar os fatos e acreditar na mudança de sua realidade chocou e emocionou quem leu e ainda lê as obras de Carolina, pois trata-se da forma com que os fatos são narrados estes amarrados na dialética do ser e estar no mundo da própria autora.

Por isso apesar da fome ser um fenômeno bem mais antigo do que comumente imaginamos ela atravessa sujeitos e comunidades em determinados tempo histórico de formas diferentes ou não, no entanto a forma de narrar os atravessamentos sempre devem divergir em função do que o sujeito concebe de si diante daquela realidade e daquele tempo em que está situado.

Podemos perceber este fato quando em Geografia da Fome Josué diferencia não só os tipos de fome, mas também, da cultura alimentar entre as regiões do país. A depender das condições bióticas e ecossistêmicas, o fenômeno da fome pode aparecer sazonalmente ou não e a depender da temporalidade do desenvolvimento das técnicas ela pode atingir graus diferentes.

Este trabalho torna perceptível a possibilidade da leitura das geograficidades em relação à literatura romancista, situando-nos para além do olhar tradicional das ciências, fundamentalmente as ciências humanas. Por algum tempo a geografia fugiu do debate da literatura desta ciência e da política constituinte da literatura, mas com o processo de renovação da geografia cultural esta faceta aflora e toma posição ainda mais.

Torna-se necessário analisar os fenômenos da sociedade no fluxo das relações concretas e objetivas, mas também na interseccionalidade com o sentido que os sujeitos atribuem a determinados lugares e temporalidades. Para que seja possível romper com posturas discursivas políticas sejam na ciência ou na literatura que visam a manutenção da ordem estabelecida.

REFERÊNCIAS

Almeida, M. G. de. (2017). A PROPÓSITO DO TRATO DO INVISÍVEL, do INTANGÍVEL E DO DISCURSO NA GEOGRAFIA CULTURAL. *Revista Da ANPEGE*, 9(11), 41–50. <https://doi.org/10.5418/RA2013.0911.0004>

BROSSEAU, Marc. Geografia e literatura. Literatura, música e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 17-77, 2007.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. A DIMENSÃO LITERÁRIA DA GEOGRAFIA E A DIMENSÃO POLÍTICA DA LITERATURA: A mesma face de uma reflexão múltipla.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: Diário de uma Favelada. São Paulo: Ática, 1995. 173p

FRANCO, Eduardo; CHAVEIRO, Eguimar Felício. ENSAIO ACERCA DA DESCOLONIALIDADE DO SUJEITO DE CONHECIMENTO MODERNO ATRAVÉS DAS CATEGORIAS GEOGRÁFICAS DE LUGAR E TERRITÓRIO. **Geoambiente On-line**, Goiânia, n. 40, 2021. DOI: 10.5216/revgeoamb.i40.68824. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/geoambiente/article/view/68824>.

KIFFER, A. P. (2008). GRACILIANO RAMOS E JOSUÉ DE CASTRO: UM DEBATE ACERCA DA FOME NO BRASIL. *Via Atlântica*, 9(1), 29-42.

Marcial, A. P. (2012). O LARGO DA CARIOCA E SEUS MICROCOSMOS: um olhar geocultural. *Espaço E Cultura*, (21). <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2007.3504>

MITSUUCHI, Jéssica Tomiko Araújo. Contextos, reflexões e análises: Carolina Maria de Jesus e o Quarto de Despejo. *Revista Vernáculo*, n. 41, 2018.

TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA VISÃO DOS DOCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE

Data de submissão: 27/09/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Clarice Maria dos Santos Soares

Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia de Pernambuco
<https://lattes.cnpq.br/0636903276714123>

José Henrique Duarte Neto

Prof. Dr. Instituto Federal de Educação
Ciência e Tecnologia de Pernambuco
<https://orcid.org/0000-0001-7441-7472>

RESUMO: Este artigo investigou a compreensão dos docentes dos Cursos Técnicos Integrados do IFPE acerca do trabalho como princípio educativo na formação profissional dos estudantes. O estudo aborda as categorias: ensino médio integrado, trabalho como princípio educativo e formação profissional. No caminho metodológico, utilizou-se a pesquisa quantiquantitativa, cujos dados qualitativos e quantitativos subsidiaram o alcance dos objetivos propostos. Dentre os aportes teóricos que embasam o estudo, destacam-se Saviani (2007); Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012); Moura, Lima-Filho e Silva (2015) e Kuenzer (1991), os quais compartilham de uma perspectiva progressista para a educação profissional, tendo como um de seus pressupostos a

formação integral do indivíduo. A coleta de dados da pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas com cinco docentes, sendo três representantes do *Campus* Recife e dois do *Campus* Vitória de Santo Antão. O campo de pesquisa selecionado foi o IFPE, especificamente os Cursos Técnicos Integrados em Química Industrial, do *Campus* Recife, em Agropecuária, do *Campus* Vitória de Santo Antão, e em Agroindústria, do mesmo *Campus*. Os dados qualitativos foram analisados com base na proposta de Bardin para análise de conteúdo. Constatamos que os docentes confirmam a importância do princípio educativo e da formação integral, mas apontam limitações na implementação prática, com desafios conceituais sobre a aplicação desses princípios. Houve uma variação na compreensão dos docentes sobre o trabalho e a formação integral. Enquanto alguns demonstraram domínio teórico, outros apresentaram dificuldades conceituais em seus discursos, revelando incertezas quanto à concretização dessas intenções na prática. Sugerimos, para estudos futuros, investigar como as práticas educativas realmente se alinham ao discurso sobre o trabalho como princípio educativo.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio Integrado; Trabalho como princípio educativo; Formação Profissional.

WORK AS AN EDUCATIONAL PRINCIPLE IN INTEGRATED SECONDARY EDUCATION: PROFESSIONAL EDUCATION IN THE VIEW OF TEACHERS AT THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF PERNAMBUCO - IFPE

ABSTRACT: This article investigated the understanding of teachers of Integrated Technical Courses at IFPE about work as an educational principle in the professional training of students. The study has as categories integrated high school; work as an educational principle and professional training. In the methodological approach, we used quantitative and qualitative research, whose qualitative and quantitative data supported the achievement of the research objectives. Among the theoretical contributions that supported the study, the following stand out: Saviani (2007); Frigotto, Ciavatta and Ramos (2012); Moura, Lima-Filho and Silva (2015); Kuenzer (1991), who share a progressive perspective for professional education, having as one of their assumptions the foundations with a view to the integral training of the individual. The collection of information from the field research data was done through interviews with 5 teachers, 3 representatives of the Recife *Campus* and 2 of the Vitória de Santo Antão *Campus*. The chosen field of research is IFPE, specifically the Integrated Technical Courses in Industrial Chemistry at the Recife *Campus*, the Integrated Technical Course in Agriculture at the Vitória de Santo Antão *Campus*, and the Integrated Technical Course in Agroindustry at the same *Campus*. The qualitative data were analyzed based on Bardin's proposal for content analysis. We found that the teachers confirm the importance of the educational principle and comprehensive training, but point out limitations in its practical implementation, with conceptual challenges regarding the application of these principles. There was specialization in the teachers' understanding of work and comprehensive training, with some having theoretical mastery, while others demonstrated conceptual difficulties in their discourses. In order to understand whether, in fact, the intentions are realized in practice, it is suggested that future studies verify how educational practices really align with the discourse on work as an educational principle.

KEYWORDS: Integrated High School; Work as an educational principle; Professional Training.

1 | INTRODUÇÃO

Durante um longo período, a educação profissional no Brasil teve início com um caráter assistencialista, voltada para garantir condições dignas aos cidadãos e apoiar aqueles que não tinham acesso a recursos satisfatórios. No início do século XX, essa educação deixou de ser assistencialista e passou a focar na formação de operários para o pleno exercício profissional. De um lado, estavam aqueles preparados para realizar atividades manuais; de outro, os que eram destinados a ocupar posições de poder e desempenhar papéis intelectuais e de dirigentes. Essa dualidade histórica refletia os interesses capitalistas predominantes (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Dessa forma, buscava-se reforçar a divisão de classes por meio de uma educação que destinava uma formação para o trabalho manual e outra para a manutenção dos privilégios das classes mais favorecidas. Estes, por sua vez, tinham acesso a oportunidades que demandavam maior desenvolvimento intelectual, preparando-os para ocupar cargos de dirigente (Moura, 2007). Em 1909, com Nilo Peçanha, foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, totalizando 18 unidades em diferentes federações. Ao longo dos anos, essas escolas passaram por diversas transformações e, atualmente, integram os Institutos Federais, que surgiram da junção das Agrotécnicas e dos Cefets (Moura; Baracho; Pereira; Silva, 2006). Os Institutos Federais possuem características diferenciadas em relação a outras instituições, pois oferecem uma educação superior, básica e profissional de forma pluricurricular, verticalizada e com um foco na formação cidadã precedida pela formação técnica. Conforme o Art. 6º da Lei de Criação dos Institutos Federais, uma de suas finalidades é ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Assim, busca-se proporcionar uma formação que contribua para o desenvolvimento omnilateral dos indivíduos, capacitando-os para lidar com os diferentes aspectos e desafios do mundo do trabalho. Essa formação está alinhada ao desenvolvimento integral do ser humano em suas dimensões intelectual, física, social e política, habilitando-o a compreender e atuar nos múltiplos aspectos da vida em sociedade (Frigotto, 2015).

Diante da missão institucional de oferecer uma formação baseada nos princípios da Educação Profissional e Tecnológica, este projeto de pesquisa propõe investigar a compreensão dos docentes dos Cursos Técnicos Integrados do IFPE acerca do trabalho como princípio educativo na formação profissional dos estudantes. O interesse pela investigação surgiu tanto a partir da disciplina de Bases Conceituais em Educação Profissional e Tecnológica quanto pela experiência da pesquisadora como pedagoga no IFPE.

Segundo Minayo (2007), toda investigação começa com uma pergunta, um problema ou uma dúvida. Nesse sentido, a questão central desta investigação é: qual a compreensão dos docentes dos Cursos Técnicos Integrados do IFPE acerca do trabalho como princípio educativo na formação profissional dos estudantes? Assim, o objetivo geral deste artigo é investigar essa compreensão dos docentes.

2 | O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

O conceito de trabalho como princípio educativo deriva da concepção marxiana de educação, que ainda hoje questiona a existência de uma sociedade mundial dividida em classes sociais, onde há classes privilegiadas e classes menos favorecidas. Essa concepção se apoia em três dimensões: a intelectual, formada pela aquisição do

conhecimento científico e cultural; a corporal, relacionada ao desenvolvimento físico; e a tecnológica, correspondente ao domínio de princípios gerais necessários ao manejo dos diversos ramos industriais. Frigotto (2010, p. 67) destaca a importância de se distinguir o trabalho enquanto atividade histórica de autocriação humana, por meio da qual o homem se constitui como produtor de mercadorias, gerando valor de troca nas relações capitalistas de produção. Nesse sentido, o trabalho, tal como vem se desenvolvendo no mundo moderno, tem se afastado cada vez mais de seu significado ontológico. No contexto atual, marcado pela reestruturação produtiva, o trabalho assume características que o tornam mais um instrumento de subjugação do ser humano, em vez de promover sua emancipação.

3 | ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, obtendo o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) de número 74805123.1.0000.0130 e o parecer CEP nº 6.437.795, aprovado em 20 de outubro de 2023, para assegurar os princípios éticos da pesquisa. Entende-se que “ética na pesquisa indica uma conjunção de ‘conduta’ e de ‘pesquisa’, o que traduzimos como ‘conduta moralmente correta durante uma indagação, a procura de uma resposta para uma pergunta’” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 45). A pesquisa caracterizou-se como uma pesquisa de campo, buscando obter informações diretamente dos participantes por meio de um contato mais próximo. O objetivo do pesquisador é compreender, juntamente com os pesquisados, as ocorrências e os contextos, oferecendo uma análise mais aprofundada do campo de estudo e dos participantes. Dessa forma, realizamos um estudo de natureza exploratória, uma vez que está ligado ao aprimoramento da observação e da análise desses fenômenos, com o intuito de compreendê-los de maneira mais científica (Gonçalves, 2007). Segundo Neto (2009), ao realizar uma pesquisa de campo, há uma maior aproximação com o objeto de estudo, partindo da realidade presente no campo de investigação. Os participantes da pesquisa foram cinco docentes, sendo três representantes do *Campus* Recife e dois do *Campus* Vitória de Santo Antão. O campo de pesquisa escolhido é o IFPE, especificamente os Cursos Técnicos Integrados em Química Industrial do *Campus* Recife, em Agropecuária do *Campus* Vitória de Santo Antão e em Agroindústria do mesmo *campus*. Para a análise das informações obtidas por meio das entrevistas semiestruturadas e para a construção dos dados, utilizamos a análise de conteúdo fundamentada nos estudos de Bardin (2016). De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo permite ao pesquisador realizar uma análise crítica e reflexiva dos discursos dos participantes, buscando classificar e categorizar as falas com o objetivo de compreender o que está implícito nos discursos.

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, discutiremos os achados da pesquisa de campo realizada com os docentes do IFPE, *Campus* Recife e *Campus* Vitória de Santo Antão, utilizando uma abordagem qualitativa, cuja coleta de informações foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. Os participantes da pesquisa foram cinco docentes, sendo três representantes do *Campus* Recife e dois do *Campus* Vitória de Santo Antão, selecionados a partir de uma amostragem não probabilística, cujo critério de seleção foi a maior facilidade de acesso da pesquisadora aos entrevistados. É importante ressaltar que a identidade de todos os docentes foi cuidadosamente preservada. Para tanto, criamos códigos específicos para identificá-los, utilizando letras relacionadas à atividade do participante, números correspondentes à quantidade de entrevistados e uma letra específica para cada *campus*. Os docentes do *Campus* Recife foram identificados pela letra “R”, enquanto os do *Campus* Vitória de Santo Antão foram identificados pela letra “V”, seguidos por números que correspondem à ordem de participação na pesquisa. Assim, as identificações ficaram da seguinte forma: DR1, DR2, DR3 (para os docentes do *Campus* Recife) e DV4, DV5 (para os docentes do *Campus* Vitória de Santo Antão). Esse método não apenas facilitou a organização e a tabulação dos dados, mas também garantiu a confidencialidade dos participantes da pesquisa.

4.1 Concepção do ensino médio integrado ofertado pelo ifpe e suas contribuições na implementação do trabalho como princípio educativo e na formação integral

Após a análise de conteúdo temática, construímos categorias de análise que orientaram a busca por informações de acordo com o tema e o objeto de estudo. As unidades textuais foram organizadas conforme as temáticas e contextos, separando visões convergentes e divergentes sobre o assunto (Esteves, 2006). Dessa forma, obtivemos categorias e indicadores, considerando a primeira categoria: o ensino médio integrado do IFPE. Essa categoria foi abordada com foco na concepção docente sobre o ensino médio integrado, analisando seus impactos na formação dos estudantes. A segunda categoria examina o trabalho como princípio educativo, explorando a compreensão docente sobre esse conceito e como ele é implementado nas práticas educativas. Na terceira categoria, formação integral, a análise considerou a implementação da formação integral nas práticas educativas. É importante ressaltar que essas categorias de análise se inter-relacionam, observando como o ensino médio integrado do IFPE é ofertado e seu impacto na sociedade, na vida dos estudantes e no mundo do trabalho. Além disso, esses diferenciais contribuem para a implementação da visão e da atuação docente, tanto em relação ao trabalho como princípio educativo quanto na formação integral. Assim, cada uma dessas categorias de análise será detalhada a partir da identificação das unidades textuais relacionadas a cada indicador.

4.1.1 *Concepção Docente sobre o Ensino Médio Integrado do IFPE na Formação do Estudante*

Esta categoria de análise aborda a concepção docente sobre o ensino médio integrado ofertado no IFPE, enfocando os impactos dessa abordagem no desenvolvimento dos estudantes, na sociedade e no mundo do trabalho. Ao serem questionados sobre os fatores que diferenciam o ensino médio integrado do IFPE em seus respectivos campi, os entrevistados destacaram a capacidade docente como um dos principais diferenciais, que contribui significativamente para a formação dos indivíduos. Segundo os docentes, há uma capacidade técnica acentuada para conduzir os discentes, promovendo uma formação que fortalece os caminhos acadêmicos e profissionais ao longo da trajetória de vida dos estudantes. Essa assertiva pode ser observada no Quadro 1, nas visões dos docentes DR1 e DR2:

DR1	qualificação do professor, todos os professores são muito bem qualificados.
DR2	conhecimento de uma formação técnica em que os estudantes estejam diretamente ligados ao problema real e ele tenha que resolver aquilo com as ferramentas daquela área específica do curso.
DV4	O IFPE tem como missão promover uma educação de qualidade, sendo assim, seu corpo docente conta com profissionais qualificados e que tem em suas atribuições, o compromisso com o ensino, pesquisa e extensão, proporcionando aos discentes, acesso a diferentes conteúdos, possibilitando uma formação mais ampla e cidadã.
DV5	A possibilidade de vivência do tripé ensino-pesquisa-extensão para além da formação técnica.

Quadro 1 – Ensino Médio Integrado ofertado pelo IFPE na formação do estudante

Fonte: A autora (2024).

É fundamental que os docentes não apenas possuam conhecimentos e experiências para promover um processo de ensino-aprendizagem enriquecido, mas que também estejam abertos à atuação em consonância com as diretrizes da Instituição e seus propósitos. Por isso, é necessária uma contínua observância sobre como se manifestam os saberes docentes em relação às concepções político-pedagógicas do IFPE. Prosseguindo com a análise das informações contida no Quadro 1, DR2 complementa que os saberes devem dialogar com problemas reais e oferecer acesso a diferentes conteúdos, proporcionando uma formação mais ampla para um verdadeiro exercício da cidadania. Na visão desses docentes, conforme mencionado por DV4 e DV5, uma formação pautada na indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão pode contribuir significativamente para a formação integral do estudante, sendo fundamental para a construção de múltiplos saberes. Isso permite que os estudantes não apenas superem a visão utilitarista do trabalho, mas também desenvolvam uma perspectiva mais enriquecida sobre as relações entre trabalho e educação. Felliper e Valer (2023) corroboram essa visão, apontando que a formação dos docentes, alinhada

às diretrizes institucionais relacionadas a uma formação profissional multifacetada, deve incluir vivências e saberes oriundos do tripé acadêmico. Os autores ressaltam que esse desafio depende de um conjunto de esforços “no âmbito da formação docente para que se conceba o princípio educativo do trabalho na prática profissional, visto que o domínio desses pressupostos impacta no processo de ensino-aprendizagem” (Felliper; Valer, 2023, p. 11). Assim, identificamos que os conhecimentos relacionados ao exercício da cidadania, em diálogo com o tripé acadêmico, têm maiores chances de favorecer uma formação que se alinha aos princípios do Ensino Médio Integrado. Os docentes reforçam suas compreensões sobre as particularidades do Ensino Médio Integrado, destacando as possibilidades de acesso à diversidade de saberes integrado, além de vivências diferenciadas com ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, os conteúdos são integrados e construídos à luz do perfil profissional dos cursos e da realidade do mundo social, político e econômico. Em seguida, detalhamos a visão dos docentes ao serem questionados sobre as contribuições do Ensino Médio Integrado ofertado pelo IFPE. Esta análise busca sistematizar as percepções dos docentes sobre a oferta do Ensino Médio Integrado na instituição, proporcionando um espaço reflexivo onde expressaram livremente suas visões, percepções e sentimentos. A pergunta direcionada aos docentes foi: “Avalie como têm sido as contribuições da oferta do Ensino Médio Integrado no IFPE”.

Embora muitos docentes reconheçam a qualidade do ensino ofertado, surgem divergências quanto à implementação prática da integração entre a formação geral e a formação técnica, um dos pilares do Ensino Médio Integrado. Um exemplo positivo é a fala do docente DR2, que afirma:

Eu acho que essa oferta é positiva. Ainda somos um dos poucos espaços, talvez o único espaço da rede federal, ainda da escola pública que oferece um ensino de qualidade em todos os eixos da educação.

Essa percepção reflete a credibilidade dos docentes em relação ao trabalho desenvolvido, funcionando como uma força motriz para continuar aprimorando o processo educativo. O reconhecimento dos avanços e da excelência do trabalho docente é crucial para motivar a continuidade de um compromisso social e institucional voltado para a formação integral dos estudantes. Entretanto, a visão crítica de alguns docentes é expressa na fala do DV4:

A oferta do ensino médio integrado tem contribuído para a formação dos estudantes do IFPE, todavia, na maioria das vezes, o ensino médio é aliado ao técnico, sem que haja a verdadeira integração, como propõe a base da legislação. Os professores do ensino médio não utilizam os conteúdos do técnico em suas aulas.

Essa fala destaca uma questão conceitual sobre o ensino médio integrado, evidenciando a ausência de uma prática efetiva de integração entre a formação geral e a formação técnica. O docente aponta que, mesmo que o ensino médio integrado tenha

contribuído com a formação dos estudantes, ainda é necessária uma maior integração, conforme os princípios educativos e a legislação que regem essas instituições. Esse ponto de vista levanta a questão de que a integração entre os conteúdos do ensino médio e os do curso técnico, que deveria ser uma prática pedagógica central, ainda se encontra em um estágio incipiente ou até ausente. Percebemos, assim, um problema de concepção na oferta do ensino médio integrado, conforme observado pelo DV4, que se refere a uma desconexão entre a realidade e o discurso normativo nacional e institucional. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) afirmam que “o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a ‘travessia’ para uma nova realidade.” O ensino médio integrado à educação profissional carrega um sentido filosófico que reflete a ideia de “formação humana, baseada na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo” (Ramos, 2008, p.3). Por isso, é entendido como uma concepção educacional que responde aos interesses da classe trabalhadora em uma sociedade capitalista, pois visa à formação do ser humano de maneira integral, politécnica e omnilateral. Quanto à fala do DV5, que afirma: “As contribuições do Ensino Médio requerem um olhar de conjuntura que abrange desde o processo de ingresso até a finalização dos cursos,” sugere uma visão holística sobre o Ensino Médio Integrado. O docente destaca que, para avaliar adequadamente as contribuições desse modelo, é necessário considerar todo o percurso educacional dos estudantes, desde a entrada na instituição até a conclusão dos cursos. Essa visão enfatiza a importância de um acompanhamento integral que abarque todas as etapas do ensino, refletindo uma preocupação com a totalidade da experiência educacional. Entretanto, essa visão de um olhar de conjuntura não considera totalmente a integralidade entre as modalidades de ensino: a Formação Geral e a Formação Profissional. Assim, as percepções dos docentes indicam lacunas na oferta do ensino médio integrado, pois não promovem a integração almejada conforme os princípios da legislação educacional e a literatura especializada. Kuenzer (2000) destaca que o Ensino Médio Integrado, a partir de suas perspectivas teóricas e práticas, pode ampliar a capacidade do educando de desenvolver senso crítico, atuar de forma autônoma e reconhecer suas potencialidades para lidar com problemas sociais. Portanto, é necessário explorar formas de ampliar a integração entre essas modalidades, especialmente no que tange à articulação entre conhecimentos técnicos e gerais.

Na seção seguinte, abordaremos a categoria de análise “trabalho como princípio educativo”, que está relacionada aos saberes docentes sobre essa temática e como se apresenta a implementação na prática educativa.

4.2 Trabalho como princípio educativo dos saberes à implementação prática

Na presente seção, analisaremos os dados referentes à categoria “trabalho como princípio educativo”, focando na compreensão dos docentes participantes desta pesquisa.

Conforme mencionado anteriormente, esta pesquisa limita-se a abordar as concepções que os docentes têm sobre o trabalho como princípio educativo na formação profissional dos estudantes, sem adentrar o âmbito da prática. Os participantes foram questionados sobre como percebem a materialização desse princípio em suas práticas educativas. O docente DR1 afirma:

Penso que o trabalho não deve ser o objetivo final do processo, ou seja, a educação não deve ser voltada para o trabalho, e sim, o trabalho deve fazer parte do desenvolvimento educacional do estudante, seria uma etapa integrada ao processo de formação, sem o interesse puro e simples de uma mão de obra mais barata. E eles são estimulados a procurar essa formação, a refletir, a sair um pouco, além da disciplina que eles estudam, eles são sempre instigados e provocados a procurar a ampliar o conhecimento deles e o conhecimento no sentido de que ele possa ter uma atitude crítica.

Analisando a assertiva do DR1, percebemos que sua concepção sugere que o IFPE não deve se limitar a preparar o estudante apenas para o exercício profissional. Segundo ele, essa formação precisa ser mais ampla e profunda, englobando outros saberes, conhecimentos, habilidades e competências, com o objetivo de fomentar uma atuação profissional participativa, que vise melhorar ou transformar o cenário social do trabalho. Ao afirmar que “o trabalho não deve ser o objetivo final do processo”, DR1 entende o “trabalho” como algo restrito à ocupação ou à preparação para uma profissão. Embora a ocupação não possa ser desconsiderada, é um equívoco tratar trabalho e profissão como sinônimos. É fundamental que o docente compreenda o trabalho como uma categoria ontológica, que envolve a transformação das condições de vida, ampliando as capacidades e potencialidades humanas, inerentes à existência do ser social. DR2 também reflete essa compreensão ao afirmar:

Compreendo o trabalho como princípio educativo. Como uma dimensão importante do ser humano, o trabalho e a preparação para se exercer uma função profissional pode ser uma estratégia de educação, mas acho que não deve ser a única. O trabalho não deve preencher todos os espaços da formação de um indivíduo.

Assim como os participantes DR1 e DR2, a formação orientada pelo trabalho como princípio educativo é vista como direcionada ao desenvolvimento de habilidades e competências para uma ocupação ou profissão. Contudo, essa formação não deve se restringir à mera preparação do estudante para o mercado de trabalho. Ramos (2008) argumenta que “definir perfis com base em competências e habilidades resulta em formações pragmáticas e tecnicistas, sendo, portanto, incompatível com a proposta de formação integrada”. Com base nas explanações dos docentes, inferimos que existe uma compreensão limitada acerca da relevância do trabalho como princípio educativo nos processos de formação humana e profissional. Essa compreensão deveria incluir as interfaces entre saber, fazer, ensinar e aprender, promovendo o desenvolvimento de diversas capacidades humanas, como a autonomia do sujeito trabalhador, atrelada a um

conjunto de qualidades que uma formação omnilateral objetiva proporcionar. Portanto, é fundamental que os docentes compreendam o conceito de trabalho como princípio educativo sob a perspectiva do trabalhador, conforme aponta Ramos (2008, p.7), ao afirmar que é necessário entender o trabalho humano como o meio pelo qual o homem modifica a natureza e interage com outros seres humanos para garantir sua própria existência. Assim, o trabalho deve ser compreendido como uma categoria ontológica da prática humana, expressa de maneira particular de acordo com o nível de “desenvolvimento social alcançado historicamente” pela humanidade em suas relações de produção. Dando continuidade às nossas análises, o DV4 expressa sua compreensão sobre o trabalho como princípio educativo, afirmando:

Na minha percepção, o trabalho como princípio educativo tem a capacidade de promover uma formação melhor, mais humana e emancipatória, além de proporcionar a qualificação e a tomada de consciência e decisão no mundo do trabalho.

Essa prática docente, pautada nessa compreensão, pode contribuir para uma formação profissional que vá além do simples exercício de uma função no mercado de trabalho. Como o docente destaca, a prática educativa deve promover a “emancipação” humana, despertando no indivíduo suas capacidades para continuar aprendendo e, por meio do trabalho, contribuir para a construção de um mundo melhor. O docente DV5 também entende o trabalho como princípio educativo ao afirmar: “O trabalho como base para a aprendizagem e formação do indivíduo a partir do trabalho e para o mundo do trabalho.” O conceito de trabalho, nessa perspectiva ontológica, é essencial para compreender como deve ser tratado na prática educativa. Essa ideia é reforçada nas falas de DV4, que destaca o poder do trabalho como princípio educativo para promover uma formação integral, mais humana e emancipatória, além de proporcionar qualificação, tomada de consciência e decisão no mundo do trabalho. DV5 também reconhece o trabalho como a base para a aprendizagem. Ambos os docentes reconhecem que o trabalho como princípio educativo contribui para a formação cidadã, em conformidade com Ciavatta (2005, p.3), que afirma que a educação omnilateral promove “a formação do ser humano em sua integralidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica”. Entretanto, percebemos que os docentes ainda encontram dificuldades em expressar como a educação profissional poderia integrar todas “as dimensões da vida no processo formativo” (Ramos, 2008, p.3), de maneira a favorecer o desenvolvimento integral, politécnico e omnilateral do ser humano, atendendo aos interesses da classe trabalhadora em uma sociedade capitalista marcada por diversas formas de exclusão. Considerando que o trabalho como princípio educativo é fundamental para nortear a prática docente, reconhecemos a importância de que esses conhecimentos sejam socializados e compreendidos pelos docentes, impactando diretamente a qualidade de sua atuação. Ciavatta e Ramos (2012) apontam que reduzir as lacunas intelectuais que impedem o docente de acompanhar as mudanças determinadas pelo sistema produtivo

no contexto social e cultural oferece melhores condições para um ensino que reconheça as interações entre trabalho e contexto educativo. Dessa forma, compreendemos que a apropriação dos impactos do ensino médio integrado é de extrema relevância para que essas concepções se concretizem na prática docente. Esses apontamentos dialogam com a visão de Nosella (2015), que afirma que o trabalho se justifica como princípio educativo por se configurar como uma estratégia educativa que materializa o conhecimento científico e integra o trabalho manual, podendo ser um instrumento de transformação social pelo ser humano. Isso evidencia o potencial de uma formação capaz de contribuir para o desenvolvimento do indivíduo em suas múltiplas dimensões, além de ser uma condição para reduzir um ensino voltado exclusivamente aos interesses capitalistas. Ramos (2010, p. 69) aprofunda essa perspectiva ao defender a necessidade de compreender como os determinantes do modo de produção podem promover um diálogo eficaz entre as relações sociais e a condução epistemológica e pedagógica da construção dos saberes dos educandos no exercício de sua profissão:

O trabalho como princípio educativo [...] está na base de uma concepção epistemológica e pedagógica, que visa a proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais, considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. Sendo assim, é pela apreensão dos conteúdos históricos do trabalho, determinados pelo modo de produção no qual este se realiza, que se pode compreender as relações sociais e, no interior dessas, as condições de exploração do trabalho humano, assim como de sua relação com o modo de ser da educação (RAMOS, 2010, p. 69).

A análise realizada sobre a compreensão dos docentes acerca do trabalho como princípio educativo revela que alguns deles não compreendem o trabalho em sua dimensão ontológica, ou seja, como a categoria que criou o homem e a realidade humana por meio da atividade do próprio homem. Esses docentes tendem a associar o trabalho apenas a atividades, ocupações e profissões. Nesse sentido, o trabalho como princípio educativo é percebido como um objetivo final, o qual inclui a preparação técnica para o exercício de uma profissão, sem, contudo, reduzir o trabalho a essa preparação técnica. Seria fundamental que os professores compreendessem que o trabalho é uma categoria ontológica, uma categoria que abarca a totalidade da existência humana e não apenas a ocupação, a atividade ou a profissão, sendo, portanto, imanente à existência do ser social. Nesse contexto, Ramos (2010) defende que a categoria “trabalho” envolve a transformação das condições naturais da vida para a ampliação das capacidades, potencialidades e sentidos humanos. Gramsci, ao tratar do trabalho, diferencia o “trabalho como conceito” do “trabalho como fato”. Para ele, o trabalho como conceito está relacionado à categoria ontológica, que se refere ao “ser do ser”, ou seja, nenhum homem está isento de ser produto e resultado do trabalho. Dessa forma, o trabalho como conceito ingressa na dimensão da totalidade, representando

a existência da realidade humana e da natureza como um todo. Por outro lado, o trabalho como fato está relacionado ao elemento prático, ou seja, à atividade técnica do trabalho. Assim, o homem é essa unidade dialética entre o conceito e o fato, entre aquilo que o criou e aquilo que ele faz. Gramsci reivindica essa dupla existência do trabalho: como categoria ontológica, capaz de explicar o desenvolvimento e a realidade humana, e como atividade técnica. No entanto, os docentes pesquisados tendem a compreender o trabalho apenas no âmbito do fato, ou seja, como atividade prática, formação profissional e ocupação. Falta, portanto, uma compreensão mais ampla, que abarque o trabalho como conceito e categoria ontológica, capaz de explicar o mundo e a realidade. Em continuidade às nossas reflexões, no próximo item, daremos ênfase analítica à “formação integral”.

4.3 A formação integral na atuação docente

Esta categoria de análise está vinculada à percepção do desenvolvimento do estudante em sua integralidade. O objetivo foi verificar a opinião dos participantes sobre como o ensino médio integrado contribui para a formação dos estudantes no mundo do trabalho. Os respondentes trouxeram uma visão que envolve a construção de saberes e competências múltiplas, contemplando as diversas atuações do indivíduo nos espaços em que estiver inserido. Desse modo, ao serem questionados sobre as relações entre o ensino médio integrado e a formação integral, bem como sobre como essa formação contribui para a formação geral dos estudantes, um dos docentes respondeu o seguinte:

Aqui no IF, temos sempre um olhar mais amplo, que não se restringe ao aspecto técnico ou específico. Mesmo em uma disciplina de formação geral, buscamos sempre estimular os alunos a perceberem o mundo ao seu redor, a realizarem leituras críticas da realidade e a reconhecerem a influência de diversos fatores na sociedade, além do conteúdo específico que o professor leciona.

O docente DR1 revela uma percepção ampliada sobre o papel do Ensino Médio Integrado no IFPE, enfatizando a formação integral dos estudantes. Ao destacar que o foco não se limita à formação técnica ou específica de uma disciplina, o docente sugere que há um esforço contínuo em estimular uma leitura crítica do mundo ao redor dos estudantes. No entanto, embora o docente apresente uma visão interessante sobre a formação integral oferecida pelo IFPE, ele falha ao não problematizar questões importantes relacionadas à efetividade dessa abordagem na prática cotidiana do Ensino Médio Integrado. Também não explora criticamente se esse estímulo à reflexão e à formação integral realmente se concretiza de maneira consistente em sala de aula, ou se permanece apenas no nível teórico. Ao enfatizar a “formação humana”, o discurso pode, em alguns casos, enfraquecer o debate sobre a necessidade de articular de forma mais eficaz a formação geral com a profissional, especialmente em uma sociedade que cada vez mais valoriza a especialização técnica. A crítica aqui reside no risco de que essa “visão holística” se revele superficial

ou idealizada, sem considerar as limitações estruturais, curriculares e metodológicas que muitas vezes dificultam a realização plena dessa formação omnilateral. O docente DV4 afirma:

A formação profissional ofertada pelo IFPE contribui para a formação integral do estudante, na medida em que são apresentados diversos ângulos de visão de vida, proporcionando a capacidade de analisar as informações, ajudando na tomada de decisões e aprimorando suas habilidades para lidar com as demandas do mundo do trabalho. O Ensino Médio Integrado deve contribuir para a formação humana do indivíduo, com saberes e competências voltados para a vida social, política e profissional, de maneira interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar.

A visão do docente DV4 retrata que a formação oferecida, no âmbito do IFPE promove a construção de saberes a partir de múltiplas perspectivas, relacionado à vida e à interação com a sociedade. Contudo, embora essa abordagem seja coerente, há um ponto que merece ser questionado: a formação integral defendida parece estar fortemente vinculada à preparação para o mercado de trabalho. A formação integral não pode ser restrita à adequação às exigências do mercado, pois isso reduz a autonomia intelectual e política dos indivíduos, transformando-os em meros instrumentos do capitalismo. Ainda que se observe que alguns docentes compreendem os conceitos básicos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e da formação ofertada no IFPE, é preciso reforçar a necessidade de fortalecer as capacidades docentes para aprimorar essas compreensões e aplicá-las de forma efetiva na prática educativa. Prosseguindo com as nossas reflexões e apresentações das respostas docentes sobre as relações entre o ensino médio integrado e como a formação integral contribui para a formação geral dos estudantes, o docente DR2 respondeu o seguinte:

Acho que ela contribui muito mais para o desenvolvimento da cognição do estudante do que propriamente oferecer a ele as ferramentas compatíveis com as atuais para a inserção nesse mercado. Eu acho que aqui no IFPE ela tem uma multiplicidade de oportunidades culturais, sobretudo, mas que são subutilizadas.

A afirmação do docente destaca um ponto relevante ao indicar que o Ensino Médio Integrado no IFPE contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, mas oferece poucas ferramentas compatíveis com as demandas atuais do mercado de trabalho. Esse ponto de vista revela uma limitação na compreensão da formação integral, ao subestimar o papel das oportunidades culturais e educativas na preparação dos estudantes. Portanto, o docente apresenta uma visão fragmentada, que não valoriza plenamente o potencial das experiências culturais como parte essencial da formação integral, subutilizando-as e relegando-as a uma função secundária. Na visão do docente DR3: Na visão do docente

A parte profissionalizante qualifica bem para o mercado e/ou para as graduações e temos a parte geral que dá a formação geral do aluno. Porque

dentro das nossas atividades formativas nós temos várias opções, o estágio empresarial, a iniciação científica para aqueles que recorrem à monitoria, até música e dança, então, o aluno tem opções para progredir socialmente em conjunto com a parte profissionalizante.

O docente destaca a diversidade de opções formativas oferecidas pelo Ensino Médio Integrado, ressaltando a importância tanto da formação profissionalizante quanto da formação geral, incluindo atividades como estágio, iniciação científica, monitoria, além de experiências culturais como música e dança. No entanto, essa visão ainda carece de uma compreensão mais profunda, pois o direcionamento formativo está atrelado a uma concepção de formação que capacita o indivíduo a atuar em diferentes esferas da vida, envolvendo a integração dos conhecimentos. Mesmo com as especificidades técnicas, esses conhecimentos devem ser construídos de forma a auxiliar o desenvolvimento cognitivo do estudante, preparando-o para lidar com os diversos ambientes em que estiver inserido. Portanto, é importante observar que a formação integral não se refere, necessariamente, à quantidade de conteúdos oferecidos, mas a uma concepção de formação que considere a totalidade concreta das relações como mediação para o desenvolvimento humano. Todos esses conteúdos podem estar dispostos e acessíveis aos estudantes, mas isso, por si só, não garante uma formação integral. O docente DV5 afirma que:

Além do conhecimento técnico, a preparação para o mercado do trabalho com os estudos de caso, estágios, visitas técnicas, participação em eventos além da iniciação científica e da extensão, que corroboram na formação do espírito crítico, na autonomia e protagonismo, bem como na liderança (através da monitoria, por exemplo). Estas e outras ações extracurriculares são fundamentais para a preparação técnica, mas com sensibilidade humanística.

Ele demonstra um certo reducionismo na compreensão sobre essas diferenciações, ao associar sua percepção ao conhecimento técnico para a preparação para o mercado de trabalho. No entanto, ele reconhece que atuações como estágios, visitas técnicas, participação em eventos, pesquisa e extensão facilitam a formação do espírito crítico do educando, além de preparar o estudante para atuar de forma protagonista. Na visão da maioria dos docentes entrevistados, a formação integral nos cursos ofertados pelo IFPE é uma realidade existente. Diante disso, seria necessário realizar outras pesquisas que busquem elementos da prática para verificar se essa concepção corresponde, de fato, ao que ocorre na realidade. Tal investigação permitiria compreender se o que os docentes apresentam como compreensão sobre o trabalho como princípio educativo na formação integral é condizente com a realidade prática. Isso envolve iniciativas que promovem a formação geral do profissional-cidadão em diferentes esferas de convívio social e profissional, impulsionando-o a lidar com as diferentes realidades, a partir de experiências vivenciadas dentro e fora de sala de aula. Todavia, é possível afirmar, ao menos teoricamente, que uma boa parte dos docentes coadunam com a visão de implementação de um ensino que ultrapasse os limites técnicos. Nessa perspectiva, corrobora-se a importância de

uma formação adquirida no Ensino Médio Integrado que viabilize uma formação mais abrangente e com uma base sólida, permitindo que o estudante enfrente os diferentes problemas da sociedade. Essa necessidade de fortalecimento da formação integral no IFPE está em consonância com o que afirma Ciavatta (2014), ao buscar uma formação em sua totalidade social, na qual as múltiplas dimensões são abordadas para fins de convívio social e desenvolvimento humano. A autora defende que essa formação deve contemplar a unidade entre o todo e o diverso, incorporando benefícios aos discentes que contribuem para a vida em sociedade, auxiliando, inclusive, na redução das desigualdades sociais e da exclusão social, promovendo a formação de indivíduos capazes de crescer e se autodesenvolver na sociedade (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2010). Assim, reconhecemos a importância de promover espaços de aprendizagem na Instituição capazes de impulsionar ainda mais amplamente a formação integral. Embora essa formação seja apontada como existente na Instituição em estudo, ainda há uma parte significativa dos docentes, especialmente aqueles que atuam diretamente na área técnica, que possuem limitações em seus conhecimentos, com uma abordagem reducionista e restrita a saberes específicos. Dessa forma, compreendemos que a implementação e o incentivo a essa formação integral de maneira mais efetiva, contribui para a mitigação dos conceitos de divisão social do trabalho entre a ação de executar, pensar, dirigir ou planejar, de modo a superar a redução de uma formação direcionada a aspectos operacionais, direcionado à execução em detrimento de ações sobre pensar, dirigir e planejar (Ciavatta, 2012). Portanto, é imprescindível que os docentes do IFPE sejam capazes de compreender as diferentes dimensões na formação integral dos estudantes, impactando-os no desenvolvimento de sua autonomia, no fortalecimento do espírito crítico e na apreensão de saberes associados ao cotidiano e à sua realidade concreta.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo realizado, identificamos que os participantes corroboram a qualidade do ensino do IFPE, ressaltando a capacidade técnica dos docentes e a busca por práticas educativas que integrem o ensino técnico e geral. Os docentes confirmam a importância do trabalho como princípio educativo e da formação integral, mas apontam limitações na sua implementação prática, com desafios conceituais relacionados à aplicação desses princípios. Houve uma variação na compreensão dos docentes sobre o trabalho e a formação integral. Enquanto alguns demonstraram domínio teórico, outros apresentaram dificuldades conceituais em seus discursos, revelando incertezas quanto à concretização dessas intenções na prática. Contudo, observamos que essa compreensão é limitada, restringindo-se apenas ao que Gramsci chamou de “fato”, ou seja, a dimensão prática do trabalho. Os docentes, em geral, não perceberam a outra dimensão destacada por Gramsci, o “conceito”, que se refere à sua dimensão ontológico-histórica, isto é, à capacidade de

explicar o mundo e suas relações historicamente constituídas. A pesquisa sugere que o IFPE precisa fortalecer suas políticas de formação continuada, promovendo reflexões mais profundas sobre as práticas didáticas e incentivando a troca de metodologias entre os docentes. Além disso, recomendamos uma maior integração entre as áreas técnicas e de formação geral, com o objetivo de evoluir e aprimorar a formação ofertada aos estudantes. As limitações da pesquisa incluíram a dificuldade de acesso aos docentes durante o período de greve e férias. Para estudos futuros, sugerimos investigar como as práticas educativas se alinham, de fato, com o discurso sobre o trabalho como princípio educativo, visando verificar a coerência entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS

BARACHO, M. G.; MOURA, D. H.; PEREIRA, U. A.; SILVA, A. F. **Algumas reflexões e proposições acerca do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino médio integrado à educação profissional: integrar para quê? Brasília: MEC/SEB, 2006. p. 17-39.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

ESTEVES, Manuela. **Análise de Conteúdo**. In: LIMA, Jorge Ávila de; PACHECO, José Augusto (Orgs.). **Fazer investigação: contributos para a elaboração de dissertações e teses**. Porto: Porto Editora, 2006, p. 105-126.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ClAVATTA, Maria. Trabalho-educação – uma unidade epistemológica, histórica e educacional. **Trabalho Necessário**, v. 17, n. 32, p. 132–149, 2019.

FELIPPE, Bárbara Colossi; VALER, Salete. O trabalho como princípio educativo na perspectiva de um grupo de docentes do IFSC. **Revista Exitus**, n. 13, p. 6, 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. et al. A gênese do decreto 5154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise; (orgs.) **Ensino médio integrado: concepções e contradições – São Paulo**: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.

- FRIGOTTO, Gaudêncio, et. al. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005.
- GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão**. 2. impressão. Brasília: INEP; Santiago: REDUC, 1991. 125 p.
- KUENZER, Acácia Zeneida (Org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.
- MOURA, Dante Henrique; FILHO, Domingos Leite Lima; SIVA, Mônica Ribeiro. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1.157-1.080, out.-dez. 2015.
- MOURA, D. H. (2008). **EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DUALIDADE HISTÓRICA E PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO**. *HOLOS*, 2, 4–30. <https://doi.org/10.15628/holos.2007.11>
- NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- NOSELLA, Paolo. **Ensino médio: controvérsias à luz do pensamento de Gramsci**. São Paulo: Uninove e UFSCar, 2015.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. 2008. <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 27 mar..2023.
- RAMOS, Marise. **História e política da educação profissional**. Curitiba: IFPR-EAD, 2014.
- RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. IN: MOLL, Jaqueline (Org) **Educação profissional e tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, xsw2 tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- RAMOS, Marise Nogueira. Conceitos básicos sobre trabalho. IN: FONSECA, Angélica Ferreira; STAUFFER, Anakeila de Barros (Org.). **O processo histórico do trabalho em saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.
- SAVIANI, Demerval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. v. 12, n. 34, p.152-180. jan./abr. 2007. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>. Acesso em : 3 jan. 2023.

CAUSAS QUE INCIDEN EN EL ABANDONO ESCOLAR DE LOS ESTUDIANTES DEL INSTITUTO TECNOLÓGICO DE VILLAHERMOSA, APLICANDO LOS MODELOS LIKERT Y SERVQUAL

Data de submissão: 03/12/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Catalina Arias Rodríguez

MC. Tecnológico Nacional de México/
Instituto Tecnológico de Villahermosa
Departamento de Ciencias Económico
Administrativas.
Villahermosa, Tabasco, México

Laura Elena Suárez Vidal

MC. Tecnológico Nacional de México/
Instituto Tecnológico de Villahermosa
Departamento de Sistemas y Computación
Villahermosa, Tabasco, México

Elsy Leticia Thompson Hernández

MC. Tecnológico Nacional de México/
Instituto Tecnológico de Villahermosa
Departamento de Ciencias Económico
Administrativas
Villahermosa, Tabasco, México

María Patricia Torres Magaña

Dra. Tecnológico Nacional de México/
Instituto Tecnológico de Villahermosa
Departamento de Ciencias Económico
Administrativas
Villahermosa, Tabasco, México

Manuel Vergel Escamilla

MC. Tecnológico Nacional de México/
Instituto Tecnológico de Villahermosa
Departamento de Sistemas y
Computación
Villahermosa, Tabasco, México

RESUMEN: El presente proyecto tiene como finalidad conocer los factores que impiden a los jóvenes continuar con sus estudios, ya que existen diversos factores como el nivel socioeconómico, la forma de enseñanza dentro de la institución, su condición laboral y personal e incluso los mismos padres de familia ya que no todos los padres se preocupan por la educación de sus hijos. También existen casos en donde los hijos se ven obligados a dejar la escuela para ir a trabajar y ayudar a su familia ya que tienen mucha responsabilidad en el hogar o en el caso de las mujeres tienen muchas menos oportunidades que los hombres. Esta investigación se realizó para solucionar los problemas que existen dentro del Instituto Tecnológico de Villahermosa y así buscar estrategias de mejora para disminuir el índice de deserción escolar, una de ellas puede ser una mejor motivación dentro de las aulas debido a que algunos docentes no le dan importancia a la educación de sus alumnos y no promueven el ambiente armónico dentro del aula. entonces se considera que los docentes están mejor preparados en sus clases, entre otras estrategias de mejora. Todo lo anterior se llevó a cabo con una encuesta a una muestra de la población estudiantil del

Instituto Tecnológico de Villahermosa para conocer las razones por las que abandonarían su carrera y así comprender mejor las necesidades de los estudiantes.

PALABRAS CLAVE: Determinar, Causas, Deserción Escolar, Modelos Likert y Servqual

INTRODUCCIÓN

El presente trabajo de investigación tiene como propósito determinar las causas que inciden el abandono escolar de los estudiantes del Instituto Tecnológico de Villahermosa por medio de una evaluación, aplicando los modelos de Likert y Servqual.

Donde el modelo de Servqual nos ayudara a medir la calidad del servicio, mediante las expectativas y percepciones, en este caso de los estudiantes, en base a cinco dimensiones, que son; dimensiones de fiabilidad, sensibilidad, seguridad, empatía y elementos tangibles. Mediante la investigación se pretende analizar el problema principal.

De igual manera el modelo de Likert nos ayudará a la medición que nos permitirá conocer y evaluar las actitudes, opiniones, creencias y percepciones de las personas respecto al problema.

Este modelo fue creado por una serie de afirmaciones o preguntas, que consiste en calificar si están de acuerdo con la afirmación o la situación que la pregunta plantea.

Con el análisis de esta problemática pretendemos conocer las causas que impiden que los estudiantes dejen sus estudios, de esta forma se podrá proponer diferentes estrategias de mejora.

METODOLOGÍA

Elaboración y aplicación de la encuesta para conocer la situación académica actual.

Desarrollo de encuesta para los alumnos del Instituto Tecnológico de Villahermosa para conocer su desempeño actual y medir el impacto integral de los estudiantes, al igual que la experiencia dentro del instituto.

Tabla 1.

Opciones	Respuestas	Porcentaje
Femenino	46.9	46.9%
Masculino	53.1	53.1%
total	100	100%

Fuente: encuesta realizada a los estudiantes del ITVH

Análisis.

En este grafico podemos observar que de 100% de los estudiantes encuestados del ITVH el 46.9% de estos son de sexo femenino y el 53.1% es de sexo masculino. Lo que se supone que el número de deserción por estudiantes debe ser mayor en personas de sexo masculino que del sexo femenino.

Tabla 1: Sexo
98 respuestas

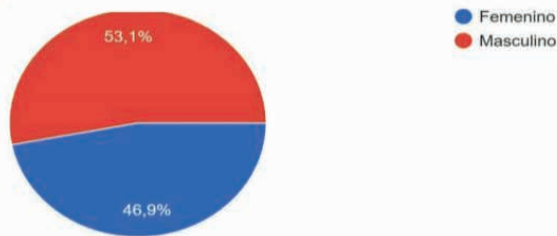


Tabla 2.

Opciones	Respuestas	Porcentaje
17-20	13.3	13.3%
21-25	84.7	84.7%
26-30	1.	1%
31-35	0	0%
Mayor de 36	1	1%
Total	100.	100.0%

Fuente: encuesta realizada a los estudiantes del ITVH

Análisis

Mediante el grafico ver que los/las estudiantes encuestadas tienen un 13.3% de 17 a 20 años, 84.7% tienen de 21 a 25 años de edad un porcentaje mínimo de 1% de 26 a 30 años de edad y un 0% de 31 a 35 años en donde ningún estudiante tiene esa edad.

Tabla 2. Edad
98 respuestas

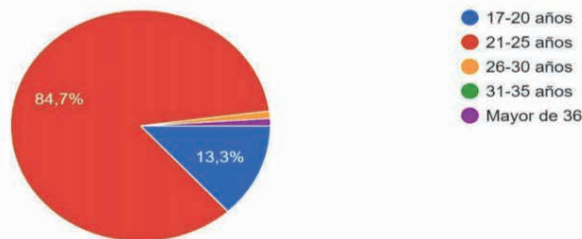


Tabla 3.

Opciones	Respuestas	Porcentaje
Soltera	90.8	90.8%
Casado/a	4.1	4.1%
Unión libre	5.1	5.1%
Total	100	100.0%

Fuente: encuesta realizada a los estudiantes del ITVH

Análisis

En este grafico podemos observar que el 90.8% de los/las estudiantes son de estado civil soltero, también que un 4.1% este casado y que un 5.1% está en unión libre, por lo que este factor puede continuarse en una de las causas para que los estudiantes se vean obligados a trabajar y a estudiar mientras otros son solventados por sus padres.

Tabla 3: Estado Civil
98 respuestas

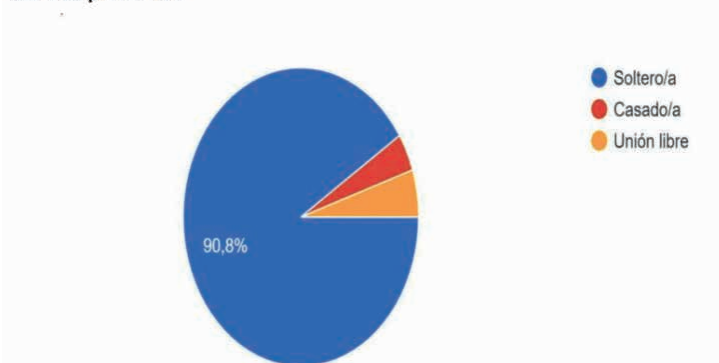


Tabla 4.

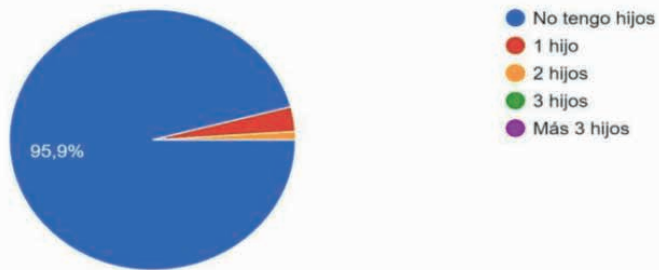
Opciones	Respuestas	Porcentaje
No tengo hijos	95.9	95.9%
1 hijo	3.1	3.1%
2 hijo	1	1%
3 hijos	0	0%
Mas de 3 hijos	0	0%
Total	100	100.0%

Fuente: encuesta realizada a los estudiantes del ITVH

Análisis

En este gráfico podemos observar que el 95% de los estudiantes del ITVH no tienen hijos lo que es un factor favorable ya que la mayor parte de la población no abandona sus estudios por ese indicador sin embargo hay un 3.1% de la población estudiantil que tiene 1 hijo en donde puede ser un factor de amenaza ya que eso conlleva una responsabilidad mayor y por lo tanto tiene que abandonar sus estudios para cuidar a sus hijos y con 1% solo tiene 2 hijos y con la mínima de 0 no pasan de 3 o más.

Tabla 4. Número de hijos que tienen
98 respuestas



Identificar los indicadores para integrarlos a los instrumentos de evaluación

En esta actividad se identificarán los factores claves para poder integrarlos a los instrumentos de evaluación y detectar el problema.

Primer indicador: los motivos por el cual el alumno abandona sus estudios

Segundo indicador: si el estudiante trabaja/situación laboral **Tercer indicador:** si cuenta con apoyo de sus padres **Cuarto indicador:** dificultades financieras

Quinto indicador: el cambio de carrera o institución

Sexto indicador: las estrategias de aprendizaje de los docentes

Elaborar el instrumento

Crear finalmente el instrumento de evaluación, para la evaluación del enfoque integral de los estudiantes del instituto tecnológico de Villahermosa y medir su desempeño actual para ello se utilizarán herramientas de evaluación.

Los instrumentos de evaluación son herramientas cruciales en el ámbito educativo que permiten a los docentes medir y entender el progreso de aprendizaje de sus estudiantes. En la era digital, con el auge del e-learning, estos instrumentos han adquirido una nueva

dimensión, adaptándose y evolucionando para satisfacer las necesidades de un entorno de aprendizaje cada vez más virtual y dinámico.

A continuación, desglosaremos algunos de los ejemplos de instrumentos de evaluación que pueden ayudar a evaluar el enfoque integral de los alumnos en base a la experiencia.

Listas de cotejo

Estos instrumentos consisten en listas que detallan los criterios específicos a evaluar, permitiendo una rápida revisión de si se cumplen o no (sí/no). Son particularmente útiles para evaluar procedimientos y comportamientos específicos en el proceso de aprendizaje.

Ayudará a detallar los indicadores y si cumplen o no los criterios a evaluar.

Mapas conceptuales

Estos organizadores gráficos permiten evaluar cómo los estudiantes estructuran y relacionan los conceptos. De esta forma, los mapas conceptuales son indicativos de la comprensión profunda de los temas.

En sintonía, fomentan el pensamiento crítico y la organización lógica de las ideas. Son particularmente útiles para diagnósticos formativos y como herramienta de evaluación.

Aplicar el modelo de Likert

Utilizar la escala de Likert para la medición y evaluación con el objetivo de evaluar la opinión y actitudes de los estudiantes. es ideal para medir reacciones, actitudes y comportamientos de los estudiantes.

La escala de Likert es un método de investigación que utiliza una escala de calificación para conocer el nivel de acuerdo y desacuerdo de las personas sobre un tema.

Saber qué piensan los alumnos del ITVH, al respecto de la experiencia dentro de la institución, de qué tan satisfechos están con los servicios, es importante para ayudar a planear nuevas estrategias que garanticen esa conformidad.

Aplicar el modelo de servqual

Permite analizar aspectos cuantitativos y cualitativos de los estudiantes. permite conocer factores incontrolables e impredecibles de los estudiantes y llegar a una conclusión y así recopilar datos e información.

El modelo SERVQUAL es un enfoque de investigación y evaluación desarrollado en la década de 1980. SERVQUAL se utiliza principalmente para medir la calidad del servicio percibida por los clientes en diferentes sectores y proporcionar información valiosa para mejorar la satisfacción del cliente.

El modelo SERVQUAL se utiliza mediante encuestas o cuestionarios en los que se pide a los alumnos que evalúen la calidad del servicio en relación con cinco dimensiones. Se les presenta una serie de afirmaciones relacionadas con cada dimensión y se les pide que indiquen su grado de acuerdo o desacuerdo con cada una. Los resultados se analizan para identificar brechas entre las expectativas de los clientes y la percepción real del servicio, lo que proporciona información valiosa para identificar áreas de mejora.

Dimensiones e ítems del modelo de servqual

Fiabilidad	Seguridad	Elementos Tangibles	Capacidad de Respuesta	Empatía
<ul style="list-style-type: none"> • Cumplen lo prometido. • Sincero interés por resolver problemas. • Realizan bien el servicio la primera vez. • Concluyen el servicio en el tiempo prometido. • No comenten errores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Comportamiento confiable de los empleados. • Los clientes se sienten seguros. • Los empleados son amables. • Los empleados tienen conocimientos suficientes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipos de apariencia moderna. • Instalaciones visualmente atractivas. • Empleados con apariencia pulcra. • Elementos materiales atractivos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunican cuando concluirán el servicio • Los empleados ofrecen un servicio rápido. • Los empleados siempre están dispuestos a ayudar. • Los empleados nunca están demasiado ocupados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ofrecen atención individualizada. • Horarios de trabajo convenientes para los demás. • Tiene empleados que ofrecen atención personalizada. • Se preocupan por los clientes. • Comprenden las necesidades de los clientes.

Plantear estrategia de mejora.

Perfeccionar los métodos de trabajo y culminan en la creación y aplicación de nuevos conocimientos, para que así se pueden alcanzar las metas ya antes propuestas y poder optimizar los procesos e impulsar su rendimiento.

Con base en lo anterior, la atención de los problemas fundamentales del nivel de educación superior requiere del planteamiento de una estrategia integral (dada la diversidad del nivel) que resuelva creativamente los problemas descritos y que esté enmarcado dentro de las más recientes iniciativas de solución para este nivel.

El abandono escolar es un problema complejo que requiere de una aproximación multifacética.

Estrategias:

1. Identificación Temprana y Seguimiento

- **Evaluación de Riesgo:** Utilizar herramientas de evaluación para identificar a estudiantes en riesgo de abandono.
- **Monitoreo Constante:** Seguimiento regular del rendimiento académico y la asistencia.

2. Intervención Temprana

- **Programas de Tutoría:** Proveer apoyo académico adicional a estudiantes con dificultades.
- **Consejería y Orientación:** Ofrecer servicios de consejería para ayudar a los estudiantes a lidiar con problemas personales y académicos.

3. Entorno Escolar Positivo

- **Clima Escolar Seguro:** Crear un ambiente escolar donde los estudiantes se sientan seguros y apoyados.
- **Actividades Extracurriculares:** Fomentar la participación en actividades deportivas, artísticas y clubes para aumentar el compromiso con la escuela.

4. Participación Familiar y Comunitaria

- **Involucrar a las Familias:** Mantener una comunicación constante con los padres y ofrecer talleres para que puedan apoyar a sus hijos.
- **Colaboración con la Comunidad:** Trabajar con organizaciones locales para ofrecer recursos adicionales y oportunidades de aprendizaje.

5. Relevancia y Flexibilidad del Currículo

- **Currículo Adaptativo:** Ofrecer opciones de aprendizaje personalizadas y relevantes que motiven a los estudiantes.
- **Programas Vocacionales:** Implementar programas que conecten la educación con el mercado laboral, mostrando a los estudiantes las aplicaciones prácticas de sus estudios.

6. Apoyo Socioemocional

- **Programas de Salud Mental:** Integrar servicios de salud mental en las escuelas para apoyar a los estudiantes.
- **Desarrollo de Habilidades Socioemocionales:** Incluir en el currículo actividades que desarrollen habilidades socioemocionales como la resiliencia y la gestión del estrés.

7. Políticas Educativas y Recursos

- **Políticas Inclusivas:** Desarrollar políticas que apoyen a todos los estudiantes, especialmente a aquellos de grupos vulnerables.
- **Recursos Adecuados:** Asegurar que las escuelas tengan los recursos necesarios, como personal capacitado y materiales educativos adecuados.

8. Evaluación y Mejora Continua

- **Recolección de Datos:** Utilizar datos para evaluar la efectividad de las estrategias implementadas.
- **Ajuste de Estrategias:** Realizar ajustes basados en la retroalimentación y los resultados obtenidos.

Resultados

A continuación, se presenta los resultados

DIAGNOSTICO SITUACIONAL DEL IMPACTO ACADÉMICO EN EL DESEMPEÑO Y EXPERIENCIA DE LOS ESTUDIANTES.

Como resultado de este se aplicó la encuesta y se pudo identificar los factores para posteriormente poder darle solución.

DISEÑAR EL INSTRUMENTO PARA EVALUAR EL ENFOQUE INTEGRAL.

Posteriormente a dichos indicadores se pudieron aplicar en instrumentos de evaluación para poder medir el aprendizaje de los estudiantes, ayudan a la efectividad de la enseñanza y señalan áreas de mejora. Las pruebas estandarizadas ofrecen una evaluación uniforme, mientras que los mapas conceptuales enlazan visualmente ideas para una mejor comprensión.

EVALUAR EL ENFOQUE ESTUDIANTIL DEL ITVH A TRAVÉS DE UN ENFOQUE INTEGRAL, APLICANDO LOS MODELOS DE LIKERT Y SERVQUAL

En base a lo anterior se evalúa con estos dos métodos con el objetivo de evaluar la opinión y actitudes de los estudiantes.

CONCLUSIONES

El abandono escolar es un desafío significativo que afecta no solo a los individuos, sino también a la sociedad en su conjunto. Este fenómeno resulta en consecuencias negativas a largo plazo, como menores oportunidades de empleo, salarios más bajos y una mayor probabilidad de involucrarse en actividades delictivas.

Para abordar eficazmente el abandono escolar, es esencial adoptar un enfoque integral que abarque intervenciones tempranas, apoyo académico y socioemocional, participación familiar y comunitaria, y políticas educativas inclusivas.

Enfrentar el abandono escolar requiere un esfuerzo coordinado entre escuelas, familias, comunidades y formuladores de políticas. Solo a través de una combinación de estrategias bien diseñadas y ejecutadas se puede crear un entorno educativo que apoye a todos los estudiantes y les permita alcanzar su máximo potencial.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Adriana Numpaque October 2016 Revista de la Facultad de Medicina, Universidad Nacional de Colombia 64(4):715 Modelos SERVQUAL y SERVQHOS para la evaluación de calidad de los servicios de salud https://www.researchgate.net/publication/315503547_Modelos_SERVQUAL_y_SERVQHOS_para_la_evaluacion_de_calidad_de_los_servicios_de_salud

Bisquerra Alzina, Rafael (20-marzo-2015). ¿Pueden las escalas Likert aumentar en sensibilidad? REIRE. Revista d'Innovació i Recerca en Educació, 2015, vol. 8, num. 2,

Diana Gómez. (Actualizado: 21 de enero de 2023). SERVQUAL: guía básica sobre el modelo de calidad de servicio <https://blog.hubspot.es/service/que-es-servqual>

FUENTES DE INFORMACIÓN

Guil Bozal, Manuel. (2006). Escala Mixta Likert-Thurstone. Guil Bozal, M. (2006). Escala Mixta Likert-Thurstone. Anduli, 5, 81-95.

Margarita Mayo. Consultado en internet: <https://www.margaritamayo.com/conferencias/> fecha de consulta: 30/07/2024.

MATSUMOTO Nishizawa, Reina; (2014). "Desarrollo del Modelo Servqual para la medición de la calidad del servicio en la empresa de publicidad Ayuda Experto". Perspectivas, Año 17 – N° 33 – octubre 2014. pp. 181-209. Universidad Católica Boliviana "San Pablo", Unidad Académica Regional Cochabamba. <https://www.redalyc.org/pdf/4259/425941264005.pdf>

p. 129-147 <http://hdl.handle.net/2445/110703>

Scielo. (2021). Medición de la calidad del servicio en las instituciones financieras a través de la escala de Servqual https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0186-10422011000200006&script=sci_arttext

O ACOLHIMENTO DE UMA CRIANÇA COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTUDO DE CASO A PARTIR DA PERSPECTIVA DOCENTE

Data de submissão: 04/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Tatiane de Fátima Kovalski Martins

Doutora em Educação pela Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Denaira Borba Rodrigues

Pós-Graduada em Supervisão e
Orientação Educacional pela Universidade
Paulista – UNIP

Bárbara Brito Sponga

Graduanda em Licenciatura em Letras
Português/Inglês pelo Instituto Federal
de Educação Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul – IFRS Campus Feliz

RESUMO: O presente artigo versa sobre a atuação dos professores do Atendimento Educacional Especializado. O objetivo geral foi refletir sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas na sala de aula inclusiva junto a uma criança com indicativos de altas habilidades/superdotação. Para isso, realizamos um estudo de caso com uma criança que nomeamos como João. A partir das análises do caso, foi constatado que a professora do atendimento educacional especializado tem um papel fundamental na orientação as professoras da sala de aula inclusiva, que deverá elaborar o Plano Educacional Individualizado, ao indicar quais

ações e estratégias são indispensáveis na sala de aula inclusiva. No mesmo sentido, a professora do atendimento educacional especializado precisa desenvolver atividades com a criança, sempre alinhando as ações com a professora na sala de aula. No estudo realizado, compreendemos que para João as atividades que priorizam e envolvem o desenvolvimento de suas habilidades são fundamentais, visto que se trata de uma criança em fase de aquisição de conhecimentos e precisa receber estímulos para compreender as suas características específicas e assim enriquecer sua aprendizagem, bem como os conhecimentos escolares.

PALAVRAS-CHAVE:

Altas Habilidades/Superdotação, Educação Infantil, Inclusão Escolar, Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT: This article is about the performance of Specialized Educational Service teachers. The general objective was to reflect on the pedagogical practices developed in the inclusive classroom with a child with indications of high abilities/giftedness. To this end, we carried out a case study with a child we named as João. From the case analysis, it was found that the

specialized educational service teacher has a fundamental role in guiding the teachers in the inclusive classroom, who must prepare the Individualized Educational Plan, indicating which actions and strategies are essential in the inclusive classroom. In the same sense, the specialized educational service teacher needs to develop activities with the child, always aligning actions with the teacher in the classroom. In the study carried out, we understand that for João, activities that prioritize and involve the development of his skills are fundamental, since he is a child in the process of acquiring knowledge and needs to receive stimuli to understand his specific characteristics and enrich his learning, as well such as school knowledge.

KEYWORDS: High Abilities/Giftedness, Early Childhood Education, School Inclusion, Specialized Educational Service.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa surge a partir das indagações em nossa trajetória profissional, na qual compartilhamos o mesmo espaço educacional, como professoras na educação infantil, e como colegas, vivenciando a formação na Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado - AEE. Trazemos uma escrita iniciada a partir da vivência inclusiva, numa escola de educação infantil – modalidade creche, com uma criança com indicativos de altas habilidades/superdotação e nossas percepções reflexivas, como alunas da especialização em AEE.

Temos a compreensão que na contemporaneidade, as Políticas de Educação Especial brasileiras buscam garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular (Brasil, 1996, 2008, 2015).

Nessa perspectiva, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), as crianças¹ com altas habilidades/superdotação (AH/SD) fazem parte do público-alvo da Educação Especial. Essas crianças, se caracterizam por apresentarem

Potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (Brasil, 2008, p.15)

Colaborando nessa compreensão as Diretrizes Curriculares para a Educação Especial (Brasil, 2001, p.39), evidenciam

altas habilidades/superdotação – grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente os conceitos, os procedimentos e as atitudes e que, por terem condições de aprofundar e enriquecer esses conteúdos devem receber desafios suplementares em classe comum, em sala de

¹ Como nossa pesquisa envolve o processo inclusivo de um menino de 3 anos, nesse texto faremos sempre a referência ele como criança, evitando os termos estudante e aluno, conforme indicam as pesquisas realizadas por Barbosa (2006), Barbosa e Horn (2008), e Souza, Coutinho e Moro (2015).

recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para concluir, em menor tempo, a série ou etapa escolar.

A importância destes documentos, são que eles referem e introduzem de modo singular a Necessidade Educacional Específica a qual abordaremos em nossa escrita: altas habilidades/superdotação – AH/SD. Esse adentro é importante pois evidencia que as crianças com AH/SD são parte da Educação Especial e tem direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) entre outras políticas inclusivas.

Evidenciamos que, a Educação Básica é formada por três níveis de ensino elementares a formação, que se dividem em: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (Brasil, 1996) e nossa pesquisa abordará a educação especial na educação infantil. Essa escolha apresenta a importância de dialogarmos sobre as questões peculiares que ocorrem nessa primeira fase de escolarização e que acompanham a criança ao longo dos anos escolares.

Situado campo de estudo as AH/SD, e o campo de pesquisa a educação infantil, apresentamos nosso objetivo geral que é refletir sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas na sala de aula junto a uma criança com indicativos de altas habilidades/superdotação.

Para alcance desse objetivo, temos os seguintes objetivos específicos: a) conhecer o histórico familiar e escolar da criança, bem como suas habilidades e preferências; b) identificar as atividades já desenvolvidas pelas professoras da sala de aula inclusiva; c) enumerar as orientações necessárias para que as professoras da sala de aula inclusiva, possam elaborar o plano de ensino individualizado a criança; d) elaborar estratégias que possam ser utilizadas com a criança nos atendimentos de AEE.

Partimos da hipótese de que o processo de acolhimento e inclusão de uma criança com altas habilidades/superdotação em uma escola municipal de educação infantil será eficaz se houver um trabalho colaborativo entre professoras, família e profissionais especializadas, que reconheçam e valorizem as potencialidades da criança, promovendo um ambiente educacional inclusivo e enriquecedor para o desenvolvimento de suas habilidades.

Para atendermos aos objetivos propostos, bem como confirmarmos ou não nossa hipótese, nessa investigação optamos por uma construção metodológica através de estudo de caso qualitativo que envolveu entrevistas semiestruturadas com a equipe de profissionais responsáveis² pela criança e pesquisa bibliográfica sobre a temática.

2 A equipe de profissionais que trabalha diretamente com o João, na sala de aula inclusiva, nesta escola de educação infantil é composta por pedagogas, entretanto a nível de concurso, seus cargos e funções são subdivididos da seguinte forma: três professoras (duas regentes e uma de hora planejamento) e três monitoras de educação básica. Pensando na formação a nível de graduação e ensino médio, compreendemos que todas têm a mesma representatividade quanto a aprendizagem e desenvolvimento da criança e desta forma trataremos como as professoras do João a equipe de profissionais que o acompanha no dia a dia da escola.

DESCRIÇÃO DO ESTUDANTE

O caso que trazemos para estudo, refere-se a um menino de três anos de idade, o qual usaremos o nome fictício de João. João é filho único, mora com os pais e pelo que se observa, possui uma situação financeira estável em família. João, iniciou na escola municipal de educação infantil em meados do mês de abril, vindo de uma escola particular da cidade, através de transferência, de acordo com a família, ele estudava na escola desde o berçário, sendo que a intenção familiar era a sua permanência nessa escola até o ensino médio, porém por questões não informadas, a família optou em retirá-lo desta escola e realizar sua matrícula na escola municipal.

Logo após a matrícula, como procedimento padrão da escola foi realizada a entrevista com a família a fim de se conhecer sobre a história da criança e um pouco de seu contexto familiar. Na entrevista com a família do João, a mãe esteve presente e relatou que ele era um menino muito inteligente, que sabia ler, escrever, realizar cálculos matemáticos, bem como ler e conversar em inglês. Sabia cores, formas, assuntos variados que lhe despertassem o interesse e tinha uma excelente argumentação verbal, com argumentos e exemplos práticos que se sobressaíam frente a outras crianças de sua idade. As informações trazidas pela mãe do João, oferecem importantes subsídios para o processo de acolhimento desta criança e elementos que alertam para o que Mosqueira, Stobäus e Freitas (2014), trazem sobre a distinção entre precocidade intelectual e superdotação

A precocidade intelectual é parte do fenômeno evolutivo, um desenvolvimento intelectual maior em comparação com outras pessoas da mesma idade cronológica. Já pessoas com AH/SD têm grande capacidade em relação a um ou mais aspectos da inteligência ou, ainda, uma grande destreza para uma habilidade ou comportamento específico. (MOSQUEIRA, STOBÄUS e FREITAS, 2014, p.265)

Passados os primeiros dias de João na escola, todas as questões trazidas pela mãe realmente se confirmaram e outras mais apareceram como: João tinha interesse por pinturas, artefatos artísticos e momentos de produção estética. O que instigou uma atenção especial da equipe de professoras que estava em contato com o João. De acordo com Chargas-Ferreira

De certa maneira o talento é reconhecido precocemente, via de regra na família, e “chancelado” pela escola. Esta, por meio de seus atores, é a maior responsável pela identificação do talento, é coparticipante, juntamente com a família, dos desdobramentos desse processo. A maior parte do atendimento especializado exigido por essa população vai ocorrer nesse contexto ou em função dele. (CHARGAS-FERREIRA, 2014, p.291)

Além destas questões de aprendizagem acima da média, as professoras conheceram outra versão do João até então desconhecida através do relato de sua família: João é um menino que demonstra muito nervosismo, tem dificuldade em estabelecer vínculos com os colegas e professoras, tendo escolhido uma professora como sua referência e com ela

estabeleceu seu vínculo afetivo, sendo resistente ao convívio com as demais profissionais. João tem dificuldade em seguir combinados, é seletivo quanto a atividade que se propõe a realizar, da mesma forma com os alimentos como se as situações fossem interligadas.

De acordo com estudos realizados por Winner (1997) e Chagas-Ferreira (2014), é importante termos o conhecimento de três características atípicas de crianças talentosas: a precocidade, a insistência em fazer as coisas do seu jeito e a fúria por dominar. Chagas-Ferreira nos chama a atenção para a compreensão com a seguinte análise

A precocidade é vinculada ao funcionamento biológico e à aprendizagem. A insistência em fazer as coisas do seu modo envolve a rapidez para aprender, a independência de pensamento, o não conformismo e a criatividade. A fúria por dominar diz respeito ao interesse para aprender e manter um alto padrão de desempenho em sua área de conhecimento. (CHAGAS-FERREIRA, 2014 p.286)

É essencial adquirirmos esse conhecimento para desmistificar o mito que envolve o desajustamento emocional de pessoas com indicativos de altas habilidades/superdotação, evidenciando o despreparo de muitos destas pessoas (aqui no nosso caso, uma criança com pouca idade) para lidar com as críticas, frustrações, regras e fracassos, como nos aponta também o estudo apresentado por Sabatella (2008).

Em uma nova conversa com a família, a mãe trouxe a informação sobre a tentativa de encaminhamento realizado pela escola anterior, para investigação com uma especialista sobre questões nas quais João se sobressaia perante os demais colegas e, a sugestão de acompanhamento com uma psicopedagoga, entretanto a família não concordou com a sugestão e não houve continuidade no encaminhamento.

Passados alguns meses, percebeu-se que o processo de acolhimento do João na escola, havia ocorrido conforme o planejado. Deste modo, suas questões de interação social e a dificuldade em acompanhar a rotina com a turma fizeram com que se realizasse uma nova conversa com a família.

Nesse momento, a partir da percepção de que as mesmas questões se repetiam com o João, a família aceitou em buscar orientação de profissionais externos a escola. E, obteve-se em meados de novembro, o parecer de uma psicóloga, de altas habilidades/superdotação e indicação de avaliação com neuropediatra, em virtude de traços que sugeriam a possibilidade de Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade - TDAH.

De acordo com Ourofino (2007,p. 60) *“A possibilidade da existência de dupla excepcionalidade SD/TDAH deve ser considerada pelos profissionais que realizam avaliação psicológica de alunos encaminhados com características de superdotação ou de TDAH”*, assim, compreendemos a importância de que o processo de identificação seja realizado numa perspectiva interdisciplinar, na qual profissionais da área médica podem solicitar avaliação psicológica quando houver suspeita de dupla excepcionalidade e da mesma forma, psicólogos e psicopedagogos devem requerer avaliação clínica quando

suspeitarem da possibilidade de TDAH.

Mesmo conhecendo a possível dupla excepcionalidade do João, nessa pesquisa focaremos nas altas habilidades/superdotação. Essa escolha investigativa, baseia-se na identificação realizadas pelas professoras que acompanhavam o João em seu dia na escola e no parecer emitido pela psicóloga que indicava que João é uma criança com altas habilidade/superdotado. Corroborando a isso, nas entrevistas realizadas, todas as professoras foram unânimes em reconhecer que o João era uma criança atípica na escola e que sua inteligência e facilidade em aprender, eram para elas algo intenso e vivido no dia a dia escolar.

ORIENTAÇÕES PARA A PROFESSORA DA SALA DE AULA INCLUSIVA

Encontrar com uma criança que tem um elevado padrão de aprendizagem, logo na primeira infância, de forma geral tende a desacomodar e inquietar as professoras que lhe encontram nos primeiros anos escolares. Com o João não foi diferente e pode-se perceber através das entrevistas realizadas que os questionamentos e as dúvidas por vezes eram mais intensos que a poucas certezas que tinham em relação ao João, apesar dos anos de experiência na docência.

Pensar ações, orientações para essas professoras que trabalham na sala de aula inclusiva com o João, requer sensibilidade, acolhimento e estudos contínuos sobre a temática das altas/habilidades/superdotação, nessa perspectiva Mezzomo (2011) evidenciam que

O professor, ou profissional especializado terá a incumbência de dar o aporte teórico e específico sobre as Altas Habilidades/Superdotação ao professor do ensino regular, promovendo uma reflexão diante da visão errônea e mistificada que se tem a respeito destes alunos. (MEZZOMO, 2011, p.179)

Assim, acredita-se ser importante, inicialmente a sensibilização das professoras, sobre a temática das altas habilidades/superdotação, com o intuito de contribuir para a compreensão desta necessidade educacional especial, e assim criar subsídios para o estabelecimento do vínculo colaborativo entre professoras da sala de aula inclusiva e professora do AEE para o desenvolvimento das habilidades e talentos do João. É importante que seja pensado no viés colaborativo entre professora de sala de aula inclusiva e professora do AEE, pois de acordo com a Resolução N°4. de 02 de outubro de 2009

Art. 13 São atribuições do professor de Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e

de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009)

Compreende-se que, faz parte das atribuições da professora do AEE, a articulação e colaboratividade com a professora da sala de aula inclusiva, para que dessa forma seja possível o diálogo sobre o desenvolvimento da criança em sua totalidade. Além disso, Mezzomo (2011) nos aponta que

“É também de responsabilidade do professor, ou do profissional especializado, fazer o intercâmbio entre o ensino regular e o especializado, trabalhar na especificidade de seu aluno [...], assim como auxiliar na opção metodológica a ser adotada pelo professor do ensino regular visando o desenvolvimento das habilidades do aluno e respeitando suas especificidades”. (MEZZOMO, 2011, p.179)

Conhecendo as atribuições da professora do atendimento educacional especializado e compreendendo a importância de sua presença ativa e participativa no contexto escolar do João, acreditamos que, algumas orientações podem ser encaminhadas a professora da sala de aula inclusiva do João, entre as quais destacamos que sejam planejadas atividades diferenciadas que promovem o aprofundamento das interações de aprendizagens³, ao invés de aumentar a quantidade de tarefas, o que pode incluir projetos de investigação, resolução de problemas a partir do cotidiano da criança e estudo de caso que possibilitem com que o João possa explorar temas em profundidade, estimulando a criatividade e o pensamento crítico, para isso a professora pode utilizar materiais complementares, como livros, vídeos e recursos digitais, para ampliar o conhecimento do cotidiano. Essas propostas seriam o que pesquisadores como Rech, Negrini e Santos (2023) e Braz e Rangni (2021) denominam como enriquecimento curricular.

No que se refere ao incentivo dos princípios de autonomia do João, visando futuramente uma aprendizagem autodirigida, sugere-se que as professoras da sala de aula

3 Interações de aprendizagens correspondem aos conteúdos trabalhados pelas professoras de acordo com a Base Nacional Comum Curricular.

incentivem o João a estabelecer metas de aprendizagem e o auxilie para que aprenda de forma lúdica e prazerosa a traçar planos que o ajudem a atingir essas metas.

Outra possibilidade que trazemos refere-se ao uso de utilização de tecnologias educativas e ferramentas de pesquisa para que ele possa explorar temas de seu interesse e aprender de forma autônoma.

As professoras, também podem incluir na rotina semana, momentos em que o João possa compartilhar com a turma ou em pequenos grupos o que aprendeu ou como aprendeu, fortalecendo sua habilidade de comunicação e estabelecendo vínculos afetivos com seus colegas.

Importante lembrar também que, ao promover atividades em grupo, se está o desafiando a trabalhar em equipe, e nesses momentos, ele pode também desenvolver habilidades de liderança e colaboração, que são importantes ao seu amadurecimento.

A inclusão destes momentos na rotina da turma do João, corroboram para o desenvolvimento socioemocional, não apenas do João, mas de todas as crianças da turma. Para que essas sugestões, sejam possíveis e viáveis de realização, reforçamos a necessidade de se proporcionar um ambiente acolhedor onde as crianças possam expressar seus interesses e preocupações, ajudando-as a lidar com a ansiedade ou o perfeccionismo, comum a todas as crianças em desenvolvimento e em especial, de forma mais acentuada em crianças com altas habilidades/superdotação.

Destacamos a importância de que a professora da sala de aula inclusiva, mantenha um acompanhamento contínuo do João, identificando assim, áreas nas quais ele possa necessitar de um apoio maior, como na organização, concentração ou mesmo suporte emocional, conhecendo a história dele.

É importante lembrar que cada criança com altas habilidades/superdotação é única e suas necessidades e interesses individuais podem variar. Portanto, o acompanhamento individual e personalizado é fundamental para o fornecimento de educação especial e inclusiva. Para que essa prática seja possível, é importante que a professora da sala de aula inclusiva elabore o Plano de Atendimento Individualizado – PEI do João.

O PEI é um importante documento que organiza e orienta o processo de aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais, que são público alvo da educação especial, é uma proposta de organização curricular que visa desenvolver as potencialidades da criança e nortear as ações pedagógicas da professora (Tannús-Valadão, Mendes, 2018). O PEI é construído pela professora da sala de aula, com auxílio da professora de atendimento educacional especializado e a colaboração da família da criança, que faz parte do processo de inclusão e aprendizagem de forma significativa e fundamental. Sobre o PEI, podemos acrescentar ainda que a visão de Lustosa, Dias e Lima (2022) que nos diz que

O PEI [...], é uma ferramenta de trabalho que auxilia o professor, facilitando o processo de inclusão e a vida do aluno com deficiência possibilitando que

o acesso ao currículo seja organizado da melhor forma possível. É, portanto, uma organização, manifestação e a construção pedagógica de um sistema educacional inclusivo por esse motivo ele é tão importante. (2022, p.05)

Assim, compreendemos como fundamental a elaboração do PEI para o João, uma vez que sendo uma criança com indicativos de altas habilidades/superdotação, necessita deste olhar diferenciado para sua aprendizagem.

Todas essas orientações, aqui descritas, visam proporcionar uma educação inclusiva que valoriza e estimula o potencial do João, uma criança com altas habilidades/superdotação, promovendo seu desenvolvimento integral e seu bem-estar na sala de aula inclusiva.

ESTRATÉGIAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Atendimento Educacional Especializado - AEE, conforme o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial, consiste em um serviço da Educação Especial que visa identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, com o objetivo de eliminar barreiras e promover a plena participação da criança, considerando suas necessidades educacionais especiais – NEE.

As Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, foram instituídas pelo Decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, e regulamentadas pelo Decreto nº 7611, de 11 de novembro de 2011. No processo de constituição dos sistemas de ensino inclusivos, surgiram diversos dispositivos legais com fundamentos político-filosóficos baseados em leis, decretos e princípios que garantem e protegem os direitos do público-alvo nesse contexto educacional.

A legislação brasileira, estabelece que o Atendimento Educacional Especializado, deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, podendo, no entanto, ser realizado fora dele, uma vez que se trata de um complemento, e não de uma substituição ao ensino comum. O AEE deve ocorrer em horários distintos das aulas regulares, com objetivos, metas e métodos educacionais próprios, definidos de acordo com as necessidades específicas de cada tipo de deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

Após esse breve relato sobre o Atendimento Educacional Especializado, gostaríamos de relembrar o nosso campo de investigação: a educação infantil (0 a 3 anos). Como pode-se observar, a legislação brasileira, atende especificamente o ensino obrigatório, de 04 a 17 anos, ficando subentendido o atendimento na educação infantil, e o que é implícito não é obrigatório. Embora essa etapa da educação seja citada em leis, documentos e normativas, ela ainda não tem visibilidade e efetividade no que corresponde ao Atendimento Educacional Especializado e sua oferta obrigatória nas creches (que atende a faixa etária de 0 a 3 anos). Deste modo, ainda temos poucas pesquisas e estudos sobre o Atendimento Educacional Especializado realizado em creches, embora se tenha o conhecimento de sua efetivação em diversos sistemas de ensino, devido a importância do atendimento as

crianças público-alvo da educação especial.

Assim, feita a contextualização sobre o Atendimento Educacional Especializado, retomamos o caso do João, que sendo uma criança com altas habilidades/superdotação, tem o direito a ter suas necessidades educacionais especiais atendidas.

Para o atendimento do João, pensamos em algumas atividades e estratégias que poderiam ser desenvolvidas a partir de suas características e habilidades. Todas as propostas são baseadas na ludicidade, pois compreendemos que, embora o João tenha habilidades muito acima da média, ele é uma criança de 03 anos que precisa ser estimulada de maneira adequada ao seu desenvolvimento. Através do brincar, buscamos promover a aprendizagem, respeitando seu ritmo e seus interesses.

Os jogos desempenham um papel fundamental nesse processo, pois, além de estimular a criatividade e a interação social, permitem que a criança explore o mundo de forma prazerosa e significativa. Ao envolver-se em atividades lúdicas, João pode desenvolver habilidades cognitivas, motoras e emocionais de forma natural e gradualmente, o que contribui para seu desenvolvimento. Os jogos também ajudam a criar um ambiente de segurança e confiança, no qual ele pode experimentar, errar e aprender sem pressão. Desta forma, descrevemos a seguir alguns jogos que utilizaríamos no atendimento educacional especializado de João, pensando em promover tanto o desenvolvimento de suas habilidades específicas quanto ao prazer pelo aprendizado. Optamos em realizar essa descrição através de um quadro (quadro 1), com o intuito de facilitar a compreensão entre o jogo, como ele ocorre e os objetivos que temos ao utilizado. Observe o quadro abaixo:

Nome do Jogo	Descrição do Jogo	Objetivos Educacionais para utilizá-lo no AEE
Jogo: Hora do Rush	O jogo <i>Hora do Rush</i> é um quebra-cabeça que desafia os jogadores a resolver problemas de trânsito, simulando uma situação em que é necessário liberar um carro (o carro vermelho) bloqueado entre outros veículos. O objetivo principal é movimentar estrategicamente os outros carros para abrir caminho e permitir que o carro vermelho chegue à saída. O jogo funciona com diferentes níveis de dificuldade, exigindo atenção e planejamento para resolver cada desafio.	Desenvolver o Raciocínio Lógico e a Capacidade de Resolução de Problemas: Ao movimentar os veículos de maneira estratégica para liberar o caminho do carro vermelho, se exercita o cálculo lógico e a resolução de problemas, habilidades importantes para a matemática e a tomada de decisões. Estimular a Perseverança e o Pensamento Crítico: Como o jogo pode ser difícil e requer esforço e erro, a criança aprende a perseverar diante das dificuldades, ajustando suas estratégias e melhorando seu pensamento crítico ao buscar soluções alternativas.
Jogo: Cilada	O jogo <i>Cilada</i> é um jogo de tabuleiro no qual os jogadores têm como objetivo posicionar peças em uma forma de dificultar os movimentos do adversário, “prendendo-o” para que ele não consiga realizar mais jogadas. Cada movimento requer observação cuidadosa do tabuleiro, planejamento e antecipação das jogadas do oponente, uma vez que o objetivo é bloquear seus movimentos e evitar ser bloqueado.	Desenvolver Estratégia e Planejamento: Ao tentar bloquear o oponente, se exerce o planejamento estratégico e se aprende a pensar com antecipação, considerando as possíveis consequências de cada movimento. Essas habilidades são úteis para o desenvolvimento lógico e para o planejamento em outras áreas do conhecimento. Estimular o Autocontrole e a Tomada de Decisões: O jogo envolve momentos de pressão e exige autocontrole para tomar decisões que influenciam o desenrolar da partida. Essa prática ajuda a criança a refletir antes de agir e a desenvolver habilidades de tomada de decisões com base em observação e análise crítica.
Jogos: Na Ponta da Língua	<i>Na Ponta da Língua</i> é um jogo de palavras e rapidez mental em que os jogadores precisam responder rapidamente a perguntas ou identificar palavras relacionadas a um tema específico. O objetivo é pensar rápido para acertar o maior número possível de respostas antes dos adversários, o que exige agilidade de pensamento e um bom vocabulário.	Expandir o Vocabulário e Desenvolver a Expressão Oral: Ao participar do jogo, a criança é incentivada a explorar e utilizar novas palavras, ampliando seu vocabulário e melhorando a capacidade de expressão oral. Esse objetivo é especialmente importante para o aprendizado da linguagem e comunicação em grupo. Estimular o Raciocínio Rápido e a Memória: Como o jogo exige respostas rápidas, a criança pratica o raciocínio ágil e a lembrança de palavras ou conceitos. Esse exercício contribui para fortalecer a memória de curto prazo e a habilidade de responder prontamente a estímulos, competências úteis em diversas áreas do conhecimento cotidiano.

Jogo da Linguagem	<p>O <i>Jogo da Linguagem</i> é um jogo educativo que envolve atividades com palavras, frases e estruturas gramaticais, onde os jogadores precisam formar palavras ou construir frases de acordo com as regras determinadas pelo jogo. O objetivo é que as crianças exercitem diferentes aspectos da língua portuguesa, como vocabulário, gramática e interpretação, de forma lúdica.</p>	<p>Reforçar o Conhecimento de Gramática e Estrutura Frasal: Ao montar frases ou escolher as palavras corretas, a criança pratica regras gramaticais, estrutura de frases e uso adequado de palavras, o que contribui para o aprimoramento da escrita e do entendimento das normas da língua portuguesa.</p> <p>Desenvolver Habilidades de Leitura e Interpretação: O jogo também promove a leitura atenta e a interpretação de palavras e frases, incentivando a criança a compreender o significado e contexto das palavras. Isso fortalece a capacidade de compreensão e interpretação textual, habilidades essenciais para a leitura e para o entendimento de textos em geral.</p>
Jogo: Tetra Cores	<p><i>Tetra Cores</i> é um jogo de cálculo e estratégia onde os jogadores precisam preencher áreas do tabuleiro usando quatro núcleos diferentes, sem que as áreas adjacentes tenham a mesma cor. O objetivo do jogo é utilizar quatro núcleos de forma lógica e estratégica para preencher o tabuleiro seguindo essa regra, exigindo atenção e planejamento.</p>	<p>Desenvolver o Raciocínio Lógico e Espacial: <i>Tetra Cores</i> exige que a criança pense sobre a posição das áreas e como distribuir os núcleos sem repetir, o que ajuda a fortalecer o raciocínio lógico e as habilidades espaciais. Essas habilidades são úteis para a matemática e para a resolução de problemas.</p> <p>Estimular a Atenção e a Concentração: Ao evitar que áreas adjacentes tenham a mesma cor, o jogo incentiva a criança a manter-se atentos aos detalhes, reforçando a capacidade de concentração. Esse exercício é importante para o desenvolvimento da paciência e da atenção aos detalhes, habilidades que se transferem para outras áreas do cotidiano.</p>

Quadro 1 – Atividades baseadas em jogos lúdicos

Fonte: elaborada pelas autoras.

Os jogos descritos no quadro acima, visam proporcionar momentos de ludicidade e conhecimento ao João, além de incentivar suas habilidades em desenvolvimento.

Para além dos jogos, pensamos em algumas propostas de atividade que favoreçam a interação com as artes plásticas, visto que temos o conhecimento de ser essa uma área de interesse e que desperta motivação no João. Essas propostas envolvem o uso de diferentes recursos como tintas naturais, pincéis de elementos da natureza, materiais recicláveis entre outras opções que podem contribuir para o despertar artístico do João.

Todas essas propostas, aqui descritas, visam proporcionar uma educação inclusiva que valoriza e estimula o potencial do João, uma criança com altas habilidades/superdotação, promovendo o desenvolvimento de suas capacidades de forma equilibrada, respeitando seu ritmo e incentivando seu crescimento pessoal e social em um ambiente acolhedor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste artigo destacam a importância da educação inclusiva e do Atendimento Educacional Especializado, para as crianças com altas habilidades/superdotação. Ao longo do texto, procuramos trazer elementos que pudessem contribuir para o seu entendimento e enriquecimento a partir de um caso específico que subsidiou toda nossa pesquisa. Além disso, procuramos trazer para conhecimento algumas estratégias que podem valorizar e potencializar o aprendizado, promovendo um ambiente onde todas as crianças possam ser estimuladas de forma lúdica e prazerosa a aprendizagem.

Também, evidenciamos que a implementação dessas práticas não apenas beneficia a criança com altas habilidades/superdotação, mas enriquece a dinâmica da sala de aula inclusiva como um todo, promovendo equidade e qualidade nas ações pedagógicas.

Além disso, procuramos destacar a importância do ensino colaborativo entre a professora do Atendimento Educacional Especializado e a professora da sala de aula inclusiva na implementação de ações educativas que promovam a inclusão e o aprendizado as crianças. Tentamos mostrar de forma argumentativa que a parceria entre as profissionais, favorece a troca de experiências, o que contribui para a construção de um ambiente de aprendizagem mais diversificado bem como, favorece o fortalecimento das práticas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais especiais das crianças público alvo da educação especial e não apenas delas, mas de todas as que se beneficiam deste espaço educacional inclusivo.

Embora o estudo apresente algumas limitações, ele contribui para a compreensão de abordagens inclusivas na educação infantil, especialmente na modalidade creche, e para o entendimento sobre a inclusão de crianças com altas habilidades/superdotação. Em alguns espaços educacionais, essas crianças podem ser invisibilizadas em suas necessidades educacionais, o que pode resultar em um atendimento inadequado e na falta de estímulos necessários para seu pleno desenvolvimento. Essa invisibilidade não apenas prejudica o potencial das crianças com altas habilidades/superdotação, mas também limita as oportunidades de aprendizado e socialização, tornando essencial a implementação de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as singularidades de cada criança. Portanto, acreditamos que é fundamental que as instituições de ensino adotem estratégias inclusivas que garantam a visibilidade e o suporte adequado a todas as crianças, promovendo um ambiente acolhedor e inclusivo.

Por fim, entendemos que é fundamental que as professoras se abram para adaptar suas práticas docentes e metodológicas, buscando uma educação que respeite e valorize a diversidade. Nessa perspectiva, pensamos que a realização desta Pós-Graduação em nível de Especialização em Atendimento Educacional Especializado contribuiu de forma significativa para nossa constituição enquanto professores que buscam por uma prática inclusiva e transformadora. Essa formação nos proporcionou não apenas conhecimentos

teóricos, mas também ferramentas práticas que nos permitem implementar estratégias práticas para atender às necessidades de todas as crianças, promovendo um ambiente de aprendizagem mais equitativo e acolhedor. Com isso, reforçamos nosso compromisso em construir uma educação inclusiva, na qual cada criança possa se sentir valorizada e tenha a oportunidade de desenvolver plenamente o seu potencial.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por Amor e por Força: Rotinas na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006. 240 p.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN; Maria da Graça Souza Horn. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: 2008.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece As Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Decreto nº 7600, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre A Educação Especial, O Atendimento Educacional Especializado e dá Outras Providências**. Brasília, 17 nov. 2011.

BRASIL. Portaria nº 555, de 07 de janeiro de 2008. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 07 de janeiro de 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (Estatuto da Pessoa Com Deficiência)**. Brasília, 06 jul. 2015.

BRASIL. Resolução nº 04, de 05 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais Para O Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial**. Brasília, 05 out. 2009.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02, de 02 de novembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais Para A Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 02 nov. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação ao Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <https://observatorioodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2017/04/BNCC-Docmento-Final.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.

BRAZ, Paula Paulino; RANGNI, Rosemeire de Araújo. Enriquecimento para um aluno com altas habilidades/superdotação na educação infantil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 262, p. 802-820, 26 nov. 2021. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbeped/a/JdVfMxMvZpVt9q4ZxnLyFvN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 out. 2024.

CHARGAS-FERREIRA, Jane Farias. As características socioemocionais do indivíduo talentoso e a importância do desenvolvimento de habilidades sociais. In: VIRGOLIM, Ângela Maria R.; KONKIEWITZ, Elisabete Castelon. **Altas Habilidades/Superdotação, Inteligência e Criatividade: uma visão multidisciplinar**. Campinas: Papirus, 2014. p. 283-308.

SOUZA, Gisele de; MORO, Catarina; COUTINHO, Angela Scalabrim. (ORG). **Formação da Rede em Educação Infantil: avaliação de contexto**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015. 206 p.

FLEITH, Denise de Souza; ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. **Desenvolvimento de Talentos e Altas Habilidades**: orientação a pais e professores. Porto Alegre: Artmed, 2007. 188 p.

LUSTOSA, Wilne Neves Martins; DIAS, Enayde Fernandes Silva; LIMA, Isaque Lisias Souza. Plano De Ensino Individualizado: Aspectos Conceituais E Legais. In: VIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1., 2022, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Ed. Realize, 2022. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/TRABALHO_COMPLETO_EV174_MD1_ID10007_TB1050_24092022084941.pdf Acesso em: 15 ago. 2024.

MACHADO, Gabriela; MARTINS, Morgana de Fátima Agostini. Atendimento Educacional Especializado – AEE na Educação Infantil: entraves e possibilidades. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 1, p. 746-759, abr., 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12204/8054>. Acesso em: 01 ago. 2024

MEZZOMO, Gislaïne Gundel. O papel do professor de ensino regular e do professor especializado enquanto parceiros no processo de inclusão do aluno com Altas Habilidades/Superdotação na regular de ensino. In: BRANCHER, Valtair Roberto; FREITAS, Soraia Napoleão de. (Org.) **Altas Habilidades/Superdotação: Conversas e Ensaios Acadêmicos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. p. 171-189.

MOSQUEIRA, Juan José Mourião; STOBÄUS, Claus Dieter; FREITAS, Soraia Napoleão. Altas Habilidades/Superdotação no transcurso da vida: da infância à adultez. In: VIRGOLIM, Angela Maria R.; KONKIEWITZ, Elisabete Castelon. **Altas Habilidades/Superdotação, Inteligência e Criatividade: uma visão multidisciplinar**. Campinas: Papirus, 2014. p. 265-282.

OUROFINO, Vanessa T. A. Tentes de. Altas habilidades e hiperatividade: a dupla excepcionalidade. In: FLEITH, Denise de Souza; ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. **Desenvolvimento de Talentos e Altas Habilidades**: orientação a pais e professores. Porto Alegre: Artmed, 2007. P. 51-66.

RECH, Andréia Jaqueline Devalle; NEGRINI, Tatiane; SANTOS, Joseane Oliveira dos. Enriquecimento curricular como prática pedagógica para alunos com altas habilidades/superdotação: uma possibilidade de inclusão escolar. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 72, p. 125–139, 2023. Disponível em: <https://www.e-ublicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/57888> Acesso em: 01 out. 2024.

RENZULLI, Joseph Salvatore. A concepção de superdotação no modelo dos três anéis: um modelo de desenvolvimento para a promoção da produtividade criativa. In: VIRGOLIM, Angela Maria R.; KONKIEWITZ, Elisabete Castelon. **Altas Habilidades/Superdotação, Inteligência e Criatividade: uma visão multidisciplinar**. Campinas: Papirus, 2014. p. 219-264.

RUFINO, Keila Aparecida Duarte; SANTOS, Vanessa Matos dos; SILVA, Diva Souza. Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação infantil e educomunicação: relato de experiência. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/publicacoes/index.php/portal/catalog/download/31/23/1116-1?inline=1>. Acesso em 01 ago. 2024.

SABATELLA, Maria Lúcia Prado. **Talento e Superdotação**: problema ou solução? Curitiba: Intersaberes, 2008. 234 p.

TANNÒS-VALADÃO, Gabriela; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 01-18, dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJJDHWr3xyVzztRdVjdHJSg/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 out. 2024.

VIRGOLIM, Angela Maria Rodrigues; KONKIEWITZ, Elisabete Castelon. **Altas Habilidades/Superdotação, Inteligência e Criatividade**: uma visão multidisciplinar. Campinas: Papirus, 2014. 480 p.

WINNER, Ellen. **Crianças Superdotadas**: mitos e realidades. Porto Alegre: Artmed, 1998. 236 p.
Tradução de Sandra Costa.

INFLUÊNCIA DO USO DE TELAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Data de submissão: 06/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Fernanda Carla Ajonas Rocha

Acadêmica do último período do curso de Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Geovanna de Lima Pereira

Acadêmica do último período do curso de Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Jacir Alfonso Zanatta

Psicólogo Clínico. Doutor em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Professor colaborador do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia na mesma universidade.

Professor do curso de Psicologia.

Coordenador dos grupos de pesquisas “Pelos Olhos da Literatura” e “As Doenças da Alma”, onde esta pesquisa se enquadra

o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, além de estimular o consumismo. A mediação de pais, educadores e profissionais e a promoção de atividades alternativas são essenciais para equilibrar os benefícios e minimizar os riscos do uso de dispositivos tecnológicos, como televisão, celulares, computadores e jogos eletrônicos. A investigação contínua para o consumo de mídia é fundamental para adaptar as práticas às novas realidades digitais e garantir um desenvolvimento saudável e equilibrado das crianças.

PALAVRAS-CHAVE:

Telas.
Desenvolvimento. Cognitivo. Infantil.
Consumismo.

RESUMO: O presente texto busca investigar os impactos do uso de telas digitais no desenvolvimento infantil. O objetivo geral é revisar a literatura existente para compreender os efeitos das tecnologias digitais no desenvolvimento das crianças. Os resultados indicam que, embora as telas possam oferecer benefícios educativos, o uso excessivo e inadequado pode prejudicar

ABSTRACT: This study investigates the impacts of digital screen use on child development. The primary objective is to review existing literature to understand the effects of digital technologies on children's development. Although studies indicate that screens can offer educational benefits, excessive and inappropriate use can impair children's cognitive, emotional, and social development, as well as encourage consumerism. The mediation of parents, educators, and professionals, along with the promotion of alternative activities,

is essential to balance the benefits and minimize the risks associated with the use of technological devices such as television, smartphones, computers, and gaming machines. Ongoing research for media consumption is crucial to adapting practices to new digital realities and ensuring a healthy and balanced development for children.

KEYWORDS: Screen. Development. Cognitive. Child. Consumerism.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O desenvolvimento infantil é uma fase que envolve a interação entre fatores biológicos, sociais e ambientais. A partir do avanço tecnológico nas últimas décadas, dispositivos como smartphones, tablets, computadores e televisões tornaram-se onipresentes na vida cotidiana da população, incluindo a das crianças. Se, por um lado, essas ferramentas oferecem novas possibilidades educativas, por outro, elas têm gerado preocupações crescentes entre pais, educadores e a comunidade acadêmica sobre seu impacto no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico das crianças (Desmurget, 2023).

O ambiente em que a criança cresce exerce uma influência crucial sobre seu desenvolvimento. Neste contexto, Siegel e Bryson (2015) apontam que o cérebro infantil está constantemente sendo programado e reprogramado pelas experiências que a criança vivencia, e que essas experiências são fundamentais para moldar a estrutura e a funcionalidade cerebral. Assim, as interações sociais, brincadeiras ao ar livre e atividades criativas são práticas essenciais que, se negligenciadas em favor do entretenimento digital, podem comprometer um desenvolvimento saudável e integral.

Com a ascensão das tecnologias digitais, tornou-se imperativo entender como essas ferramentas afetam o desenvolvimento humano. Estudos recentes, como os apresentados por Desmurget (2023), indicam que o uso precoce e excessivo de dispositivos eletrônicos pode privar as crianças de experiências fundamentais para seu desenvolvimento. Além disso, o autor observa que, embora o impacto das telas digitais sobre o desenvolvimento humano não seja uniformemente negativo, sua influência depende significativamente da forma como são utilizadas. A qualidade do conteúdo consumido, o tempo de exposição e o contexto em que as tecnologias são empregadas são fatores críticos que devem ser considerados.

A ideia de que as crianças, por serem “nativas digitais”, possuem automaticamente habilidades cognitivas avançadas é um equívoco, como argumenta Desmurget (2023). As ferramentas digitais são projetadas para serem fáceis de usar, mas isso não implica em um desenvolvimento cognitivo superior. Pelo contrário, os “nativos digitais” podem ser facilmente manipulados ao avaliarem a veracidade e a qualidade das informações encontradas na internet (Stanford History Education Group, 2016). Siegel e Bryson (2015) ressaltam que, apesar das vidas ocupadas e frequentemente isoladas, é fundamental lembrar que somos interdependentes e conectados, o que reflete a importância das interações humanas no desenvolvimento saudável.

Desmurget (2023) enfatiza a amplitude dos efeitos negativos dos dispositivos digitais sobre o desenvolvimento humano, abordando desde questões somáticas, como obesidade e maturação cardiovascular, até aspectos emocionais, como agressividade e ansiedade, e cognitivos, como dificuldades de linguagem e concentração. O autor também destaca que as tecnologias digitais estão tão entrelaçadas à vida cotidiana que se tornou impossível separá-las completamente. Afinal, rejeitar o mundo digital em seu conjunto não é uma solução viável. O desafio, portanto, está em encontrar um equilíbrio que permita maximizar os benefícios e minimizar os potenciais danos dessas tecnologias.

Nesse sentido, a problemática central abordada no desenvolvimento deste texto é o impacto do uso de telas no desenvolvimento infantil. Deste modo, busca-se também analisar os efeitos das telas digitais no desenvolvimento cognitivo de crianças, identificar estratégias eficazes para mediar e controlar o uso de telas por crianças e avaliar o papel das mídias digitais como influenciadores do consumo pelo público infantil.

2 | DESENVOLVIMENTO HUMANO NA ERA DIGITAL: INFLUÊNCIAS E IMPLICAÇÕES

A influência do ambiente no desenvolvimento humano é um fator crucial, como destacado por Coutinho (1978) ao ressaltar que a soma total de estímulos que atinge um organismo vivo é determinante para o potencial de desenvolvimento individual. Isso evidencia a necessidade de um estímulo adequado para que o potencial individual seja plenamente realizado. Além disso, Siegel e Bryson (2015) reforçam que, durante a infância, as experiências que proporcionamos às crianças desempenham um papel vital na estruturação e reprogramação constante do cérebro. Essas experiências são fundamentais para a criação de conexões entre diferentes partes do cérebro, promovendo um desenvolvimento resiliente e bem integrado.

O avanço das tecnologias digitais tem introduzido novos desafios nesse contexto, sendo seu impacto sobre diversas dimensões do desenvolvimento humano objeto de preocupação e estudo contínuo. Desmurget (2023) observa que as tecnologias digitais estão profundamente entrelaçadas à vida cotidiana, ao ponto de ser praticamente impossível separá-las. Nesse cenário, o autor enfatiza que os efeitos negativos dos dispositivos digitais abrangem uma ampla gama de aspectos, desde consequências somáticas, como obesidade e maturação cardiovascular, até efeitos emocionais, como aumento de agressividade e ansiedade, além de impactos cognitivos, como dificuldades na linguagem e na concentração.

Além dessas preocupações, a pesquisa conduzida pela Universidade de Stanford, conforme citada no relatório “Evaluating Information: The Cornerstone of Civic Online Reasoning” (Stanford History Education Group, 2016), revela um problema adicional: a limitada habilidade dos jovens em avaliar criticamente a veracidade e a confiabilidade das

informações encontradas na internet. Considerando esse contexto, Desmurget (2023) argumenta que, conforme as ferramentas digitais são projetadas para facilitar o uso, isso não se traduz automaticamente em habilidades cognitivas avançadas por parte dos usuários, contrariando as narrativas idealizadas sobre os nativos digitais.

As narrativas idealizadas sobre os nativos digitais frequentemente carecem de embasamento factual, pois o impacto das telas digitais sobre o desenvolvimento humano é complexo e multifacetado (Desmurget, 2023). A plasticidade cerebral, como salientado por Siegel e Bryson (2015), implica que todas as experiências moldam a estrutura e o funcionamento do cérebro. Portanto, a qualidade e o contexto do uso das tecnologias digitais são fatores críticos a serem considerados.

Em suma, embora o impacto das telas digitais sobre o desenvolvimento humano não seja uniformemente negativo, sua influência depende significativamente da forma como essas tecnologias são utilizadas. Portanto, é essencial adotar abordagens informadas e equilibradas para maximizar os benefícios e mitigar os possíveis prejuízos decorrentes do uso dessas tecnologias, assegurando que as crianças tenham acesso a experiências enriquecedoras e variadas que promovam seu desenvolvimento de maneira saudável.

3 | DESENVOLVIMENTO INFANTIL E COGNITIVO

O desenvolvimento cognitivo infantil é um processo complexo que envolve a interação entre fatores biológicos, sociais e ambientais. Conforme Lima, Cortinaz e Nunes (2018), as heranças genéticas de um indivíduo podem ou não serem desenvolvidas de acordo com as intervenções do meio ambiente em que ele vive. As primeiras experiências de uma criança são fundamentais para o amadurecimento cerebral e a aquisição de habilidades essenciais, como linguagem, coordenação motora, gestão emocional e pré-requisitos matemáticos (Desmurget, 2023). Nos primeiros anos de vida, o cérebro passa por uma fase crucial de aprendizagem e amadurecimento. Segundo o autor, a qualidade e o contexto das experiências nesta etapa da vida são determinantes para o estabelecimento de estruturas cognitivas e emocionais robustas, que influenciarão o desenvolvimento posterior.

Coutinho (1978) enfatiza que, para que ocorra aprendizagem, a criança deve estar em um ambiente socialmente estimulante e ser motivada por esse ambiente. O sujeito se constitui a partir de suas relações e interações com o meio em que está inserido (Lima, Cortinaz e Nunes, 2018). Nesse processo, a plasticidade cerebral, característica fundamental do desenvolvimento infantil, permite que as experiências moldem a estrutura e o funcionamento do cérebro. No entanto, se as experiências forem inadequadas em termos de qualidade ou quantidade, o desenvolvimento cognitivo pode ser comprometido (Desmurget, 2023).

A fase dos zero aos seis anos é caracterizada por uma intensa densidade de transformações, em que as experiências e os estímulos recebidos podem impactar na eficácia das conexões neurais formadas. Em termos de estímulos, é importante considerar

não apenas a quantidade, mas também a qualidade do que é oferecido aos neurônios. Desmurget (2023) ressalta que o que ocorre nesse período da infância influencia profundamente a vida futura da criança, e a falta de estímulos de qualidade pode ter efeitos duradouros no desenvolvimento. Portanto, oferecer um ambiente rico em estímulos adequados é essencial para não comprometer as disposições tardias.

Descobertas na área da neuroplasticidade sugerem que os pais desempenham um papel vital ao proporcionar experiências que moldam diretamente o crescimento do cérebro de seus filhos (Siegel e Bryson, 2015). Nesse sentido, além de alimentação e sono adequados, a criança deve receber estímulos apropriados para seu desenvolvimento cerebral. Da mesma forma, se a criança for exposta a estímulos inadequados, seu desenvolvimento cognitivo será prejudicado. Lima, Cortinaz e Nunes (2018) evidenciam a importância de vínculos, cuidados com higiene, alimentação, integridade física, assistência emocional e educação como questões determinantes para a formação da criança.

Nesse contexto, embora as telas digitais possam oferecer conteúdos educativos, não substituem por completo a riqueza das interações humanas e das experiências do mundo real. As crianças precisam de interações interpessoais para aprender a gerir emoções e desenvolver habilidades sociais. Além disso, também precisam “experimentar, mobilizar seu corpo, correr, pular, tocar, brincar e observar o mundo ao seu redor” (Desmurget, 2023, p.63) para um desenvolvimento integral.

Ao brincar, a criança é incentivada a compartilhar, renunciar, ceder, esperar sua vez e experienciar uma série de regras. Deste modo, a brincadeira permite que a criança elabore sentimentos, conheça seus próprios limites e identifique suas emoções (Bernardi, 2016). Atualmente, é possível observar que jogos e brincadeiras têm sido pouco explorados nos ambientes em que a criança está inserida, sendo substituídos por diversões e interações que se restringem às tecnologias digitais.

4 | O USO DE TELAS

Em decorrência das transformações socioculturais e do advento da tecnologia, a cultura lúdica das crianças e as relações socioafetivas passaram por mudanças significativas (Chaves, 2018). Dentre elas, destacam-se a diminuição do brincar ao ar livre, o aumento do tempo gasto em dispositivos eletrônicos e a redução do contato social direto com amigos e familiares. O uso das tecnologias digitais tornou-se cada vez mais comum e precoce entre o público infantil (Chaves, 2018), o que pode privar as crianças de uma série de estímulos e experiências essenciais para seu desenvolvimento saudável e integral, além de limitar o desenvolvimento pleno de suas capacidades cognitivas e emocionais (Desmurget, 2023).

Embora as telas ofereçam benefícios potenciais para a educação e o desenvolvimento cognitivo, o uso excessivo e não supervisionado pode ter efeitos negativos significativos. Desmurget (2023) revela que aspectos psíquicos prejudiciais ao desempenho intelectual,

como dispersão, multifuncionalidade, impulsividade e impaciência, são exacerbados pelo uso excessivo de telas. A tecnologia, quando utilizada de maneira inapropriada, abusiva ou sem planejamento, pode substituir atividades fundamentais para o desenvolvimento infantil. Entre essas atividades estão o brincar, a interação face a face, o tempo familiar de qualidade, as brincadeiras ao ar livre, os exercícios físicos, e o tempo de inatividade e ócio criativo (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019). De acordo com Desmurget (2023), entre dois e oito anos, o tempo médio de uso de telas é de 2h45min por dia, e entre oito e 12 anos, chega a aproximadamente 4h45min diários.

As atividades ligadas à tela na infância têm sido correlacionadas com um declínio na interação social (Boyd, 2014), pior qualidade de relacionamentos interpessoais (Kowert, Domahidi, Festl, & Quandt, 2014) e menor competência social (Griffiths, 2010; Lemmens, Valkenburg & Peter, 2011). A complicação está em os aparelhos oferecerem fragmentariamente uma linguagem à criança, através de sequências sonoras que não produzem uma matriz dialógica na qual o sujeito possa se subjetivar e representar na linguagem. Os objetos tecnológicos, supostamente fascinantes e eficazes, aos quais as crianças ficam expostas, passam a ser oferecidos como substitutos a relações com os outros (Jerusalinsky, 2017).

Peixoto, Bredemeier e Cassel (2020) explicam que atividades usando telas relacionam-se com menor desempenho escolar, capacidade social reduzida e menor interação social. Os autores destacam que o uso de dispositivos eletrônicos por crianças, especialmente sem a presença de um adulto para orientar a experiência, pode estar associado a um atraso significativo no desenvolvimento da linguagem oral. Além disso, é preciso lembrar que tais atitudes não estão isentas de consequências psicológicas e emocionais: os avanços tecnológicos têm despertado níveis crescentes de ansiedade e inquietude, tornando as pessoas cada vez menos tolerantes e pacientes (Gueller, 2017).

Portanto, observa-se que o uso de telas na infância, se não mediado e controlado adequadamente, pode acarretar uma série de consequências negativas para o desenvolvimento infantil. A mediação parental e a limitação do tempo de exposição às telas são essenciais para garantir que as crianças tenham um desenvolvimento saudável e equilibrado, que contemple tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o emocional e social. As experiências proporcionadas às crianças, inclusive aquelas relacionadas ao uso de tecnologias, moldam diretamente o crescimento de seus cérebros (Siegel & Bryson, 2015). É essencial que essas experiências sejam enriquecedoras e equilibradas, promovendo a integração entre as diversas áreas do cérebro e evitando impactos negativos a longo prazo.

5 | AS CRIANÇAS COMO ALVOS DAS ESTRATÉGIAS DE CONSUMO

O público infantil tem se tornado um alvo estratégico da indústria do entretenimento e do marketing, utilizando personagens de filmes, desenhos animados e celebridades para

motivar o consumo junto a este grupo. Segundo Santos (2018), essas figuras icônicas servem como ferramentas poderosas para captar a atenção das crianças e influenciar suas preferências de consumo. Os personagens são usados não apenas para promover produtos infantis diretamente, mas também para inserir sutilmente marcas e produtos no cotidiano das crianças, criando uma ligação emocional e uma identificação que perduram ao longo do tempo.

Atualmente, as crianças são vistas como consumidores em potencial que, além de consumir diretamente, influenciam significativamente o consumo doméstico dos adultos. Santos (2018) destaca que, devido a essa influência, a indústria investe tanto em marketing voltado para o público infantil quanto para qualquer outra faixa etária. As crianças não apenas pedem produtos para si, mas também moldam as decisões de compra dos pais, desde alimentos e brinquedos até produtos eletrônicos e roupas. Esse poder de influência faz com que elas sejam um mercado atrativo e dinâmico para as estratégias de marketing, utilizadas em todas as formas de dispositivos digitais, desde jogos e televisão até propagandas em aplicativos utilizados pelas crianças.

No entanto, por serem indivíduos em formação, as crianças são particularmente vulneráveis às táticas de marketing, sendo transformadas em modelos ideais de consumidores pela mídia. Santos (2018) argumenta que a exposição constante a mensagens publicitárias cria uma representação social onde a infância é integrada à lógica de necessidades de consumo. As crianças são levadas a acreditar que precisam de determinados produtos para se sentirem completas ou aceitas, reforçando a determinação do sistema de produção e disseminação via grande mídia. Essa construção social do consumo infantil promove a ideia de que possuir certos produtos é essencial para a identidade e o *status* dentro de seus grupos sociais.

Nesse contexto, Bauman (2011, p.52) destaca que, na sociedade de consumidores, “o ímpeto de reproduzir o estilo de vida recomendado pelo mercado e elogiado pelos porta-vozes do consumo” é visto como uma manifestação de liberdade pessoal, quando, na verdade, é uma forma de coerção sutil. O autor afirma que a compulsão para revisar perpetuamente a identidade é percebida como prova de liberdade, mas, ao tentar renunciar a essa busca incessante, percebe-se quão poderosas são as forças que administram esse sistema. Essas forças, muitas vezes imperceptíveis, exercem um controle profundo sobre o comportamento de consumo, especialmente em indivíduos que não têm acesso aos recursos necessários para participar plenamente desse estilo de vida.

Desde muito cedo, as crianças começam a fazer suas escolhas e a se identificar com os personagens da indústria do consumo, um processo que as leva a consumir cada vez mais. Santos (2018) observa que as crianças precisam acompanhar as tendências para sentir-se pertencentes aos grupos, o que as mantém em uma busca constante pelos artefatos do momento. As empresas aproveitam essa tendência, utilizando o apelo das novas tecnologias, redes sociais e jogos para captar a atenção infantil. A facilidade de

monitorar o comportamento dos jovens consumidores e a incerteza sobre o futuro da publicidade tradicional voltada ao público infantil (Costa & Guedes, 2013) tornam essa aproximação ainda mais relevante para as estratégias de marketing das empresas.

As crianças, portanto, se tornam alvos de consumo não apenas de instituições comerciais, mas também de inúmeras fontes de entretenimento (Roveri & Soares, 2015). Isso inclui desde a indústria de brinquedos até as plataformas de streaming e redes sociais, todas competindo pela atenção e pelo tempo das crianças. Esse cenário cria um ambiente onde as crianças estão constantemente expostas a mensagens de consumo, moldando suas preferências e comportamentos desde muito cedo. Bauman (2011) argumenta que essa constante exposição ao consumo é percebida como liberdade, mas, na realidade, representa uma forma de coerção sutil, onde as crianças são incentivadas a revisar continuamente sua identidade e a aderir aos padrões de consumo impostos pelo mercado.

Os fabricantes de brinquedos também investem significativamente na “veiculação de produtos eletrônicos que provocam emoções instantâneas, preenchem o tempo das crianças e lhes prometem fazer companhia” (Roveri & Soares, 2015, p.5). Esses produtos são projetados para captar a atenção das crianças de maneira imediata, oferecendo entretenimento contínuo e reforçando a ideia de que a tecnologia pode substituir a interação humana e a brincadeira tradicional. Assim, o consumo infantil é cuidadosamente planejado e direcionado, influenciando não apenas o presente das crianças, mas também moldando seus comportamentos e valores futuros.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período da infância é crucial para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças. Durante essa fase, a aprendizagem desempenha um papel fundamental na formação de habilidades e na construção de conhecimento. A aprendizagem é um processo dinâmico que envolve a interação entre fatores biológicos, sociais e ambientais. Nesse contexto, a exposição das crianças a telas digitais, como smartphones, tablets e computadores, tem se tornado cada vez mais comum na sociedade contemporânea. No entanto, há preocupações crescentes sobre os potenciais efeitos negativos do uso excessivo de telas no desenvolvimento infantil.

As tecnologias digitais, quando utilizadas de forma adequada, podem oferecer benefícios educacionais e cognitivos significativos. Programas educativos bem projetados podem apoiar a aprendizagem e o desenvolvimento de competências cognitivas básicas, especialmente quando usados como complemento a interações com adultos. Contudo, esses aprendizados ainda são inferiores aos proporcionados pela vida real, como defende Desmurget (2023). Quanto mais a carência de estímulos de qualidade se estende no tempo, mais difícil se torna compensá-la. Portanto, é crucial que o ambiente forneça experiências variadas e enriquecedoras para promover um desenvolvimento saudável.

A experiência molda o cérebro e, tudo o que acontece conosco, desde a música que ouvimos até as emoções que sentimos, afeta diretamente na forma como o cérebro se desenvolve (Siegel & Bryson, 2015). Por exemplo, horas diante de telas jogando videogame, vendo televisão e enviando mensagens de texto podem programar o cérebro de maneiras diferentes do que atividades educativas, esportes e música, ou atividades sociais (Siegel & Bryson, 2015).

Neste contexto, a mediação parental é fundamental para garantir que as crianças utilizem as tecnologias digitais de maneira saudável e benéfica. Práticas como limitar o acesso a dispositivos eletrônicos, promover atividades alternativas e estabelecer regras claras sobre o tempo de uso podem ajudar a reduzir os impactos negativos das telas. Pais e cuidadores devem incentivar atividades que estimulem a curiosidade, a criatividade e a interação social, complementando o uso das tecnologias digitais com experiências diversificadas e significativas. Assim, é possível aproveitar os benefícios das tecnologias digitais enquanto se minimizam os riscos associados ao seu uso excessivo.

Além disso, a compreensão dos efeitos do uso de telas no desenvolvimento infantil pode informar práticas parentais e educativas mais eficazes, promovendo um desenvolvimento equilibrado e saudável. A educação para o consumo crítico de mídia e o desenvolvimento de habilidades de literacia digital são fundamentais para preparar as crianças para utilizar de maneira segura e eficaz as ferramentas do mundo digital. Como Desmurget (2023) ressalta, é essencial aproveitar as vantagens das inovações tecnológicas sem rejeitar completamente o mundo digital, mas sim, adaptando seu uso de forma consciente e equilibrada.

A investigação contínua sobre o impacto das tecnologias digitais no desenvolvimento infantil é fundamental para adaptar as práticas às realidades em constante mudança. Com a rápida evolução das tecnologias e a crescente influência digital na vida cotidiana, é essencial explorar e entender como essas ferramentas interferem no desenvolvimento humano. Ao promover um uso equilibrado e consciente das tecnologias digitais, é possível que as crianças tenham um desenvolvimento saudável e adequado, aproveitando os benefícios das inovações tecnológicas ao mesmo tempo em que minimizam seus potenciais danos.

REFERÊNCIAS

Bauman, Z. **A ética é possível num mundo de consumo?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

Bernardi, Denise. Reflexões acerca do brincar e seu lugar no infantil. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, Rio de Janeiro, v.18, n. 1, p. 82-92, abr. 2016.

Boyd, D. **It's complicated**: the social lives of networked teens. New Haven; London: Yale University Press, 2014.

Chaves, Elaine Ferreira. **A gente brinca de internet**: Transformações na cultura lúdica da infância contemporânea. 2018. 48 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11183>. Acesso em: 24 abr. 2024.

Costa, Sílvia A.; Guedes, Brenda L. Consumo, infância e marcas: estabelecendo vínculos através das redes sociais digitais. In: Biegging, Patrícia; Busarello, Raul Inácio (org.). **Experiências de consumo contemporâneo**: pesquisas sobre mídia e convergência. São Paulo: Pimenta Cultural, 2013. cap. 5, p. 81-105. ISBN 9788566832006. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/livro/experiencias-de-consumo/>. Acesso em: 12 maio 2024.

Coutinho, Maria Tereza da Cunha. **Psicologia da Criança da fase pré-natal aos 12 anos**. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

Desmurget, Michel. **A fábrica de cretinos digitais**: os perigos das telas para nossas crianças. São Paulo: Vestígio, 2023.

Griffiths, Mark D. Computer game playing and social skills: a pilot study. **Aloma: Revista de Psicologia, Ciències de l'Educació i de l'Esport**, v. 27, p. 301–310, 2010. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/Aloma>. Acesso em: 15 maio 2024.

Gueller, A. S. Droga de celular! Reflexões psicanalíticas sobre o uso de eletrônicos. In: Baptista, A.; Jerusalinsky, J. **Intoxicações eletrônicas**: o sujeito na era das relações virtuais. Salvador: Ágalma, 2017.

Jerusalinsky, J. As crianças entre os laços familiares e as janelas virtuais. In: Baptista, A.; Jerusalinsky, J. **Intoxicações eletrônicas**: o sujeito na era das relações virtuais. Salvador: Ágalma, 2017.

Kowert, Rachel; Domahidi, Emese; Festl, Ruth; Quandt, Thorsten. Social gaming, lonely life? The impact of digital game play on adolescents' social circles. **Computers in Human Behavior**, Amsterdam, v. 36, p. 385–390, 2014. DOI <https://doi.org/10.1016/j.chb.2014.04.003>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S074756321400212X?via%3Dihub>. Acesso em: 18 abr. 2024.

Lemmens, Jeroen S.; Valkenburg, Patti M.; Peter, Jochen. Psychosocial causes and consequences of pathological gaming. **Computers in Human Behavior**, Amsterdam, v. 27, n. 1, p. 144–152, 2011. DOI <https://doi.org/10.1016/j.chb.2010.07.015>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0747563210002116?via%3Dihub>. Acesso em: 18 abr. 2024.

Lima, Caroline C. N.; Cortinaz, Tiago; Nunes, Alex R. **Desenvolvimento Infantil**. Porto Alegre: Grupo A, 2018.

Peixoto, Maristela J. R.; Bredemeier, Juliana; Cassel, Paula A. Implicações neuropsicológicas e comportamentais na infância e adolescência a partir do uso de telas. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. 1-29, 6 set. 2020. DOI <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7188>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7188>. Acesso em: 12 maio 2024.

Roveri, Fernanda T.; Soares, Carmen L. Compre, coleciono e fique na moda: reflexões sobre o consumismo infantil e o brincar. **Revista Zero a Seis**, Florianópolis, v. 17, n. 31, p. 3-14, 28 mar. 2015. DOI <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2015n31p3>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2015n31p3>. Acesso em: 12 maio 2024.

Santos, Débora M. **Infâncias e jogos digitais**: uma investigação sobre o consumo infantil a partir do *Minecraft*. 2018. 109 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/7612>. Acesso em: 24 abr. 2024.

Siegel, Daniel J.; Bryson, Tina Payne. **O cérebro da criança**: 12 estratégias revolucionárias para nutrir a mente em desenvolvimento do seu filho e ajudar sua família a prosperar. São Paulo: nVersos, 2015.

Sociedade Brasileira de Pediatria. **Manual de Orientação**: Uso saudável de telas, tecnologias e mídias nas creches, berçários e escolas. Rio de Janeiro: SBP, 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21511d-MO_-_UsoSaudavel_TelasTecnolMidias_na_SaudeEscolar.pdf. Acesso em 10 abr. 2024.

Stanford History Education Group; Wineburg, Sam; McGrew, Sarah; Breakstone, Joel; Ortega, Teresa. Evaluating Information: The Cornerstone of Civic Online Reasoning. **Stanford Digital Repository**, Stanford, 22 nov. 2016. Disponível em: <http://purl.stanford.edu/fv751yt5934>. Acesso em: 21 mar. 2024.

A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO EXERCÍCIO DA LIDERANÇA ORGANIZACIONAL

Data de submissão: 09/10/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Monik Rangel Carvalho

Dalila Alves Corrêa

<http://lattes.cnpq.br/3303953207972586>

Jose luiz Garcia Hermosila

Silvia Helena Carvalho Ramos Valladao de Camargo

<http://lattes.cnpq.br/6288722417318124>

RESUMO: O artigo apresenta os resultados de um estudo que investigou a Inteligência Emocional (IE) em profissionais que lideram equipes de trabalho, em contextos organizacionais. O uso da IE no exercício da liderança remete a capacidade do líder de identificar os próprios sentimentos e os dos outros, de estar automotivado e de gerir bem as emoções dentro de si e em seus respectivos relacionamentos. Tal capacidade se materializa por meio da aplicação de um conjunto de competências e aptidões que dão sustentação para uma atuação emocionalmente inteligente e eficaz. O estudo, de natureza teórico-empírico, foi desenvolvido pela abordagem da pesquisa qualitativa, junto a 42 líderes do mercado de trabalho, identificados a partir das redes de *networking* e do efeito

bola de neve decorrente. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um teste de autoavaliação da IE desenvolvido e validado especificamente para profissionais em cargos de liderança. O diagnóstico decorrente do teste apurou quais competências/aptidões se mostraram presentes e quais estavam ausentes no grupo de líderes. Esta identificação permitiu reflexões e análises a respeito dos efeitos de tais competências/aptidões sobre o modo como os líderes gerenciam suas próprias emoções (autogerenciamento intrapessoal) e as emoções dos liderados (heterogerenciamento interpessoal) no contexto de trabalho. O estudo agregou informação para a pesquisa sobre IE no contexto de trabalho, contribuindo para desmistificar antiga crença de que, neste ambiente, as emoções são ruídos que atrapalham o funcionamento racional da organização e não devem ser levadas em conta.

PALAVRAS-CHAVE: Liderança organizacional. Inteligência emocional. Competências da inteligência emocional. Exercício da liderança.

THE APPLICATION OF EMOTIONAL INTELLIGENCE IN THE EXERCISE OF ORGANIZATIONAL LEADERSHIP

ABSTRACT: The article presents the results of a study that investigated Emotional Intelligence (EI) in professionals who lead work teams in organizational contexts. The use of EI in the exercise of leadership refers to the leader's ability to identify their own feelings and those of others, to be self-motivated and to manage emotions well within themselves and in their respective relationships. Such ability materializes through a set of skills and abilities that support an emotionally intelligent and effective performance. The study, of a theoretical-empirical nature, was developed using a qualitative research approach, along with 42 labor market leaders, identified through networking and the resulting snowball effect. The data collection instrument used was an EI self-assessment test developed and validated specifically for professionals in leadership positions. The diagnosis resulting from the test found which competencies/skills were present and which were absent in the group of leaders. This identification allowed for reflections and analyzes regarding the effects of such competencies/skills on the way leaders manage their own emotions (intrapersonal self-management) and the emotions of those being led (interpersonal heteromanagement) in the work context. The study added information for research on EI in the work context, contributing to demystify the old belief that, in this environment, emotions are noise that disrupt the rational functioning of the organization and should not be taken into account.

KEYWORDS: Organizational leadership. Emotional intelligence. Emotional intelligence skills. Leadership exercise.

LA APLICACIÓN DE LA INTELIGENCIA EMOCIONAL EN EL EJERCICIO DEL LIDERAZGO ORGANIZACIONAL

RESUMEN: El artículo presenta los resultados de un estudio que investigó la Inteligencia Emocional (IE) en profesionales que lideran equipos de trabajo en contextos organizacionales. El uso de la IE en el ejercicio del liderazgo se refiere a la capacidad del líder para identificar sus propios sentimientos y los de los demás, automotivarse y manejar bien las emociones dentro de sí mismo y en sus respectivas relaciones. Tal habilidad se materializa a través de un conjunto de habilidades y destrezas que sustentan un desempeño emocionalmente inteligente y efectivo. El estudio, de carácter teórico-empírico, se desarrolló con un enfoque de investigación cualitativa, junto con 42 líderes del mercado laboral, identificados a través de redes y el efecto bola de nieve resultante. El instrumento de recolección de datos utilizado fue un test de autoevaluación de IE desarrollado y validado específicamente para profesionales en posiciones de liderazgo. El diagnóstico resultante de la prueba encontró qué competencias/habilidades estaban presentes y cuáles estaban ausentes en el grupo de líderes. Esta identificación permitió reflexionar y analizar los efectos de tales competencias/habilidades en la forma en que los líderes gestionan sus propias emociones (autogestión intrapersonal) y las emociones de los dirigidos (heterogestión interpersonal) en el contexto de trabajo. El estudio agregó información para la investigación sobre la IE en el contexto laboral, ayudando a desmitificar la vieja creencia de que, en este entorno, las emociones son ruidos que perturban el funcionamiento racional de la organización y no deben ser tenidas en cuenta.

PALABRAS CLAVE: Liderazgo organizacional. Inteligencia emocional. Habilidades de inteligencia emocional. Ejercicio de liderazgo

INTRODUÇÃO

A liderança é uma das atividades mais estratégica do contexto organizacional dado ao seu papel para consolidar mudanças, alcançar metas e assegurar o bem-estar dos liderados. Para McShane & Glinow (2014, p.70) o exercício da liderança é permeado de desafios e, pode ser uma instância “geradora de estados de angústia e ansiedade, com capacidade para impactar negativamente a produtividade, a queda no comprometimento das pessoas e até o aniquilamento de suas criatividades”. Logo, a eficácia da liderança também é estratégica para alavancar ações e comportamentos positivos e produtivos dos liderados, e alinhados ao fornecimento de direção, de inspiração, de confiança, empatia e engajamento.

Diante do papel que a liderança tem para a competitividade das organizações, muitos estudos vêm sendo realizados desde a década de 1940, sendo uma de suas finalidades apurar o perfil e estilo ideal do líder eficaz, e quais características pessoais os tornam assim (Fiedler, 1981). As perspectivas sobre perfil e estilo do líder foram por muitas décadas as únicas referências teóricas para caracterizar a liderança eficaz e, influenciaram sobremaneira metodologias para contratação de líderes, para avaliação de seus desempenhos e até mesmo apoiar decisões sobre suas demissões. Além de estas referências, a personalidade do líder também foi incorporada aos estudos por se tratar uma estrutura dinâmica dentro dos sistemas biopsicofísicos do indivíduo (Pasquali, 2000). Tais estudos procuraram descrever os traços de personalidade do líder que o tornariam distintivo e o destacaria como um líder eficaz e exemplar (John et al. 1988; Bass & Stogdill, 1990; Fiedler, 1995; John & Srivastava, 1999; Hurtz & Donovan, 2000).

Diferentes teorias vindas de diferentes campos de conhecimento, tais como psicologia, gestão, educação emergiram com o intuito de explicar e descrever a liderança eficaz ao longo do tempo, e, isto leva ao entendimento, segundo Pedruzzi Junior et al. (2016) e Assunção (2020) que a literatura sobre liderança se encontra em constante processo evolutivo e construtivo.

Ao final dos anos 90 fortaleceu a linha de estudos que passou associar a inteligência emocional (IE) ao trabalho dos líderes. Não demorou para que o interesse sobre esta perspectiva passasse a responder por um novo impulso da pesquisa sobre o tema, desta vez, associada ao campo das emoções (Goleman, 1998, Goleman et al., 2002, 2012, 2015; Goleman et al., 2018; Weisinger, 2001; McShane & Glinow, 2014). Tais estudos ganharam maior notoriedade a partir de Salovey & Mayer (1990), bem como de Megerian & Sosik (1996) que mostraram a relevância da IE para a vida e para a carreira profissional dos indivíduos.

Goleman (1998, p.87), um dos renomados autores da IE, a define como “a capacidade do líder de identificar os próprios sentimentos e os dos outros, de estar automotivado e de gerir bem as emoções dentro de si e em seus respectivos relacionamentos”.

Weisinger (2001, p.15) psicólogo, pesquisador e consultor organizacional define IE como o uso inteligente das emoções que o indivíduo aplica intencionalmente na condução de seu comportamento e raciocínio, com o objetivo de aperfeiçoar seus resultados. Ela pode ser aplicada em inúmeras situações e “é desenvolvida tanto de modo intrapessoal, para ajudar a si mesmo (autogerenciamento), quanto interpessoal (heterogerenciamento), para ajudar outras pessoas.”

O crescente interesse dos pesquisadores em evidenciar a relevância da IE para os indivíduos, alavancou instrumentos para mensurá-la, ou seja, para conhecer em que nível o indivíduo se encontra em relação ao gerenciamento das suas próprias emoções e a dos outros (Woyciekoski & Hutz, 2009). Um destes instrumentos foi desenvolvido por Weisinger (2001) e direcionado especialmente para o exercício da liderança com a finalidade de identificar a presença e/ou ausência das competências/aptidões que integram o constructo da IE. Este instrumento foi utilizado no presente estudo e será comentado na subseção metodologia e procedimentos metodológicos.

O artigo apresenta resultados de uma investigação sobre liderança e IE, realizada junto a 42 profissionais atuando em cargos de liderança, de diferentes empresas, setores e segmentos econômicos. Seu foco consistiu em responder as questões (a) Qual é a percepção que os líderes têm sobre a IE? (b) Como reconhecem a vinculação entre IE e o exercício da liderança? (c) Quais competências/aptidões da IE estão presentes e/ou deficientes em suas atuações profissionais?

Além dessa seção, o artigo apresenta fundamentação teórica sobre as principais dimensões da IE; a metodologia e os procedimentos metodológicos adotados na investigação; a análise e apresentação dos dados; resultados do estudo e suas considerações finais.

ABORDAGEM TEÓRICA DA LIDERANÇA: DA VISÃO TRADICIONAL À VISÃO BASEADA NA EMOÇÃO

Estudos desenvolvidos a partir dos anos de 1990 buscaram ampliar visões sobre o tema liderança organizacional no sentido de mostrar que, além das dimensões tradicionais relacionadas ao QI - Quociente de Inteligência, traços da personalidade e estilos, os líderes eficazes apresentam características distintivas fundamentadas num conjunto de atributos relacionados a autoconceito, impulso, integridade, motivação, conhecimento do negócio, capacidade de se relacionar, compreensão, inteligência cognitiva e prática e, inteligência emocional (McShane & Glinow, 2014; Goleman et al., 2018).

Dada a diversidade de enfoques destes estudos observa-se neles uma tendência de explicar a atuação do líder por meio de três focos: tarefa, relacionamentos e contexto. Nesta

perspectiva, Hunter (2004, p.25) considera que liderança “é a habilidade de relacionar e influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente e atingir objetivos em consonância com o ambiente”. Entretanto, para Ancona (2005) e Gibson et al. (2006) o exercício da liderança não se efetiva apenas pela capacidade técnica do profissional para transmitir aos liderados orientações assertivas sobre as tarefas, mas também pela sua capacidade de desenvolver e manter a comunicação empática e lhes despertar inspiração, apontar direção e gerar resultados. Goleman (2015, p.30) considera que a liderança é exercida de diversas maneiras, pelo uso de diferentes estratégias, sendo “função dos estilos de comando e do tipo de relacionamento que os líderes adotam”, admitindo que estes estilos podem se alternar contingencialmente e demandar diferentes estratégias pessoais, sentimentos e visões.

O enfoque da liderança com a componente emocional foi apresentado inicialmente por Salovey & Mayer (1990) que constituíram o termo IE definindo-o como “a capacidade de monitorar suas próprias emoções e as dos outros; fazer a distinção entre elas e usar essa informação para orientar o pensamento e a ação de uma pessoa”. Mais tarde, Goleman et al. (2002, p.34) popularizaram esta definição para “capacidade do líder de reconhecer e regular emoções em si mesmos e nos outros” e, com isto passaram a considerar a componente emocional como a característica primal da liderança. Os autores argumentam que, quando os líderes têm exiguidade deste componente os colaboradores se tornam apenas seguidores, fazem o essencial e não performam o seu melhor.

Goleman et al. (2018, p.9) ratificaram a componente emocional ao mencionarem que “dentre as teorias de administração, o modelo de liderança baseado nas emoções talvez seja o único que tem vínculos com a neurologia”. Para estes autores, os avanços em pesquisas do cérebro mostram que os estados de espírito, as ações e atitudes dos líderes têm enorme impacto nos liderados, ao mesmo tempo que lançam luz sobre a capacidade da liderança emocionalmente inteligente de inspirar, despertar paixões e entusiasmos e manter as pessoas motivadas e comprometidas. Inversamente, continuam os autores (2018, p.10) “fazemos um alerta sobre o poder que a liderança tóxica tem de envenenar o clima emocional do ambiente de trabalho”.

Megerian & Sosik (1996) também reconheceram que para ser um líder modelo de atuação para sua equipe, o indivíduo deverá ter autoconsciência das suas emoções e dos seus valores, manter um elevado nível de autoconfiança e compreender as necessidades emocionais das pessoas com as quais trabalha.

Bar-On (1997) definiu a IE pelo uso de cinco capacidades do indivíduo para (a) reconhecer, entender e expressar emoções e sentimentos; (b) compreender como os outros se sentem e se relacionam; (c) gerir e controlar as emoções; (d) gerenciar mudanças, adaptações e resolver problemas de natureza pessoal e interpessoal e (e) capacidade para despertar afeto positivo e ser automotivado. Mayer et al. (1999, p. 267) a definem como a “capacidade do indivíduo para reconhecer os significados das emoções em suas

relações e, raciocinar e solucionar problemas com base neles”.

De acordo com Weisinger (2001, p. 14) a IE remete ao uso inteligente das emoções, isto é, “fazer intencionalmente com que as emoções trabalhem a seu favor, usando-as como recurso para delinear comportamentos e raciocínios assertivos de maneira a aperfeiçoar seus resultados”. Em síntese, este conceito se mostra muito relevante para o trabalho em equipe na medida em que (a) considera a bilateralidade da relação “eu” e o “outro”, ou seja, líder-liderado; (b) estabelece a necessidade de o líder olhar para si mesmo (auto análise), questionar a eficácia de sua base de valores e crenças e, instigar autoanálise de suas próprias capacidades (autogerenciamento) para lidar com estados afetivos dos outros; (c) estabelece a necessidade de reconhecer os estados afetivos dos outros para atingir resultados (heterogerenciamento).

Mersino (2009) comenta sobre a variedade de definições conceituais do termo IE e, embora reconheça pontos comuns entre elas, afirma que há divergências em relação ao entendimento sobre o termo emoção, principalmente no campo da psicologia em função da perspectiva paradigmática que se adota. A variedade também foi identificada pelo autor sobre metodologias e instrumentos de avaliação da IE. Entretanto, o autor reconhece haver concordância quanto a estrutura dos testes da IE que versam sobre atributos, competências e aptidões com foco “no eu” (âmbito interpessoal) e “no outro” (âmbito intrapessoal).

DIMENSÕES IMPLÍCITA E EXPLÍCITA DA I.E

Um dos fundamentos da IE aplicado ao contexto da liderança, diz respeito as suas dimensões implícitas (eu/intrapessoal) e explícita (outro/interpessoal), ambas estruturadas na capacidade de os líderes obterem sucesso com seus liderados. Nesta linha, Mayer et al. (1999, p.34) consideram que a IE está vinculada a uma lista de qualidades de um líder revelando habilidades para “monitorar os seus sentimentos e suas próprias emoções e a dos outros, bem como usar essa informação para guiar pensamentos e ações”. Goleman (1998, p.39) também considera as duas dimensões ao comentar “as capacidades implícitas da IE são vitais para que as pessoas adquiram com êxito as competências necessárias para autogerenciarem e, se relacionar bem com os outros”.

Weisinger (2001, p.14-15) ao tratar as duas dimensões da IE (intra e interpessoal) adota os termos “estratégias do autogerenciamento (dimensão interpessoal) e estratégia do heterogerenciamento (dimensão intrapessoal)”. No autogerenciamento, o trabalho emocional é feito pelo indivíduo em relação aos próprios estados afetivos. Já no heterogerenciamento, o trabalho emocional ocorre do indivíduo em relação aos estados de outros ou por outros em relação ao estado afetivo do indivíduo. Assim, segundo este autor (2001, p.17), “autogerenciamento e heterogerenciamento são duas faces da mesma moeda, pois os indivíduos são influenciados pelo que os outros sentem ou dizem sentir e influenciam os outros pelo que expressam sentir”.

As duas dimensões são constituídas por um conjunto de cinco competências/aptidões, quais sejam: autoconsciência; controle emocional; automotivação; ser mentor emocional e relacionar-se bem. As competências/aptidões “autoconsciência”, “controle das emoções” e “automotivação” se vinculam as estratégias do gerenciamento intrapessoal das emoções (autogerenciamento) e, as outras duas “ser mentor emocional” e “relacionar-se bem” se vinculam as estratégias do gerenciamento interpessoal (heterogerenciamento). O quadro 1 apresenta as competências/aptidões da IE e seus vínculos com as estratégias de autogerenciamento e heterogerenciamento, segundo Weisinger (2001).

Estratégia de gerenciamento da IE	Competência/Aptidão	Descrição da Competência/aptidão
(autogerenciamento)	Autoconsciência	Consciência dos próprios sentimentos e atitudes, assim como da percepção que os outros lhes tem, permitindo monitorar-se, observar-se em ação. Compreende em entender o que quer, como se sente e como se dirige aos outros.
	Controle das emoções	Diz respeito ao autocontrole das emoções, de forma a identificá-las, compreendê-las e usar dessa compreensão para modificar as situações em benefício próprio e no bem-estar social.
	Automotivação	Capacidade de avaliar tudo aquilo que leva a dispendar energia numa direção específica com um propósito específico, usando o próprio sistema emocional para catalisar esse processo e mantê-lo em andamento.
Interpessoal (heterogerenciamento)	Relacionar-se bem	Capacidade de examinar o que faz com que os relacionamentos e interações sejam bem-sucedidos e beneficiem os envolvidos. Reconhecimento às reações das emoções do outro, de modo poder orientá-lo para resolução produtiva de situações problemáticas.
	Ser mentor emocional	Capacidade de orientar outras pessoas para monitorar as próprias emoções. Diz respeito a comunicar-se eficazmente, solucionar seus problemas, resolver conflitos e permanecer motivado.

Quadro 1 – Estratégia de gerenciamento da IE e suas competências/aptidões.

Fonte: Elaboração própria a partir de Weisinger (2001)

Weisinger (2001) considera que as competências/aptidões constituintes da estratégia intrapessoal (autoconsciência, controle das emoções e automotivação) são as que mais possibilitam um indivíduo ampliar e desenvolver o nível de sua IE, independentemente das condições físicas sociais e culturais em que ele está inserido. Enquanto, as competências da estratégia interpessoal (relacionar-se bem e ser mentor emocional) são as mais sensíveis ao desenvolvimento por meio de técnicas de comunicação eficazes, destreza interpessoal e ajudar outras pessoas a se ajudarem.

No presente estudo foi adotada esta perspectiva de Weisinger (2001 conforme apresentação na próxima seção.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

O estudo foi desenvolvido por meio da abordagem da pesquisa qualitativa (Gil, 2017). Segundo este autor, esta pesquisa busca compreensão de uma determinada situação e apresenta características da flexibilidade e conectividade para explorar contextos, verdades, interesses, experiências e comportamentos, tanto de indivíduo quanto de grupos de pessoas. A população do estudo, ou seja, líderes com atuação no comando de equipes de trabalho, foi identificada a partir das redes de *networking* dos autores do estudo com vistas a identificar profissionais aptos a participarem da pesquisa. Por meio destes contatos e outros promovidos pelo efeito bola de neve, foram identificados 80 profissionais que atenderam aos requisitos básicos de participação, sendo: tempo mínimo de atuação em cargos de liderança de 3 anos, escolaridade mínima em nível superior completo e aceite para preencher um instrumento de autoavaliação de modo presencial, ou seja, acompanhado e assistido por um dos autores do estudo. O convite para participar da pesquisa foi enviado para os 80 sendo que 42 deles o aceitaram em tempo hábil, constituindo uma amostra por conveniência, que segundo Flick (2009, p.125) trata-se de “casos mais acessíveis sob determinadas condições”.

O contato com os participantes para aplicação da coleta de dados ocorreu presencial e individualmente, em espaço *coworking* providenciado pelos autores do estudo e pela adoção e uma agenda de encontros. Ao todo, o processo da coleta de dados ocorreu num período de 11 dias.

Todo o processo e procedimentos da pesquisa foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa de uma das IES com os quais os autores mantêm vínculos de trabalho.

O instrumento da coleta de dados é um teste criado e validado pelo professor, psicólogo e consultor organizacional Weisinger (2001). Ele é parte integrante do seu programa de desenvolvimento de líderes, denominado “O desenvolvimento da sua Inteligência Emocional”. O teste de autopreenchimento, segundo o seu autor é aplicado para ajudar o indivíduo “a tomar consciência sobre as competências/aptidões da IE e, permite a realização de um diagnóstico pela apuração da presença/ausência das mesmas” (Weisinger, 2001, p. 213). Ele é constituído de 45 assertivas que expressam situações e práticas típicas do exercício da liderança e, sobre cada assertiva o respondente é compelido a aplicar uma nota de concordância numa escala de 1 a 7 pontos. A nota 7 expressa o nível mais alto de concordância em relação ao conteúdo da assertiva e, a nota 1 o nível mais baixo.

Após os resultados da aplicação de 2 pré-testes do instrumento, os autores do estudo promoveram ajustes incrementais nas assertivas para realçar e evidenciar os comportamentos, atitudes, percepções e situações nelas expressas, ou seja, para conferir maior organicidade e vínculo com a realidade vivida pelos líderes no exercício da liderança.

Esta medida propiciou a clareza e compreensão objetiva dos conteúdos das assertivas – o que ficou comprovado pela realização do terceiro pré-teste aplicado após os ajustes. Além de, os autores também incluíram duas questões de entrada como recurso para introduzir os participantes na temática IE e, não começar diretamente com o preenchimento do teste. Uma das questões introduzidas versou sobre o conceito de IE, com o objetivo de captar as percepções que os participantes elaboram sobre este termo. A segunda, buscou captar o sentido que os participantes associam a IE no exercício da liderança.

O quadro 2 mostra as 45 assertivas do teste revisadas e que foram objeto da autoavaliação pelos participantes, por meio da escala de notas de 1 a 7.

1. Diante de uma situação de estresse a que estou exposto eu consigo identificar com facilidade alterações fisiológicas como respiração acelerada, mandíbula tensa, alteração dos batimentos cardíacos, mudança no tom da voz.
2. Consigo manter calmo em situações de pressão e durante uma conversa difícil.
3. Consigo agir produtivamente mesmo quando estou zangado.
4. Sou produtivo mesmo em situações que provocam ansiedade, ou seja, minha produtividade é mantida.
5. Consigo retomar rapidamente ao meu estado de calma para voltar ao trabalho, após ter passado por uma situação estressante.
6. Percebo quando alguns estados emocionais ocorrem comigo durante o meu trabalho, tais como: aumento de suor; aceleração dos batimentos do coração, respiração acelerada, faces do rosto quente, incômodos no estômago.
7. Uso o diálogo interno para mudar meu estado emocional, quando necessário. Isto é, digo “para mim mesmo” mensagens como: “esta ideia é ótima” ou “vá com calma” ou “fique calado”.
8. Tenho por hábito falar sobre os meus sentimentos para outra pessoa comunicando o que estou sentindo
9. Reflito sobre os sentimentos negativos que me ocorrem, como raiva, medo, frustração, sem ficar remoendo os fatos ou deixando que eles causem perturbações em mim.
10. Consigo manter-me calmo quando sou alvo da raiva de outra pessoa
11. Consigo me “vigiar” para não deixar os pensamentos negativos dominarem a situação
12. Percebo quando minha conversa comigo mesmo (diálogo interno) é instrutiva e positiva.
13. Consigo reconhecer situações que tem potencial para me tirar do sério e ainda continuar calmo.
14. Consigo compreender os mais diferentes e inesperados acontecimentos
15. Tenho consciência do “sentido” que desenvolvo em relação as pessoas. Isto é, eu presto atenção no modo como as pessoas olham umas para as outras enquanto falam e ouvem OU posso entender um olhar de desprezo ou de aprovação.
16. Comunico corretamente o que estou sentindo. Sei expressar que fiquei magoado com o tratamento recebido de alguém.
17. Sei que minha visão sobre as coisas influencia minhas interpretações e conclusões, isto é, as minhas experiências de vida afetam a minha percepção da realidade atual. Exemplo: se eu considero que meu funcionário é incapaz para o cargo que ocupa, então irei considerar errado tudo o que ele diz.
18. Sei identificar mudanças no meu estado de espírito e reconheço a hora de acalmar até atingir um estado que me permite pensar e agir com eficácia.
19. Reconheço quando estou numa atitude defensiva perante alguma ocorrência/situação.
20. Sei reconhecer as consequências do meu comportamento sobre outras pessoas. Isto é, estou ciente sobre o tipo de sentimento (bom ou ruim) que meu comportamento e atitudes podem despertar nas outras pessoas.
21. Percebo quando estou me comunicando de forma incoerente
22. Quando eu quero consigo recuperar a confiança e o entusiasmo em situações de desânimo e baixa motivação

23. Recupero-me depressa depois de uma grande decepção ou crise
24. Consigo completar tarefas longas dentro do prazo
25. Mesmo quando um trabalho é desinteressante eu consigo colocar nele grande interesse e alta energia.
26. Tenho controle para interromper ou modificar hábitos pouco eficazes
27. Constantemente eu busco desenvolver novos padrões de comportamento mais produtivos
28. Depois das palavras o importante é a ação
29. Sinto-me capaz para resolver qualquer conflito na equipe
30. Obter consenso com outras pessoas é uma tarefa fácil para mim
31. Sou bom em mediar conflitos alheios
32. Tenho técnicas eficazes de comunicação interpessoal
33. Sou bom para entender e apresentar os pensamentos de um grupo
34. Tenho facilidade para influenciar direta ou indiretamente outras pessoas
35. Sou capaz de ganhar a confiança de outras pessoas
36. Tenho habilidade para montar equipes de apoio
37. Consigo fazer outras pessoas a se sentirem bem
38. Me disponho a dar conselhos e apoio a outros, quando necessário
39. Sou capaz de ajudar as pessoas a analisar e interpretar corretamente os seus sentimentos
40. Tenho sensibilidade para reconhecer quando uma pessoa está preocupada
41. Ajudar pessoas a controlar suas emoções é uma tarefa que me saio bem
42. Normalmente eu tenho facilidade de empatia com outras pessoas
43. Sou procurado pelas pessoas para falarem de assuntos confidenciais
44. Sou capaz de ajudar um grupo a controlar suas emoções
45. Percebo quando uma pessoa não tem coerência entre os comportamentos que ela expressa e o que suas emoções e sentimentos falam.

Quadro 2 – Assertivas do teste Weisinger (2001)

Fonte: Weisinger (2001) com ajustes dos autores do estudo.

ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados do estudo estão apresentados em três abordagens: (a) caracterização dos participantes, (b) a percepção dos participantes sobre IE e sua aplicabilidade no contexto do exercício da liderança e, (c) diagnóstico da IE. A seguir apresentam-se os resultados segundo estas abordagens.

Quanto a **caracterização dos participantes** observou-se que 71,90% deles tem idade entre 29 e 44 anos. Trata-se de um público constituído de 69,04% de pessoas casadas; 69% se declaram do gênero masculino e 31% feminino. A escolaridade superior completa predominou entre os participantes, sendo ainda observados profissionais com nível de pós-graduação em andamento e concluído. Os títulos de seus cargos variaram

em cinco denominações, sendo que líder, gestor, coordenador e diretor foram os mais identificadas para 85,71% dos participantes e o título gerente para 14,79%. Todos estavam atuando em posições de lideranças em diferentes organizações; sendo que o setor indústria foi o mais identificado na pesquisa e o de serviços, o menos presente. O tempo de atuação profissional no mercado de trabalho variou de 04 até mais de 22 anos, sendo que na faixa de 10 a 20 anos se concentrou o maior número de participantes (79,52%) e, o menor número (4,71%) acima de 31 anos. Quanto ao tempo de atuação em cargos de liderança observou-se que a maior concentração de participantes (70,43%) tinha mais de 5 anos em tais cargos.

Para conhecer as **percepções dos participantes em relação a IE** foram apresentadas 3 definições de IE, sendo uma de Weisinger (2001) e duas de Goleman (2012). Eles deveriam indicar qual delas melhor expressava sua percepção sobre definição de IE no exercício da liderança. As duas definições que mais receberam indicações foram as de Goleman (2012): *“capacidade do líder para controlar impulsos emocionais, interpretar os sentimentos de outra pessoa e saber lidar com situações difíceis”* e *“capacidade que o líder tem para perceber, avaliar e expressar emoções e dar atenção aos seus sentimentos e também os sentimentos dos liderados”*. A definição de Weisinger (2001), *“Conjunto de capacidades que influencia o comportamento do líder diante da forma como ele age e reage às pressões de trabalho”* recebeu 17% das respostas. Este resultado mostrou que a maioria dos participantes do estudo definiu a IE enquanto uma capacidade que o líder tem para reconhecer em si e nos outros os efeitos dos sentimentos/emoções. Logo, a presença das expressões “impulsos emocionais” e “emoções” contidas nas duas definições de Goleman (2012) gerou maior assertividade ao conceito enquanto a expressão “comportamento do líder”, contida na definição de Weisinger (2001) se mostrou, comparativamente, uma expressão mais abstrata.

Após esta indicação, os líderes responderam sobre a **pertinência de se considerar a IE como uma componente da liderança**. Foram oferecidas três opções de respostas, sendo que a opção *“todo líder deveria dar atenção a forma como ele aplica a inteligência emocional em suas atividades da liderança”* recebeu 96,6% das indicações de resposta. Apurou-se assim, que os profissionais que integraram a pesquisa percebem que as emoções podem afetar o desempenho profissional. Esta perspectiva é amplamente defendida pelos autores, dentre eles, Salovey e Mayer (1990), Robbins et al. (2011) e Goleman (2012).

Antes propriamente de apresentar **os resultados do diagnóstico da IE** são fornecidas explicações sobre os procedimentos adotados para sua realização. O diagnóstico informa a presença e a ausência das competências/aptidões que constituem a IE (autoconhecimento, controle das emoções, automotivação, relacionar-se bem e ser mentor emocional). Ressalta-se que para operacionalizá-lo Weisinger (2001) aplicou procedimentos e critérios os quais, à primeira vista, se mostraram pouco claros aos autores do presente estudo, e isto demandou tempo e atenção especial, não somente para desvendar integralmente tais

procedimentos, mas, sobretudo para torná-los mais inteligíveis no presente artigo. Para esta finalidade, os autores criaram esquemas demonstrativos alinhados às orientações da análise de Weisinger (2001). Estes estão aqui apresentados e desenvolvidos em três etapas, conforme seguem.

Etapa 1 – Nesta fase ocorreu a estruturação da relação de correspondência entre (a) as dimensões da estratégia de gerenciamento da IE, (b) as competências/aptidões da IE e (c) o número da assertiva do teste, conforme esquema 1.

Dimensões da estratégia de gerenciamento da IE	Competências/Aptidões da IE	Número da assertiva do teste
Intrapessoal (autogerenciamento)	Autoconsciência	1, 6, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21
	Controle das emoções	1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 13, 27
	Automotivação	7, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28
Interpessoal (heterogerenciamento)	Relacionar-se bem	8, 10, 16, 19, 20, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45
	Ser mentor emocional	8, 10, 16, 18, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45

Esquema 1 – Relação de correspondência entre competências/aptidões, estratégias de gerenciamento da IE e assertivas do teste.

Fonte: Elaboração própria a partir de Weisinger (2001).

Etapa 2 - consistiu na contagem e classificação das notas dadas pelos participantes para cada uma das assertivas do teste. A contagem foi feita pela frequência relativa da ocorrência das notas dadas a cada assertiva e, a classificação pelo agrupamento das notas em dois níveis: (1) notas iguais ou inferior a nota 4 e, (2) notas iguais ou superior a 5, seguindo as orientações adotadas por Weisinger (2001). Ainda de acordo com o autor no primeiro nível se apura as ausências e/ou deficiências das competências/aptidões da IE e, no segundo a presença delas. O esquema 2 ilustra os procedimentos da etapa 2 a partir do que já estava constituído na etapa 1.

Dimensões da estratégia de gerenciamento da IE	Competências/aptidões	Assertivas do teste	Nota igual ou inferior a 4		Nota igual ou superior a 5	
			F	%	F	%

Esquema 2 – Frequência e classificação das notas aplicadas no teste

Fonte: Elaboração própria a partir de Weisinger (2001).

Etapa 3 - Consistiu na consolidação do diagnóstico da IE pelo apontamento da presença e deficiência das competências/aptidões da IE relacionando-o com as duas dimensões da estratégia de gerenciamento da IE (intra e interpessoal). O esquema 3 mostra esta etapa a partir da incorporação das fases 1 e 2.

Dimensões da estratégia de gerenciamento da IE	Competência/Aptidões	Resposta de nota igual ou inferior a 4 Deficiência		Resposta de nota igual ou superior a 5 Presença	
		F	%	F	%
Intrapessoal (autogerenciamento)	Autoconsciência				
	Controle das emoções				
	Automotivação				
Interpessoal (heterogerenciamento)	Relacionar-se bem				
	Ser mentor emocional				

Esquema 3 – Esquema de apuração da presença/deficiência de competências/aptidões da IE

Fonte: Elaboração própria a partir de Weisinger (2011).

Pela aplicação dos procedimentos das 3 etapas e pelos resultados consolidados na fase 3 da pesquisa, apurou-se que 85,8% de todas as frequências contabilizadas (em todas as assertivas do teste) recaíram sobre a nota igual ou maior que 5 e, 14,2% sobre a nota igual ou menor que 4. Estes indicadores, a princípio, sugerem que a maioria (36) dos líderes integrantes da pesquisa aplicam as competências/aptidões da IE no exercício da liderança.

Examinando as competências/aptidões pontuadas no *score* de notas igual ou superior a 5, foi observada a presença de três das cinco integrantes da IE, sendo “autoconsciência”, “controle das emoções” e “relacionar-se bem”. As pontuadas em notas iguais ou menores que 4 foram: “automotivação” e “ser mentor emocional”. O quadro 3 mostra estes resultados representando o diagnóstico da IE.

Resultado do diagnóstico da IE	
Competências/aptidões presentes	Competências/aptidões ausentes
Autoconsciência Controle das emoções Relacionar-se bem	Automotivação Ser mentor emocional

Quadro 3 – Resultados consolidados do diagnóstico da IE junto aos líderes

Fonte: Elaboração própria

As competências/aptidões diagnosticadas como presentes na prática da liderança do grupo de líderes pesquisado, a “**autoconsciência**” é uma competência de gerenciamento intrapessoal e considerada por Weisinger (2001, p.26) como o “elemento básico da IE porque está no cerne de cada uma das demais competências/aptidões”. Ela se manifesta quando a informação se insere no sistema perceptivo do indivíduo. O autor (p. 29) comenta que “para conseguir controlar uma emoção como a raiva, é preciso ter consciência daquilo que a provoca e de como esta emoção o afeta”. Esta conscientização afetará todas as demais competências/aptidões e, por isto ela responde pelo equilíbrio (controle das emoções), pelo drible do desânimo (automotivação) pela disposição de ajudar os outros,

se ajudar (ser mentor emocional) e se relacionar bem.

Dentre as assertivas do instrumento de pesquisa que integram a competência/aptidão **“autoconsciência”**, duas receberam maior frequência de respostas dos líderes, sendo: *“Consigo me vigiar para não deixar os pensamentos negativos dominarem a situação”* e *“Sei identificar mudanças no meu estado de espírito e reconheço a hora de acalmar até atingir um estado que me permite pensar e agir com eficácia”*. Ambas indicam capacidade do líder de se manter atento e saber se conduzir de modo a não se deixar levar por pensamentos ou estímulos negativos ameaçadores de seu equilíbrio.

Dito isto, considera-se então, que os líderes que integram o estudo apresentaram a competência/aptidão primal da IE.

Para Weisinger (2001, p. 38) o **“controle das emoções”** não significa negar ou sufocar as próprias emoções e a de outros, mas “compreendê-las e usar esta compreensão para modificar as situações em benefício próprio e dos demais”. Logo, o controle é entendido como a capacidade de resiliência e habilidade para regular estados emocionais relacionados a gerenciamento dos pensamentos, das reações físicas, das atitudes ou tendências de agir por ímpeto. É uma competência da dimensão intrapessoal da IE e demanda autogerenciamento. Das assertivas que compõem a competência/aptidão “controle das emoções” as mais indicadas foram: *“Sou produtivo mesmo em situações que provocam ansiedade, ou seja, minha produtividade é mantida”* e *“Consigo reconhecer situações que tem potencial para me tirar do sério e ainda continuar calmo”*. Estas assertivas sugerem que os líderes são capazes de reconhecer situações potencialmente desafiadoras para “tirá-los do sério” e também “como” deverão agir para preservar a sua atuação, e reconhecer quando o outro está necessitando de suporte emocional. Segundo Robbins et al. (2011, p.97), o controle não implica em regular o emocional das pessoas - o que poderia ser um ato abominável, mas “uma ação para ajudá-las a ponderar suas reações diante de situações desastrosas e com potencial para levá-las ao descontrole emocional”.

A competência/aptidão **“relacionar-se bem”**, é segundo Weisinger (2001, p.115) “uma forma de colocar a IE em ação reconhecendo e reagindo em sintonia com as emoções e sentimentos dos outros, orientando-os para resolução produtiva de uma situação problemática”. É uma competência da dimensão interpessoal, heterogerenciamento. Dentre as assertivas que constituem esta competência/aptidão as duas mais indicadas pelos líderes foram: *“tenho por hábito falar sobre os meus sentimentos para outra pessoa comunicando o que estou sentindo”* e *“comunico corretamente o que estou sentindo. Sei expressar que fiquei zangado como o tratamento recebido de alguém”*. Estas assertivas mostram a autenticidade no processo de comunicação como elemento necessário aos bons relacionamentos, além de, a autenticidade é um elemento crítico para estabelecer conexões afetivas com outras pessoas e manter a própria estabilidade emocional. Weisinger (2001, p.117) comenta que, quando a inteligência emocional é utilizada para a comunicação (para o estabelecimento de relações interpessoais), “percebe-se o resultado do que se está

comunicando, por meio dos pensamentos, sentimentos e atitudes dos outros, e, desse modo, convém adaptar a eles a comunicação, de maneira que a sensibilidade se torna uma técnica”. Para o autor o desenvolvimento desta competência/aptidão inclui treinamento em técnicas de comunicação eficaz e aquisição da capacidade de analisar imparcialmente uma relação.

Apresença de três das cinco competências/aptidões da IE identificadas no diagnóstico, sugere que os líderes têm a compreensão de, para exercer a liderança com base na IE é prioritário efetivar conhecimento sobre aquilo que os levam a agir desfavoravelmente. Este conhecimento, de acordo com Goleman et al. (2018) é uma espécie de regulador que os mantém em constante estado de alerta em relação as consequências de seus atos, comportamentos, suas falas, atitudes, ações e decisões. Logo, agir de modo consciente é fundamental para os capacitar a pensar, ponderar e agir proativamente. Esta condição é também o gatilho necessário para identificar as ameaças que estão minando o próprio controle de seus ímpetos, de suas emoções perturbadoras e sentimentos impulsivos.

Quanto as duas competências/aptidões da IE diagnosticadas como ausentes/deficientes entre os líderes da pesquisa, a **“automotivação”**, segundo Weisinger (2001, p.55) significa “usar o seu sistema emocional para catalisar todo o processo de dispendir energia numa direção específica, com um propósito específico e mantê-lo em andamento”. Sendo uma competência do autogerenciamento, o seu desenvolvimento requer examinar as fontes de motivação do líder, tais como: “ele próprio, o apoio de amigos, o mentor emocional e seu ambiente”. Este desenvolvimento, se estrutura a partir de um conjunto de técnicas destinadas para cada fonte e, isto permite ampliar a visão e atuação positiva do líder.

Do conjunto das assertivas que constituem a competência/aptidão automotivação, as mais indicadas pelos líderes integrantes do estudo foram: *“Consigo completar tarefas longas e complexas dentro do prazo”* e *“Depois das palavras o importante é a ação”*.

A competência/aptidão **“ser mentor emocional”** segundo Weisinger (2001, p.72) “se baseia no interesse de se estabelecer como um forte ponto de apoio para o outro, de fornecer direção e segurança”. Ela capacita os líderes para apoiar os outros no controle das suas emoções, a comunicar-se corretamente, a solucionar problemas, a resolver conflitos e permanecerem motivados. Dentre as assertivas que integram esta competência/aptidão, as duas mais indicadas no score nota igual ou inferior a 4 foram: *“sou capaz de ajudar um grupo a controlar suas emoções”* e *“percebo quando uma pessoa não tem coerência entre os comportamentos que ela expressa e o que suas emoções e sentimentos falam”*.

A ausência/deficiência dessas duas competências/aptidões sugere que os líderes ainda não consolidaram suficiente e efetivamente, de acordo com os níveis definidos por Weisinger (2001), as capacidades resilientes para reflexionar situações que ameaçam o próprio equilíbrio emocional. Consequentemente isto poderá ser uma restrição para atuarem plenamente como mentores emocionais de seus liderados, logo, é uma situação

demandante de treinamento e desenvolvimento.

No entanto, reconhece-se que é um grande desafio para profissionais em cargos de liderança efetivar o conjunto das cinco competências/aptidões da IE em níveis satisfatórios, fato que justifica a necessidade de buscar desenvolvimento por meio de processos de aprendizagem.

Weisinger (2001, p.211) comenta que a efetivação de todo o conjunto das cinco competências ocorre em um sistema organizacional integrado que depende do desempenho de cada indivíduo que faz parte dele, bem como do inter-relacionamento de todos eles, pois “cada indivíduo tem a responsabilidade de expandir sua própria IE e aplicá-la a sua atuação”. O autor reconhece também o papel da empresa/organização para apoiar e alavancar elevados níveis das competências/aptidões da inteligência emocional em seus colaboradores, logo não se trata apenas de um esforço isolado de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo gerou informações sobre a IE observada no exercício da liderança. Sua principal contribuição científica ocorreu pelo uso de um instrumento (teste) validado para diagnosticar a IE em líderes, bem como pelos procedimentos de análise adotados pelos seus autores para suportar análise dos dados com mais detalhes, aprofundamento e apresentação visual – o que não foi encontrado na literatura do referido teste. Neste sentido, foi possível apurar as competências da IE presentes e ausentes no grupo de 42 líderes que participaram do estudo.

Considerando a importância de cada participante da pesquisa ter acesso aos resultados do seu teste, os autores do artigo emitiram feedback para 38 que manifestaram interesse em recebê-los. Para operacionalizar esta ação foi criado um relatório denominado “Devolutiva para os participantes” onde constaram os resultados do diagnóstico e comentários gerais. Este documento foi enviado para os endereços de e-mail dos participantes interessados, com a indicação de disponibilidade dos autores para interação síncrona a posteriori, caso assim o desejasse.

Ainda que os resultados do estudo não possibilitem generalizações empíricas, os procedimentos metodológicos adotados para a organização e análise dos dados são passíveis de transferência para estudos similares futuros, isto porque foram criados e operacionalizados em fino alinhamento com a literatura da IE com foco em liderança.

O estudo agregou informação para a pesquisa sobre inteligência emocional no contexto de trabalho, contribuindo para desmistificar antiga crença de que neste ambiente as emoções são ruídos que atrapalham o funcionamento racional da organização e não devem ser levadas em conta.

Vislumbra-se que a sua continuidade se daria por uma investigação interessada em analisar os impactos da liderança emocional sobre as equipes de trabalho. Isto responderia

a, por exemplo: uma liderança que atua com base na IE influencia a produtividade e a qualidade daquilo que os liderados entregam? Ela alavanca a proatividade da equipe? Responde por times de alto desempenho? Leva os liderados a performar o seu melhor?

REFERÊNCIAS

Ancona, D. Leadership in an Age of Uncertainty. **Center for Business Research Brief**, 6(1), 2005, p. 1-3.

Assunção, M. A. Como ser um líder em um novo cenário? **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. 11(4), 2020, p.76-92.

Bar-On, R. **The Emotional Quotient Inventory (EQ-i)**: a test of emotional intelligence. Toronto, Canada: Multi-Health Systems, Inc., 1997

Bass, B. M.; Stogdill, R. M. **Handbook of Leadership: A Survey of Literature**. Freeman Press. NY: New York, 1990.

Fiedler, F. E. **Liderança e administração eficaz**. São Paulo: Pioneira, 1981.

Fiedler, F. E. Cognitive Resources and Leadership Performance. **Applied psychology: an international review**. Washington, 44 (1), 1995, p.5-28.

Flick, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3a. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Gibson, J.; Ivancevith, J.; Donnelly, J. & Konopaske, R. **Organizações: Comportamento, Estrutura E Processos**. 12a ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6a. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Goleman, D. **Trabalhando com a inteligência emocional**. 5a. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1998.

Goleman, D. **Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

Goleman, D. **Liderança: a inteligência emocional na formação de um líder de sucesso**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015.

Goleman, D.; Boyatzis, R. & Mace, A. Primal Leadership: Realizing the power of emotional intelligence. **Harvard Business School Press**, 2002.

Goleman, D.; Boyatzis, R. & McKee, A. **O poder da inteligência emocional: como liderar com sensibilidade e eficiência**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018.

Hunter, J. C. **O monge e o executivo**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2004.

Hurt, G.; Donovan, J. Personality and Job Performance: The Five Revisited. **Journal of Applied Psychology**, 85(6), pp.869–879, 2000.

John, O. P.; Anglesite, A. & Ostendorf, F. The lexical approach to personality: a historical review of trait taxonomic research. **European Journal of Personality**, 2(3), pp.171-203, 1998.

John, O. P., Srivastava, S. The Big Five Trait taxonomy: History, measurement, and theoretical perspectives. In: L. A. Perving & O. P. John (Eds.), **Handbook of personality: Theory and research**. New York, pp. 102-138), 1999.

Mayer, J. D.; Caruso, D. & Salovey, P. Emotional Intelligence Meets Traditional Standards for an Intelligence. **Intelligence**, 27(4), pp.267-298, 1999.

McShane, L. S.; Glinow, A. M. **Comportamento Organizacional**. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2014.

Megerian, L. E.; Sosik, J. J. An affair of the heart: Emotional intelligence and transformational leadership. **Journal of Leadership Studies**, 3(3), pp.31-48, 1996.

Mersino, A. C. **Emotional intelligence for managers**. New York: Editor Amacom, 2009.

Pasquali, L. **Os tipos humanos: a teoria da personalidade**. 1a ed. Brasília: Copymarket, 2000

Pedruzzi Júnior, A.; Silva Neto, J. M.; Pedruzzi, N. L. I.; Cardoso, R. R. Leitura da evolução das teorias sobre liderança. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v.7, n.1, pp.247-261, 2016

Robbins, S. P.; Judge, T. A. & Sobral. **Comportamento Organizacional: Teoria e Prática no contexto brasileiro**. 14a ed. São Paulo: Editora Pearson, 2011.

Salovey, P.; Mayer, J. D. Emotional intelligence. **Imagination, cognition and personality**, 9 (3), 185-211, 1990.

Weisinger, H. **Inteligência Emocional no trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

Woyciekoski, C.; Hutz, C. (2009). Inteligência emocional: teoria, pesquisa, medida, aplicações e controvérsias. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 22(1), pp.1-11.

TOTALITARISMO SEM EXCEÇÃO: A IRRACIONALIDADE CAPITAL DA HUMANIDADE

Data de submissão: 04/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Antonio Carlos da Silva

Investigador do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta (na linha de investigação “Literatura, Arte e Transculturalidade”. Articulista do jornal “A Tarde” e obstinado flâneur

Na escuridão, por detrás e por cima de nós, os oito doentes não perdiam uma sílaba, mesmo os que não percebiam francês. Apenas Sómoguyi se encarniçava em confirmar a sua entrega à morte. *Primo Levi. Se isto é um homem. 2020, p. 181.*

O terror da tirania chega ao fim depois de paralisar ou até eliminar por completo toda a vida pública e converter todos os cidadãos em indivíduos privados, tirando-lhes o interesse e a ligação com os assuntos públicos.

Hannah Arendt. Humanidade e terror. 2008, p. 321.

À noite, em volta do aquecimento, mais uma vez, Charles, Arthur e eu sentíamos que voltávamos a ser humanos. Podíamos falar de tudo. Apaixonava-me a conversa de Arthur sobre a maneira de passar os domingos em Provençhères, nos Vosgos, e Charles chegou quase a chorar quando lhe contei do armistício em Itália, do início confuso e desesperado da resistência dos *partigiani*, do homem que nos traíra e da nossa prisão na montanha.

TOTALITARISMO ABSOLUTO; MERCADO DE CLASSES

Na década de 1950, ainda sob os efeitos devastadores da 2ª. Grande Guerra sobre o sentido/sentimento de humanidade, a filósofa Hannah Arendt (1906/1975) publicou uma série de quatro artigos em que o tema totalitarismo assume o protagonismo do colapso anunciado: o fim da história. A questão-chave que permeia os ensaios supra é a preocupação da autora com a metamorfose (auto-induzida e, talvez, inconsciente) do ser humano em ser supérfluo na sociedade produtora de mercadorias¹. Um ser, portanto, destituído das particularidades que o tornam humano. Com destaque para

¹ Preocupação compartilhada por Günther Anders em seu livro “The outdatedness of Human Beings” (1956). Sendo

a liberdade e a espontaneidade.

Irei concentra-me no segundo artigo desta série, “Humanidade e Terror”² (1953), no qual o segundo substantivo do título é o fenômeno suscitado por Arendt para tentar compreender como a disseminação do medo fomenta a submissão e a perda das características humanas aludidas. Neste contexto, a autora busca interpretar o duplo sentido do terror, primeiro como instrumento empregado contra os seus opositores para consolidar as novas estruturas do poder - em que a violência revolucionária e/ou totalitária é legitimada por regras draconianas - para em seguida, aproveitando o esmorecer das qualidades humanas, substituir a violência por dispositivos de dominação mais condizentes com o estado de *banalidade do mal*³ que contamina os membros da sociedade produtora de mercadorias.

Nesta leitura sobre a reconfiguração do Estado os campos de concentração são a representação do poder/violência abordados por ela – esse despertar inequívoco de pesadelo transposto para a realidade. “O terror genuinamente totalitário aparece apenas quando o regime não tem mais inimigos a prender e torturar até a morte, e quando as várias classes de suspeitos foram eliminadas e não podem mais ficar sob “prisão preventiva”” (2008, p. 321).

A filósofa está implicitamente a suscitar para reflexão (teórica e histórica) as contradições do sistema de produção social do capital. Isto em conformidade com a lógica do valor, porque a eliminação de componentes indesejados da força produtiva acarreta a redução da capacidade de reprodução de riqueza abstrata. Assim, ao estimular o debate sobre a relação “humanidade/terror” - ciente de que a substância do valor é obtida por meio da força de trabalho humana – Arendt está a questionar a fragilidade sociológica na abordagem da luta de classes, visto a impossibilidade em realizar a revolução social se não houver alternativas para além do Estado e do Mercado submetidos aos ditames do capital⁴.

Não podemos afirmar categoricamente que a filósofa pretendia equacionar as categorias de fetichismo (na forma mercadoria e na forma dinheiro⁵) como o fenômeno

que, enquanto Arendt enfatiza o terror tirânico como base em seus estudos sobre o fenômeno do nazismo (sem olvidar a relevância do stalinismo no período entre guerras), o ensaísta alemão destaca o fenômeno nuclear como apocalipse da modernidade e, por conseguinte, da obsolescência do humano.

2 Estamos a utilizar a versão portuguesa presente no livro “Compreender: Formação, exílio e totalitarismo (Ensaios, 1930/1954)”, publicado em conjunto pela Companhia das Letras e a Editora da UFMG em 2008.

3 O conceito de “banalidade do mal”, como comumente se atribui, não foi elucidado por Arendt no livro “Eichmann em Jerusalém” (1963), de acordo com o exposto pela própria autora em 03 de outubro deste mesmo ano em carta para Mary McCarthy: “Minha “noção fundamental” de que Eichmann era um indivíduo comum não é tanto uma noção como a descrição fiel de um fenômeno. Estou segura de que podemos sacar numerosas conclusões de um fenômeno como este, sendo o mais geral o que eu obtive: “a banalidade do mal”. Talvez algum dia eu escreva sobre isso, e somente então abordarei a natureza do mal; mas, tenho uma certeza, teria cometido um grande equívoco se o tivesse abarcado no contexto deste informe”. (ARENDT, 2006, p. 247) Grifo meu.

4 Como poderemos inferir através de uma dialética leitura do “Fausto” (2003) de Goethe. A máquina de destruição capitalista, por meio do Progresso, é o próprio capital. Restando, à massa de despossuídos, a dissolução em dispositivos/engrenagens passíveis de substituição.

5 Consoante o grupo EXIT! que concentra estudos na teoria do valor e na teoria do valor dissociação para auxiliar na compreensão das contradições geradas pela crise estrutural do capital e suas idiossincráticas categorias (mercado, dinheiro, valor, trabalho, justiça, sujeitos). Com destaque para os ensaios de Robert Kurz e Roswitha Scholz.

central da dominação em um sistema que o sujeito perde sua relevância para o processo de criação de riqueza⁶.

No interior do sistema produtor de mercadorias, só há a diferença quantitativa da riqueza abstrata, que, se existencialmente toca na questão da sobrevivência, não obstante permanece estéril em termos emancipadores. (KURZ, 2004, p. 8)

Ao enfatizar o *pathos* dos campos de concentração, Arendt está a apresentar um contributo à crítica do Progresso (científico, econômico e técnico) que, no processo de manutenção sistemática de valorização⁷, se sobrepõe a questão social. Por conseguinte, longe de fomentar a paz (no sentido kantiano de perpetuidade), ainda se torna um obstáculo para o desenvolvimento histórico ao ser um fim em si mesmo.

Disso decorre o outro fator central, a saber, que a paz sepulcral que se espalha pela terra sob a pura tirania ou sob o governo despótico das revoluções vitoriosas, e durante a qual o país pode se recuperar, nunca é concedida a um país de governo totalitário. O terror não tem fim, e por questão de princípio com tais regimes não pode haver paz. (ARENDT, 2008, p. 322)

Esta irracionalidade, consoante os teóricos da crítica do valor, é condição *sine qua non* para fomentar a mercantilização de todos os aspectos da vida e, cada vez mais, aprofundar o poço em que as pessoas são absorvidas pelo fetichismo do capital. Isto porque tal absurdo sistêmico obstrui, no tempo e no espaço, uma séria reflexão sobre o propósito do trabalho na estrutura de dominação vigente. Quanto mais inconscientes as forças produtivas estiverem em relação à finalidade daquilo que realizam, menos consciência elas terão de seu poder para transformar as condições sociais impostas para degradar sutilmente a humanidade.

Em um dos mais conhecidos relatos sobre os campos de concentração, “Se isto um homem” (Primo Levi, 1953), o paradoxo do trabalho já está enunciado em prosa e verso para alertar sobre a tentação que o terror inspira em mentes destituídas daquele compromisso ético que vínculo o Eu aos Outros. Que corrompe a existência de “seres humanos” marcados como mercadorias de baixo valor e qualidade, portanto, que podem ser explorados até a exaustão, até o fim.

Foi uma sorte para mim ter sido deportado para Auschwitz só em 1944, isto é, depois de o governo alemão, devido à crescente escassez de mão-de-obra, ter decidido prolongar a vida dos prisioneiros a eliminar, concedendo sensíveis melhorias nas condições de vida e suspendendo temporariamente as execuções individuais arbitrárias. (LEVI, 2020, p. 9) Grifo meu.

A viagem não durou mais de vinte minutos. Depois, o caminhão parou, viu-se uma grande porta, encimada por umas palavras fortemente iluminadas (a

6 Na sociedade produtora de mercadorias a valorização do valor é o seu sujeito automático. Ver em “Ler Marx: os textos mais importantes de Karl Marx para o século XXI” (2018), disponível em <https://www.marxists.org/portugues/kurz/2000/marx/index.htm>.

7 Tese sustentada pelos componentes do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, em especial Theodor Adorno e Max Horkheimer. Para ampliar o debate é relevante consultar BENJAMIN, Walter. Instituto Alemão de Livre Pesquisa. In: O capitalismo como religião (tradução de Nélcio Schneider). São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 145-157.

Para o escritor italiano, sobrevivente do Amarghedon em solo polonês, mesmo com o avançar das forças aliadas anunciando a derrota incontestada do exército alemão, não ocorreu uma tomada de consciência por parte dos nazistas daquilo que vincula os seres humanos entre si, ou qualquer restauração ética, mas a preocupação insana em manter os padrões de produtividade e eficiência em meio ao caos da guerra totalitária.

Esse livro é o produto de uma concepção de mundo levada às extremas consequências com rigorosa coerência: enquanto a concepção subsistir, as consequências ameaçam-nos. A história dos campos de extermínio deveria ser interpretada por todos como um sinal sinistro de perigo *iminente*. (Ibidem, p. 9) Grifo meu.

O totalitarismo, esse Janus moderno, fomenta a banalidade do mal e é anti-apocalíptico⁸ na essência. E, ao não permitir a renovação do tempo histórico (edificar/destruir/construir sob os escombros), absorve gradativamente as memórias em uma noite sem fim, frustrando a esperança de realização de uma nova aurora para emancipação. O élan que sustem a dignidade dos indivíduos é rompido, o que resulta na formatação de uma espécie distinta de gente, um ser acuado em seus próprios medos e incapaz de interação racional e cordial com os seus próprios pares. A metamorfose, no sentido kafkaniano, propriamente dita.

Nos campos de concentração aprendemos que tudo serve; o arame, para apertar os sapatos; os farrapos, para fazermos deles panos para os pés; o papel, para forrar o casaco (abusivamente) contra o frio. Aprendemos, por outro lado, que tudo pode ser roubado, ou melhor, é automaticamente roubado, mal a atenção diminui; e para o evitar tivemos de aprender a arte de dormir com a cabeça apoiada num embrulho feito com o casaco e contendo tudo o que possuímos, desde a marmita até os sapatos. (LEVI, 2020, p. 32).

Para salvaguardar essa anomalia (o êxito totalitário em contraposição ao fracasso humano) instituir o perpétuo *estado de exceção*⁹ torna-se regra geral de governação. Assim, ao definir a quem pertence o poder decisório (quem pode viver e quem deve morrer), o passo seguinte consiste em eliminar os vestígios daquilo que um dia pôde ser considerado humano através da despossessão - até o mais recôndito da alma - para daí germinar o que entendemos ser a quinta essência do Inferno na Terra: os campos de concentração, lugares em que as sementes da barbárie (ainda) estão a germinar a banalidade do mal.

Häftling: aprendi que sou um *Häftling*. O meu nome é 174.517; fomos batizados, guardaremos até a morte a marca tatuada no braço esquerdo. A operação foi levemente dolorosa e extraordinariamente rápida; puseram-nos todos em fila e, um a um, pela ordem alfabética dos nossos nomes, passamos

8 Estamos nos apropriando da definição elaborada por Günther Anders (2013) em que o regime totalitário ao se encerrar em si mesmo não possibilita a criação de alternativas possíveis para outro devir e, deste modo, a conscientização da obsolescência do humano sob os ditames do sistema social de produção do capital.

9 Em consonância com a Tese VIII de Walter Benjamin em "Sobre o conceito de História" (2020).

diante de hábil funcionário munido de uma espécie de punção com a agulha muito curta. Ao que parece, é esta a verdadeira iniciação; só “mostrando o número” se recebe o pão e a sopa. Foram precisos vários dias, e não poucos socos e bofetadas, para que nos habituássemos a mostrar o número prontamente (...) E durante muitos dias, sempre que o hábito dos dias livres me levava a procurar as horas no relógio de pulso, no seu lugar aparecia-me ironicamente o meu novo nome, o número bordado em sinais azulados debaixo da epiderme. (LEVI, 2020, pp. 26-27)

O contributo de Arendt apresenta uma sofisticada leitura de como o terror totalitário subverte o indivíduo através de uma política experimental de desumanização, controle de corpos e aniquilação de mentes que foi indubitavelmente levada a cabo com a proliferação dos campos de concentração (não apenas nazistas, mas sob o regime de Stálin, também soviético).

Os campos de concentração não erradicam apenas pessoas; também fomentam a monstruosa experiência, sob condições cientificamente rigorosas, de destruir a espontaneidade como elemento do comportamento humano e de transformar a pessoa em menos do que um animal, em um simples feixe de reações que, dadas as mesmas condições, sempre reagirá de maneira idêntica (ARENDR, 2008, p. 327)

O que não destoa da perdição da alma humana relatada por Primo Levi:

São poucos os homens que sabem enfrentar a morte com dignidade e, em muitos casos, não são aqueles que se esperava. Poucos sabem calar-se e respeitar o silêncio dos outros. O nosso sono inquieto era frequentemente interrompido por brigas barulhentas e fúteis, por imprecações, por pontapés e socos desferidos ao acaso como se fossem uma defesa contra contatos molestos e inevitáveis. Então, alguém acendia a lúgubre chama de uma vela, que permitia ver, prosternado no chão, um fervilhar fosco, uma massa humana confusa e contínua, tórpida e dorida, sacudida por inesperadas convulsões imediatamente apagadas pelo cansaço. (LEVI, 2020, p. 16)

Ao converter o corpo social em um todo homogêneo, o indivíduo passa a aceitar resignadamente às contradições de um sistema que - ao absorver sua espontaneidade e o classificar na forma mercadoria - está alinhado com a violência exercida contra todo e qualquer sentimento de humanidade.

Isso é o Inferno. Hoje, nos nossos dias, o Inferno deve ser assim, um local grande e vazio, e nós, cansados de estar de pé, com uma torneira a pingar água que não se pode beber, esperamos algo sem dúvida terrível e nada acontece e continua a não acontecer nada. Como pensar? Já não se pode pensar, é como estar já morto. Alguns se sentam no chão. O tempo passa gota após gota. (Op. Cit., p. 21)

Neste processo de instrumentalização do Ser em Nada, a violência perpetrada é isenta de culpa, pois não há qualquer vínculo entre a vítima e o agressor se a identificação ética e estética (particularidades humanas) for se desvanecendo até ser apenas uma rara lembrança de dias menos sombrios. “O terror totalitário já não é um meio para algum fim;

é a própria essência deste governo que paradoxalmente se desmantela a si mesmo". (ARENDT, 2008, p. 328) (Grifo meu). Disto decorre uma questão incontornável: como (re)definir a luta de classes e, por conseguinte, o processo emancipatório se a perda de espontaneidade/liberdade está a resultar na formação de seres passíveis e acriticamente submissos aos humores do Mercado?

Imagine-se agora um homem ao qual, juntamente com as pessoas amadas, tiram a casa, os hábitos, a roupa, enfim, tudo, literalmente tudo quanto possui: será um homem vazio, reduzido ao sofrimento e à carência, esquecido da dignidade e bom senso, pois acontece facilmente, a quem tudo perdeu, perder-se a si próprio; reduzido a tal ponto, que outros poderão sem problemas de consciência decidir sobre vida ou morte para além de qualquer sentido de afinidade humana; no caso mais optimista, na base de uma mera avaliação de utilidade. Compreender-se-á então o duplo significado da expressão "campo de extermínio" (LEVI, 2020, p. 26)

Para Arendt, esse processo de submissão sistêmica assume um papel ambíguo na compreensão do fenómeno da luta de classes na sociedade totalitária. A primeira impressão é a conformação ideológica do darwinismo social em que os representantes menos capacitados serão sumariamente excluídos do processo de produção/consumo que caracteriza o sistema capitalista.

Uma dezena de SS mantinha-se à distância, com ar indiferente, as pernas afastadas. A determinada altura, meteram-se entre nós e, em voz baixa, os rostos de pedra, começaram a interrogar-nos rapidamente, um a um. Não interrogavam a todos, só alguns. "Quantos anos? Saudável ou doente?", e conforme a resposta indicavam-nos duas direções diferentes (...) Hoje, todavia, sabemos que, naquela escolha rápida e sumária, avaliara-se se cada um de nós podia ou trabalhar utilmente para o *Reich*; sabemos que nos campos, respectivamente de Buna-Monowitz e Birkenau, só entraram, do nosso comboio, noventa e seis homens e vinte e nove mulheres e que de todos os outros, num total de quinhentos, nem um se encontrava vivo depois. (Op. Cit. p. 18).

Após leitura mais apurada do fenómeno da barbárie, iremos constatar que a redução dos elementos que compõem a força de trabalho terá como consequência a própria destruição sistêmica.

Se é uma lei da natureza eliminar tudo o que é nocivo e impróprio para a vida, uma política étnica-racial logicamente coerente não será bem servida por erradicações terroristas totais de certas raças e etnias, pois, se não surgirem novas categorias de vidas impróprias e parasitárias, será o fim da própria natureza (ou história?). (ARENDT, 2009, p. 329) Grifo meu.

A eliminação de um grupo por sua raiz étnico-racial, tal como aludida na propaganda nazista de subjugação de judeus (sem olvidar ciganos, afrodescendentes e toda a gente em contraposição à heteronormatividade), conduz ao colapso do próprio sistema, pois sem solucionar esse paradoxo do terror não haverá outra fonte de valorização independente da força produtiva que possa negligenciar a dialética da racionalização (eliminadora de

trabalho) e possa evitar as consequências escatológicas para criação de mais valia (mesmo com o aumento da produtividade).

A não ser que o projeto totalitário seja, para além da negação da liberdade e espontaneidade do indivíduo, o limiar de uma nova perspectiva para sanar a contradição-chave do processo de criação de valor: a força de trabalho como substância do capital. Se assim for, o totalitarismo não é passível de compreensão à luz de categorias políticas e critérios morais que o antecederam (tirantias e/ou ditaduras).

O problema com a sabedoria do passado é que ela se desfaz entre nossas mãos tão logo tentamos aplicá-la honestamente às experiências políticas centrais de nossa época. (p. 332)

E se ele for um princípio basilar para romper com os grilhões do fetichismo do valor na esfera da humanidade criada pelo próprio sistema de produção social na forma mercadoria?

Nesse sentido, a atividade de compreender é necessária; mesmo que nunca possa inspirar diretamente a luta ou oferecer outras metas, é a única que lhe pode conferir significado e gerar uma nova desenvoltura para o espírito humano, que talvez venha a surgir livremente após a vitória. (ARENDT, 2008, p. 333)

É a partir destas experiências teóricas que devemos iniciar o processo de compreensão do fenômeno totalitário, tendo em vista que a mesma não se esgota em si; tampouco se constitui em uma totalidade fechada se apreendermos neste percurso que determinados tópicos já cumpriram sua tarefa histórica¹⁰.

Se, como alude Kurz, “o valor não é nenhuma coisa econômica crua, mas ao contrário, a forma social total” (1997, p. 27), o movimento totalitário ao conduzir para o fim da história como a conhecemos pode, também, ser interpretado como a obsolescência programada do Humano (Anders, 2011) - o que exigirá esforços para compreensão do que significa a transição para outro tipo de *humanidade*. Não necessariamente como a conhecemos, mas de uma cepa de organismos em constante evolução frente à angústia do Prometeu pós-moderno.

DESPROLETARIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: O FIM EM SI MESMO

Se nas primeiras décadas do século XX a temática da luta de classes estava concentrada em duas abordagens advindas do partido socialdemocrata alemão - entre Eduard Bernstein (1854/1938) e Karl Kaustky (1850/1932) -, passado um século a perspectiva marxista tradicional continua a desafiar nosso entendimento sobre quais os papéis a desempenhar no atual estágio do sistema de produção social do capital. Isto

¹⁰ Por exemplo, o socialismo de Estado ou o liberalismo de Mercado que estavam vinculados ao moderno sistema produtor de mercadorias – isto até a retumbante 3ª. Revolução Industrial, da microeletrônica, que desvelou as contradições imanentes do processo de criação de valor abstrato.

porque a desigualdade social, frente ao abismo que separa os ricos dos pobres, tem-se apresentada cada vez maior.

O 1% mais rico do mundo ficou com quase 2/3 de toda riqueza gerada desde 2020 - cerca de US\$ 42 trilhões -, seis vezes mais dinheiro que 90% da população global (7 bilhões de pessoas) conseguiu no mesmo período. E na última década, esse mesmo 1% ficou com cerca de metade de toda riqueza criada. Pela primeira vez em 30 anos, a riqueza extrema e a pobreza extrema cresceram simultaneamente (OXFAM, 2023).

Há um novo componente que não podemos negligenciar nesta análise. A pobreza não é mais resultante da exploração da força produtiva, mas da exclusão de elementos dispensáveis no processo de fetichização na forma dinheiro. Em outras palavras, a clássica separação entre a classe dos capitalistas e a classe operária torna-se insuficiente para entender o movimento do sistema após a erupção da 3ª. e 4ª. revoluções industriais (microeletrônica e nanotecnologia, no final dos anos 1970 e princípios do século XXI, respectivamente). Àqueles/las dispensáveis da derivação do processo produtivo em distribuição e circulação de capitais resta o reconhecimento como seres humanos não rentáveis, portanto, passíveis de exclusão do sistema e eliminação da Vida.

Trata-se de desempregados permanentes, de beneficiários de apoio social ou de prestadores de serviços baratos nos domínios do *outsourcing*, até chegar aos *empresários da miséria, vendedores de rua (os novos empreendedores)*. Essas formas de reprodução são, segundo critérios jurídicos, cada vez mais irregulares, inseguras e amiúde ilegais; a ocupação é irregular, e as *rendas rondam o limiar do mínimo necessário para a existência ou até caem abaixo disso*. (KURZ, 2004, p. 1)

A própria classe dos “proprietários do capital” também se torna algo difusa nesta “nova configuração” tecnológica do Mundo. Com o retumbante êxito do Progresso, os capitalistas mais se aproximam da cegueira do Fausto em consequência dos limites impostos pela valorização do valor. Situação que acentua a crise estrutural e desvela as contradições inerentes de um sistema que para se manter estimula o desenvolvimento de novas técnicas (inovação científica, técnica e econômica) e a insana concorrência por mais rentabilidade em um Mercado limitado territorialmente.

Na crise e através da crise, efetua-se mais uma vez uma mudança estrutural da sociedade capitalista, dissolvendo as situações sociais antigas, aparentemente claras. O cerne da crise consiste justamente em que as novas forças produtivas da microeletrônica derretem o trabalho e, com ele, a substância do próprio capital. Dada a redução cada vez maior da classe operária industrial, cria-se cada vez menos mais-valia real. O capital monetário foge rumo aos mercados financeiros especulativos, visto que os investimentos em novas fábricas se tornaram não-rentáveis. Enquanto partes crescentes da sociedade fora da produção pauperizam ou até caem na miséria, do outro lado se realiza tão-somente uma acumulação simulatória do capital por meio de bolhas financeiras. (Op. Cit., p.2)

O que nos atrai neste movimento histórico é o princípio de finitude. Explico-me,

se nos estudos de Marx sobre “A luta de classes em França” (1850), a impossibilidade de creditar nos dados disponíveis não impediu o crítico alemão de buscar apreender a situação econômica, política e social revolucionária - muito pelo contrário, pode confirmar algumas teses que compõem seu (ainda) valioso contributo à crítica da Economia Política - as incertezas que demarcam o atual campo histórico não podem ser um obstáculo intransponível para apreendermos o sentido de obsolescência do humano e, deste modo, da impossibilidade de emancipação.

Quando Marx empreendeu essa obra, a referida fonte de erros ainda era muito mais inevitável. Era pura e simplesmente impossível, durante o período revolucionário de 1848-1849, acompanhar as transformações econômicas que se efetuavam simultaneamente ou até manter uma visão geral delas. O mesmo se deu durante os primeiros meses do exílio em Londres, no outono e inverno de 1849-1850. Porém, foi justamente nesse período que Marx começou o trabalho. E, apesar dessas circunstâncias desfavoráveis, o conhecimento preciso que ele tinha tanto da situação econômica da França anterior à Revolução de Fevereiro quanto da história política desse país a partir desse evento permitiu-lhe apresentar uma descrição dos acontecimentos que revela o seu nexo interior de modo até hoje não igualado e que, mais tarde, passou com brilhantismo na prova a que o próprio Marx a submeteu. (MARX, 2012, p.10)

Uma condição-chave se mantém a mesma, quanto maiores as diferenças entre a pobreza e a riqueza, as distinções de ordem estrutural também desaparecem da estrutura de reprodução da sociedade capitalista. O almejado aburguesamento da população por meio do maior envolvimento das forças produtivas na atividade política, além da aparente geração de uma classe média responsável pela estabilidade do sistema - consoante a perspectiva aristotélica - se revelou uma tragédia do crescimento econômico sustentável frente ao desenvolvimento do Progresso e inconseqüente racionalização eliminadora de trabalho humano.

Com o desabamento da nova economia, até mesmo as qualificações de muitos especialistas “high-tech” se viram desvalorizadas. Hoje não se pode mais ignorar que a ascensão da nova classe média não tinha uma base capitalista autônoma; pelo contrário, ela dependia da redistribuição social da mais-valia oriunda dos setores industriais. À medida que a produção social real de mais-valia entra em uma crise estrutural devido à terceira revolução industrial, os âmbitos secundários da nova classe média vão sendo sucessivamente privados de sua base de sustentação.

O resultado não é somente um desemprego crescente de acadêmicos. A privatização e o outsourcing desvalorizam o «capital humano» das qualificações inclusive no interior do emprego e degrada o seu status. Intelectuais pagos ao dia, trabalhadores baratos e empresários da miséria na figura de **freelancers** em mídias, universidades privadas, escritórios de advogados ou clínicas privadas não são mais exceções, mas a regra. (KURZ, 2004, p. 5) Grifo meu.

Destarte, a questão de como criar mais-valia sem deteriorar a sua principal fonte de substância (a força produtiva humana) continua a ser a chave para sanar o paradoxo

da desproletarização da produção. Não obstante, poderá contrapor a dialética da barbárie manifesta na reprodução de mecanismos de exclusão e eliminação de seres humanos dispensáveis na lógica do valor?

Provavelmente não, pois o sistema de produção de mercadorias é regido pela lógica irracional da concorrência e da competitividade. Portanto, em total oposição à igualdade e participação política ativa nas decisões que interferem na realização de rentabilidade sistêmica e buscam priorizar a questão social. Destarte, não devemos negligenciar que o véu da ilusão democrática ao encobrir a nudez pudica do movimento totalitário deixa transparecer que o governo do povo e para o povo não pode permitir, em qualquer sentido operacional do termo, ser exercida pelo povo (HOBSBAWM, 2011).

A questão social, anteriormente *raison d'être* dos Estados, torna-se um empecilho para o modelo empresarial de governação que, apesar de não ser voltado diretamente para lucratividade, depende economicamente dos humores do Mercado para sustentação mínima das políticas direcionadas para cidadãos/ãs. Uma necessária digressão, em 2020, no decorrer da pandemia COVID 19, foi testada no limite a capacidade governamental em lidar com o caos generalizado em proporções sem precedentes. Enquanto isso, as distinções entre países emergentes, não emergentes e aqueles que compõem a Tríade¹¹ do poder (Estados Unidos, União Europeia e China/Japão) não deixaram margens à dúvida: sob os ditames do totalitarismo de mercado, o contingente de vidas vivíveis é reduzido ao mais baixo escalão existente.

É o que podemos constatar através da análise do Banco Mundial¹² sobre as consequências da crise (assolada pelo descontrole do vírus que se alastrou a partir da China) para manutenção das políticas públicas.

A pandemia de Covid-19 confrontou os países com uma vasta gama de riscos econômicos novos e crescentes, alguns dos quais talvez só se tornem aparentes com o tempo. Em uma situação ideal, os governos elaborariam políticas para abordar todas as áreas em que a pandemia revelou ou exacerbou fragilidades econômicas: estabilidade do setor financeiro, marco jurídico de insolvência para famílias e empresas, acesso ao crédito e sustentabilidade da dívida pública. No entanto, poucos governos (ou nenhum) dispõem de recursos e flexibilidade política para lidar com todos os desafios de uma só vez. Terão de identificar riscos que representam ameaças mais imediatas para uma recuperação equitativa em contexto específico e priorizar as respostas políticas de acordo com isso. (...) Os formuladores de políticas públicas também precisarão abordar os riscos econômicos globais que possam ameaçar uma recuperação robusta e equitativa. Um dos riscos é o ritmo desigual de recuperação das economias avançadas e emergentes. A recuperação mais rápida nas economias avançadas provavelmente precipitará um aumento nas taxas de juros globais, o que pressionará os mutuários por meio do aumento do custo do serviço da dívida interna,

11 EUA, União Europeia, Japão e sudeste asiático que concentram a quase totalidade da riqueza mundial gerada.

12 Ver capítulo 6 (Conclusão: prioridades de políticas públicas para recuperação) do Relatório de Desenvolvimento Mundial (TheWorld Bank, 2022). Disponível em <https://www.worldbank.org/pt/publication/wdr2022/brief/chapter-6-policy-priorities-for-the-recovery>.

O resultado desta equação - potencializada com a crise energética e ecológica advindas da insana prepotência mercadológica de valorização irrestrita da riqueza - é a amplitude do custo sistêmico que, tal como o movimento das marés, limpa das areias do tempo histórico o espaço de atuação política das gentes. Por conseguinte, fomenta o estado de exceção permanente e o crescimento do único complexo industrial capaz de se retroalimentar do caos sistêmico: o militar.

A necessidade em preservar o sistema - independente dos custos sociais envolvidos - induz ao mau funcionamento e a degeneração dos seus principais pilares. Uma espécie de doença autoimune que põe em causa o imperativo da valorização.

Nesta medida pode falar-se de uma pulsão de morte e bem dizer gnóstica do capital, que se manifesta tanto na lógica destrutiva da economia empresarial como nos potenciais de violência inerentes à concorrência. Como as contradições já não podem ser resolvidas num novo modelo de acumulação, esta pulsão de morte manifesta-se hoje de forma imediata em escala global. (KURZ, 2015, p. 49)

Nem em sua forma artificial a valorização financeira dos ativos pode interromper o colapso da valorização sem substância. Tampouco o Progresso pode manter-se como o agente de exclusão daqueles seres inutilizados pela racionalização do trabalho sem prejudicar o seu próprio desenvolvimento.

O capital torna-se "incapaz de explorar" na medida em que, à altura dos padrões de produtividade e rentabilidade irreversíveis por ele próprio produzidos, já não é possível uma reprodução alargada em termos econômicos reais (expansão da valorização). Esta "hiperacumulação estrutural" do capital mundial conduz, nas metrópoles, devido à aplicação da microeletrônica, a um desemprego estrutural, a capacidades excedentes em escala mundial e à fuga do capital monetário para a superestrutura financeira (conjuntura das bolhas financeiras). Na periferia, a falta de pujança econômica impede o reequipamento microeletrônico; mas isso apenas conduz a um colapso tanto mais rápido de economias nacionais e regiões mundiais inteiras, porque estas ficam tão aquém dos padrões da lógica do capital que a sua reprodução social é declarada "nula" pelo mercado mundial. (Op. Cit., pp. 40-41)

Digressões a parte, o que se configura neste "cenário idílico" - envolto nas brumas da guerra (aparentemente) sem fim - e que o estado de exceção simulado e os movimentos de migração (evasão forçada) assumem uma dinâmica nunca antes vista.

O ESTADO DE EXCEÇÃO CONSTANTE ACENTUA A DECOMPOSIÇÃO SOCIAL

A dinâmica - deslocamento violentamente imposto - é consequência do limite histórico do processo de valorização vigente em que as gentes são excluídas do processo de produção, consumo, distribuição e/ou circulação de mercadorias por perderem o privilégio de serem reconhecidos como humanos.

É verdade que o universalismo ocidental sugere o reconhecimento irrestrito de todos os indivíduos, em igual medida, como «seres humanos em geral», dotados dos célebres «direitos inalienáveis». Mas, ao mesmo tempo, é o mercado universal que forma o fundamento de todos os direitos, incluindo os direitos humanos elementares. A guerra pela ordem do mundo, que mata pessoas, é conduzida em prol da liberdade dos mercados, que igualmente mata pessoas e, com isso, também em prol dos direitos humanos, visto que estes não são imagináveis sem a forma do mercado. (KURZ, 2003, p. 8)

Quanto maior o padrão de produtividade exigido, maior a intensidade que as gentes se tornarão objeto de/para barbárie. Isto em um Mundo cada vez mais sem fronteiras para o capital, mas com regras explícitas sobre o direito de ir/vir das pessoas. O que podemos constatar ao analisarmos, por exemplo, o paradoxo presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que (ainda) não conseguiu consolidar o compromisso ético e o respeito às alteridades dos países signatários. Infelizmente um acerbo desvelar da fragilidade dos Estados nacionais em lidarem com os anseios do sistema universal de poder.

O artigo XIII, que trata do direito “à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado” e confere a “todo ser humano o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar” (2009, p. 8) ilustra nossa conjectura. São milhares de gentes em situação de limbo territorial e identidade nacional perdida. Pessoas esquecidas à margem do sistema e confinadas em regiões que tautologicamente depõem contra o processo civilizatório ao negar o direito à dignidade civilizacional prometida com a democracia liberal de guerra e mercado.

Basta escutar no silencioso grito passado o repúdio daquilo que se repete no presente para se sentir o peso desta sina. É a metamorfose de seres destituídos de sonhos que vagam nas memórias de um tempo cada vez mais abstruso.

Nos campos da Flandres as papoilas brilham
Bem perfiladas pelos caminhos cintilam,
Marcando-nos o lugar; no firmamento
As cotovias voam por mais um momento,
Mal se ouvem, aqui, onde as armas atiram.
Nós somos os mortos. Há poucos dias
Vivíamos, sofriamos, trocávamos alegrias,
Amávamos e éramos amados, e agora morremos
Nos campos de Flandres.
Leve o inimigo as nossas rixas tardias:
Cai-nos das fracas mãos vazias
O archote; é vosso, ergam-no, serenos.
Se na nossa morte perderdes a fé que alumia
Não dormiremos, por mais que as papoilas brilhem
Nos campos da Flandres. (McCRAE, 2001, pp. 197-198)

Há *campos de Flandres* em toda reflexão sobre a humanidade perdida. Esse obstinado odor de sangue nas linhas gráficas do poeta que luta contra o esquecimento maculado pelo território capital. Assim evoca, no amanhã liberto dos grilhões do absoluto

totalitário, as classes na luta contra os pretextos ignóbeis para sustentação do fetichismo do mercado.

O problema, no entanto, se acentua com a experiência dos campos de concentração. Mais e mais pessoas - seres anteriormente considerados humanos - são obrigados a viver em lugares dantes antes inimagináveis. Em decorrência da dinâmica da irracionalização produtiva, passam de instrumentos de desumanização (resultado do trabalho forçado, resignado e embrutecedor) para refugos da civilização moderna nos atuais campos de refugiados espalhados pelo globo.

No final de 2022, **108,4 milhões de pessoas** em todo o mundo foram deslocadas à força em consequência de perseguições, conflitos, violência, violações de direitos humanos e acontecimentos que perturbaram gravemente a ordem pública. Isto representa um aumento de 19 milhões de pessoas em comparação com o final de 2021 - mais do que as populações do Equador, do Reino dos Países Baixos ou da Somália. É também o maior aumento de sempre entre anos. Mais de 1 em cada 74 pessoas na Terra foi forçada a fugir. (ACNUR, 2023, p. 1)

O aumento de expatriados - as vítimas da guerra de ordenamento mundial elaborada para tentar desviar o foco da iminente derrocada sistêmica - segue em exponencial.

O Número de refugiados em todo o mundo aumentou de 27,1 milhões em 2021 para 35,3 milhões no final de 2022, o maior aumento anual alguma vez registrado. O aumento deveu-se em grande parte aos refugiados ucranianos desde a invasão russa em 24 de fevereiro de 2022. No geral, 52% de todos os refugiados e demais pessoas necessitadas de proteção internacional são da República Árabe/Síria (6,5 milhões); da Ucrânia (5,7 milhões); e o Afeganistão (5,7 milhões). (Op. Cit., p. 2)

Seja nos Balcãs, no Corno da África ou mais recentemente no Oriente Médio, os Estados nacionais - sob efeito da decomposição social resultante da racionalidade empresarial em nível transnacional - reforçam sua função de gestores de uma crise na qual não conseguem salvaguardar a qualidade dos serviços públicos que deveriam ser universais.

Na periferia, juntamente com a maior parte da reprodução capitalista, os aparelhos de Estado dissolvem-se numa medida muito maior que o Estado nas metrópoles. Os serviços públicos desaparecem quase por completo, a administração capitula, os aparelhos repressivos asselvajam-se. O que resta são apenas pequenas ilhas da produtividade e da rentabilidade imersas num oceano de desorganização e miséria. (KURZ, 2015, p. 41).

Não é uma exclusividade de países a margem do poder global. Os componentes da Tríade (ver nota 12) sofrem com as adversidades da globalização capitalista. Um exemplo contundente é o déficit norte-americano que, ao final de 2023, será equivalente a 7% do seu PIB.

A dívida bruta dos Estados Unidos superou pela primeira vez a fasquia dos 33 bilhões de dólares, montante que equivale à soma do PIB das economias

da China, Japão, Alemanha, Índia e Reino Unido e supera os 250 mil dólares por cada família norte-americana (...) Um endividamento tão elevado vai abrandar o crescimento económico, impulsionar o pagamento de juros a detentores estrangeiros de dívida dos EUA e representa um risco significativo para as perspectivas económicas e orçamentais, além de representar um constrangimento para as decisões políticas. (CARREGUEIRO, 2023, pp. 8-9)

Essa realidade expõe as fissuras de um sistema que acentua a decomposição social e, por conseguinte, a supressão de elementos hostis à regra de valorização econômica incorporada ao Progresso. A migração descontrolada, neste contexto, é um fenômeno que não pode ser desvinculado do canto das sereias que os Estados nacionais e suas instituições se submeteram para ingressar no seleto “clubes dos países em desenvolvimento”. Surdos frente à angústia das gentes, os gestores do caos, tal como Ulisses modernos, infiltram-se na tempestade da crise e seguem impávidos para o naufrágio inevitável desta odisseia da valorização ilimitada.

Se lá longe se avista a paz, trata-se de um simulacro àqueles que perderam tudo - inclusive a esperança. A realidade, triste destino que compõe a barbárie da despossessão, é uma constante fuga de estados de exceção regulamentados para atender os anseios do capital globalizado.

Cerca de 14 milhões de crianças no Sudão precisam urgentemente de assistência humanitária. De acordo com o Unicef, muitas delas estão vivendo em “um estado de medo interminável, que inclui medo de serem mortas, feridas, recrutadas ou usadas por grupos armados”.

Os relatos de violência sexual relacionada a conflitos, incluindo estupros, têm sido numerosos. Com a intensificação dos combates nas últimas semanas em lugares como Cartum, Darfur e Cordofão, a preocupação é que as violações dos direitos das crianças continuem aumentando. Até agora, o UNICEF recebeu denúncias de mais de 3,1 mil violações graves, incluindo o assassinato e mutilação de menores.

A agência da ONU também alerta que cerca de 19 milhões de crianças no Sudão não conseguem retornar às salas de aula, tornando esta uma das piores crises educacionais do mundo. (NAÇÕES UNIDAS, 2023a, p. 1)

A decomposição social decorrente da inação política dos estados de exceção vigentes põe a prova os limites do processo civilizacional promovido pela democracia liberal de mercado.

O alto comissário da ONU para os Refugiados, Filippo Grandi, disse que “o foco do mundo agora é, com razão, na catástrofe humanitária em Gaza. Mas, globalmente, muitos conflitos estão se proliferando ou escalando, destruindo vidas inocentes e deslocando as pessoas”. Segundo ele, “a incapacidade da comunidade internacional de resolver ou prevenir conflitos está impulsionando o deslocamento e a miséria.”

Até o final de junho, 110 milhões de pessoas haviam sido deslocadas à força em todo o mundo, um aumento de 1,6 milhão em relação ao final de 2022. Mais da metade de todas as pessoas que são forçadas a fugir nunca

cruzam uma fronteira internacional. Nos três meses de junho até o final de setembro, o ACNUR estima que o número de deslocamentos forçados cresceu em 4 milhões, elevando o total para 114 milhões. Para Grandi, “à medida que assistimos ao desenrolar dos eventos em Gaza, Sudão e outros locais, a perspectiva de paz e soluções para refugiados e outras populações deslocadas pode parecer distante.” (NAÇÕES UNIDAS, 2023, p. 1) Grifos meus.

A exclusão de pessoas é um traço característico da história da modernização e, calcada na violência, um pressuposto do processo de acumulação do capital a partir dos séculos XVI e XVII. Inicialmente na abordagem de transição para criar força produtiva assalariada e destituída de qualquer outra fonte de riqueza que não os seus músculos, nervos e cérebros.

A ideologia oficial afirma que o grande poder de atração dos centros urbanos capitalistas e o incipiente trabalho industrial se deveram ao progresso civilizatório. As pessoas teriam reconhecido que poderiam encontrar melhores colocações nos marcos do novo modelo de produção e de vida. A realidade é bem outra. As pessoas foram socialmente desenraizadas e expulsas de suas terras (na Inglaterra, por exemplo, pela transformação de áreas de cultivo em latifúndios para a pastagem de ovelhas) num processo violento chamado por Marx de “acumulação primitiva”. (KURZ, 2015, p. 55)

Depois, já no limiar das grandes revoluções (séculos XVIII e XIX), as gentes não reconhecidas no processo de produção, circulação, distribuição e consumo de mercadorias foram expulsas dos centros de efervescência revolucionária para latitudes periféricas não negligenciadas pela constante “febre do capital”. Os chamados fluxos migratórios impostos e essencialmente ulteriores ao Progresso desigual do capital.

Esses fluxos migratórios para o ultramar foram provocados pela crise da modernização europeia nos inícios do capitalismo: pelo pauperismo e miséria absoluta, como consequência das guerras de modernização na formação dos Estados e nações europeias, mas também pela derrota burguesa de 1848 (...) No entanto, por um lado, os migrantes europeus encontravam de antemão elementos do capitalismo em toda parte e, por outro, carregavam consigo esses mesmos elementos na forma sujeito burguês como produtor de mercadorias e sujeito monetário, sem que fossem conscientes disso. (Op. Cit., p. 56)

O “progresso”, dito civilizatório, nada mais foi do que o germinal de um processo de desumanização enredado na movimentação irracional de fluxos de dinheiro e mercadorias que consiste no atual sistema universal de dominação social. O capitalismo, que em resposta ao desejo de abertura e/ou descobrimento de novos mercados para externalizar os custos produtivos, buscava como ardil a contenção das iniciativas de participação e conscientização política da ascendente classe operária.

No entanto, a supra artimanha teve efeito reverso. O feitiço virou-se contra o feiticeiro. A pulverização¹³ do trabalho abstrato em hordas de migrantes espalhados pelo planeta,

¹³ Acentuando as diferenciações étnicas, raciais e de gênero como conclui Roswitha Scholz em “Marxismo - Feminismo

mesmo com o comprovado aumento da média de produtividade advinda do progresso científico e da inovação tecnológica, não impediu o declínio das taxas de crescimento econômico¹⁴. Muito pelo contrário, confirmou a intrínseca relação entre o processo migratório decorrente das guerras de ordenamento mundial e os três mais recentes estágios da crise estrutural do capital (a 3ª. Revolução Industrial, da microeletrônica em meados da década de 1980; a derrocada das *empresas.com*, no início do século XXI; e o esgotamento do financiamento habitacional nos Estados Unidos, deflagrado em 2008, que teve repercussão mundial e ficou conhecido como *crise dos subprimes*¹⁵).

Como saldo desta contabilidade macabra:

Em lugar de um sistema global de trabalho assalariado e valorização passa-se a um capitalismo insular: por toda a parte a reprodução capitalista encolhe em “ilhas” ou, melhor, em oásis de produtividade e rentabilidade, em torno dos quais surgem desertos econômicos. (Ibidem, p. 57)

Sob a égide do Totalitarismo absoluto, ordenado pelo estado de exceção que se tornou regra, a conscientização de classes não é condição suficiente para enfrentar a desproletarização, pois

O fato de que uma parte cada vez maior da humanidade se encontre em fuga é, ele próprio, uma expressão de que o sistema de trabalho assalariado e de produção de mercadorias está desabando e que não pode mais ser regulado politicamente. (KURZ, 2015, p. 68).

Sem a compreensão de que o aumento expressivo das migrações involuntárias, o contínuo deflagrar de guerras (para manter a distribuição e circulação do capital na forma dinheiro) e a desumanização da sociedade compõem o nexo causal da irracionalidade empresarial, qualquer ação voltada à supressão do sistema vigente será mais uma mal sucedida reforma do atual estado das coisas.

A GUIA DE CONCLUSÃO OU UM PONTO DE PARTIDA?

Se considerarmos a alusão de Kurz de que a modernidade somente será suplantada quando o sistema de produção social do capital também o for, estamos a afirmar que o esgotamento deste modelo resulta em saturação conjunta de ideologias, instituições e métodos de avaliação associados a uma maneira peculiar de interpretar o Mundo. Portanto, insuficientes para pensar em outro devir desvinculado da anomia social imposta pela lógica empresarial do capital que configura a modernidade. Assim, utilizando como

- Teoria Crítica hoje” (2022).

14 De acordo com o relatório “Perspectivas Econômicas Globais - 2023”, do Banco Mundial, “o crescimento global deve desacelerar significativamente em meio a altos níveis de inflação, políticas monetárias rígidas e condições de crédito mais restritivas. A possibilidade de uma turbulência mais generalizada no setor de serviços bancários e uma política monetária mais rígida pode resultar num crescimento global ainda mais enfraquecido, o que provocaria deslocamentos financeiros nos mercados emergentes e economias em desenvolvimento (EMDEs) mais vulneráveis”. Disponível em <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>.

15 Para ampliar o tema vale consultar “O enigma do capital e as crises do capitalismo” de David Harvey, publicado em 2011 pela editora Boitempo.

alegoria o percurso teórico proposto por Walter Benjamin - a interconexão entre o passado (reconstituição para apreender no presente as searas ocultas pela presunção do poder/ dominação) e o futuro (suplantar a sina do fetichismo da mercadoria) - poderemos apresentar uma possibilidade para (re)abertura da História, do metabolismo do capital para o social.

A conotação literária benjaminiana serve ao propósito de romper com os grilhões de uma história cultuada para estabilidade do sistema, pois

Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugar-la (...) o dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (2020, p. 65)

Neste contexto, à guisa de conclusão ou ponto de partida, a derrocada do capitalismo poderá ser o resultado de nossa a) irracionalidade: que conduzirá à decomposição da humanidade em apátridas sem destino e enclausurados em campos de refúgio de uma mal que se consagra na barbárie; ou b) a realização da pós-modernidade através do assalto ao “fogo dos deuses” para que toda a gente possa, também, tornar-se deus e, tal como um Titã, ditar os rumos de sua própria história.

Em outras palavras, através da crítica e apreensão das categorias-chave que compõem o moderno sistema de produção social do capital (dinheiro, valor, justiça, Estado, mercado, ideologia, democracia, trabalho, mercadoria etc.) tomar consciência das limitações e contradições do capital para realizar esteticamente outro devir possível. Deste modo, mais uma vez aportado em Benjamin, entender que o estado de exceção que rege vidas (com poder de escolher quem pode viver ou deve morrer sob as regras do valor) não é a exceção, mas a regra. Portanto, o combate à barbárie é o pressuposto básico de/ para toda crítica da modernidade, o alter ego do capitalismo que impõe sua assinatura na dominação de corpos, mentes e espíritos.

O desafio está lançado. Se não quisermos perecer na barbárie retroalimentada pela irracionalidade capital, teremos que resgatar a nossa humanidade perdida entre os escombros de uma sociedade metamorfoseada em mercadoria.

Afinal, no íntimo de nossa existência nós sabemos que

Se o homem (*todas as gentes*) não é capaz de organizar a economia mundial de modo a satisfazer a necessidade de uma humanidade que está morrendo de fome e de tudo, que humanidade é essa? Nós, que enchemos a boca com a palavra “humanidade”, creio que ainda não chegamos a isso, não somos seres humanos. Talvez um dia consigamos sê-lo, mas não somos, falta muitíssimo. O espetáculo do mundo está aí, e é uma coisa de arrepiar. Vivemos ao lado de tudo que é negativo como se não tivesse nenhuma importância, a banalização do horror, a banalização da violência, da morte, principalmente se é a morte de outros, claro. É-nos indiferente que esteja morrendo gente em Sarajevo, e também não devemos falar só dessa cidade,

porque o mundo é um imenso Sarajevo (*Faixa de Gaza, Ucrânia, Burkina Faso, Somália, Sudão, Iêmen, Mianmar, Nigéria, Síria etc. etc. etc.*). Enquanto não despertar a consciência das pessoas, isso continuará assim. Porque muito do que se faz, se faz para manter todos nós na abulia, na falta de vontade, para diminuir nossa capacidade de intervenção cívica. (SARAMAGO, 2010, p. 146)

REFERÊNCIAS

ACNUR. Relatório Tendências Globais. Publicado em junho de 2023. Disponível em <https://www.unhcr.org/global-trends>. Acesso em 13 de novembro de 2024.

ANDERS, Günther. Teses para Era Atômica. Sopro: Planfleto Político Cultural, nº. 87,. Publicado em abril de 2013 pela editora Cultura e Barbárie. Disponível em www.culturaebarbarie.org/sopro/outros/anders.html#texto2.

ANDERS, Günther. La obsolescencia del hombre (volumen I): sobre el alma en la época de la segunda revolución industrial (traducción de Jüsep Monter Pérez). Madrid: Pre-Textos, 2011.

ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo (tradução Roberto Raposo). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDT, Hannah. Compreender: formação, exílio e totalitarismo (*ensaios*). Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ARENDT, Hannah & McCarthy, Mary. Entre amigas: correspondência entre Hannah Arendt y Mary McCarthy (1949-1975). Barcelona: Lumen, 2006.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2020.

BANCO MUNDIAL. Perspectivas Econômicas Globais. Relatório publicado em junho de 2023. Disponível em <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>. Acesso em 14 de novembro de 2024.

BANCO MUNDIAL. Relatório para o Desenvolvimento Mundial (2022). Disponível em <https://www.worldbank.org/pt/publication/wdr2022>. Acesso em 07 de novembro de 2024.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História (tradução de Adalberto Müller e Márcio Seligmann-Silva). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2020.

BENJAMIN, Walter. A modernidade (tradução de João Barrento). Porto: Assírio & Alvin, 2017.

CARREGUEIRO, Nuno. Montanha de dívida nos EUA preocupa, mas crise não está no horizonte. Economia, publicado em 15 de novembro de 2023. Disponível em <https://eco.sapo.pt/especiais/montanha-de-divida-nos-eua-preocupa-mas-crise-nao-esta-no-horizonte/>. Acesso em 10 de outubro de 2024.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. Fausto (tradução Antônio Feliciano de Castilho). Rio de Janeiro: W. M. Jackson editores, 2003.

HOBSBAWM, Eric. A falência da democracia. Folha de S. Paulo, 09 de setembro de 2001, p. 15. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0909200105.htm>. Acesso em 06 de dezembro de 2023.

JAPPE, Anselm. O mercado absurdo dos homens sem qualidades. In: KURZ, Robert. Os últimos combates. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 7-12.

KURZ, Robert. Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio (tradução Boaventura Antunes, Lumir Nahodil e André Villar Gomez). Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

KURZ, Robert. Ler Marx! Os textos mais importantes de Karl Marx para o século XXI (tradução de Boaventura Antunes). Edição eletrônica publicada em 2018. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/kurz/2000/marx/index.htm>.

KURZ, Robert. O declínio da classe média (tradução de Luís Reppa). Folha de S. Paulo, 19 de setembro de 2004. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1909200408.htm>.

KURZ, Robert. Paradoxo dos Direitos Humanos (tradução de Luis Repa). Folha de S. Paulo, 16 de março de 2003, p. 8 (Caderno MAIS!). Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1603200308.htm>. Acesso em 11 de outubro de 2024.

KURZ, Robert. A ignorância da sociedade do conhecimento (tradução de Marcelo Rondinelli). Folha de S. Paulo, 13 de janeiro de 2002, p. 11 (Caderno MAIS!). Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1301200211.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2024.

KURZ, Robert. Gênese do absolutismo de mercado (tradução de José Marcos Macedo). Folha de S. Paulo, 08 de junho de 1997, p. 3 (MAIS!). Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs080603.htm>. Acesso em 11 de novembro de 2024.

LEVI, Primo. Se isto é um homem (tradução de Simonetta cabrita Neto). Lisboa: Dom Quixote, 2020.

MARX, Karl. As lutas de classes na França: de 1848 a 1959 (tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

McCRAE, John. Nos campos da Flandres (tradução de Inês Pedrosa). In: FONSECA, Manuela & Outras (Organização). Lá longe, a paz. Porto: Edições Afrontamento, 2001, pp. 197-198.

NAÇÕES UNIDAS. Escalada de conflitos deixa mais de 4 milhões de deslocados nos últimos 3 meses. ONU News - Perspectiva Global Reportagens Humanas, 2023. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2023/10/1822422>. Acesso em 13 de outubro de 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Mais de 200 dias de guerra no Sudão deixam crianças no limite, alerta UNICEF. ONU News - Perspectiva Global Reportagens Humanas, 2023a. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2023/11/1823027>. Acesso em 13 de dezembro de 2023.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: UNIC - Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil, 2009.

OXFAM. A Sobrevivência” do mais rico – por que é preciso tributar os super-ricos agora para combater as desigualdades. Relatório publicado em 16 de janeiro de 2023. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/noticias/o-1-mais-rico-do-mundo-embolsou-quase-duas-vezes-a-riqueza-obtida-pelo-resto-do-mundo-nos-ultimos-dois-anos/>.

SARAMAGO, José. As palavras de Saramago: catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHOLZ, Roswitha. Marxismo - Feminismo - Teoria Crítica hoje ... e a Crítica da Dissociação-Valor (tradução de Boaventura Antunes). EXIT!, publicado em 27 de fevereiro de 2022. Disponível em www.obeco-online.org/roswitha_scholz39.htm. Acesso em 14 de outubro de 2024.

(AUTO)REIFICAÇÃO E ALIENAÇÃO IDEOLÓGICA DOS “FUNCIONÁRIOS” DE DULCE MARIA CARDOSO

Data de submissão: 18/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Gabriela Cristina Borborema Bozzo

FCLAr/UNESP

Araraquara – SP

<https://lattes.cnpq.br/8978103083856101>

Monalisa Silva Soares

Faculdade Metropolitana

Ribeirão Preto – SP

<http://lattes.cnpq.br/7807537663834429>

(SELF)REIFICATION AND
IDEOLOGICAL ALIENATION OF
DULCE MARIA CARDOSO'S
“EMPLOYEES”

ABSTRACT: The “employees” are characters referenced in the first two novels by Dulce Maria Cardoso, a contemporary Portuguese writer. In our study, we aim to understand how the process of (self) reification of these “employees” takes place in the diegeses listed. In order to achieve our objectives, we will make use of the theoretical framework made up of texts by the following authors: Gérard Genette, Georg Lukács, Fritjof Capra, Louis Althusser and Marilena de Souza Chauí.

KEYWORDS: Literature. Sociology. Dulce Maria Cardoso. Employees.

RESUMO: Os “funcionários” são personagens assim referenciadas nos dois primeiros romances de Dulce Maria Cardoso, escritora portuguesa contemporânea. Almejamos, em nosso estudo, compreender como se dá o processo de (auto)reificação desses “funcionários” nas diegeses elencadas. A fim de alcançar nossos objetivos, faremos uso da baliza teórica constituída por textos dos seguintes autores: Gérard Genette, Georg Lukács, Fritjof Capra, Louis Althusser e Marilena de Souza Chauí.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Sociologia. Dulce Maria Cardoso. Funcionários.

1 | INTRODUÇÃO

Os “funcionários” são personagens assim referenciadas nos dois primeiros romances de Dulce Maria Cardoso – *Campo de sangue* (2018) e *Os meus sentimentos* (2012). Reduzidos à esfera laboral, tais personagens serão aqui tematizadas nas obras da referida escritora portuguesa contemporânea.

Nosso objetivo é apreender como se dá o processo de reificação dos ditos “funcionários”, pensando no conceito de Georg Lukács, em *Campo de sangue*. Outrossim, buscamos compreender como a autorreificação se desenvolve nos “funcionários” de *Os meus sentimentos*. É importante destacar que, apesar do processo de reificação dar-se de modos distintos nas diegeses, ele apresenta a mesma raiz, como veremos adiante.

A fim de alcançar nossos objetivos, contamos com o aparato teórico constituído por *Discurso da narrativa* (1986), de Gérard Genette, *História e consciência de classe* (2003), de Georg Lukács, *O ponto de mutação* (1982), de Fritjof Capra, *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado* (1970), de Louis Althusser e *O que é ideologia?* (1984), de Marilena de Souza Chauí.

2 | CORPUS

2.1 *Campo de sangue*

Trata-se de uma diegese de narrador majoritariamente heterodiegético que apresenta personagens inominadas, com exceção de Eva, ex-esposa do protagonista. O nome da única personagem nomeada ser bíblico não é nada accidental: os paratextos desta obra são repletos de referências bíblicas, como seu título e suas epígrafes frequentes.

A história gira em torno da ascensão da loucura do protagonista pelo simulacro da “rapariga bonita”, o que culmina no homicídio de uma mulher por ele desconhecida. Nesse sentido, o trecho abaixo permite que o leitor se familiarize com a perda de sanidade no que diz respeito ao simulacro supracitado:

(...) se não me tivessem agarrado talvez lhe encontrasse o coração, ela agora deve andar por aí com o buraco no peito, foi ela que me deu o coração, (...) mas afinal não é assim tão fácil tirá-lo, ela devia saber que era difícil arrancar-lhe o coração, ainda hoje a vi, a camisola não deixava ver o buraco no peito, mas era ela, continua a fugir-me, (...) ela há-de voltar para vivermos na casa nova como queria, um tapete à entrada, eu sei que um dia ela há-de voltar para mim. (Cardoso, 2018, p. 310).

No trecho, nota-se a insanidade do discurso do protagonista, a clara confusão entre metáfora e literalidade, a incapacidade de compreender os limites entre a vida e a morte e a continuidade da obsessão pela rapariga bonita.

O discurso de *Campo de sangue* é bastante fragmentado, misturando um narrador que é, majoritariamente, heterodiegético, com um capítulo (quando comemora o aniversário da mãe) muito semelhante ao estilo de *Os meus sentimentos* e, por fim, um capítulo pseudoautodiegético, se é possível dizê-lo, uma vez que o narrador heterodiegético dá voz ao protagonista, mas deixa claro antes, ao seu leitor, que se trata de um depoimento acerca do crime. Nesse sentido, *Campo de sangue* constitui certo embrião do caos discursivo que *Os meus sentimentos*, um verdadeiro quebra-cabeças, virá a ser.

2.2 Os meus sentimentos

Após um acidente automobilístico na rodovia que fez o carro de Violeta, narradora-protagonista, ficar de cabeça para baixo, a personagem vê – e narra – o que poderia ser seu último dia de vida, como se o visualizasse na gota que não desliza. Esse discurso fragmentado e caótico é entremeado pela história de sua vida: uma mulher obesa, mãe solo, considerada promíscua e rejeitada pela família.

O discurso fragmentado e caótico é constituído por um único período que perdura por 372 páginas, pontuado unicamente por vírgulas e que é interrompido por breves trechos graficamente isolados. Os trechos que interrompem a diegese têm funções variadas na narrativa, mas podemos destacar a função de relacionar o que está sendo narrado a uma memória passada, isto é, uma analepse.

É interessante pontuar, ainda, que há quatro capítulos (do sete ao dez), dos onze que constituem a obra, em que Violeta projeta uma prolepse inventada: imagina como seria seu resgate, velório e a continuidade da vida de Dora, sua filha, e Ângelo, seu meio irmão. Contudo, consideramos o teor desses capítulos – exceto o que é analepse e diz respeito às memórias prévias da protagonista – como uma divagação de Violeta, uma vez que, após narrar sua própria morte, retoma a posição desconfortável no carro. Portanto, consideramos que Violeta está viva durante toda a narração.

3 | IDEOLOGIA E ALIENAÇÃO

A fim de nortear nossa discussão acerca da (auto)reificação e da alienação ideológica e realizar o respectivo cotejo do *corpus* em pauta segundo essa apresentação teórica, consideramos importante fazer uma breve abordagem dos vocábulos “ideologia” e “alienação”. Contudo, faremos um breve parênteses autoral sobre o que acreditamos ser ideologia: ela, no contexto social, se reproduz em nível individual. Assim, a ideologia é constituída por ideias e/ou convicções veladas que se tornam naturais e são reproduzidas nas condições de vida do sujeito, inconscientemente, por meio da linguagem, da mesma forma que são determinadas socialmente.

Parênteses proposto, voltar-nos-emos, agora, ao dicionário Houaiss, disponível na plataforma on-line UOL. Segundo o dicionário, a palavra “ideologia” tem os seguintes significados possíveis:

substantivo feminino

1 *FIL* ciência proposta pelo filósofo francês Destutt de Tracy (1754-1836) nos parâmetros do **materialismo** iluminista, que atribui a origem das ideias humanas às percepções sensoriais do mundo externo

2 *p.ext.*; *FIL* no **marxismo**, conjunto de ideias presentes nos âmbitos teórico, cultural e institucional das sociedades, que se caracteriza por ignorar a sua origem materialista nas necessidades e interesses inerentes às relações econômicas de produção, e, portanto, termina por beneficiar as classes sociais dominantes

3 p.ext.; FIL no *marxismo*, esp. o dos epígonos de Marx, totalidade das formas de consciência social, o que abrange o sistema de ideias que legitima o poder econômico da classe dominante (ideologia burguesa) e o conjunto de ideias que expressa os interesses revolucionários da classe dominada (ideologia proletária ou socialista)

4 p.ext.; soc sistema de ideias (crenças, tradições, princípios e mitos) interdependentes, sustentadas por um grupo social de qualquer natureza ou dimensão, as quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos «i. *conservadora, cristã, nacionalista*»

5 p.ext. conjunto de convicções filosóficas, sociais, políticas etc. de um indivíduo ou grupo de indivíduos «sua i. *identifica-se com a dos republicanos*»

Dentre os significados atribuídos, os que mais dialogam com nossa concepção de ideologia são os três últimos, isto é, o terceiro, o quarto e o quinto. Nesse sentido, a ideologia, para nós, simplificadamente, constitui como um conjunto de ideias e/ou convicções compartilhadas que servem para justificar os interesses dos grupos dominantes, sendo intimamente ligada ao conceito de poder, uma vez que os sistemas ideológicos servem para legitimar o poder e diferenciá-los dos grupos sociais dominados.

Assim, segundo nossa interpretação, essa relação entre classe dominante e dominada é o que propomos nomear como minoria psicológica. Esse termo se aplica quando ela – a minoria psicológica – se situa num quadro de dependência externa em relação ao grupo social dominante, bem como se origina da sua submissão a ele. Nesse sentido, aqui, o termo *minoría* por nós elencado na expressão “minoría psicológica” não diz respeito a uma minoria numérica, mas sim a um grupo que se encontra em posição de inferioridade social devido aos marcadores sociais da diferença¹. Desse modo, a maioria numérica – que constitui a minoria psicológica e a classe dominada – tem seus direitos civis constantemente violados por essa dinâmica dominante/dominado.

Novamente, antes de inserir o significado proposto pelo dicionário Houaiss para “alienação”, faremos uma breve digressão autoral sobre nossa concepção acerca da alienação. Segundo nossa perspectiva, o sujeito alienado é aquele que não questiona criticamente as determinações sociais impostas que estão por trás de seu comportamento. Isto é, o alienado é aquele que não tem consciência das regras sociais que são estabelecidas e/ou de que estas deveriam ser, muitas vezes, questionadas. Nesse contexto, ser um sujeito ativo ou passivo da História dependerá da tomada de consciência das regras e normas sociais impostas por determinado período social e do seu pensamento crítico em questioná-las quando julgar necessário.

Voltando-nos, agora, ao dicionário Houaiss, ao vocábulo “alienação”, são atribuídos os seguintes significados:

¹ “A expressão “marcadores sociais da diferença” transformou-se, assim, numa maneira de denominar essas diferenças socialmente construídas e cuja realidade acaba por criar, com frequência, derivações sociais, no que se refere à desigualdade e à hierarquia.” (SCHWARCZ, 2019, p. 11)

substantivo feminino

1 JUR transferência para outra pessoa de um bem ou direito <a. de uma propriedade>

2 estado resultante do abandono ou privação de um direito natural <a. da liberdade>

3 fig. fato de ceder ou perder; renúncia, desprendimento <a. de um direito> <a. dos bens naturais>

4 FIL no *hegelianismo*, processo em que a consciência se torna estranha a si mesma, afastada de sua real natureza, exterior a sua dimensão espiritual, colocando-se como uma coisa, uma realidade material, um objeto da natureza

5 FIL, POL no *marxismo*, processo em que o ser humano se afasta de sua real natureza, torna-se estranho a si mesmo na medida em que já não controla sua atividade essencial (o trabalho), pois os objetos que produz, as mercadorias, passam a adquirir existência independente do seu poder e antagônica aos seus interesses cf. *reificação* (FIL POL)

6 p.ext.; *infrm.* indiferença aos problemas políticos e sociais

7 p.ext. desorientação quanto ao comportamento e às convicções pessoais; sensação de absurdo existencial

Dos sete significados atribuídos à palavra “alienação”, destaca-se os quatro últimos que, neste caso, figuram os significados quatro, cinco, seis e sete. Assim, para nós, grosso modo, a alienação é o estado de ignorância que o sujeito pode vivenciar quanto ao seu contexto social e individual, em especial na sua esfera laboral.

4 | REIFICAÇÃO E AUTORREIFICAÇÃO

A priori, embasar-nos-emos no conceito de reificação de Georg Lukács. A discussão do autor é apresentada em sua obra supracitada, cujo subtítulo é “Estudos sobre a dialética marxista”. Desse modo, dentre as considerações de Lukács sobre a reificação, destacamos o trecho abaixo como norteador de nossa concepção deste conceito:

A quantificação dos objetos e o fato de serem determinados por categorias abstratas da reflexão manifesta-se na vida do trabalhador diretamente como um processo de abstração, que se efetua nele próprio, que o separa de sua força de trabalho, obrigando-o a vendê-la como uma mercadoria que lhe pertence. Ao vender essa sua única mercadoria, e visto que ela é inseparável de sua pessoa física, o trabalhador insere a si mesmo e a ela num processo parcial, produzido mecanicamente e racionalmente, que ele já descobriu pronto, acabado e funcionando sem ele, e no qual ele é inserido como mero número reduzido a uma quantidade abstrata, como um instrumento específico mecanizado e racionalizado.

Desse modo, para o trabalhador, o caráter reificado da manifestação imediata da sociedade capitalista é levado ao extremo. (Lukács, 2003, p. 336).

No trecho, o autor descreve como se dá o processo de reificação quando o sujeito se submete ao sistema capitalista, forçado a vender sua única mercadoria – sua força

de trabalho – para ter um modo de subsistência. É este o reflexo da sociedade ocidental hodierna, ainda que a primeira publicação deste texto seja advinda do século XX.

Partindo para o cotejo do conceito no *corpus*, em *Campo de sangue*, a reificação se dá, principalmente, pela aparência indistinta dos “funcionários”:

Um funcionário entra batendo com a porta e as quatro mulheres assustam-se. O funcionário não é o mesmo que detectou o problema da identificação nem o que as identificou. É outro, mas parece-se com os dois primeiros que também são parecidos entre si. (Cardoso, 2018, p. 115).

Ideologicamente determinado estes funcionários são vistos como coisas, pois são todos iguais. Sobre tal processo, Chauí dispõe que:

A ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos. Ora, a partir do momento em que a relação do indivíduo com sua classe é a da submissão a condições de vida e de trabalho pré-fixadas, essa submissão faz com que cada indivíduo não possa reconhecer-se como fazedor de sua própria classe. Ou seja, os indivíduos não podem perceber que a realidade da classe ocorre da atividade de seus membros. Pelo contrário, a classe aparece como uma coisa em si e por si e da qual o indivíduo se converte numa parte, quer queira, quer não. Em uma fatalidade do destino. A classe começa, então, a ser representada pelos indivíduos como algo natural (e não histórico), como um fato bruto que os domina, como uma “coisa” onde vivem [...] (Chauí, 1984, p. 30).

O questionamento que fica é: os “funcionários” se apresentam como neutros no ambiente em pauta ou as pessoas por eles servidas os percebem todos iguais? Ou, ainda, ambas as possibilidades são reais? Percebe-se, na diegese, que a afirmativa pertence à última pergunta.

Nesse sentido, o paralelo entre os “funcionários” e as demais personagens do romance – as quatro mulheres com quem interagem – pode ser interpretado como um microcosmo do sistema capitalista. Destarte, quem possui algum tipo de poder no contexto em pauta tende a apagar e/ou reificar os sujeitos que operam neste sistema – como os “funcionários” em *Campo de sangue*.

Já em *Os meus sentimentos*, a autorreificação ocorre com a vida que os funcionários imaginados por Violeta têm, a começar pelo único que ela sabe que existe, que é o que a atendeu de modo ríspido enquanto ela aguardava com anseio os compradores da casa de seus pais:

[...] o funcionário até podia admitir que detesta o que faz se isso não o revoltasse mais, não fosse a troca do apartamento, o carro novo da mulher, o computador da filha mais velha, o infantário do mais pequeno, as férias de verão, e ninguém o obrigava a levantar-se cedo para se sentar a uma secretária a recolher informações enfadonhas sobre anônimos tão enfadonhos como as informações a que dão origem, o funcionário ficava a dormir todas as manhãs ou partia num cargueiro e dava a volta ao mundo, quando era novo sonhou com isso [...]. (CARDOSO, 2012, p. 111)

Em seguida, divaga sobre o chefe desse funcionário:

[...] o chefe do funcionário aborrece-se com os pedidos de crédito monótonos que anônimos igualmente monótonos fazem, não fosse a casa de férias, o monovolume novo, o patrocínio do filho velejador, as viagens da filha poliglota, e ninguém o obrigava a levantar-se todas as manhãs para se enfiar neste gabinete, apesar da secretária e da cadeira regulável, do computador mais potente e da central telefônica, o chefe do funcionário dedicava-se à agricultura biológica, em novo quis ser agricultor e preocupa-se com os nitratos nos legumes, o chefe do funcionário assina os pedidos de crédito e coloca-os em pastinhas com capas transparentes [...]. (CARDOSO, 2012, p. 112).

Por fim, imagina a vida do chefe do chefe do funcionário pelo qual foi atendida:

[...] também o chefe do chefe do funcionário está maçoado com os pedidos de crédito fastidiosos que anônimos igualmente fastidiosos fazem, não fosse o chalezito na neve, a casa num condomínio de luxo, a estada em Londres da filha mais velha, a especialização do filho do meio nos EUA, a mania do mais novo de ser artista, os carros de todos, as motos de todos, os cigarros e as bebidas de todos, as vaidades de todos, ah, os fins de semana com a amante em Nova Iorque, e ninguém o obrigava a levantar-se todas as manhãs para se enfiar num gabinete com uma vista tão acanhada [...] / a quantidade de coisas de que as pessoas se convencem que precisam / [...] (CARDOSO, 2012, p. 112-113).

A reflexão final de Violeta é um modo refinado de expor a crítica à necessidade de manutenção de um padrão de vida cada vez mais elevado, mesmo que o preço a pagar seja abdicar de seus sonhos e vender sua mão de obra. Consequentemente, esses “funcionários” são vistos como peças operantes no sistema bancário de que fazem parte. Desse modo, praticam autorreificação.

Logo, há um processo de perda de identidade sofrido por essas personagens referenciadas como “funcionários”, pois não possuem nome próprio, distinções físicas e/ou qualquer outro elemento que seja capaz de os diferenciar.

5 | *LITTLE TRAMPE* OS “FUNCIONÁRIOS”

A princípio, é importante ressaltar que, em *Campo de sangue*, apesar de apenas a ex-esposa (Eva) ser nomeada no romance, as outras mulheres são referenciadas pelo narrador segundo sua função na vida do protagonista, como a mãe e a senhoria, e a rapariga bonita segue sendo referenciada segundo o simulacro que é para o homicida. Todavia, os “funcionários”, assim referenciados, têm seu nome reduzido à sua esfera laboral. Isso também ocorre em *Os meus sentimentos*, uma vez que Violeta não nomeia os funcionários sobre os quais divaga na agência bancária em que aguarda o notário e os compradores da casa de seus pais.

A redução do sujeito ao seu contexto de trabalho nas diegeses pode ser relacionada ao clássico *Tempos modernos* (1936), filme de Charlie Chaplin. A fim de denunciar a

exploração do sujeito e sua redução à esfera laboral, a personagem interpretada por Chaplin é nomeada de *Little Tramp* (O Vagabundo). Isto é, por não ser totalmente submisso ao sistema e, por vezes, confrontá-lo – como quando o operário vai ao banheiro fumar um cigarro e é repreendido – essa personagem é insubmissa e sua alcunha, ou seja, como é referenciado na diegese fílmica é uma referência a esse aspecto de seu comportamento.

A crítica de Chaplin ao Capitalismo e ao contexto trabalhista das linhas de montagem pós-Revolução Industrial é escrachada num nível tragicômico, como é possível observar no episódio da máquina que tem o objetivo de alimentar os funcionários enquanto eles trabalham. O absurdo é tão explícito que chega a causar riso o que, na realidade, é muito triste.

Já nos “funcionários” das diegeses que constituem nosso *corpus*, há um movimento de resignação. No caso dos de *Campo de sangue*, os “funcionários” resignam-se por aceitarem a limitação de seus poderes dentro da instituição em que trabalham. Por sua vez, os “funcionários” de *Os meus sentimentos* resignam-se pela submissão ao padrão de vida que querem manter e, por tal padrão, vendem suas habilidades humanas para tornar-se parte de um sistema.

Por fim, a crítica do narrador de cada uma das narrativas de Dulce Maria Cardoso, no que diz respeito aos “funcionários”, apesar da associação que apontamos com a obra de Chaplin, se trata de uma crítica mais sutil, que depende de um leitor ativo e crítico que seja capaz de apreender a ideia que está exposta na diegese em voga.

6 | O MODELO BIOMÉDICO: UMA ANALOGIA POSSÍVEL

A comparação entre os “funcionários” das diegeses cardosianas e o *Little Tramp* de Chaplin remete a ideia de pessoas vistas como máquinas e tal conceito, por sua vez, remete à noção do modelo biomédico do sujeito. Tal modelo é explicado pelo físico austríaco Fritjof Capra (1982, p. 60):

O modelo biomédico está firmemente assente no pensamento cartesiano. Descartes introduziu a rigorosa separação de mente e corpo, a par da ideia de que o corpo é uma máquina que pode ser completamente entendida em termos da organização e do funcionamento de suas peças. (...) Obedecendo à abordagem cartesiana, a ciência médica limitou-se à tentativa de compreender os mecanismos biológicos (...). Esses mecanismos são estudados (...) deixando de fora todas as influências e circunstâncias não-biológicas sobre os processos biológicos. Em meio à enorme rede de fenômenos que influenciam a saúde, a abordagem biomédica estuda apenas alguns aspectos fisiológicos (...). De fato, essa prática, hoje em dia, causa frequentemente mais sofrimento e doença (...). Isso não mudará enquanto a ciência médica não relacionar seus estudos dos aspectos biológicos da doença com as condições físicas e psicológicas gerais do organismo humano e seu meio ambiente.

Apesar de a perspectiva de Capra ser dos anos 1980 e hoje a medicina integrativa estar mais em voga, ainda encontramos certa resistência da ciência médica em ver o

indivíduo considerando seus contextos possíveis.

Assim, propomos uma analogia entre o modelo biomédico e o que seria um modelo contextualizado – que enxerga o ser em sua totalidade, isto é, como sujeito biopsicossocial – e os “funcionários”, reduzidos ao aspecto laboral nas diegeses elencadas e os sujeitos sociais que de fato são, individual e subjetivamente, por trás da máscara da (auto)reificação. Em outras palavras, o modelo biomédico está para os “funcionários” reduzidos à esfera trabalhista, enquanto o modelo contextualizado está para os sujeitos sociais que essas personagens são por trás dessa referencialização diegética reducionista.

Quando reduzidos ao trabalho, esses sujeitos são referenciados como “funcionários”, pequenas máquinas microcósmicas do proletariado, isto é, do sistema capitalista. Em *Campo de sangue*, os sujeitos são submetidos a esse sistema, isto é, são reificados. Em *Os meus sentimentos*, nas divagações de Violeta, os sujeitos se submetem a essa lógica, castrando os próprios sonhos juvenis em prol de manter um padrão de vida que prioriza o *ter* em relação ao *ser*.

Nesse sentido, a primeira diegese apresenta “funcionários” reificados e vistos como máquinas pelo sistema em que operam; a segunda traz “funcionários” que se reificam, se transformam em máquinas para custear o padrão de vida que o sistema permite que eles tenham. Ambos estão presos ao modelo biomédico, ninguém alcançou a retirada da máscara e a vivência integrativa como sujeito social. Isso acontece porque a raiz da reificação e da autorreificação é a mesma: a ideologia.

7 | A IDEOLOGIA COMO RAIZ DA (AUTO)REIFICAÇÃO

Com o objetivo de avançar nos estudos de Marx acerca do Aparelho do Estado, Louis Althusser (1970, p. 41) nomeia esse último de “Aparelho repressivo do Estado”, que é formado pelas instituições que operam por meio da violência. Exemplos são o governo, a polícia e as prisões.

Já os chamados Aparelhos Ideológicos do Estado (doravante AIE), para Althusser, são constituídos, por sua vez, pelas instituições especializadas, como religião, escola, família, política informação e cultura. Tais instituições são privadas e funcionam por meio da ideologia. Logo, elas seguem a ideologia da classe dominante.

Como consequência, o sujeito que não faz parte da classe dominante, mas pertence a um AIE que segue a ideologia dessa classe, se alienará segundo os preceitos dessa ideologia por meio do veículo ideológico que o AIE se torna nessa situação. Um exemplo comum são fiéis pobres associados a religiões (AIE) que seguem a ideologia da classe dominante (exemplo: ideologia política que desfavorece os pobres) passarem a propagar tal ideologia, de modo alienado e alienante, devido ao AIE a que pertencem.

Assim, a ideologia é a raiz dos processos de reificação e autorreificação. Em *Campo de sangue*, temos a crença dos “funcionários” em seu poder limitado na instituição, de que

são desimportantes e é justamente essa crença, essa alienação ideológica que permite sua reificação: “Na sala as três mulheres continuam à espera mas já se cansaram de se evitarem umas às outras. O funcionário, o que *só está ali para cumprir ordens*, entra com a senhoria.” (Cardoso, 2018, p. 79, grifo nosso). O trecho em evidência deixa claro que o funcionário sabe sua posição e crê na sua desimportância, o que abre espaço para que seja reificado. Ainda, temos o trecho abaixo:

A ex-mulher acende outro cigarro e fica com o isqueiro aceso na mão a contemplar a chama trêmula. O funcionário diz, desculpe, a senhora não pode fumar, são ordens que tenho. A ex-mulher responde com displicência que as ordens são feitas porque há sempre alguém disposto a desobedecer e continua a fumar. *O funcionário vai-se embora descansado porque cumpriu o seu dever, o resto já não é com ele.* (Cardoso, 2018, p. 43, grifo nosso)

O trecho por nós colocado em destaque demonstra a resignação deste funcionário: após repreender Eva, não lhe interessa o desfecho da situação, porque já cumpriu seu papel. Esse é o *habitat* perfeito para que a reificação se instale: funcionário todos iguais, com funções limitadas e desimportantes e/ou até mesmo dispensáveis. Suas habilidades humanas são utilizadas sim, mas de modo que eles pensem ser instrumentabilizados e/ou facilmente substituíveis, pois entendem que são vistos como peças operantes da instituição psiquiátrica onde trabalham.

Em *Os meus sentimentos*, por sua vez, no que tange à alienação ideológica que leva à reificação, não trataremos dos “funcionários”, mas excepcionalmente da criada da família de Violeta, cujo nome é Maria da Guia:

(...) a farda que se esgarça num quarto alugado, não mais que cinco metros quadrados, quando por lá passo, o que faço raramente, só quando não tenho mesmo mais nada para fazer e me apetece falar com um tecido esfiapado, casas sem botões, duas mangas que se mexem com dificuldade / a menina desculpe isto ser tão acanhado / quando põem água a ferver para o chá, a menina desculpe esta cafeteira de alumínio, e me oferecem bolachas de pacote, a menina desculpe estas bolachas, de vez em quando faz um sorriso impossível já que as fardas não sorriem, talvez por isso, a menina desculpe fico tão contente por a ver, se calha a verter duas lágrimas de emoção, uma impossibilidade dado que as fardas não choram, a menina desculpe, a Maria da Guia continua a pedir desculpa naquele tom muito específico apesar de definir num quarto cheio de bolor, um chiar constante, a menina desculpe mas estou pior da asma, a Maria da Guia que teve o azar de sobreviver aos donos, (...) (Cardoso, 2012, p. 189-190).

No trecho, é possível perceber que Violeta se refere mentalmente à criada com a metonímia “farda”, reduzindo Maria da Guia à sua esfera laboral, e o faz, aparentemente, porque Maria da Guia não perdeu seu comportamento serviçal, mesmo após deixar o posto de servente de Maria Celeste. Violeta chama seus pais de “donos” de Maria da Guia, não patrões, revelando uma relação laboral abusiva, o que é confirmado no trecho: “assunto desagradável da tonta da criada apaixonada por um comunista resolvido com uma

bofetada na cara da Maria da Guia” (Cardoso, 2012, p. 206). Logo, não havia respeito à subjetividade ou mesmo espaço a ela no contexto em que vivia Maria da Guia na casa dos pais de Violeta.

Portanto, a manutenção do aspecto serviçal e a incapacidade de ver-se livre do contexto laboral abusivo por parte de Maria da Guia pode ser associada à alienação ideológica que ocorre quando o sujeito não pertencente à classe dominante adere às ideologias desta classe propagadas por um AIE do qual o sujeito possivelmente faça parte. No caso de Maria da Guia, a servente parece acreditar ter integrado, no passado, o seio da família de Violeta. Tal instituição figura um AIE que, propagando o conservadorismo e hierarquia entre patrões e empregados, apesar do discurso hipócrita de que esses últimos seriam parte da família, aliena ideologicamente Maria da Guia, que segue alheia à verdade sobre sua história e seu sofrimento.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso trabalho, o cotejo dos romances *Campo de sangue* e *Os meus sentimentos* se deu por meio dos caminhos associados a percursos mais distantes da literariedade. Ela ficou reservada apenas à discussão acerca da fragmentação discursiva, cuja baliza teórica foi, evidentemente, a narratologia de Genette.

Nesse sentido, o que deu vida aos “funcionários” de Dulce Maria Cardoso em nosso estudo foi a ideia de reificação – e nossa aplicabilidade como autorreificação – de Georg Lukács, a comparação entre essas personagens e o icônico *Little Tramp* de Charlie Chaplin, a analogia entre os “funcionários” e o modelo biomédico discutido por Fritjof Capra e, por fim, a compreensão da raiz da (auto)reificação na ideologia e alienação em nossa leitura de “Os Aparelhos Ideológicos do Estado” apresentados por Louis Althusser e *O que é ideologia*, de Marilena Chauí. Desse modo, percorremos caminhos multidisciplinares para apreender a complexidade dos discursos dessas personagens referenciadas de modo tão diminuto e reduzidos nas narrativas, sempre buscando entender as particularidades de cada diegese que constitui nosso *corpus*.

Portanto, como dito anteriormente, sendo a (auto)reificação comparável a uma máscara, nosso estudo pretendeu libertar essas personagens – os “funcionários” – do eterno palco da tragédia grega, que culmina na catarse do público, permitindo-lhes participar, também, de uma peça épica, isto é, de uma dinâmica que permite que a plateia adquira perspectiva crítica acerca dos acontecimentos do palco. Nesta analogia de Sófocles a Brecht, buscamos demonstrar que, a priori, almejamos que os “funcionários” da vida extradiegética sejam percebidos por nós enquanto sujeitos de direitos e deveres e que assim possamos averiguar, no discurso implícito, as determinações sociais que reduzem e objetificam corpos, quereres, vontades, desejos e vivências.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARDOSO, D. M. Entrevista a Gustavo Bom. Dulce Maria Cardoso: O que me fez pensar no que estamos aqui a fazer foi o olhar de um cão. **Diário de Notícias**. 17 ago 2016. Disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/entrevista/interior/dulce-maria-cardoso-o-que-me-fez-pensar-no-que-andamos-aqui-a-fazer-foi-o-olhar-de-um-cao-5342457.html>. Acesso em: 31 maio 2024.

_____. **Campo de sangue**. Lisboa: Tinta-da-China, 2018.

_____. **Os meus sentimentos**. Rio de Janeiro: Tinta-da-China Brasil, 2012.

CHAPLIN, C. **Tempos modernos**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RLkK4w671co&ab_channel=PaiNetShop. Acesso em: 31 maio 2024.

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GENETTE, G. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Vega, 1986.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SCHWARCZ, M. K. M. Prefácio. In: HIRANO, L. F. K. et al. (Orgs.). **Marcadores sociais da diferença: fluxos, trânsitos e inteseccções**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

FASHION FILM: UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Data de submissão: 28/10/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Danilo José Garcia Turnes

Universidade de São Paulo – EACH
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/2139652604757993>

Cláudia Regina Garcia Vicentini

Prof.^a Dr.^a Universidade de São Paulo –
EACH
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/9606500622271822>

Suzana Avelar

Prof.^a Dr.^a Universidade de São Paulo –
EACH
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/0112830078679808>

RESUMO: No atual contexto em que a sociedade se converte ao ordenamento das relações humanas, conformadas por interconexão, interatividade e tecnologia digital, a indústria da moda se posiciona como uma impulsionadora da criação, experimentação e do prazer visual. As imagens fazem parte do repertório das gerações e, foi entre 1890 e 1900, também conhecido como o período de início do cinema que as imagens em movimento exibindo artefatos de moda foram apresentados pela primeira vez. Deste

modo justifica-se o estudo dos chamados Fashion Films que viralizaram no mundo durante a pandemia de COVID-19.

PALAVRAS-CHAVE: Moda; Fashion Film; comunicação; imagem

FASHION FILM: A CONTEMPORARY ANALYSIS

ABSTRACT: In the current context in which society is converting to the ordering of human relationships, shaped by interconnection, interactivity and digital technology, the fashion industry positions itself as a driver of creation, experimentation and visual pleasure. Images are part of the repertoire of generations, and it was between 1890 and 1900, also known as the early period of cinema, that moving images displaying fashion artifacts were first introduced. This justifies the study of the so-called Fashion Films that went viral around the world during the COVID-19 pandemic.

KEYWORDS: Fashion, Fashion Film, communication, image

1 | INTRODUÇÃO

O fenômeno das imagens de moda em movimento teve início com o cinema, alguns autores apontam que os primeiros produtos datam a partir da última década do século XIX por volta de 1895 e se estrutura como produto da indústria da moda na primeira década do século XX. A partir dos avanços tecnológicos e das redes sociais nos anos 2000, esses produtos audiovisuais produziram visualidades, contornos e nuances na imagem de moda em movimento que, segundo Uhlirova (2013), provou ser uma alternativa atraente para outras formas de representação, pois demonstrou a capacidade de ampliar as perspectivas da moda para dimensões performáticas com uma certa complexidade sensorial e experimental. Plataformas como *Youtube*, *Instagram*, *Vimeo* e *TikTok*, tornaram-se fonte das grandes marcas para exibição de conteúdo ao expressar de forma criativa e estratégica suas escolhas discursivas e estéticas. Historicamente, as imagens de moda em movimento tornaram-se caminhos alternativos para muitos profissionais e para a indústria da moda. De fato, em 2020 e 2021, durante a pandemia de Covid-19, houve um crescimento acelerado dos *fashion films*, visto que, as marcas se viram sujeitas ao restabelecimento forçado de comunicação - com campanhas e desfiles virtuais - devido às restrições sanitárias globalmente sinalizadas pelos órgãos mundiais de saúde.

Devido a conduta corporificada de sua conectividade e interatividade, plataformas virtuais de *streaming* tornaram-se matrizes dos *fashion films* digitais, ganhando maior fôlego e relevância para a indústria da moda, a partir da década de 2010. Para González-Valério e González-Díez (2019), os *fashion films* se situam entre o caminho de criação do audiovisual e da publicidade, tentando se aproximar do cinema e da vídeo-criação como estratégia de marketing. As autoras relatam que essas criações audiovisuais são híbridas e caracterizam-se como resposta de uma demanda social contemporânea localizadas entre informação, entretenimento e publicidade. Para Del Pino e Castelló, (2015) apud Soloaga e Guerrero (2016), os *fashion films* são uma nova forma de comunicação, muito utilizada pelas marcas de moda e que é herdeira da propaganda audiovisual, dos filmes, dos curtas, dos videoclipes e do vídeo arte. Pode ser definido como uma forma de *branded content*.

Assim, este artigo tem como objetivo discutir aspectos do cenário contemporâneo, em que os usuários e as tecnologias vigentes, registram marcas de um tempo de grandes transformações, manipulações e controle das visualidades.

Segundo Santaella (2004), existem o que se pode chamar de espectadores em estado de prontidão, que se conectam entre nós e nexos, num roteiro multilinear, multi sequencial e labiríntico que ele próprio ajudou a construir conosco entre palavras, imagens, documentação, música e vídeo. Para a autora, "(...) o que se tem aí é um universo novo que parece realizar o sonho ou alucinação borgiana da biblioteca de Babel, uma biblioteca virtual, mas que funciona como promessa eterna de se tornar real a cada "clique" do mouse." (SANTAELLA, 2004, p.33)

Com o desenvolvimento tecnológico das informações, dedicando especial atenção aos equipamentos de suporte, como computadores e celulares, o leitor – espectador adquiriu grande capacidade de armazenar, produzir e trocar informações nos mais diversos formatos, alimentou na sociedade contemporânea a necessidade de explorar esses dois êxitos (equipamento tecnológico e informação) em diversas possibilidades e campos possíveis. A economia como impulsionadora do consumo, estimula fortemente a circulação de dados e favorece uma rede de informação capilarizada que fomenta as estratégias de funcionamento social, cultural e artístico. Vinculado a esse fato, a mídia, como ferramenta estruturante e insufladora de informações deu um salto a partir da era tecnológica digital, mostrando que “as mídias anteriores, conhecidas como analógicas – fotos, cinema, vídeo – são fundamentalmente diferentes das atuais.”, segundo Lunenfeld (1999, apud SANTAELLA, 2003, p. 21).

Os caminhos dessa mídia, renomeada após o avanço da era digital por alguns autores como *nova mídia*, Santaella (2003), reconhecem os lastros de mudança na cultura e na sociedade contemporânea e assim, apontam aspectos fundamentais a respeito das ferramentas de suporte, os equipamentos tecnológicos disponíveis. Santaella (2003) – que conceitua em seu livro intitulado de *Culturas e artes do pós-humano: Da cultura das mídias à cibercultura*, que, mídia se refere especificamente aos meios de comunicação de massa, afirma que o computador como equipamento tecnológico não seria apenas uma mídia semiótica, mas a mídia das mídias semióticas.

Para tanto, o que se nota, não são as grandes novidades diárias que correm aos olhos do espectador em suas telas e equipamentos tecnológicos, mas a frequência com que as informações alimentadas pela mídia e veiculadas por estes equipamentos alcançam o espectador/consumidor, provocando (...) consequentes impactos psíquicos, culturais, científicos e educacionais. (SANTAELLA, 2003, p. 18).

As marcas interpretaram o lugar dos acontecimentos e da expansão das informações no ciberespaço, e assim, incitadas por um estado de euforia, deram início à convergência de dados e produção de visualidades - o *fashion film* - como produto, tornou-se um fenômeno que, além de motivar “a sensibilidade e a fantasia dos consumidores”. (KIM, 2020, p.97).

2 | CULTURA DAS MÍDIAS E CULTURA DIGITAL

Foi por volta da década de 80, segundo Santaella (2003a) que o fenômeno da “cultura das mídias” começou a intensificação das misturas entre as linguagens e os meios. Combinações estas que culminaram em múltiplas mídias ao desenvolverem mensagens híbridas. Como exemplo os jornais, revistas, rádios jornal e telejornal. Foi a partir desse período, segundo a autora, que novas sementes começaram a surgir nesse campo das mídias, como exemplo, o aparecimento de uma cultura do disponível e do transitório: fotocópias, videocassetes, gravadores de vídeos, *walkman*, *walktalk*, os

videoclipes e os *videogames*. A cultura das mídias é um termo que se refere ao conjunto de práticas, valores, normas, símbolos e significados que emergem em torno da produção, distribuição e consumo de mídia de massa. Ela desempenha significativo lugar na sociedade contemporânea e em constante evolução devido ao avanço das tecnologias de comunicação e ao impacto da mídia na vida cotidiana. É alimentada pela gama de meios de comunicação disponíveis, além dos já citados na cultura de massa, incluindo internet, redes sociais e podcasts. Cada uma dessas mídias apresenta-se com suas próprias características e linguagens específicas, e hoje, com métrica algorítmica, o sujeito é levado a dedicar parte significativa do seu tempo a consumir conteúdo midiático, seja assistindo a programas, lendo notícias online, navegando em redes sociais ou ouvindo música. Essas experiências podem moldar visões de mundo, valores, identidades e até mesmo construir realidades dentro de comunidades virtuais. Nas palavras de Kellner (2006 apud Rocha e Castro, 2009), a constituição dos modos de ser e viver são hoje desempenhados pelos padrões e modelos fornecidos pela cultura da mídia, adotando-a como hegemônica. Ao se referir sobre o conceito de frankfurtiano de indústria cultural, o autor sustenta que a mídia trabalha num esquema industrial – os produtos atuam como mercadorias que atendem aos interesses de seus controladores.

Para as autoras Rocha e Castro (2009), o entretenimento é o principal produto oferecido pela cultura da mídia, que espetaculariza o cotidiano para que os espectadores sejam seduzidos, levando-os a identificar-se com os arquétipos sociais e ideológicos nela presentes. Para elas, múltiplos modelos e padrões hoje vivem nas ondas, nas páginas ou telas dos mais diversos meios de comunicação que permeiam o cotidiano.

Sabe-se que as mídias não são organismos sociais neutralizados, Couto et. al. (2008), vão reafirmar isso, dando como exemplo a televisão, que influencia a sociedade em diversas funções, desde a política até as artes. Para ele, as imagens comunicam o tempo todo, produzindo sensações, estímulos e emoções, indicando que às vezes essa influência é considerada bastante positiva.

Santaella (2003b), ao falar de cultura das mídias, define com mais precisão que esta não se confunde nem com cultura de massas e nem com a cultura digital. Ela é uma cultura intermediária que foi semeada por processos de produção, distribuição e consumo comunicacional. Portanto a passagem de uma cultura para outra ocorre de forma sutil.

A cultura digital e o consumo de imagens estão intrinsecamente ligados na sociedade contemporânea, já que a tecnologia digital transformou a forma como se produz, se compartilha e consome imagens. Com a proliferação de *smartphones*, redes sociais e plataformas de compartilhamento de fotos como o Instagram, o consumo de imagens se tornou onipresente. As pessoas consomem imagens a todo momento em seus dispositivos. As redes sociais como *Facebook*, *Instagram*, *Snapchat* e *TikTok* são centrais para o consumo de imagens na cultura digital. As pessoas compartilham fotos de suas vidas, viagens, interesses e até mesmo de produtos que consomem, observando esse

comportamento, as empresas aproveitam desse consumo nas redes sociais para promover seus produtos e serviços. O marketing visual tem caráter significativo na publicidade digital, com imagens e vídeos sendo usados para atrair a atenção dos consumidores com imagens espetaculares que potencializam o valor do produto com cliques e *likes*. Essas imagens espetacularizadas são desenvolvidas por meio de ferramentas de edição e são manipuladas para que o produto seja ícone perfeito do que o sujeito necessita desejar. Isso levanta questões sobre a autenticidade das imagens compartilhadas online, pois muitas vezes aquilo que se vê é facilmente criado para iludir pessoas e falsear produtos na rede. Para Lipovetsky (2009), a publicidade conseguiu incorporar a lógica da imagem-excesso, do slogan que busca valorizar o produto por promessas extremas e pela retórica do exagero superlativo. A tendência organizadora hiperbólica de expor num curto espaço de tempo a necessidade de inovação, de se distinguir, de sempre mais e melhor, num caminho de lógica do excesso que ultrapassa em muito o simples conteúdo.

As redes sociais se tornaram um espaço para criação e standardização das imagens que são aprovadas e consumidas pela sociedade e de forma hábil e potencializadora, essas imagens ocupam a perspectiva de uma vida imagética social, levando o sujeito a uma consciência estética e funcional dos produtos de aspecto bastante pasteurizado. O que muda, de fato, são as narrativas de aplicabilidade e a vulgarização enunciativa, no entanto, o discurso de caráter fundamental mantém-se inerente à justificativa do consumo. Mesmo que a maioria das imagens computadorizadas e orquestradas pelos regimes visuais sejam repetitivas, nas palavras de Flusser (2008, p.79) - “as imagens passam a ser nossos interlocutores, os parceiros na solidão a qual nos condenaram.”

As imagens digitais são formadas por códigos binários e por isso perdem seu referencial matérico, operam na esfera das subjetividades e ao passo que se distanciam da imagem analógica e do objeto real. Se aproximam do imaginário formando estruturas de linguagem simbólica do pensamento – “a imagem digital borra a certeza do referencial presente na cena e apela para a pura fruição imagética.” (GOMES, 2020, p. 71). Para reforçar o já dito anteriormente, Flusser (2011, p.16), certifica que “Imagens não são conjuntos de símbolos com significados inequívocos, como o são as cifras: não são “denotativas”. Imagens oferecem aos seus receptores um espaço interpretativo: símbolos “conotativos”. Ainda em Flusser (2011), o caráter das imagens é a essência do entendimento das suas mensagens. Imagens são códigos que traduzem eventos em ocorrência. Elas não eternizam eventos, mas substituem eventos por cenas. São mediações entre o homem e o mundo, este homem existe, todavia, o mundo não lhe é acessível de imediato.

31 FASHION FILM, VIRALIZAÇÃO, ESPETÁCULO E PÓS PANDEMIA: ANÁLISES E CONCLUSÃO

Pós-pandemia de Covid-19 os desfiles retornaram diferentes. Respaldados ainda mais pela força persuasiva do capitalismo artístico, eles voltaram com suas apresentações que até então, era exibida por meio dos *fashion films*. Algo se renovou, para além de um simples *catwalk* exibindo coleções, os desfiles retornaram mais tecnológicos, mais performáticos e em forma de grande hiperespetáculo. O *fashion film* que já era conhecido pelo seu caráter híbrido, hoje, pode ser também uma mistura de *fashion show* hiperespetacularizado, fotografia, filme, teatro e performance ao vivo. Causa disso, a publicidade avançou com suas tendências contemporâneas, fez sentido ao adotar um funcionamento do tipo propriamente estético de muita qualidade. Levou o espectador ao extremo do estímulo visual ao se referir objetivamente a ordem emocional e afetiva. Pode-se dizer de uma forma mais ampla que a diferença entre *fashion film* e desfile (*fashion show*) está no tempo de transmissão e edição, afinal a qualidade e conteúdo podem/parecem ser o mesmo. O grande objetivo de ambos é viralizar nas plataformas digitais. Segundo Lipovetsky e Serroy (2019), o objetivo não é mais lançar mensagens unidirecionais a um consumidor assimilado a um objeto passivo, mas interrogar o espectador, fazê-lo compartilhar valores, criar uma proximidade emocional ou um laço de cumplicidade. O sistema que dá suporte a estetização e espetacularização dos desfiles é aquele remodelado pela moda da efemeridade, da sedução, da renovação e criatividade constante. Ele coincide com a expansão sem limites da sedução estética e a especulação da nossa vida comum.

A marca Coperni no desfile de Primavera 2023 foi a maior atração performática da temporada parisiense, trouxe a musa de todas as capas de revistas Bella Hadid para fechar seu desfile. O espetáculo inesperado foi a performance de um vestido pintado com spray feito no momento final da apresentação. Bella Hadid entrou de calcinha, sutiã e sapatos, subiu em um tablado e na sequência começou a ser pintada com spray por dois artistas. Segundo Hypnotique (2022), uma empresa de pesquisa e ciência criou e patenteou esse líquido pulverizável chamado Fabrican que contém algodão e fibras sintéticas diluídas em uma solução de polímero que evapora quando entra em contato com o corpo. A fábrica trabalha nesse projeto faz muito tempo, mas há menos de 1 ano a fórmula realmente foi testada e melhorada junto aos fundadores da Coperni. O vestido não pode ser vendido, então Meyer, designer da marca, afirma que a intenção por trás da apresentação não foram os ganhos financeiros, mas sim, o momento viral que atraiu a atenção de todos dentro e fora da Paris Fashion Week.



Figura 2 – Bella Hadid para a grife francesa Coperni em apresentação na Paris Fashion Week 2022

Fonte: Revista Exame, 2023.

Essa passagem mostra evidentemente o princípio da sedução estética, já que deixa explícito o fenômeno da transformação de um produto pulverizável em um tecido. Ele seduz pela novidade da transição, pela sensualidade de um corpo seminu exibindo um vestido junto a pele. A variação em um curto espaço de tempo de um corpo para um corpo vestido foi o encantamento necessário para que a marca se tornasse um viral em todas as redes. A criatividade artística nesse caso, só tem lugar se promover as vendas, reforçar o alcance da marca, aumentar a rentabilidade financeira e a remuneração máxima para os envolvidos.

A apresentação de Pharrell Williams para a Louis Vuitton Pré- Inverno 24 foi um espetáculo de luzes no céu de Hong Kong. O espetáculo contou com uma passarela decorada com projeções de ondas do mar e areia nas beiradas. Segundo a revista Elle Brasil (2023), Hong Kong não foi escolhido à toa para essa apresentação, o território já foi responsável por 5% das vendas de luxo globais. Nos últimos anos, com a crise social de 2019 e os lockdowns para contenção da Covid-19, a partir de 2020, o nível de compras caiu consideravelmente e o cenário só começou a mudar recentemente. Segundo o Euromonitor, os gastos per capita com luxo devem fechar 2023 acima de 2.100 milhões de dólares. O espetáculo à parte ocorreu com drones iluminando o céu da cidade em diversas formas. Se de um lado o desfile não dava conta das expectativas de uma nova proposta para a moda, de outro, a performance atrativa dos drones apontavam celulares para o céu de Hong Kong na busca do vídeo/click perfeito a viralizar nas plataformas.



Figura 4 – Luzes de drones iluminam o desfile Louis Vuitton Pré – Inverno 2024.

Fonte: Youtube, 2023 – Canal Louis Vuitton.

A Dior no desfile *Menswear Primavera/Verão 24* fez algo inesperado, os modelos emergiam de uma pequena plataforma debaixo para cima. Cada plataforma era composta de uma faixa luminosa que emoldurava o espaço quadrangular de cada *look*. Composto por 48 modelos, o espetáculo sincronizava geometricamente o espaço de cada elemento em cena. Transmitido ao vivo, o desfile pretendia impactar os espectadores logo de início. A movimentação, o momento de transição do aparecimento dos modelos emergidos do piso, elevou as expectativas e alimentou a sedução por toda a atração. O impulso provocativo do inesperado ganhou a atenção do espectador, colocando-o convencido de tudo que estaria por vir. O estilista e diretor criativo da marca, Kim Jones entregou roupas com muito potencial de mercado, sobretudo porque estava amparado por um trabalho de *branding* sofisticado. Quando o trabalho de marketing se torna mais importante que o trabalho de produção da roupa é possível se verificar que a construção e a prevalência da marca sobre o consumidor são maiores que a importância do produto em si. Eis um ponto importante a se verificar na atualidade, pois de fato, o que se percebe nas plataformas digitais é o sombreamento do trabalho criativo com o tecido e mais a ornamentação cenográfica de um espetáculo de atrações e performances viralizadas nas redes. Para Lipovetsky e Serroy (2018), nos tempos da hipermoda, a temática é menos colocada no vestido ou no artigo de desporto do que na mitologia que os circunda, menos no objeto do que no conceito, nos valores e na visão da marca veiculados pela publicidade, o patrocínio, às lojas, os desfiles e a associação com celebridades.



Figura 5 – Início do desfile Dior Menswear Primavera/Verão 24.

Fonte: Youtube, 2023 – Canal Dior.

A Gucci com a coleção *Twinsburg* em setembro de 2022, trouxe a exuberância em dose dupla. Com a passarela dividida em duas partes sendo uma parede retrátil no meio e convidados nas laterais opostas, o desfile aconteceu duplicado simultaneamente. Modelos gêmeos desfilavam ao mesmo tempo de ambos os lados, porém a plateia presente e o espectador não sabiam da simultaneidade dos acontecimentos. O jogo de câmera, os recortes e enquadramentos do *fashion show* exibiam o espetáculo fazendo parecer um único acontecimento. O impacto e a surpresa vieram no momento em que a parede centralizada subia e verificava-se que não era apenas um modelo e sim se tratava de gêmeos. Duplicação *kitsch* para os críticos de estética, sobretudo pelo teor exagerado e convulsivo dos looks de Alessandro Michele. No entanto, o que chama atenção para essa pesquisa é o espetáculo do *show business* que se apresenta diante do espectador. Luzes ofuscantes, cores agressivas, paetês, maxis estampas, brilho, penduricalhos e logocentrismo. O espetáculo pelo impacto e provocação que vai de uma indumentária histórica estilizada a um vestido com estampa supermoderna em contraste fluorescente. O espetáculo que cativa centenas de milhões de espectadores que encontra ali, o deleite emocional, o prazer e o *kitsch* sendo sucumbido. Essa performance relata a incoerência estilística e a profusão decorativa contemporânea a troco de muitos *likes*. Uma nova estratégia de reunir um universo artístico cujos estilos são o inverso uns dos outros. A ponto de atingir um alto nível nessa escalada ao combinar e acrescentar o espetáculo ao espetáculo. “É a estética do choque que triunfa e as polêmicas que não deixa de provocar vão no sentido procurado: elas próprias participam na amplificação do espetáculo” (LIPOVETSKY; SERROY, p. 333)

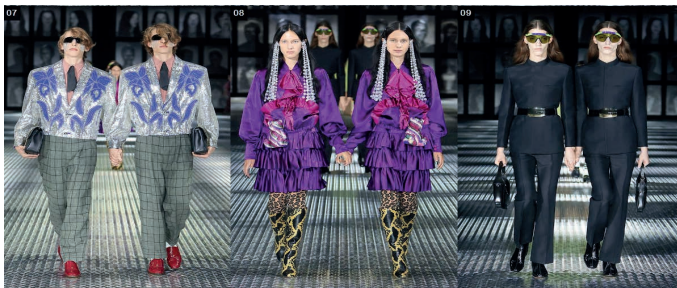


Figura 6 – Desfile Gucci – Twinsburg, 2022.

Fonte: SHOWstudio, 2023 – Collections.

A coleção da Balenciaga Primavera/Verão 23 buscou num mundo sucumbido às suas inspirações. O designer da marca Denma Gvasalia decidiu colocar nas passarelas uma temática um tanto desesperadora. Diante do mundo em que vivemos com o aumento da desigualdade, o retorno do fascismo e a real possibilidade de uma ameaça a guerra nuclear, a marca estava disposta a performar um espetáculo pós apocalíptico. Em meio a lama, os modelos desfilavam com roupas e sapatos respingados. Uma montanha de lama definia o caminho de passagem dos modelos e ao centro do palco uma cratera simulava uma explosão nuclear feita pelo artista plástico espanhol Santiago Sierra. Segundo Phelps (2022), um cheiro de decomposição pairava no palco de entretenimento.

Aqui, a atenção é voltada para reafirmação do que a marca pensa e de que forma ela estetiza, concretiza suas ideologias. O trato com a ambiência e o discurso pós-apocalíptico são elementos centrais nesse espetáculo que visa chocar e seduzir o espectador, despertar emoções e sensações. A lama, a sujeira, a montanha em decomposição são signos do estranho ao universo da moda acostumado à beleza e à plasticidade extrema. O oposto ocorre nesse espetáculo de destruição e impressão contrárias de um espectador confuso e entregue. Uma apresentação em que ação é marcada por inserções que nos dão múltiplas informações sobre as suas performances e influências. Implementa-se uma estética de transmissão apoiada na narrativa e na dramatização. O desfile é contextualizado como uma performance artística, um roteiro teatralizado.



Figura 7 – Desfile Balenciaga – Verão 23.

Fonte: SHOWstudio, 2023 – Collections.

Uma infinidade de temáticas marca o desenvolvimento dos *fashion films* hoje, em destaque estão – corpo, cultura negra, política, história da moda, estética da internet, cultura Queer, processo criativo, comunidade, beleza, 3D, música entre outras. Na era do capitalismo artístico também há espaço para produções menos espetacularizadas e mais voltadas para questões socioambientais e socioculturais, porém com alcance menor da mídia. São produções com menores recursos, entretanto, legítimas, com apelo estético sofisticado e relevante por abordar questões muito em voga nos dias de hoje, como - inclusão, sustentabilidade, mudanças climáticas, diversidade de corpos e culturas.

O *fashion film* de Abdel El Tayeb foi um dos elencados para a discussão desse trabalho pois explora a herança multicultural, a identidade cultural, a definição de lar no contexto da globalização, através de um guarda-roupa temporal entre a alta-costura e o pronto-a-vestir que combina o artesanato ancestral árabe-sudanês com a alfaiataria militar ocidental. El Tayeb e Kamara (2022), afirma que sua moda é um meio completo que liga o têxtil ao corpo em movimento, à identidade, às imagens e aos vídeos. Permite falar sobre problemáticas sociais que estão ligadas à sua história, como a identidade cultural, a definição de lar no contexto da globalização, o lugar dos negros na Europa. Sua ideia é dar um sentimento de pertencimento e empoderamento à diáspora, criando a narrativa de uma nação fictícia e alegre enraizada entre a França e o Sudão que representa multidões de identidades.



Figura 8 – The Queen is Coming – Abdel El Tayeb.

Fonte: ShowStudio, 2023 – *Fashion film* Abdel El Tayeb.

Com este filme ‘The Queen is Coming’, a autora mergulha no mundo surreal da Nação el Taye. A autora afirma que gostaria de criar um momento suspenso e intemporal, a preto e branco, captando as diferentes personagens da Nação El Tayeb, incluindo a rainha presidente da Núbia e os seus oficiais com o peito decorado pela condecoração nacional.

Outro tema muito recorrente no universo da moda é a cultura *queer* que a cada dia vem ganhando espaço nas mídias e na sociedade, sobretudo, nas artes, lugar em que a grande maioria pode se expressar e ser aceito em legitimidade.

Prestando homenagem a comunidade queer, imagens de Nick Knight, Katy England e do editorial *Millenium People* de Alister Mackie são retrabalhadas neste *fashion film*

Sinking the Pink, exibindo a importância de espaços seguros para a população.



Figura 9 – *Sinking the Pink*– Nick Knight.

Fonte: SHOWstudio, 2023 – *Sink the Pink* - Fashion film.

O filme explora o universo *queerness* e a vida noturna, é romântico e sensual em sua edição, e ao mesmo tempo despojado e fortemente monocromático. O som tem uma base clássica que é interrompida por um som eletrônico que representa a fratura entre o ambiente editorial de Knight e os ambientes estereotipados dos clubes. O que se percebe nesse filme é a não necessidade da venda do produto, pois aqui o que se pretende é levantar questões da sociedade que são, de fato, marginalizadas e operadas de forma eloquente por aqueles que integram essa comunidade. A necessidade de integrar o universo e a cultura *queer* para o grande público é uma tarefa social imediata. Trata-se talvez de uma evolução no sentido da propaganda, comandada pelo imperativo de criar atenção e simpatia, de desbanalizar o tema em sociedade. O que se verifica é uma tomada de consciência do lugar de assunção pelo caminho que a comunidade sempre se apresentou – irônico, reflexivo, emocional, corajoso e performático. O perigo próximo de todos nós é o da padronização de todo o planeta. Afetar os gostos e a cultura é contribuir para uma homogeneização do imaginário, dos modos de vida, é diminuir continuamente os particularismos nacionais e regionais. Criar uma sensibilidade comum a todos e comportar-se em obediência aos mesmos padrões forma-se um mundo homogeneizado e pasteurizado que globaliza pessoas, produtos, consumidores e culturas. Por isso, manifestações artísticas como o filme de Knight revelam a importância da individualidade e a diferenciação de comportamentos e hábitos de uma sociedade. A teoria *queer* busca representar de forma excêntrica e radical as diversas identidades e especificações dos múltiplos e instáveis sujeitos. Com efeito, dispor de mais materiais associados a culturas marginalizadas sem que se tenha um marketing de venda de produto pode elevar a qualidade da produção e exibir a diferença e representatividade como caminhos para uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Outro *fashion film* divulgado recentemente trata da relação da moda com a AI (Artificial Intelligence) interessante colocar a questão de que maneira consumimos estilo e

isso pode afetar nossas identidades. A abordagem do potencial do que acontece quando as nossas mentes são essencialmente “sequestradas” pela tecnologia e o que isso pode fazer em relação à evolução da humanidade.

O filme se inicia com um monólogo articulado por um protagonista anônimo, sentado em um quarto, vestido com roupas íntimas; um colete branco e boxers. Aos poucos, os espectadores percebem que não estão ouvindo uma peça sincera de alguém que não sabe se vestir - estamos testemunhando uma conversa entre dois atores, apenas um vem na forma de um computador. A conversa se aprofunda, dependendo das respostas do protagonista que ilustra dicas sutis sobre sua vida além de se vestir pela manhã. Na sequência, a AI disponibiliza pessoas para ajudar o ator a se vestir, conforme instruído pela máquina com a qual ele está falando.

Apesar dos riscos que a AI nos apresenta, olhar para a nova tecnologia como mais um símbolo na progressão natural da própria humanidade é encarar um futuro, em partes, moldado por um sistema como este. Uma vez que um ser humano aprende uma nova ferramenta de criação, explorar seu potencial ao máximo é fundamental para alimentar o sistema capitalista. Presenciar o potencial da AI como um novo meio de comunicação pode alterar toda uma estrutura já existente e que dá alicerce para os meios de comunicação existentes. O surgimento de novos desafios, de um novo sistema de informação pode criar um cenário de dúvidas e questões ideológicas, pois de fato pode alterar o código cultural de uma sociedade. O receio pelo sistema ainda é uma novidade para a comunidade mundial que se arrisca a dar opiniões pautadas desde assuntos catastróficos à salvação da humanidade.

redes sociais e plataformas de compartilhamento de fotos como o Instagram, o consumo de imagens se tornou onipresente.

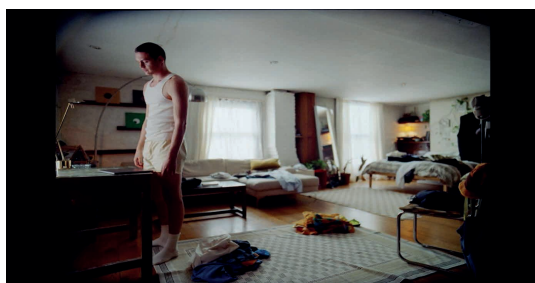


Figura 10 – ‘ChatFOS’ por Rubberband

Fonte: ShowStudio, 2023 – AI.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.. **Indústria cultural e sociedade**. 13ed.- São Paulo: Paz e Terra, 2021.

AVELAR, Suzana. **Moda: globalização e novas tecnologias**. 2ed. – São Paulo: Estação das Letras e Cores Editora, 2011.

- BUFFO, Simonetta. **Brand Narration and Fashion Film**. Journalism and Mass Communication, Milan, v. 7, n. 6, p. 292-304, June. 2017.
- COUTO, Edvaldo; MELO, Caio; MOREIRA, Ana Paula; XAVIER, Maise. **Da cultura de massa às interfaces na era digital**. R. Faced, Salvador, n 14, p. 105-118, jul/dez.2008.
- EL TAYEB, Abdel; KAMARA, Ib. Chest: Abdel Al Tayeb & Ib Kamara. Londres: Show studio, 2022. Disponível em: <https://www.showstudio.com/projects/bodies-of-knowledge/abdel-ib-chest>
- FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. São Paulo: Annablume, 2011.
- GÓMEZ DE LA TORRE, Alberto Efendy Maldonado. **Produtos midiáticos, estratégias, recepção. A perspectiva transmetodológica**. Ciberlegenda: Niterói, 2002.
- LEMONS, André. **A tecnologia é um vírus: pandemia e cultura digital**. Porto Alegre: Sulina, 2021.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A tela Global: mídias culturais e cinema na era hipermoderna**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004a.
- _____. **Corpo e comunicação: sintoma da cultura**. São Paulo: Paulus, 2004b.
- _____. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.
- _____. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.
- _____. **Cultura das Mídias**. São Paulo: Razão Social, 1992.
- _____. **Humanos Hiper-híbridos: linguagem e cultura na segunda era da internet**. São Paulo: Paulus, 2021.
- SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica e mídia**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2001.
- SOLOAGA, Paloma Díaz; GUERRERO, Letícia Garcia. **Fashion film as a new communication format to build fashion brands**. Communication & Society, v. 29, p. 45-61, 2016.
- UHLIROVA, Marketa. **Excavating fashion film: media archaeological perspective**. Journal of Visual Culture, Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC and Melbourne, v. 19, p. 340-361, 2020.

GABRIELA CRISTINA BORBOREMA BOZZO - Doutoranda em Estudos Literários (FCLAr/UNESP - CAPES/PROEX) que atua como docente na graduação em Letras da FCLAr/UNESP, ministrando disciplinas da área de Literatura, no regime de auxílio acadêmico ao pós-graduando, acumulativo à bolsa vigente. De sua trajetória, cabe ainda destacar que, em 2023, foi a discente indicada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da FCLAr/UNESP para concorrer à segunda edição do prêmio “Mulheres que fazem a UNESP”.

A

Abandono escolar 192, 193, 199, 201

Acolhimento 43, 202, 204, 205, 206, 207

Alienação 267, 269, 270, 271, 276, 277

Alienação ideológica 267, 269, 276, 277

Altas habilidades 202, 203, 204, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217

Análise 13, 15, 24, 33, 35, 43, 44, 45, 46, 50, 54, 57, 61, 62, 63, 65, 66, 76, 77, 79, 85, 89, 93, 95, 100, 101, 102, 104, 105, 109, 111, 123, 124, 131, 132, 133, 135, 139, 142, 144, 146, 148, 150, 153, 156, 157, 161, 163, 164, 165, 166, 169, 172, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 185, 186, 190, 206, 212, 232, 234, 238, 240, 244, 254, 256, 279

Aulas 133, 134, 135, 136, 137, 162, 181, 192, 210

B

Bahia 22, 24, 25, 27, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 157

C

Campanhas educativas 139

Campesinato 83, 85, 87, 90, 91, 92, 94, 95

Capital 3, 4, 23, 49, 56, 57, 62, 63, 76, 80, 86, 89, 92, 120, 151, 167, 169, 247, 248, 249, 250, 253, 254, 255, 257, 258, 260, 261, 262, 263

Carolina Maria de Jesus 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 174

Carreiras universitárias 113, 116

Causas 128, 142, 149, 192, 193, 195

Cidadania 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 29, 63, 71, 114, 115, 132, 140, 155, 170, 180, 181

Cidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 13, 14, 15, 20, 22, 25, 30, 40, 53, 99, 157, 170, 171, 205, 263, 285

Cidades romanas 1, 3, 10

Clube da Aeronáutica 64, 66, 71, 73

Comércio 3, 11, 14, 17, 18, 19, 52, 67

Crise 48, 49, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 75, 85, 142, 143, 151, 190, 238, 248, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 264, 285

Cultura letrada 159, 161

D

Desenvolvimento infantil 218, 219, 220, 221, 223, 225, 226, 227

Dilma Rousseff 64, 76, 78

Direitos femininos 124

Docente 99, 102, 107, 113, 139, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 202, 293

E

Economia brasileira 48, 50, 59, 61, 63

Economia medieval 11, 15, 16, 19

Educação 28, 59, 64, 67, 69, 71, 76, 79, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 106, 107, 109, 111, 114, 115, 116, 117, 123, 132, 139, 140, 144, 145, 147, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 190, 191, 202, 203, 204, 205, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 222, 226, 231

Educação profissional 76, 175, 176, 177, 182, 184, 187, 190, 191

Eric Wolf 83, 84, 86, 93, 95, 96

Escravidão 1, 2, 7, 8, 9, 10

Estudo de caso 202, 204, 208

F

Fashion film 279, 281, 284, 289, 290, 292

Funcionários 68, 267, 268, 272, 273, 274, 275, 276, 277

G

Geografia 13, 15, 39, 95, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173

H

História 1, 3, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 31, 32, 33, 74, 83, 84, 86, 95, 98, 109, 124, 153, 156, 159, 161, 163, 171, 172, 191, 205, 209, 247, 250, 252, 253, 255, 261, 263, 264, 268, 269, 270, 277, 278, 289

Humanidade 184, 247, 248, 249, 251, 253, 258, 262, 263, 291

I

Ideologias políticas 64, 66, 81

Instituto Federal 175, 202

Inteligência emocional 229, 231, 232, 236, 239, 242, 244, 245, 246

Intervenção estatal 48, 49, 50, 54, 61, 126

Irmãs Felicianas 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31

Irracionalidade 247, 249, 262, 263

J

Josué de Castro 164, 165, 166, 167, 168, 174

Judicialização 33, 35, 36, 38, 41, 45, 46

L

Legislativo 124, 128, 129, 130, 131, 210

Liderança 23, 141, 188, 203, 209, 229, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 241, 243, 244, 245, 246

Literatura 13, 100, 133, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 182, 218, 231, 244, 247, 267, 293

Literatura pedagógica 159, 160, 161, 163

M

Massa 9, 55, 80, 248, 251, 281, 282, 292

Mercadores 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

Mudanças 24, 25, 53, 54, 69, 84, 86, 113, 114, 116, 121, 125, 127, 145, 156, 184, 190, 222, 231, 233, 237, 242, 289

Município 23, 24, 27, 33, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 59, 99, 121, 130, 151

P

Perspectiva 1, 3, 8, 30, 31, 58, 60, 81, 83, 84, 86, 87, 94, 114, 115, 118, 119, 122, 127, 132, 146, 153, 154, 156, 175, 180, 184, 185, 188, 190, 202, 203, 206, 207, 214, 215, 231, 233, 234, 235, 239, 253, 255, 261, 265, 270, 274, 277, 283, 292

Poder 2, 3, 4, 5, 7, 8, 19, 23, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 41, 42, 44, 56, 57, 58, 63, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 99, 114, 115, 124, 128, 129, 130, 141, 142, 144, 148, 157, 171, 172, 176, 184, 196, 198, 200, 224, 233, 235, 245, 248, 249, 250, 256, 258, 259, 261, 263, 265, 270, 271, 272, 275

Políticas públicas 33, 35, 40, 44, 48, 51, 53, 62, 94, 95, 111, 113, 115, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 155, 156, 157, 167, 256

Procuradoria da Mulher 124, 131

R

Reificação 72, 267, 268, 269, 271, 272, 275, 276, 277

Resistência 30, 67, 83, 86, 93, 94, 95, 102, 105, 123, 141, 247, 274

Respeito às Minas 139, 143, 144, 148, 149, 151, 152

Revista 24, 45, 46, 63, 64, 65, 66, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 94, 95, 97, 100, 101, 103, 110, 111, 112, 119, 122, 123, 131, 132, 156, 157, 158, 173, 174, 190, 191, 201, 215, 216, 226, 227, 245, 246, 285

S

Santa Catarina 33, 39, 40, 42, 45, 46

Saúde 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 67, 69, 71, 76, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 117, 120, 132, 140, 142, 145, 161, 167, 191, 274, 280

Serra Preta 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31

Sexo 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 133, 135, 136, 137, 194

Sexo feminino 133, 135, 136

Subconsumo 48, 50, 56, 61

Superdotação 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217

T

Totalitarismo 247, 248, 250, 253, 256, 262, 264

Trabalhadores 23, 27, 28, 32, 40, 53, 55, 67, 70, 71, 77, 78, 80, 81, 86, 91, 97, 98, 99, 100, 104, 105, 109, 110, 112, 170, 172, 191, 255

Trabalhadores da saúde 97, 98, 99

U

Uso de telas 218, 220, 222, 223, 226, 227

AS DIMENSÕES DAS CIÊNCIAS HUMANAS

COMPORTAMENTO, CULTURA
E SOCIEDADE

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 Atena
Editora

Ano 2024

AS DIMENSÕES DAS CIÊNCIAS HUMANAS

COMPORTAMENTO, CULTURA
E SOCIEDADE

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br